Relatório e Contas 1999

EN
Electricidade do Norte, S.A.

LTE
Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

CENEL
Electricidade do Centro, S.A.

SLE
Electricidade do Sul, S.A.

Reg. 3035
Ec 10369

Relatório e Contas 1999

Índice

8 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

15 **EN**

16 Enquadramento

18 Caracterização da Empresa

19 Macroestrutura da Empresa

20 Corpos Sociais e Quadros Dirigentes

22 Síntese

24 Movimentos de Energia

26 Actividade Empresarial

29 Rede Técnica

33 Recursos Humanos

36 Evolução Económica e Financeira

43 Considerações Finais

44 Nota Final

45 Anexo ao Relatório de Gestão

49 **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EN**

50 Balanço em 31 de Dezembro de 1999

52 Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999

54 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

78 Demonstração dos Fluxos de Caixa

79 Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

80 Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

81 Valor Acrescentado Bruto

83 **DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA EN**

84 Certificação Legal de Contas

86 Relatório e Parecer do Fiscal Único

88 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

89 Anexo Estatístico

95 **CENEL**

96 Enquadramento

98 Caracterização da Empresa

99 Macroestrutura da Empresa

100 Corpos Sociais e Quadros Dirigentes

102 Síntese

104 Movimentos de Energia

105 Actividade Empresarial

108 Rede Técnica

111 Recursos Humanos

114 Evolução Económica e Financeira

122 Considerações Finais

123 Nota Final

124 Anexo ao Relatório de Gestão

127 **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CENEL**

128 Balanço em 31 de Dezembro de 1999

130 Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999

132 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

156 Demonstração dos Fluxos de Caixa

157 Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

158 Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

159 Valor Acrescentado Bruto

161 **DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA CENEL**

162 Certificação Legal de Contas

164 Relatório e Parecer do Fiscal Único

165 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

166 Anexo Estatístico

Índice

171 **LTE**
172 Enquadramento
174 Caracterização da Empresa
175 Macroestrutura da Empresa
176 Corpos Sociais e Quadros Dirigentes
178 Síntese
179 Movimentos de Energia
180 Actividade Empresarial
185 Rede Técnica
188 Recursos Humanos
191 Evolução Económica e Financeira
197 Considerações Finais
199 Anexo ao Relatório de Gestão
203 **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA LTE**
204 Balanço em 31 de Dezembro de 1999
206 Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999
207 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
227 Demonstração dos Fluxos de Caixa
228 Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos
229 Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
230 Valor Acrescentado Bruto
233 **DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA LTE**
234 Certificação Legal de Contas
236 Relatório e Parecer do Fiscal Único
239 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas
240 Anexo Estatístico

247 **SLE**

248 Enquadramento

250 Caracterização da Empresa

251 Macroestrutura da Empresa

252 Corpos Sociais e Quadros Dirigentes

254 Síntese

256 Movimentos de Energia

258 Actividade Empresarial

262 Rede Técnica

264 Recursos Humanos

268 Evolução Económica e Financeira

274 Considerações Finais

276 Anexo ao Relatório de Gestão

279 **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SLE**

280 Balanço em 31 de Dezembro de 1999

282 Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999

284 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

305 Demonstração dos Fluxos de Caixa

306 Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

307 Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

308 Valor Acrescentado Bruto

311 **DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA SLE**

312 Certificação Legal de Contas

314 Relatório e Parecer do Fiscal Único

317 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

318 Anexo Estatístico

Mensagem do Presidente

O ano de 1999 foi, para as Empresas de Distribuição do Grupo EDP, um ano de grandes desafios.

Foi o primeiro ano de aplicação do novo enquadramento regulatório definido pela ERSE – Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, de que se salienta o Regulamento Tarifário. A forte redução tarifária (6,4% em média, sendo 10% para os clientes industriais e 4,7% para os clientes domésticos), numa altura em que já era conhecida a tendência altista dos combustíveis e do consequente aumento dos custos na produção, teve um impacto significativo nos resultados das empresas, avaliados em 52.337,724 milhões de contos, o que representa uma redução de 10,5% relativamente ao ano de 1998.

Foi também o primeiro ano de Liberalização do mercado, com a possibilidade dada aos clientes com consumo anual superior a 9 GWh – clientes elegíveis – de poderem adquirir energia fora do Sistema Eléctrico de Serviço Público, tendo no final do ano oito clientes adquirido já esse estatuto reconhecido pela ERSE.

O esforço de investimento e de recursos aplicados na preparação para a entrada do EURO e para a passagem do ano 2000 foi plenamente recompensado, não só pela total ausência de factos perturbadores do fornecimento de energia eléctrica, como também pela modernização de sistemas entretanto efectuada.

Esforço significativo foi igualmente aplicado na modernização tecnológica dos sistemas de comando e controlo das redes, através da instalação de equipamentos e sistemas, que permitem um mais elevado grau de automatismo, e de órgãos telecomandados, que aumentam a fiabilidade das redes. De facto, registou-se uma melhoria dos indicadores de qualidade de serviço e de operacionalidade das equipas que se traduziu também por uma melhoria de imagem das empresas nos barómetros de opinião. Foi possível ainda mobilizar e organizar equipas de intervenção, que em França, a pedido da EDF, ajudaram a reparar e colocar em serviço redes eléctricas afectadas pelo violento temporal que assolou aquele País.

Mas o ano de 1999 foi também o último ano de vida empresarial das quatro empresas de distribuição do Grupo EDP: EN – Electricidade

do Norte, CENEL – Electricidade do Centro, LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo e SLE – Electricidade do Sul. Encerra-se, assim, um ciclo iniciado em 1994 e abre-se um novo ciclo em Janeiro de 2000 com a fusão destas quatro empresas e a criação da EDP Distribuição – Energia, S.A. que se formalizou já em 14 de Fevereiro de 2000.

A estrutura organizativa destas empresas vinha dos finais dos anos 70, após a criação da EDP e, embora tenha prestado relevantes serviços ao sistema eléctrico nacional, não resistia aos ventos de mudança criados pela Liberalização do Mercado Interno de Electricidade (Directiva 96/62/CE) nem à privatização da EDP. Era pois necessária uma nova estrutura, mais flexível, mais orientada para a satisfação do Cliente, mais eficiente para ser competitiva com os novos operadores do mercado.

Desenvolveu-se durante o ano de 1999 todo um trabalho de reorganização, visando definir uma nova orientação estratégica para o sector da distribuição de energia eléctrica, apostando na mudança de cultura empresarial, na melhoria da qualidade de serviço, na rapidez do atendimento ao Cliente, na segmentação e especialização das principais actividades e no aprofundamento das relações com as Autarquias.

Foi um ano de forte envolvimento de toda a organização no processo de mudança, de forte empenhamento de todos os trabalhadores, apostados na criação de uma empresa moderna, tecnologicamente evoluída e comercialmente atractiva.

O controlo accionista das empresas embebidas de produção hidroeléctrica, historicamente ligadas à distribuição, foi transferido para o Grupo EDP, por exercerem actividades não reguladas.

Entrámos, assim, no ano 2000 com uma nova empresa, que se prepara para enfrentar, com segurança, os desafios do século XXI.

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

Eng. João José Gomes de Aguiar

Eng. António Eduardo
da Silva Oliva

Eng. José Alberto Marcos
da Silva

Dr. José Celestino
de Oliveira Rocha

Rua Duque de Loulé, 148 . 4000-324 Porto
Tel. (351)22 207 26 00 . Fax (351)22 207 28 00

GRUPO EDP

EN

Electricidade do Norte, S.A.

EN

16 Enquadramento
18 Caracterização da Empresa
19 Macroestrutura da Empresa
20 Corpos Sociais e Quadros Dirigentes
22 Síntese
24 Movimentos de Energia
26 Actividade Empresarial
29 Rede Técnica
33 Recursos Humanos
36 Evolução Económica e Financeira
43 Considerações Finais
44 Nota Final
45 Anexo ao Relatório de Gestão

Enquadramento

A redução das tarifas estabelecida pela ERSE para o ano de 1999, teve forte impacto negativo no valor das vendas de energia eléctrica, não obstante o crescimento significativo dos consumos verificado. Em consequência, o resultado líquido apresenta uma diminuição de 33%, menos 11 milhões de contos, passando de 33,1 em 1998 para 22,1 milhões de contos em 1999.

No âmbito da liberalização do mercado nacional de energia, no final de Janeiro de 1999 a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), de acordo com a Directiva 96/62/CE, que estabelece as regras comuns para o mercado interno de electricidade, e ao abrigo do Dec.-Lei 182/95 de 27 de Julho, fixou em 9 GWh o valor do consumo mínimo que permite a atribuição do estatuto de cliente não vinculado no triénio 1999 – 2001.

O Cliente é o centro das preocupações da Empresa. Nesta perspectiva, as acções desenvolvidas foram pautadas no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado nas vertentes técnica e de atendimento, pretendendo obter ganhos de satisfação e a fidelização. Na prossecução deste objectivo, foram implementadas medidas no sentido da verticalização da estrutura comercial e da segmentação de clientes.

As acções desenvolvidas para a preparação e certificação da estrutura informática para o ano 2000 envolveram importantes recursos humanos e materiais, tendo sido concluídos dentro dos prazos estabelecidos. Não se registaram incidentes com a mudança do ano de 1999 para 2000. A implementação das alterações nos sistemas e processos para a adopção do EURO como opção de moeda decorreu com sucesso.

Implementaram-se alterações processuais e organizativas com o objectivo de um uso mais

eficiente das potencialidades de cada Empresa de Distribuição, conjugadas com os trabalhos desenvolvidos para a criação da Empresa única de Distribuição no âmbito do Programa Distribuição 21.

Incrementaram-se as medidas de planeamento de redes, de análise económica e de controlo, conducentes a uma melhoria na eficiência do processo de investimento, nomeadamente com a criação de um mecanismo de acompanhamento da concretização do Plano. Uniformizou-se o processo de orçamentação da conservação, no âmbito dos estudos em curso com o objectivo de racionalizar e sistematizar esta actividade da distribuição.

No domínio da condução da rede, continuou-se o programa de expansão e de melhoria da eficácia dos Sistemas de Comando e Controlo. Prestou-se particular atenção ao Programa de Telecomando da Rede de Média Tensão, com a continuação do estudo dos pontos da rede para colocação dos aparelhos e com o incremento do respectivo aprovisionamento e montagem.

Manteve-se sob rigoroso e sistemático controlo a verba de Fornecimentos e Serviços Externos de entidades externas, sem descurar a preocupação de garantir a melhoria dos níveis de qualidade de serviço prestado ao Cliente.

A política ambiental da Distribuição, inserida na estratégia do Grupo EDP, visou, em 1999, essencialmente, as preocupações no tipo de arquitectura das instalações técnicas, na integração paisagística das redes e na adopção de técnicas de projecto para protecção das espécies animais e vegetais.

Os objectivos propostos para o ano na política de redução do quadro de pessoal foram superados e, consequentemente, convergiu-se para os rácios de referência internacionais, mantendo a qualidade dos quadros técnicos e assegurando as condições que permitirão a melhoria do funcionamento da Empresa.

Caracterização da Empresa

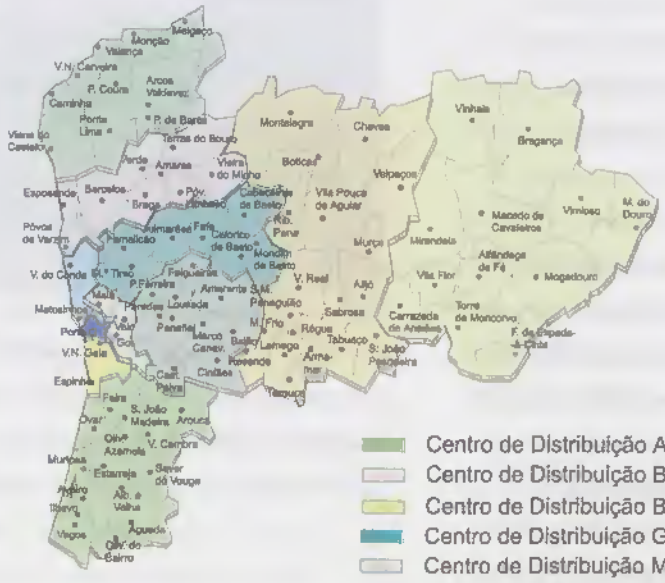
A EN desenvolve a sua actividade em 90 concelhos pertencentes aos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Abastece de energia eléctrica a um pouco mais de 3,7 milhões de habitantes.

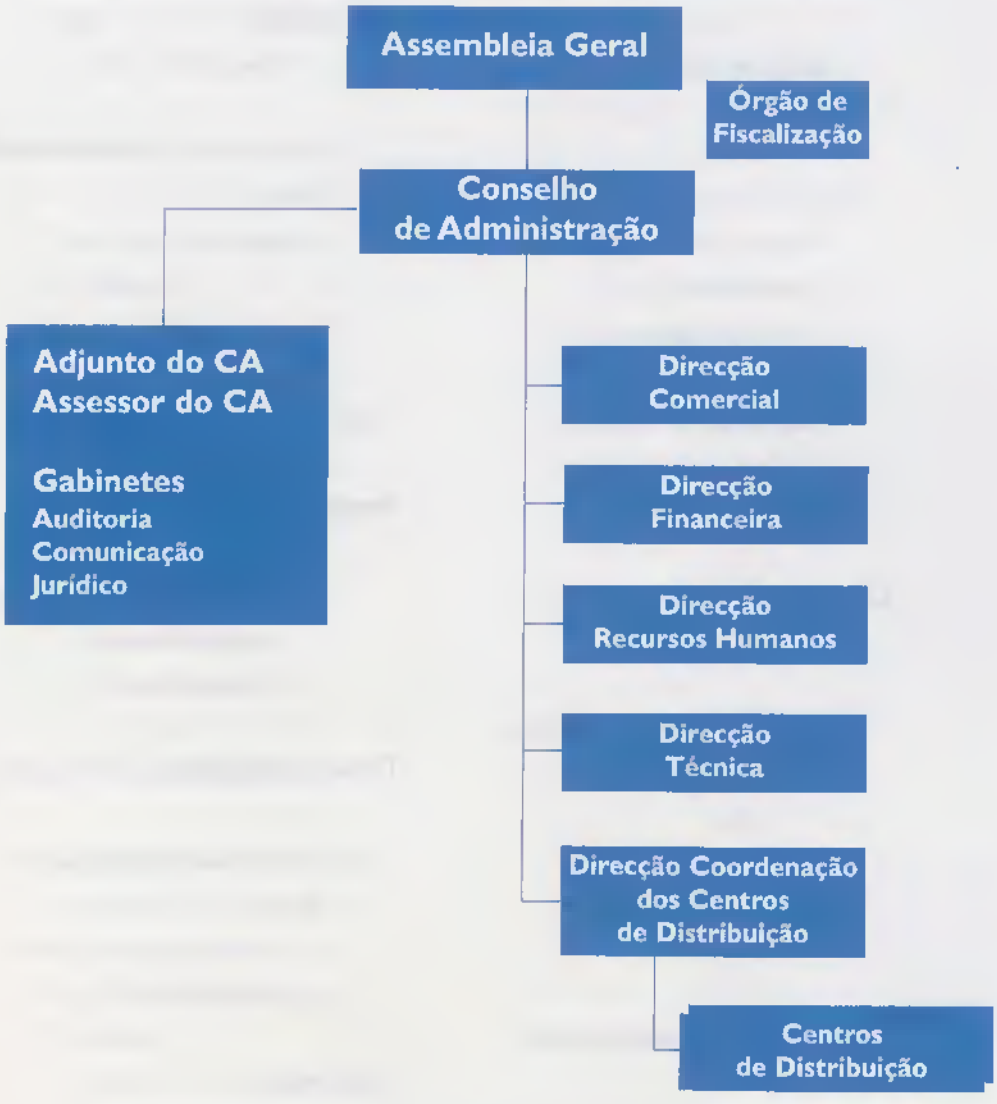
A energia vendida atingiu os 12 668 GWh, a que corresponde um volume de vendas superior a 231 milhões de contos.

A Empresa realizou no ano transacto um investimento de 15,3 milhões de contos a custos técnicos e conta com a colaboração de 3 548 trabalhadores.

Para prestação do serviço de abastecimento de energia eléctrica aos seus 1 877 mil Clientes, a Empresa está estruturada em onze Centros de Distribuição – Aveiro, Braga, Bragança, Guimarães, Maia, Matosinhos, Penafiel, Porto, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Vila Real.



Macroestrutura da Empresa



Corpos Sociais e Quadros Dirigentes

Mesa da Assembleia Geral

Eng. João Carlos de Campos Guimarães
Presidente

Eng. José António Moreira da Silva Neto
Vice-Presidente

Eng. Agostinho Gonçalves Barreira
Secretário

Órgão de Fiscalização

ROC:

António Magalhães & Carlos Santos – SROC
Efectivo

Leal & Carreira - SROC
Suplente

Conselho de Administração

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Presidente

Eng. João José Gomes de Aguiar
Vogal

Eng. José Alberto Marcos da Silva
Vogal

Bacharel José Celestino Oliveira Rocha
Vogal

Eng. António Eduardo da Silva Oliva
Vogal

Assessor

Eng. António Ribeiro dos Santos
Assessor do Conselho de Administração

Director Adjunto

Eng. Fernando Leonel Ganso Barão
Director Adjunto do Conselho de Administração

Gabinetes

Dr. Manuel Cerveira Dias
Director de Gabinete Auditoria

Dr. Manuel Peres Correia
Director de Gabinete Jurídico

Dr. António Cândido Santos Silva

Resp. Comunicação

Direcções

Eng. Paulo Manuel S. Pinto de Almeida

Director Comercial

Eng. José António M. Silva Neto

Director Recursos Humanos

Eng. Agostinho Gonçalves Barreira

Director Técnico

Director Financeiro *

Centros de Distribuição

Eng. José Carlos Bronze Ramos

Director de Centro Aveiro

Eng. Mário Cunha Rodrigues Guimarães

Director de Centro Braga e Viana do Castelo

Eng. José Marcelino Gonçalves

Director de Centro Bragança e Vila Real

Eng. Técn. António Benjamim L. Santos Ferreira

Director de Centro Guimarães e Penafiel

Eng. António Manuel Marques de Sousa

Director de Centro Maia, Matosinhos, Porto e V. N. Gaia

* Avocado pelo Administrador Bacharel José Celestino Oliveira Rocha

Síntese

1. Em 1999 a EN prosseguiu o esforço de melhoria do serviço, que se traduziu numa redução das perdas, melhores condições de exploração e melhoria da qualidade de serviço prestada aos Clientes.

2. Foi dada continuidade à implementação da rede de Alto Débito de telecomunicações, tendo-se efectuado a instalação de cabos com fibras ópticas, envolvendo várias linhas de Alta e Média Tensão.

3. Dando seguimento à estratégia estabelecida para a evolução do comando e controlo da rede de distribuição de energia eléctrica da EN, foi concluída a concentração da operação da rede de Média Tensão da Área Metropolitana do Porto (AMP) no Despacho.

4. Prosseguiu a introdução do Sistema de Informação Técnica (SIT), nomeadamente no Centro de Distribuição Porto e Estrutura de Apoio.

5. Prosseguiu a estratégia de adequação dos recursos humanos às necessidades da sua actividade, tendo-se reforçado o peso dos Profissionais Altamente Qualificados. Realizaram-se 955 acções de formação profissional interna, com um total de 5 688 participações.

6. Tendo em vista a participação e adesão dos seus colaboradores, ao processo de criação da EDP Distribuição – Energia, S.A. resultante da fusão das 4 empresas distribuidoras, a EN levou a cabo diversas acções, particularmente a acção de sensibilização, "Construir e Viver Juntos a EDP-Distribuição", destinada a todos os seus colaboradores.

7. A política de Ambiente da EN constitui uma vertente essencial na cultura empresarial. A EN tem desenvolvido todos os esforços para conciliar as necessidades técnico-económicas da Empresa com a protecção do ambiente. Estão nesta linha as orientações de carácter arquitectónico presentes nos edifícios das subestações, insonorização dos equipamentos de energia e integração paisagística das redes no contexto ambiental.

8. Registou-se um acréscimo de 5,3% na energia entrada, que se situou nos 13 769 GWh.

9. A facturação de energia eléctrica foi de 232 milhões de contos.

10. Os resultados líquidos atingiram os 22,1 milhões de contos, valor inferior em 33% ao verificado no ano anterior.

11. Foi possível financiar com meios internos o investimento (15,3 milhões de contos a custos técnicos) e prosseguir a amortização da dívida à Holding de acordo com o programado.

12. A situação patrimonial da Empresa revela-se consistente com o rácio da solvabilidade total a situar-se em 1,99.

Movimentos de Energia

O balanço energético da EN apresenta um acréscimo de 5,3% de energia entrada relativamente a 1998, cujo valor atingiu os 13 769 GWh. A taxa média de crescimento nos últimos cinco anos da energia entrada foi de 5,1%.

O principal fornecedor foi a Rede Eléctrica Nacional (REN) com 12 165 GWh, correspondentes a 88% do total de fornecimentos.

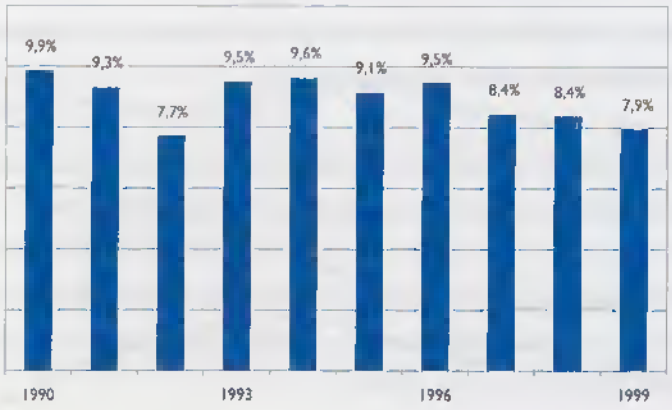
Os produtores independentes forneceram à EN 1 361 GWh, o que representa um acréscimo de 9% face ao ano anterior.

O total de energia saída foi, em 1999, de 12 677 GWh, ou seja 6% mais do que no ano anterior, uma subida idêntica ao crescimento médio anual nos últimos 5 anos. Este valor reparte-se por 12 668 GWh de venda de energia e por 9 GWh de consumos próprios.

As perdas, calculadas a partir da comparação entre a energia entrada na rede e a energia saída, atingiram 8%, correspondendo a uma diminuição de 5% em relação a 1998.

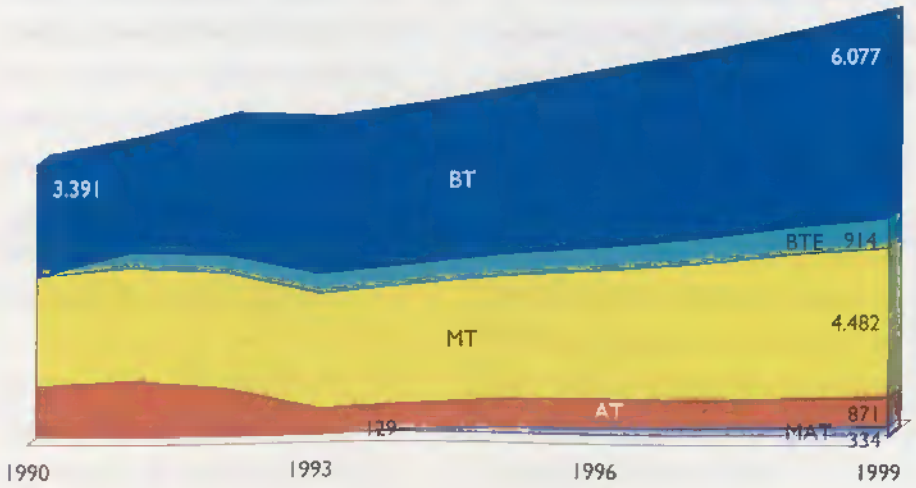
Na análise por tensão dos consumos verifica-se que, em 1999, 52% corresponde aos fornecimentos em Muito Alta Tensão (MAT), Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) e 48% a fornecimentos em Baixa Tensão (BT) e Iluminação Pública (IP). Relativamente ao ano anterior, relevam-se os aumentos nos fornecimentos em MAT, AT, BTE e BTN, superiores aos respectivos crescimentos médios nos últimos 5 anos.

Evolução das perdas



Na análise dos consumos finais de electricidade por sectores de actividade verifica-se que o crescimento global de 6% deveu-se, fundamentalmente, aos consumos não domésticos, domésticos e, em menor escala, aos consumos para usos industriais. Adicionalmente, verifica-se um crescimento contínuo do peso dos consumos não domésticos no total da procura e uma redução sustentada do peso dos usos industriais ao longo dos anos em análise, representando actualmente cerca de 43% do total.

Evolução dos consumos (GWh)



Actividade Empresarial

Política Comercial

A satisfação das necessidades e expectativas diferenciadas dos seus clientes é um objectivo estratégico da política comercial da EN.

A melhoria da qualidade do serviço é, portanto, uma preocupação constante na sua actividade, constituindo um valor da sua tradição e cultura empresarial.

Para facilitar aos clientes o pagamento das suas facturas, foi intensificada a promoção de diferentes modalidades, designadamente, transferência bancária e conta-certa que se traduziu em significativas novas adesões.

Número de Clientes

Em 31 de Dezembro de 1999 a EN tinha um total de 1 877 435 Clientes, sendo 1 cliente de MAT, 35 de AT, 6 527 de MT, 8 765 de BTE e 1 862 107 de BT.

Compra e Venda de Energia

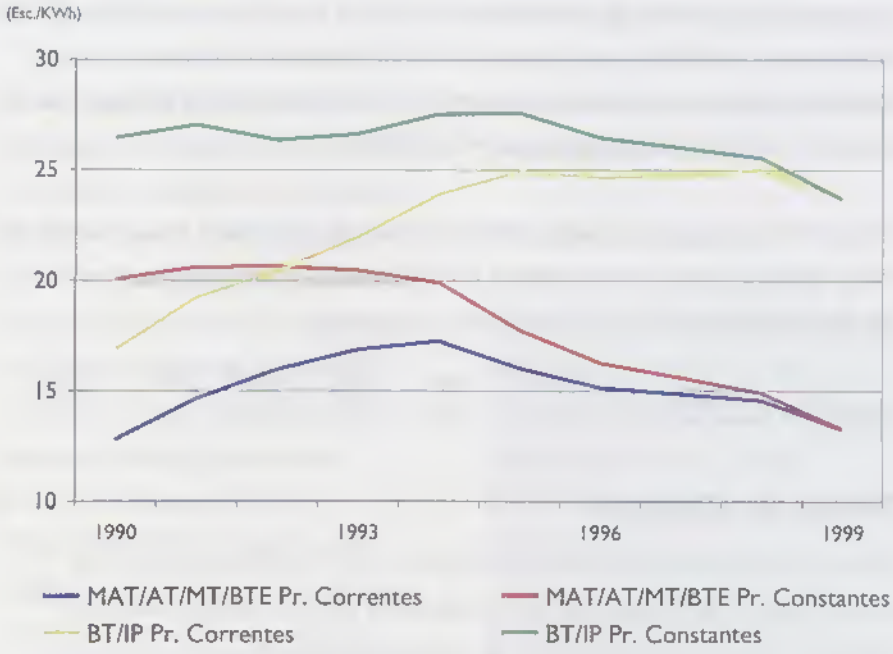
O total da energia adquirida em 1999 ascendeu a 140 milhões de contos, apresentando um crescimento de 7% em relação a 1998.

Os proveitos do exercício resultantes da venda de energia ascenderam a 231,7 milhões de contos, o que corresponde, relativamente a 1998, a uma diminuição de 1,7 milhões de contos, ou seja, -0,7%. Este valor resultou da conjugação do aumento dos consumos, 5,8%, e de um expressivo decréscimo do preço unitário médio global de venda de energia, -6,2%.

Vendas de energia eléctrica 1999

Nível de Tensão	Valor (milhares de contos)	Energia (MWh)	Preço Médio (ESC/kWh)
MAT	2.162	333.979	6,47
AT	7.571	870.604	8,70
MT	60.540	4.480.204	13,51
BTE	17.377	911.480	19,06
BT	138.354	5.710.997	24,23
IP	5.681	361.242	15,73
Total	231.685	12.668.506	18,29

Evolução dos preços médios de venda



Facturação e Cobrança

A facturação de energia eléctrica, incluindo IVA, atingiu em 1999, o montante global de 244 milhões de contos. Relativamente ao ano anterior, verificou-se uma diminuição global de 0,6%. A análise da repartição permite concluir que os fornecimentos em BT, incluindo a IP, com 62,2% do total, continuam a representar de forma sustentada, a maior parcela da facturação de energia eléctrica.

Tal como em anos anteriores, a facturação de 1999 teve uma redução de 2 milhões de contos, por força da aplicação da Adenda à Convenção Tarifária relativa aos Clientes grandes consumidores de energia eléctrica, e à Interruptibilidade.

Na área das modalidades de pagamento, é de salientar o incremento verificado na cobrança por Transferência Bancária, englobando a Conta Certa, reflexo da acção comercial promotora destas modalidades, com os consequentes benefícios para a Empresa e para o Cliente, atingindo-se o final do ano com 41% dos Clientes de Baixa Tensão a adoptarem estas formas de pagamento, 39% em 1998.

No que respeita à cobrança, a preocupação e o esforço da Empresa promovendo o pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos, bem como desenvolvendo acções que visam a progressiva normalização das dívidas em atraso, conduziram à redução significativa dos montantes em débito (-7,7%), ao passo que a diminuição da facturação foi bastante inferior (-0,7%).

Assim, constata-se que o indicador cobrança/facturação, referente a fornecimentos de energia eléctrica, abaixo inscrito, relativo a 1999, é de 101%, atingindo, portanto, um valor ligeiramente superior ao verificado no ano anterior.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Evolução do Rácio Cobrança/Facturação (%)	99,7	100,5	101,2	100,2	99,9	101,0

Dívidas de Clientes

Neste ano desenvolveram-se múltiplas diligências junto de tribunais cíveis onde correram acções de recuperação ou de falência de empresas nossas devedoras, tendo-se conseguido obter certidões de créditos reconhecidos pelos tribunais no montante de 527 milhares de contos, possibilitando-se, assim, a sua relevação como créditos incobráveis.

Os créditos sobre Clientes, resultantes da facturação por fornecimentos de energia eléctrica, excluída a dívida das autarquias consolidada em 1988/12/31 com acordo, era de 44 milhões de contos, uma redução de 8% face ao ano anterior. O valor da dívida corresponde a 18% da facturação anual de electricidade de 1999, enquanto que no ano anterior representava 20%.

A análise por sectores evidencia uma expressiva diminuição do valor em débito pertencente ao Sector Empresarial e Particulares.

Dívidas de clientes de electricidade

(milhares de contos)

Tipo de Cliente	98/12/31		99/12/31		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Estado e Organismos Oficiais	1.555	3,2	1.624	3,7	69	-1,9
Autarquias Locais	19.734	41,2	19.712	44,6	-22	0,6
Sector Empresarial e Privados	26.598	55,5	22.846	51,7	-3.752	101,3
Total	47.887	100,0	44.182	100,0	-3.705	100,0

Rede Técnica

Desenvolvimento da Rede

No ano de 1999 foi concluída a montagem das subestação de Valpaços e Lamações e instalada uma subestação móvel em Lourosa, tendo entrado em serviço as 3 subestações. A potência total nas subestações da EN passou a ser, no final de 1999, de 4 928 MVA.

No que se refere a linhas aéreas de 60 kV, entraram em serviço 19 novos traçados, associados quer a reconfiguração da rede de alta tensão, quer à entrada em serviço de novas subestações da EN (Lamações, Caniços, remodelação, e Valpaços), quer à entrada em serviço das subestações dos clientes/produtores independentes: LIPOR II, Águas Douro e Paiva, Águas do Cávado e Bragadas. Esta acção, conjuntamente com a desactivação de alguns traçados, contribuíram para que, fisicamente, a extensão de linhas aéreas deste nível de tensão passasse para 1 929 km.

Decorrente dos trabalhos realizados, elevou-se para 2 056 km o comprimento da rede de AT em exploração no final de 1999 (dos quais 60 km em traçados subterrâneos a 60 kV e 66 km em traçados aéreos a 132 kV).

Concluiu-se ainda 1 novo traçado (Águas Douro e Paiva-Castelo de Paiva) numa extensão de 6 km, que aguarda entrada em serviço, ficando a ser explorada a 15 kV.

Foi dada continuidade à implementação da rede de Alto Débito de telecomunicações, tendo-se efectuado a instalação de cabos com fibras ópticas (OPGW, cabo dieléctrico auto-suportado e de conduta), envolvendo 21 linhas de AT, 3 linhas de MT e 6 traçados subterrâneos.

Com estes novos 210 km de fibras, a rede de circuitos ópticos da EN apresenta um comprimento total de 415 km, que constituem o seu actual Sistema de Telecomunicações Industriais de Segurança, o qual recorre ainda à partilha de 200 km de fibras da REN. O planeamento e a implementação desta rede tem sido efectuada de forma integrada com a REN e com o E3G.

No âmbito do projecto de novas instalações e de remodelações, entraram ao serviço 4 Unidades Remotas de Teleacção (URT), 1 Unidade Remota de Teleacção e Automatismo (URTA) e 2 Sistemas de Comando e Controlo Numérico (SCCN), 1 deles na sua versão provisória.

Rede Técnica

Enquadrado no plano de modernização das protecções e automatismos das subestações da EN, foi efectuada a automatização das Unidades Remotas de Teleacção (URT), pertencentes às Subestações de Alfena, Entre-os-Rios e Valongo.

Dando seguimento à estratégia estabelecida para a evolução do comando e controlo da rede de distribuição de energia eléctrica da EN foi concluída a Concentração da operação da rede MT da Área Metropolitana do Porto (AMP) no Despacho. No sentido de aumentar a fiabilidade dos Centros de Comando MT foi efectuada a duplicação dos Concentradores Periféricos de Subestações (CPSEs) de Braga/ Viana e Vila Real/ Bragança.

Integrado no esforço de melhoria da qualidade de serviço, procedeu-se à remodelação de sistemas de protecção de painéis de AT em 7 subestações e 1 posto de corte, da rede alimentada por Canelas.

Deu-se ainda continuidade ao programa de Automatização e Telecomando da Rede MT da EN, através da montagem de 3 Interruptores Aéreos Auto-Religadores (IAR) e 5 Interruptores Aéreos Telecomandados (IAT), tendo-se atingido o número total de 168 IAR´s, 1 Disjuntor Aéreo Auto-Religador (DAR) e 11 IAT´s, instalados em vários Centros de Distribuição.

O esforço levado a cabo na rede de MT centrou-se, fundamentalmente, no aumento da sua fiabilidade, através da sua remodelação e optimização da sua exploração, de forma a reduzir o tempo de interrupção de fornecimento de energia.

Em termos de realizações na rede MT, entraram em serviço 340 km de linhas aéreas e 155 km de cabos subterrâneos, passando a sua extensão total a ser de 14 233 km e 2 170 km, respectivamente.

Foram ainda ligados 686 novos postos de transformação representando uma potência instalada de 258 MVA. A potência total instalada em postos de transformação atingiu, no final do ano, 4 924 MVA, distribuída por 16 107 postos de transformação.

Relativamente à rede de BT, entraram em serviço 701 km de linhas aéreas e 247 km de cabos subterrâneos. A rede BT da EN atingiu assim uma extensão total de 39 006 km de redes aéreas e 7 861 km de redes subterrâneas.

Indicadores de Utilização

Os indicadores de utilização das redes evoluíram positivamente durante o ano de 1999. Assim, a utilização da rede MT cresceu 4,2%, tendo atingido os 699 MWh/km; a rede BT registou 149 MWh/km com um aumento de 6,1%, e os postos de transformação tiveram uma utilização de 1 420 MWh/MVA e um acréscimo de 3,2%.

Qualidade de Serviço

Em 1999 verificaram-se 2 423 incidentes em linhas MT e Clientes AT, dos quais resultaram 5 087 MWh de Energia Não Distribuída (END) e 212 minutos de Tempo de Interrupção Equivalente (TIE).

Em relação a 1998, registaram-se menos 134 incidentes, mais 414 MWh de END e mais 9 minutos no TIE. Os acréscimos registados na END e no TIE deveram-se a alguns dias (1 de Setembro e 23 de Outubro) de condições atmosféricas extremamente adversas que afectaram significativamente os valores globais do ano.

Sistemas de Informação Técnica

A implementação do Sistema de Informação Técnica (SIT) na EN, em 1999, continuou essencialmente no Centro de Distribuição Porto e na Estrutura de Apoio.

No Centro de Distribuição Porto finalizou-se o carregamento de informação de rede MT, BT e IP e deu-se início à fase de exploração do sistema.

A exploração consiste em manter o sistema actualizado com as modificações diárias da rede e, consequente utilização dessa informação nos processos da distribuição,

sejam, planeamento, projecto, orçamentação, construção, condução, manutenção, comercial, informação ao cliente, informação de gestão etc. Para o efeito foram criadas fichas e definidos os métodos a utilizar.

Para a utilização das suas potencialidades, foram adquiridos terminais para acesso ao servidor do SIT.

Na Estrutura de Apoio foi realizado o carregamento da informação da rede de AT no SIT, com excepção das características dos equipamentos das instalações.

Relativamente à exploração da informação de AT, foram também já definidas fichas de actualização e adquirido equipamento informático.

Para suporte à visualização da rede, a cartografia de base já carregada consiste nas cartas do Exército em formato raster para a área da EN e nas cartas da Câmara Municipal do Porto em formato vectorial para o concelho do Porto. Também já existe, mas ainda não carregada, cartografia vectorial da Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Paredes, em resultado de protocolos com as respectivas Câmaras.

Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

Em 1999, a EN prosseguiu a estratégia de adequação dos Recursos Humanos às necessidades da sua actividade, através da formação profissional e da movimentação de pessoas.

Em 31 de Dezembro de 1999, o número de trabalhadores colocados na EN era de 3 570, dos quais 1 se encontrava requisitado pela Holding e 21 são trabalhadores cujo vínculo laboral estava suspenso por diversas razões. Durante o ano ocorreram 262 saídas e 59 entradas.

Evolução de efectivos

	97.12.31	98.12.31	1999			99.12.31	99-98 %
			Entradas	Saídas	Saldo		
Quadro Permanente Activo	4.177	3.751 (*)	13	241	-228	3.523 (**)	-6,1
Contratados a Termo	5	–	46	21	25	25	–
Total	4.182	3.751	59	262	-203	3.548	-5,4
Colocados e em exercício na Holding	1	1				1	
Colocados e em exercício noutras Emp. Grupo	4	1				4	
Quadro Suspenso	14	12				17	
Em exercício sem colocação (outras formas contratuais)	–	–				–	

(*) Inclui 2 membros do CA com vínculo laboral na EN

(**) Inclui 1 membro do CA com vínculo laboral na EN

Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

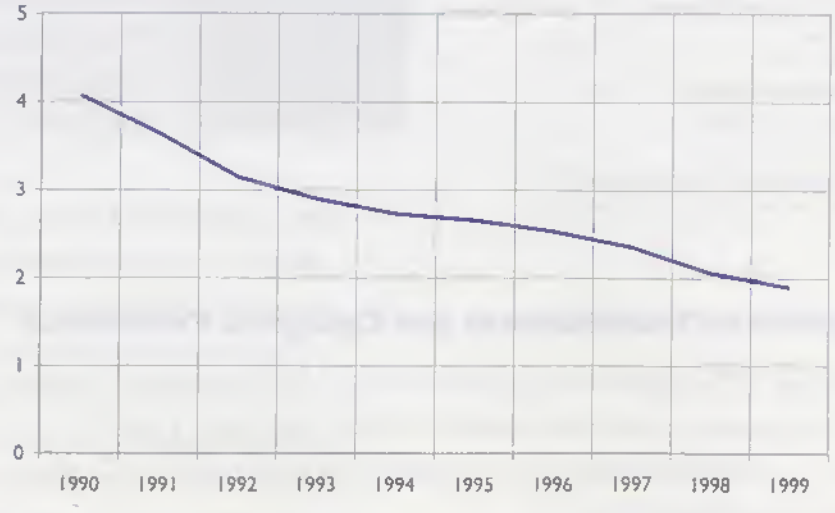
No final de 1999, prestavam serviço efectivo na EN 3 548 trabalhadores, dos quais 3 523 pertenciam ao quadro permanente e 25 eram contratados a termo. As maiores concentrações verificam-se nas categorias de Profissionais Semi-Qualificados (41%) e Qualificados (31%).

Número de trabalhadores por categoria profissional

Categoria Profissional	1997		1998		1999	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores/Chefias Superiores	28	0,7	26	0,7	22	0,6
Quadros Superiores	292	7,0	272	7,3	260	7,3
Quadros Médios	20	0,5	19	0,5	17	0,5
Chefias Intermédias/Secção	101	2,4	93	2,5	93	2,6
Profissionais Alt. Qualificados	530	12,7	511	13,6	502	14,1
Profissionais Qualificados	1.267	30,3	1.164	31,0	1.084	30,6
Profissionais Semi-Qualificados	1.800	43,0	1.564	41,7	1.454	41,0
Profissionais Não Qualificados	139	3,3	102	2,7	91	2,6
Contratos a Termo	5	0,1	–	–	25	0,7
Total	4.182	100,0	3.751	100,0	3.548	100,0

Um dos indicadores utilizados para medição da produtividade na Distribuição é o Número de Trabalhadores por mil Clientes. Este indicador tem evoluído positivamente, conforme se infere do gráfico seguinte, e apresentava em 31 de Dezembro de 1999 o valor de 1,89 por mil.

Número de trabalhadores por 1000 clientes



Formação Profissional

Realizaram-se 955 acções de formação profissional, com um total de 5 688 participações, obtendo-se assim uma taxa de participação de 162%, mais 1,5% do que a verificada em 1998.

A taxa de ocupação em formação foi de 0,8%, menor do que a do ano anterior (1,1%). Os principais destinatários da actividade formativa foram os colaboradores semi-qualificados (36% do total das participações), qualificados (28%), Quadros Superiores (15%) e altamente qualificados (12%).

Prevenção e Segurança

Continuou a ser dada prioridade à sensibilização em segurança como meio de alterar atitudes e comportamentos que levem à redução da sinistralidade na Empresa a atingir as metas de qualidade de serviço por todos pretendidas.

Foram objecto da maior atenção as auditorias de segurança e as visitas aos locais de trabalho para detecção de possíveis situações anómalas em relação ao cumprimento dos Planos de Segurança e de Saúde.

Na sequência da campanha de sensibilização em segurança "Apostar na Segurança: O futuro com confiança" foi elaborado um relatório final, que depois de aprovado foi divulgado nos diversos locais onde se realizaram as sessões com o envolvimento da equipa de projecto e das hierarquias dos grupos.

Registaram-se 77 acidentes de trabalho com baixa. Este número representa uma redução de 8,3% relativamente ao ano anterior. Contudo, há a lamentar a ocorrência de um acidente mortal de viação.

Os índices de frequência, 13,00%, e de incidência, 21,17%, mantiveram valores idênticos relativamente ao ano anterior. O índice de gravidade, 2,26%, teve um aumento significativo em comparação com o ano anterior, devido ao número de dias perdidos atribuídos ao acidente mortal.

Continuou a registar-se uma pequena mas sustentada redução da sinistralidade na Empresa, continuando os índices de sinistralidade a estar dentro de valores considerados muito bons para uma empresa com as características da EN.

Evolução Económica e Financeira

O resultado liquido da EN em 1999, atingiu os 22 milhões de contos, o que traduz uma redução de 33% relativamente ao ano anterior.

A diminuição dos proveitos por venda de energia eléctrica, reflectiu uma redução das tarifas de venda embora tenha havido um aumento dos kWhs vendidos (5,8%). Os proveitos por venda de electricidade diminuíram (0,8%) enquanto o seu custo aumentou 6,8% provocando uma diminuição da margem bruta de 10,5%.

Os restantes custos operacionais, no seu conjunto, aumentaram 3%. Para tanto contribuíram, principalmente, os custos com pessoal que cresceram 9%, devido ao acréscimo do encargos com reformas. Os fornecimentos e serviços externos aumentaram apenas 1,6%, reflectindo um esforço acentuado na contenção dos custos.

Os resultados operacionais tiveram uma evolução desfavorável de 36% relativamente aos do exercício anterior, devido, essencialmente, à redução da margem bruta.

Em 1999, continua a verificar-se uma melhoria dos resultados financeiros, enquanto os resultados extraordinários baixaram 19%.

Os indicadores económicos e financeiros continuam a traduzir uma sólida situação económico-financeira da EN.

Financiamento

O plano de amortização da dívida à EDP foi rigorosamente cumprido, nos seus termos e nos seus prazos.

Evolução da dívida

(milhares de contos)

	Saldo Inicial		Saldo Final	
Médio e longo prazo	49.959	80,0%	35.186	73,8%
Curto prazo	12.490	20,0%	12.490	26,2%
Total	62.449	100,0%	47.676	100,0%

Os encargos da dívida totalizaram 2,1 milhões de contos, verificando-se uma redução de 44% relativamente aos encargos em 1998. A taxa de juro continuou a tendência decrescente do ano anterior no decurso do primeiro semestre, invertendo aquela tendência no segundo semestre. O seu valor mínimo, 2,917%, foi atingido em Julho.

Foi efectuado encontro de contas, na EDP-Holding, entre a HDN e a EN e ainda com a dívida da EN à EDP-Holding, no valor de 2,3 milhões de contos.

No exercício de 1999 a Tesouraria inverteu a situação de recuperação que vinha manifestando, porquanto os recebimentos em 1999 foram inferiores aos de 1998 em 0,7% e os pagamentos superaram em 4,8% os do ano anterior.

A variação dos pagamentos ficou a dever-se, fundamentalmente, aos aumentos dos dividendos (62%), e do IRC (22,4%) do exercício de 1998, pagos em 1999.

No final de 1999, as disponibilidades, em caixa, bancos e na Holding, apresentam um saldo negativo de 5 milhões de contos. Todos os compromissos da Empresa para com o Accionista, o Estado e o Fundo de Pensões encontram-se satisfeitos.

As compensações recebidas pelas disponibilidades da Empresa na Holding totalizaram 266 milhares de contos, tendo sido de 125 milhares de contos os proveitos de antecipações de pagamentos, valores inferiores aos de 1998.

Os fluxos de tesouraria em 1999 (fluxos monetários e fluxos escriturais) resumem-se no quadro seguinte:

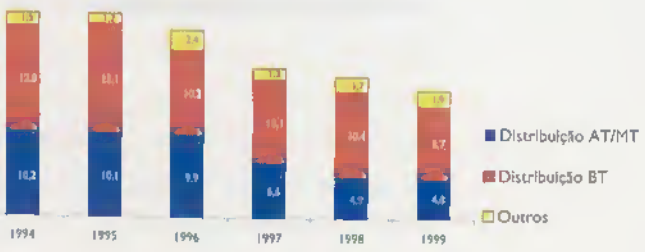
(milhares de contos)

Saldo em 1/1/99	11.831
Recebimentos	261.452
Pagamentos	278.289
Saldo em 31/12/99	**-5.006**

Investimento

A evolução do investimento a custos técnicos pode ser observada no gráfico seguinte:

Investimento a custos técnicos (milhões de contos)



Evolução Económica e Financeira

Como se constata, na sequência de um melhor aproveitamento e racionalização da capacidade instalada, o investimento realizado pela Empresa no imobilizado em AT e MT continua a diminuir.

Daquele imobilizado cerca de 53% está por amortizar, enquanto que essa percentagem é de 43% relativamente ao imobilizado BT. Neste destacam-se os contadores e acessórios que representam 38% do seu total.

Assim, o investimento tem vindo a ser orientado, prioritariamente e de forma selectiva, para o imobilizado em BT, pelo que do total deste investimento, 41% foi realizado na instalação e substituição de contadores.

As comparticipações recebidas durante o exercício ascenderam a 5,1 milhões de contos o que representa 33% do investimento a custos totais. Naqueles valores não se encontram incluídos 4,5 milhões de contos de comparticipações em espécie.

A estrutura dos custos do investimento em 1999 foi a seguinte:

Investimento 1999

(milhares de contos)

	Custos Directos	Custos Estrutura	Encargos Financeiros	Total
Distribuição AT/MT	4.105	647	97	4.849
Distribuição BT	6.812	1.438	39	8.289
Outros	2.195	144	24	2.363
Total	13.112	2.229	160	15.501

A relação dos encargos de estrutura sobre o investimento a custos directos tem vindo a aumentar, em virtude de os encargos de estrutura não terem diminuído na mesma proporção do investimento a custos directos. Aquela relação foi de 16,9% em 1999 e de 15,5% em 1998.

Balanço

A evolução da situação patrimonial foi a seguinte:

Balanço

(milhares de contos)

	1998	1999	
	Valor	Valor	Variação %
Activo			
Imobilizado líquido	315.283	305.296	-3,2
Circulante	63.406	54.275	-14,4
Acréscimos e diferimentos	8.023	7.528	-6,2
Total	**386.712**	**367.099**	**-5,1**
Capital próprio e passivo			
Capital próprio	172.071	182.226	5,9
Passivo	214.641	184.873	-13,9
A médio e longo prazo	98.132	57.265	-41,6
A curto prazo	50.942	56.369	10,7
Acréscimos e diferimentos	65.567	71.239	8,7
Total	**386.712**	**367.099**	**-5,1**

O imobilizado encontra-se adequadamente coberto pelos capitais permanentes, sendo o grau de cobertura de 78,5%.

Se considerássemos os subsídios ao investimento, 68,8 milhões de contos, relevados em proveitos diferidos, como um passivo a Médio e Longo Prazo (MLP), o imobilizado líquido ficaria totalmente coberto por capitais permanentes.

A redução do passivo a MLP em 41,6% reflecte, sobretudo, o seguinte:

- diminuição de dívida financeira à EDP, em 14,8 milhões de contos, sendo 12,5 referentes à redução de dívida da EN à EDP-Holding e 2,3 por encontro de contas com a HDN,
- transferência para o passivo a curto prazo de 5,2 milhões de contos referente ao valor das cauções prestadas por clientes,
- redução de provisões em 26,2 milhões de contos.

Evolução Económica e Financeira

Custos e Proveitos

A evolução dos custos e proveitos, na óptica do valor acrescentado, foi a seguinte:

Custos e proveitos

(milhares de contos)

		1998	1999	
		Valor	Valor	Variação %
Vendas de electricidade		233.433	231.685	-0,7
Outras vendas e prestações de serviços		888	879	-1,0
Trabalhos para a própria empresa (a)		9.938	9.105	-8,4
Produtos e trabalhos em curso		-1		-100,0
Outras receitas correntes		496	524	5,6
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	(+)	**244.754**	**242.193**	**-1,0**
Compras de electricidade		131.156	140.133	6,8
Materiais diversos		7.988	7.240	-9,4
Fornecimentos e serviços externos		11.480	11.664	1,6
Impostos indirectos		80	83	3,8
Consumos	(-)	**150.704**	**159.120**	**5,6**
Valor Acrescentado Bruto	(=)	**94.050**	**83.073**	**-11,7**
Despesas com o pessoal	(-)	22.346	24.398	9,2
Outros encargos de exploração	(-)	8.529	8.934	4,7
Outros proveitos de exploração	(+)	212	187	-11,8
Excedente Bruto de Exploração	(=)	**63.387**	**49.928**	**-21,2**
Despesas financeiras	(-)	3.606	2.039	-43,5
Receitas financeiras	(+)	2.540	1.383	-45,6
Imputação de despesas financeiras a TPE	(+)	424	160	-62,3
Resultados extraordinários (b)	(+)	417	-798	-291,4
Imposto sobre o rendimento	(-)	15.115	10.499	-30,5
Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow)	(=)	**48.047**	**38.135**	**-20,6**
Amortizações (líquidas)	(-)	21.064	21.844	3,7
Provisões (líquidas)	(-)	-6.141	-5.854	-4,7
Resultado Líquido	(=)	**33.124**	**22.145**	**-33,1**

(a) Sem encargos financeiros
(b) Expurgados das amortizações e das provisões (líquidas), não consideradas nos resultados operacionais

É de salientar o ligeiro decréscimo das receitas por vendas de electricidade (0,8%) e principalmente, a diminuição da margem bruta das vendas em 10,5%.

Realça-se ainda a diminuição do Excedente Bruto de Exploração, com uma variação de 21,2%.

Os resultados operacionais do exercício são de 25,3 milhões de contos, inferiores aos do exercício anterior em 14,1 milhões de contos. As principais contribuições

para esta diminuição, foram o aumento das compras de energia (9 milhões de contos) e a diminuição dos proveitos por venda de electricidade (1,7 milhões de contos).

No contexto actual da estrutura organizativa da Empresa, os fornecimentos e serviços de terceiros, embora tenham aumentado 1,6% (aumento inferior à taxa de inflação), não terão condições de diminuírem muito para além do nível que apresentam, pois os custos de conservação do imobilizado técnico específico representam 26% daquela rubrica.

Os custos com pessoal aumentaram 9%, 2,1 milhões de contos, não obstante a redução de efectivos. Este aumento deve-se ao acréscimo dos encargos com reformas (3 milhões de contos), representando estes 17,4% do total das despesas com pessoal. Efectivamente, deduzido o valor dos encargos com reformas aos custos com pessoal, verifica-se que estes baixaram 0,9 milhões de contos.

Os resultados financeiros continuam a melhorar significativamente, não só em consequência das sucessivas baixas da taxa de juro de financiamento, como da diminuição da dívida à EDP, provocando uma diminuição dos custos financeiros. Os ganhos e proveitos financeiros sofreram uma diminuição inferior à diminuição dos custos financeiros, o que corresponde à evolução dos últimos anos.

Os resultados extraordinários, reflectindo movimentos significativos no âmbito das provisões, têm tido sempre uma forte influência nos resultados líquidos da Empresa. Com efeito, no exercício de 1999 contribuíram para os resultados líquidos em 8 milhões de contos, 9,9 milhões em 1988.

Dos resultados extraordinários do presente exercício destacam-se: a redução 2,3 milhões de contos da provisão para dívidas consolidadas de Autarquias, com acordos efectuados em 1998, em virtude de se ter procedido à actualização financeira daquela dívida, com referência ao final do exercício, e a redução de provisões para reformas, actos médicos e racionalização de efectivos, no valor total de 4,1 milhões de contos.

Assim, o resultado líquido do exercício é de 22,1 milhões de contos, com uma variação negativa, relativamente ao exercício anterior, de 33,2%.

Em consequência, a rendibilidade dos capitais próprios é de 12,15%, tendo diminuído em 36,8% em relação a 1998.

Os meios libertos líquidos (cash-flow) foram de 38,1 milhões de contos, tendo sido suficiente para financiar as actividades de investimento e de financiamento da Empresa. Com todos os compromissos vencidos satisfeitos, as disponibilidades, no final do exercício, são negativas em 5 milhões de contos.

Indicadores

A rendibilidade e a estrutura financeira da Empresa podem ser observadas no quadro seguinte:

	1998	1999
Rendibilidade dos Capitais Próprios		
Resultados Líquido/Capital Próprio (%)	19,25	12,15
Rendibilidade Económica		
Resultados Operacionais/Activo (%)	10,20	6,89
Rendibilidade das Vendas		
Resultados Líquidos/Vendas (%)	14,18	9,55
Rotação do Activo		
Vendas/Activo (%)	60,40	63,15
Autonomia Financeira		
Capital Próprio/Activo (%)	44,50	49,64
Liquidez Geral		
Activo Circulante (*)/Passivo Curto Prazo (%)	92,69	68,96
Estrutura Financeira		
Capital Próprio/Passivo M.L.P.	1,75	3,18
Capacidade de Autofinanciamento		
Cash Flow/Investimento Custos Técnicos	2,83	2,49
Cobertura do Imobilizado		
Capital Permanente/Activo Imobilizado (%)	85,70	78,45
Solvabilidade Total		
Activo/Passivo	1,80	1,99
Prazo Médio de Recebimentos (meses)		
Créditos Correntes Clientes/Vendas x12	1,05	0,96
Taxa de Cobertura de Materiais Diversos (meses)		
Existências/Consumos x12	1,46	1,12
V.A.B. Per Capita (milhares de contos)		
V.A.B./Número médio de Efectivos	23,25	22,54
Vendas Per Capita (milhares de contos)		
Vendas/Número médio de Efectivos	57,75	62,89

(*) Deduzidos dos Créditos de M.L.P.

Os indicadores revelam uma situação económica e financeira sólida, apesar da evolução desfavorável de alguns deles.

Considerações Finais

Perspectivas para 2000

As alterações na legislação do sector eléctrico e as novas regras de funcionamento do mercado obrigaram a repensar a estrutura organizacional das empresas de distribuição da EDP, tendo-se estabelecido como orientação estratégica a formação de uma empresa única, EDP Distribuição - Energia S.A., resultante da fusão das actuais 4 empresas, EN, CENEL, LTE e SLE. Neste sentido foi celebrada escritura notarial da fusão das referidas 4 empresas em 2000.02.14.

Os objectivos estratégicos desta fusão visam aumentar quer a eficiência da gestão do negócio da Distribuição da EDP nas suas componentes de Redes e Comercial, quer a eficácia comercial da EDP, no contexto da liberalização do sector eléctrico e garantir a liderança, de forma rentável, na qualidade de serviço prestado ao Cliente.

Assim, a separação organizativa do negócio Comercial em conformidade com os novos requisitos regulamentares, bem como a criação de duas Áreas de Negócio (Gestão da Rede e Serviços de Rede), com filosofias e objectivos de gestão distintos, acompanham as tendências internacionais.

Aliado aos resultados decorrentes desta reestruturação, torna-se indispensável que um bom nível de crescimento dos consumos e uma adequada política de investimentos e dos custos de manutenção da rede, compensem a diminuição dos preços de venda da energia eléctrica.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Artº 25º dos Estatutos da EN, propõe que o resultado líquido do exercício de 1999 no valor de 22 144 865 552$00 tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	1.107.245.000$00
Para Dividendos	19.500.000.000$00
Para Resultados Transitados	1.537.620.552$00

Nota Final

Ao concluir a apresentação do Relatório do Exercício de 1999 o Conselho de Administração em exercício manifesta o seu reconhecimento a todos os que contribuíram para a concretização dos objectivos da Empresa.

Aos trabalhadores pelo seu valoroso empenhamento e competência profissional.

Às entidades governamentais e da Administração Pública e Local em geral, pelo apoio e colaboração que nos prestaram sempre que necessário, contributo decisivo para o bom desempenho da Empresa.

Ao Conselho de Administração da EDP, pelo modo como nos apoiou e pela confiança que sempre nos manifestou.

Ao Revisor Oficial de Contas, pela sua disponibilidade e colaboração no exercício das suas atribuições.

Porto, 29 de Fevereiro de 2000

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Anexo ao Relatório de Gestão

1) Art.º 447.º n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP - Electricidade de Portugal, S.A., com a qual a EN - Electricidade do Norte, S.A., está em situação de Grupo:

			Acções		
Membros do CA	Data	Preço em escudos	Aquisição	Venda	Saldo em 31-Dez-99
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães	16 de Junho 1997	933.450	450		816
	Junho 1998		16		
	29 de Junho 1998	1.435.018	350		
Cônjuge: Emília M. Pimentel Morgado	16 de Junho 1997	383.625	175		254
	Junho 1998		4		
	29 de Junho 1998	316.050	75		
João José Gomes de Aguiar	26 de Junho 1998	1.435.018	350		855
	Junho 1999		14		
Cônjuge: Maria de Fátima B. M. de Aguiar	26 de Junho 1998	423.550	100		307
	Junho 1999		4		
José Marcos da Silva	16 de Junho 1997	930.150	450		802
	Junho 1998		15		
	30 de Junho 1998	1.327.300	325		
	Junho 1999		12		
Cônjuge: Maria Albertina N. M. Marcos da Silva	-16 de Junho 1997	383.625	175		255
	Junho 1998		3		
	30 de Junho 1998	316.050	75		
	Junho1999		2		
Filho menor: José Filipe M. Marcos da Silva	30 de Junho 1998	423.550	100		102
	Junho 1999		2		
António Eduardo da Silva Oliva	30 de Junho 1998		225		234
	Junho 1999		9		
José Celestino Oliveira Rocha	30 de Junho 1998	1.327.300	325		337
	Junho 1999		12		
Cônjuge: Maria Cardoso Roldão	30 de Junho 1998	423.550	100		102
	Junho 1999		2		
ROC					
Carlos Alberto Freitas dos Santos	16 de Junho 1997	383.625	175		280
	Junho 1998		3		
	30 Junho 1998	437.050	100		
	Junho 1999		2		
Cônjuge: Maria da Conceição D. L. Freitas dos Santos	16 de Junho 1997	383.625	175		280
	Junho 1998		3		
	30 de Junho 1998	437.050	100		
	Junho 1999		2		

2) Art.° 448.° n.° 4, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 1999, eram titulares do Capital da EN – Electricidade do Norte, S.A.:

EDP – Electricidade de Portugal, S.A.,
com sede na Avenida José Malhoa, lote A 13, Lisboa: 100% do capital social

Não se verificou durante o exercício de 1999 qualquer mudança de titularidade das acções da sociedade por qualquer causa.

Porto, 29 de Fevereiro de 2000

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Documentos de Prestação de Contas da EN

50 Balanço em 31 de Dezembro de 1999

52 Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999

54 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

78 Demonstração dos Fluxos de Caixa

79 Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

80 Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

81 Valor Acrescentado Bruto

Balanço em 31 Dezembro de 1999

Unidade: escudos

Notas	Activo	Exercícios 1999 Activo Bruto	Amortiz. Provis.	Activo Líquido	1998 Activo Líquido
	Imobilizado:				
10	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	24.532.390	19.093.996	5.438.394	10.275.896
		24.532.390	19.093.996	5.438.394	10.275.896
03.a/10	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	28.683.682.140	26.130.101.884	2.553.580.256	3.125.441.736
	Terrenos e recursos naturais	4.865.356.178		4.865.356.178	4.862.475.678
	Edifícios e outras construções	7.610.148.042	3.573.240.239	4.036.907.803	4.008.696.009
	Equipamento básico	605.127.050.817	318.720.804.075	286.406.246.742	288.104.030.048
	Equipamento de transporte	2.812.888.117	2.214.413.149	598.474.968	584.705.509
	Ferramentas e utensílios	495.167.649	462.991.690	32.175.959	36.044.958
	Equipamento administrativo	3.562.608.618	2.845.273.334	717.335.284	704.006.057
	Diferenças de câmbio	569.216.539	118.579.842	450.636.697	469.614.169
	Outras imobilizações corpóreas	116.504.563	54.882.545	61.622.018	66.971.663
	Imobilizações em curso	5.510.503.979		5.510.503.979	5.787.655.771
	Adiantamento p/conta imob. corpóreas	57.569.960		57.569.960	57.938.801
		659.410.696.602	354.120.286.758	305.290.409.844	307.807.580.399
	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do grupo				7.092.072.033
	Títulos e outras aplicações financeiras				372.838.777
					7.464.910.810
	Circulante:				
03.b/41	Existências:				
	Matérias-primas, subsid. e de consumo	671.833.250		671.833.250	970.959.855
42	Produtos e trabalhos em curso	3.638.844		3.638.844	3.407.398
		675.472.094		675.472.094	974.367.253
	Dívidas de terceiros – Médio e longo prazo:				
23/48.a	Autarquias - Dívida de 31/12/88 s/ac	12.628.686.412	12.628.686.412		
	Autarquias – Dívida de 31/12/88 c/ac	24.652.769.907	10.654.280.818	13.998.489.089	12.330.050.443
48.h	Empresas do Grupo – Empréstimos				2.282.743.470
48.d	Imobilizados em integração compensados	2.670.114.927	1.423.711.434	1.246.403.493	1.426.391.966
32.a	Outros devedores	159.399.000		159.399.000	147.946.080
		40.110.970.246	24.706.678.664	15.404.291.582	16.187.131.959
	Dívidas de terceiros – Curto prazo:				
	Autarquias – Dívida até 31/12/88 c/ac	510.544.600		510.544.600	456.664.000
	Clientes, c/c	18.450.499.242		18.450.499.242	20.520.596.315
23	Clientes de cobrança duvidosa	13.285.882.338	13.265.947.664	19.934.674	130.361.267
48.h	Empresas do Grupo – Empréstimos				570.685.872
48.i	Estado e outros entes públicos	236.028.637		236.028.637	77.743.849
23/48.c	Outros devedores	18.779.374.289	215.173.934	18.564.200.355	24.074.734.362
		51.262.329.106	13.481.121.598	37.781.207.508	45.830.785.665
	Depósitos bancários e caixa:				
	Caixa	2.168.464		2.168.464	73.445.427
	Depósitos à Ordem	412.855.482		412.855.482	340.528.400
		415.023.946		415.023.946	413.973.827
	Acréscimos e Diferimentos:				
48.b	Acréscimos de proveitos	6.586.141.991		6.586.141.991	6.887.594.467
	Custos diferidos	941.430.574		941.430.574	1.135.137.099
		7.527.572.565		7.527.572.565	8.022.731.566
	Total de Amortizações		354.139.380.754		
	Total de Provisões		38.187.800.262		
	Total do Activo	759.426.596.949	392.327.181.016	367.099.415.933	386.711.757.375

Direcção Financeira
A Técnica Oficial de Contas
Maria Alice Jorge Pereira Almeida

Unidade: escudos

Capital próprio e passivo

Notas		Exercícios 1999	1998
36/37/40	**Capital Próprio:**		
	Capital	67.950.000.000	67.950.000.000
	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(55.050.003)	(158.999.039)
	Reservas:		
40.a	Reservas legais	4.884.342.160	3.228.112.160
	Outras reservas	67.926.491.946	67.926.491.946
40.c	Resultados transitados	19.375.599.745	588.106
	Subtotal	160.081.383.848	138.946.193.173
	Resultado líquido do exercício	22.144.865.552	33.124.469.043
	Total do capital próprio	182.226.249.400	172.070.662.216
	Passivo:		
03.g.h./34	Provisões para riscos e encargos:		
	Provisões para reformas antecipadas		13.053.100.985
	Outras provisões para riscos e encargos	18.742.856.526	26.057.626.000
		18.742.856.526	39.110.726.985
	Dívidas a terceiros – Médio e Longo Prazo:		
48.g	Empresas do grupo – Empréstimos	35.186.206.052	49.958.599.346
29	Outros credores	782.397.867	5.936.924.088
03.a.III	Conta de regularização (Regime DL 344-B/82)	2.553.580.256	3.125.441.736
		38.522.184.175	59.020.965.170
	Dívidas a terceiros – Curto Prazo:		
	Dívidas a instituições de crédito	1.204.772.888	2.594.332.630
	Fornecedores, c/c	16.037.027.297	15.507.161.379
	Fornecedores – Facturas em recepção e conferência	2.936.766	2.329.888
48.g	Empresas do grupo – Empréstimos	12.489.649.824	12.489.649.824
	Fornecedores de imobilizado c/c	2.249.240.264	2.581.485.594
48.i	Estado e outros entes públicos	11.278.113.639	16.067.827.406
48.c	Outros credores	13.107.620.287	1.699.361.652
		56.369.360.965	50.942.148.373
48.b	Acréscimos e diferimentos:		
	Acréscimos de custos	2.449.239.868	3.842.604.820
	Proveitos diferidos	68.789.524.999	61.724.649.811
		71.238.764.867	65.567.254.631
	Total do Passivo	184.873.166.533	214.641.095.159
	Total do Capital Próprio e do Passivo	**367.099.415.933**	**386.711.757.375**

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999

Custos e perdas		Exercícios 1999		1998		Unidade: escudos
Notas						
41	Custo das existências vendidas e consumidas					
	Electricidade	140.133.127.096		131.155.753.236		
	Materiais diversos	7.240.173.358	147.373.300.454	7.988.374.056	139.144.127.292	
	Fornecimentos e serviços externos		11.664.165.900		11.480.122.036	
	Custos com pessoal:					
	Remunerações					
43	Remuneração dos órgãos sociais	27.102.100		32.930.043		
	Remuneração do pessoal	15.319.155.219		14.662.451.886		
	Encargos sociais:					
03.g	Complemento de pensões de reforma	1.293.843		769.983		
	Prémios para pensões	2.200.356.325		561.483.215		
	Encargos s/remunerações	3.445.069.398		3.483.819.881		
	Custos de acção social	2.052.118.836		1.962.195.008		
	Outros	1.352.465.962	24.397.561.683	1.642.279.475	22.345.929.491	
10.b	Amortizações do exercício	22.417.027.874		21.990.551.649		
34	Provisões do exercício	2.371.396.980	24.788.424.854	2.383.852.730	24.374.404.379	
	Impostos:					
	Impostos indirectos	82.544.184		80.172.883		
	Impostos directos	19.730.309		19.275.689		
03.a.III	Rendas de concessões	8.834.300.000		8.385.252.000		
	Outros custos e perdas operacionais	79.641.042	9.016.218.535	124.685.498	8.609.386.070	
	A – Custos e perdas operacionais		**217.239.671.426**		**205.953.969.268**	
45	Custos e perdas financeiras					
45.a	Juros	2.037.405.189		3.604.474.436		
	Perdas em emp. do Grupo e associadas			85.047		
	Diferenças de câmbio desfavoráveis	89.070		61.148		
	Out. custos e perdas financ. e similares	1.619.682	2.039.113.941	1.340.581	3.605.961.212	
	C – Custos e perdas correntes		**219.278.785.367**		**209.559.930.480**	
46	Custos e perdas extraordinárias					
	Dívidas incobráveis	1.978.021.594		512.765.787		
	Perdas em existências	19.126.752		10.032.683		
	Perdas em imobilizações	70.188.451		117.556.094		
	Correcções exercícios anteriores	101.032.880		648.581.577		
	Outros custos e perdas extraordinárias	1.625.439.457	3.793.809.134	8.471.757.032	9.760.693.173	
	E – Custos e perdas do exercício		**223.072.594.501**		**219.320.623.653**	
48.i	Imposto sobre o rendimento do exercício		10.499.201.061		15.114.877.821	
	G – Custos totais		**233.571.795.562**		**234.435.501.474**	
	Resultado líquido do exercício		22.144.865.552		33.124.469.043	
	Total		255.716.661.114		267.559.970.517	

Resultados Operacionais	(B)-(A)
Resultados Financeiros	[(D)-(B)]-[(C)-(A)]
Resultados Correntes	(D)-(C)
Resultados Antes de Impostos	(F)-(E)
Resultado Líquido do Exercício	(F)-(G)

Direcção Financeira
A Técnica Oficial de Contas
Maria Alice Jorge Pereira Almeida

Proveitos e ganhos

Unidades: escudos

Notas		Exercícios 1999		1998	
44	Vendas				
	De energia eléctrica	231.684.753.069		233.433.486.208	
	Outras	129.579.066	231.814.332.135	159.386.192	233.592.872.400
	Prestações de serviços		749.635.762		728.219.436
42	Variação da produção				
	Produtos e trabalhos em curso:				
	Existências finais	3.638.844		3.407.398	
	Existências iniciais	3.407.398	231.446	3.933.729	(526.331)
48.f	Trabalhos para a própria empresa		9.265.483.345		10.362.479.649
	Proveitos suplementares		524.313.316		495.926.044
48.e	Subsídios à exploração		139.972.949		163.857.504
	Outros proveitos e ganhos operacionais		47.058.609		48.465.672
	B – Proveitos e ganhos operacionais		242.541.027.562		245.390.994.374
45	Proveitos e ganhos financeiros				
45.b	Outros juros e proveitos similares:	1.382.611.140		2.078.176.338	
	Ganhos em emp. do Grupo e associadas			461.811.180	
	Diferenças de câmbio favoráveis	667	1.382.611.807	5.106	2.539.992.624
	D – Proveitos e ganhos correntes		243.923.639.369		247.930.986.998
46	Proveitos e ganhos extraordinários				
	Ganhos em imobilizações	53.592.804		53.541.243	
	Reduções de amortizações e de provisões	8.225.031.192		14.761.985.337	
	Correcções relativas a exercícios anteriores	10.323.800		180.208.763	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.504.073.949	11.793.021.745	4.633.248.176	19.628.983.519
	F – Proveitos totais		255.716.661.114		267.559.970.517
			25.301.356.136		39.437.025.106
			(656.502.134)		(1.065.968.588)
			24.644.854.002		38.371.056.518
			32.644.066.613		48.239.346.864
			22.144.865.552		33.124.469.043

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

00 – Nota Introdutória

a) Objecto e detentores do capital

A EN – Electricidade do Norte, S.A., resultou da cisão da EDP em harmonia com o disposto no DL 7/91, de 8 de Janeiro e 131/94, de 19 de Maio, aprovada em assembleia geral de accionistas de 18 de Agosto de 1994, e tem por objecto o estabelecimento e a exploração do serviço público de distribuição e venda de energia eléctrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada.

O capital social da EN – Electricidade do Norte, S.A., de 67,950 milhões de contos, é detido totalmente pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A., tendo sido integralmente realizado em espécie por bens activos e passivos.

b) Regime de preços de venda de energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas), são fixados por convenção negociada entre o Grupo EDP e a Direcção Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei n.º 18-A/89, de 12 de Janeiro.

c) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As condições de aquisição de energia eléctrica à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. foram estabelecidas no documento "Sistema Tarifário Transporte--Distribuição 1995; Regras de Facturação e Preços", elaborado e posto em aplicação pela EDP, S.A.,

As condições de aquisição de energia eléctrica a terceiros são reguladas pelos Decretos-Lei 189/88 de 27 de Maio, 186/95 de 27 de Julho e 313/95 de 24 de Novembro.

d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto--Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em Baixa Tensão está atribuído aos municípios. A Empresa no entanto, procede à distribuição de energia eléctrica neste nível de tensão, com base em contratos de concessão estabelecidos com os municípios da sua área de exploração.

Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes. (nota 03.a.III).

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão de distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (notas 03.a. III e 10.c.II), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (nota 03.a.III).

e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas omitidas ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

Os valores indicados são expressos em Escudos, salvo quando se indique unidade diferente.

01 – Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

A Empresa procedeu à contabilização dos encargos resultantes de benefícios sociais a trabalhadores de acordo com o disposto no "International Accounting Standard (IAS) nº 19", derrogando deste modo e nesta medida, o disposto na "Directriz Contabilística (DC) nº 19", a qual corresponde à transposição para o normativo português da versão anterior daquele normativo internacional.

Tendo em consideração o entendimento corrente de que a responsabilidade construtiva por

encargos com reestruturação dos recursos humanos é do Grupo EDP, e inerentemente da Empresa-Mãe, a transposição para o novo quadro de critérios e práticas contabilísticas de reconhecimento destas responsabilidades, implicou o registo em Resultados Transitados de um ganho de 12 581,7 milhares de contos.

03 – Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações Corpóreas

I) Imobilizações de propriedade da EN

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores de custo que resultaram do processo de reestruturação da EDP, S.A. em referência a 1 de Janeiro de 1994 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura.

As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do artº 39 do Estatuto da EDP, por despacho do Secretário de Estado de Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 46), pela amortização das comparticipações registadas em Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para Investimento, efectuada durante um período de trinta anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado

são consideradas como custos do exercício no ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para custos do exercício num período máximo de seis anos (nota 48.b.I)

II) Imobilizações em regime de locação financeira

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidas no Balanço.

Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos nos valores das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

III) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa.

Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em Imobilizações Corpóreas (nota 10), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os municípios e a EDP e das diversas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 46), pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores – Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes. Os períodos de concessão vigoram, de um modo

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

geral, por um prazo de vinte anos, renovável, podendo a concessão ser revogada mediante aviso prévio de dezoito meses.

b) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio ponderado.

c) Dívidas a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se inteiramente com aquisições para investimento e conservação da rede de distribuição e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.

No final do ano, os saldos a pagar em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do balanço (nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas em Resultados do Exercício.

d) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias e levantamentos de informação das redes eléctricas para o Sistema de Gestão de Incidentes (SGI) são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos – Custos Diferidos e transferidos para resultados no período máximo de seis anos.

No exercício de 1997 foram também contabilizados nesta rubrica 800 000 contos pagos à C.M. Santo Tirso, referentes à prorrogação do contrato de concessão. De conformidade com a Directriz Contabilística n.º 4/91, estes custos são transferidos para resultados durante o prazo do referido contrato (nota 48.b).

e) Encargos Financeiros

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a imobilizações em curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (nota 11).

f) Encargos de Estrutura

Os encargos gerais de estrutura (incluindo os custos de gestão da Holding) são repartidos entre o investimento e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao Investimento imputada aos diversos empreendimentos em curso.

g) Pensões e Encargos Associados

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto no International Accounting Standard nº 19, derrogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística nº 19 (nota 31).

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito o Grupo EDP constituiu um Fundo de Pensões autónomo, comum a todas as Empresas do Grupo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 99.12.31. A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa, ao passarem à situação de reforma, mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

h) Provisões para Revisão da Contratação Colectiva e para Racionalização de Recursos Humanos

Foi decidido criar em 1997 estas provisões para ocorrer aos encargos decorrentes da reestruturação da Empresa, prevista no Plano Estratégico da EDP.

A Provisão para Racionalização de Recursos Humanos foi utilizada no montante de 458 225 contos correspondendo a indemnizações pagas em processos de rescisão negociada e em incentivos para

antecipação da data de passagem à situação de reforma antecipada ou de pré-reforma.

i) Provisões para Dívidas Consolidadas de Autarquias

Mantém-se o critério do cálculo da provisão para dívidas consolidadas de Autarquias com acordo de pagamento, actualizando a dívida em 99/12/31.

04 – Câmbios Utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal – cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1999/12/31:

CHF.....124,903

06 – Imposto Sobre o Rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início no exercício de 1994. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos (dez para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1994 a 1999, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999.

A Empresa não tem por política reconhecer contabilisticamente o eventual efeito das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base fiscal e contabilística.

07 – Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 3 686 (1998: 4 045), não existindo assalariados.

08 – Despesas de Instalação

Esta rubrica inclui custos com o registo comercial e com a mudança da sede social da Empresa.

10 – Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de instalação	24.532.390					24.532.390
Total (1)	24.532.390					24.532.390
Imobilizações Corpóreas						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	28.710.131.393				(26.449.253)	28.683.682.140
Subtotal (2.1)	28.710.131.393				(26.449.253)	28.683.682.140
Imobilizações Próprias EN						
Terrenos e Recursos Naturais	4.862.475.678		2.183.000		697.500	4.865.356.178
Edifícios e Outras Construções	7.434.440.094		176.405.448		(697.500)	7.610.148.042
Equipamento Básico	586.066.195.527		19.533.918.225	(8.141.484)	(464.921.451)	605.127.050.817
Equipamento Técnico Específico	585.551.963.250		19.510.836.991		(464.921.451)	604.597.878.790
Distribuição de Electricidade	585.551.963.250		19.510.836.991		(464.921.451)	604.597.878.790
Outro Equipamento Básico	514.232.277		23.081.234	(8.141.484)		529.172.027
Equipamento de Transporte	2.889.232.438		265.055.035	(322.009.768)	(19.389.588)	2.812.888.117
Ferramentas e Utensílios	491.927.162		10.499.388		(7.258.901)	495.167.649
Equipamento Administrativo	3.339.310.960		256.774.621	(6.503.263)	(26.973.700)	3.562.608.618
Diferenças de Câmbio	569.216.539					569.216.539
Outras Imobilizações Corpóreas	116.504.563					116.504.563
Subtotal (2.2)	605.769.302.961		20.244.835.717	(336.654.515)	(518.543.640)	625.158.940.523
Imobilizações em Curso	5.787.655.771		14.964.684.682		(15.241.836.474)	5.510.503.979
Adiantamento p/c de Imobiliz. em Curso	57.938.801		57.569.960		(57.938.801)	57.569.960
Subtotal (2.3)	5.845.594.572		15.022.254.642		(15.299.775.275)	5.568.073.939
Total (2)	640.325.028.926		35.267.090.359	(336.654.515)	(15.844.768.168)	659.410.696.602
Investimentos Financeiros						
Partes de Capital em Empresas do Grupo	7.464.910.810			(7.464.910.810)		
Total (3)	7.464.910.810			(7.464.910.810)		
Total Geral (1)+(2)+(3)	**647.814.472.126**		**35.267.090.359**	**(7.801.565.325)**	**(15.844.768.168)**	**659.435.228.992**

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

b) Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações e Abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de instalação	14.256.494		4.837.502		19.093.996
Total (1)	14.256.494		4.837.502		19.093.996
Imobilizações Corpóreas					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	25.584.689.657		571.861.480	(26.449.253)	26.130.101.884
Subtotal (2.1)	25.584.689.657		571.861.480	(26.449.253)	26.130.101.884
Imobilizações Próprias EN					
Edifícios e Outras Construções	3.425.744.085		147.496.154		3.573.240.239
Equipamento Básico	297.962.165.479		21.173.996.517	(415.357.921)	318.720.804.075
Equipamento Técnico Específico	297.560.212.269		21.152.168.228	(407.216.437)	318.305.164.060
Distribuição de Electricidade	297.560.212.269		21.152.168.228	(407.216.437)	318.305.164.060
Outro Equipamento Básico	401.953.210		21.828.289	(8.141.484)	415.640.015
Equipamento de Transporte	2.304.526.929		237.913.163	(328.026.943)	2.214.413.149
Ferramentas e Utensílios	455.882.204		14.368.387	(7.258.901)	462.991.690
Equipamento Administrativo	2.635.304.903		242.227.554	(32.259.123)	2.845.273.334
Diferenças de Câmbio	99.602.370		18.977.472		118.579.842
Outras Imobilizações Corpóreas	49.532.900		5.349.645		54.882.545
Subtotal (2.2)	306.932.758.870		21.840.328.892	(782.902.888)	327.990.184.874
Total (2)	332.517.448.527		22.412.190.372	(809.352.141)	354.120.286.758
Total Geral (1)+(2)	**332.531.705.021**		**22.417.027.874**	**(809.352.141)**	**354.139.380.754**

c) Observações

I) Nas imobilizações próprias, o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a distribuição de energia eléctrica e os respectivos terrenos, edifícios e instalações que lhes estão afectos.

II) As imobilizações corpóreas do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão transferidos das autarquias locais em regime de concessão.

Estes patrimónios, embora explorados pela EN, continuam propriedade das autarquias, totalizando em 31 de Dezembro de 1999:

Imobilizado	28.683.682.140
Amortizações	26.130.101.884
Valor Líquido	2.553.580.256

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade da EN para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos municípios (nota 48 d).

11 – Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na nota 03.e, foram capitalizados no exercício em Imobilizações em Curso juros de financiamento nos seguintes montantes:

Rubricas	Juros de Financiamento	
	1999	1998
Imobilizações em Curso		
Edifícios e Outras Construções	1.029.067	3.548.977
Equipamento Básico	158.031.768	385.656.221
Equipamento Técnico Específico	158.031.768	385.656.221
Distribuição de Electricidade	158.031.768	385.656.221
Estudos e Projectos	1.357.471	34.842.106
Total	160.418.306	424.047.304

12 – Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP, ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 399-G/84	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 264/92

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

14 – Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos)

	1999	1998
Afectas à Distribuição de Electricidade	286.292.714.730	287.991.750.981
Não específicas	10.819.616.230	10.784.229.096
Implantadas em propriedade alheia	56.424.689	60.564.014
Reversíveis (*)	2.553.580.256	3.125.441.736

(*) As imobilizações reversíveis correspondem aos patrimónios afectos à Distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão em regime de concessão, transferidos das Autarquias Locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício

	1999	1998
Juros de financiamento	160.418.306	424.047.304

15 – Bens Utilizados em Regime de Locação Financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira são exclusivamente Equipamento de Transporte.

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento de Transporte	31.511.014	8.586.543	22.924.471

Pagamentos futuros:

Rubricas	Amortizações do Capital em Dívida	Encargos Financeiros	IVA	Total
Equipamento de Transporte	17.525.458	543.363	2.520.577	20.589.398

22 – Valor das Existências que se encontram fora da Empresa

	1999	1998
Materiais diversos em trânsito	169.040	169.040

23 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

	1999	1998
Clientes C/C – Autarquias locais		
Dívida consolidada em 31/12/88 sem acordo	12.628.686.412	12.628.686.412
Clientes de cobrança duvidosa	13.285.882.338	14.883.322.233
Outros Devedores	2.992.120.949	2.885.919.117
Total	28.906.689.699	30.397.927.762

25 – Valores a Receber e a Pagar do e ao Pessoal

	1999	1998
A receber do Pessoal	27.817.737	31.107.681
A pagar ao Pessoal	4.506.065	1.755.172

Dos valores a receber constam 3 684 contos de adiantamentos de remunerações a regularizar aquando do seu processamento e 11 018 contos de adiantamentos para assistência médica a trabalhadores do activo e a reformados.

28 – Dívidas Vencidas ao Estado e Outros Entes Públicos

A Empresa não tem dívidas em mora ao Estado e outros Entes Públicos, incluindo à Segurança Social.

29 – Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo

	1999		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos (Holding)	35.186.206.052		35.186.206.052
Outros credores		782.397.867	782.397.867
Cauções recebidas de clientes		782.397.867	782.397.867
Conta de regularização (DL 344-B/82)	1.246.403.493	1.307.176.763	2.553.580.256
	36.432.609.545	2.089.574.630	38.522.184.175

	1998		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos (Holding)	49.958.599.346		49.958.599.346
Outros credores		5.936.924.088	5.936.924.088
Cauções recebidas de clientes		5.936.924.088	5.936.924.088
Conta de regularização (DL 344-B/82)	1.426.391.966	1.699.049.770	3.125.441.736
	51.384.991.312	7.635.973.858	59.020.965.170

31 – Compromissos Financeiros que não constam no Balanço

a) A responsabilidade por encomendas não satisfeitas para imobilizado é de 913 351 contos.

b) Pensões e encargos associados

A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 1999, de 60 171 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas e de 25 168 milhares de contos no que respeita a Actos Médicos.

Em 31 de Dezembro de 1999 a cobertura destas responsabilidades atinge cerca de 83% no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas, e cerca de 75% no que respeita a Actos Médicos.
A cobertura do restante destas responsabilidades será reconhecida nas contas da Empresa gradualmente, tal como foi definido nas normas internacionais, na base do período esperado de serviço dos beneficiários no activo.

No exercício foram reconhecidos os seguintes custos operacionais com Pensões 1 342,7 milhares de contos, e com Actos Médicos 1 651 milhares de contos.

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 1999:

– Taxa anual de desconto	6,50%
– Taxa anual de rendimento	8,00%
– Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada	40,00%
– Taxa anual de crescimento dos salários	3,50%
– Taxa anual de crescimento do total das pensões	2,50%
– Taxa anual de crescimento das pensões da segurança social	2,25%
– Taxa de inflação	2,00%
– Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999	6,00%
– Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 2000 e anos seguintes	5,00%

32 – Responsabilidades Contingentes

a) Garantias prestadas a terceiros

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 190 829 contos. Daquele valor destaca-se a garantia entregue em numerário à Sãvida, por serviços médicos, no montante de 159 399 contos. O restante é constituído, na sua quase totalidade, por garantias bancárias prestadas a Tribunais e ao Estado e Organismos Oficiais. Não existem garantias reais.

b) Garantias solidárias

Atendendo a que na reestruturação da EDP, S.A., e consequente cisão, realizada no exercício de 1994, o endividamento financeiro continuou a ser detido pela EDP, S.A., embora os activos que juridicamente o suportavam tivessem sido transferidos para as empresas "nucleares" então constituídas, tornou-se necessária a emissão por estas de garantias solidárias a favor de entidades credoras de parte da dívida financeira externa.

O valor destas garantias ascende, no final do exercício de 1999, a 40 465 milhares de contos.

34 – Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões p/Cob. Duvidosas	41.623.363.320	720.396.980	4.155.960.038	38.187.800.262
Para dívidas de clientes	40.233.820.717	467.726.769	4.152.632.592	36.548.914.894
Para outras dívidas de terceiros	1.389.542.603	252.670.211	3.327.446	1.638.885.368
Provisões p/Riscos e Encargos	39.110.726.985	1.651.000.000	22.018.870.459	18.742.856.526
Reformas Antecipadas	13.053.100.985		13.053.100.985	
Actos Médicos	21.068.000.000	1.651.000.000	3.997.143.474	18.721.856.526
Revisão Contratação Colectiva	21.000.000			21.000.000
Racionalização de Recursos Humanos	4.968.626.000		4.968.626.000	
Total	80.734.090.305	2.371.396.980	26.174.830.497	56.930.656.788

A redução da provisão para dívidas de clientes inclui o valor de 2 332 263 contos em virtude de se ter efectuado a actualização financeira com referência a 31/12/99 de Autarquias com Acordos efectuados em 1997 (nota 03.i).

O valor das provisões para outras dívidas de terceiros inclui 1 423 711 contos para

dívidas de autarquias garantidas por património actualmente desvalorizado neste montante.

35 – Realização do Capital Social da Empresa

O capital social da EN – Electricidade do Norte, S.A., de 67 950 milhares de contos foi subscrito na totalidade pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A., e integralmente realizado em espécie por bens activos e passivos, em 1994.

36 – Capital – Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 67 950 000 acções escriturais nominativas de 1 000 escudos cada.

37 – Capital – Detentores

O capital é detido em 100% pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A..

40 – Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	67.950.000.000			67.950.000.000
Ajustamentos de partes de Capital	(158.999.039)	104.034.245	85.209	(55.050.003)
Reservas				
Reserva Legal	3.228.112.160	1.656.230.000		4.884.342.160
Reservas Livres	67.926.491.946			67.926.491.946
Resultados Transitados	588.106	51.074.268.348	31.699.256.709	19.375.599.745
Resultado Líquido do Exercício	33.124.469.043	22.144.865.552	33.124.469.043	22.144.865.552
Total	**172.070.662.216**	**74.979.398.145**	**64.823.810.961**	**182.226.249.400**

a) A Reserva Legal não está, ainda, totalmente constituída nos termos da Lei, pelo que, no mínimo, 5% dos lucros a apropriar destinar-se-ão à sua dotação. Em 1994 a dotação efectuada foi de 10% e em 1995, 1996, 1997 e 1998 de 5%.

Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento de Capital.

b) A Reserva Livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido, transferido para a EN no acto da reestruturação da EDP, S.A., não coberto por capital social. Na constituição da Empresa a parte do património

líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um "Prémio de Emissão".

c) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo inicial		588.106
Transferência do Resultado do exercício de 1998		33.124.469.043
Por aplicação em:		
Reserva Legal	1.656.230.000	
Dividendos	29.000.000.000	
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	9.600.000	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	881.380.000	(31.547.210.000)
Regularizações Diversas		17.797.752.596
Saldo final		**19.375.599.745**

41 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais		970.959.855	970.959.855
Compras e Produções Internas	140.133.127.096	6.954.723.612	147.087.850.708
Regularização de Existências		(13.676.859)	(13.676.859)
Existências Finais		671.833.250	671.833.250
Custo do Exercício	**140.133.127.096**	**7.240.173.358**	**147.373.300.454**

42 – Variação da Produção (Produtos e Trabalhos em Curso)

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

	1999	1998
Existências finais	3.638.844	3.407.398
Existências iniciais	3.407.398	3.933.729
Variação do exercício	**231.446**	**(526.331)**

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

43 – Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

	1999	1998
Conselho de Administração	26.867.200	32.460.243
Fiscal Único (a)	5.075.434	5.033.490
Mesa da Assembleia Geral	234.900	469.800
Total	32.177.534	37.963.533

(a) Relevado na conta 62

44 – Vendas e Prestações de Serviços

	Exercícios			
	1999		1998	
(a) Vendas				
(a.1) de energia eléctrica				
em Alta Tensão	9.732.641.903		10.753.677.286	
em Média Tensão	60.540.109.497		64.784.709.681	
em Baixa Tensão (>39,6 kva)	17.376.987.852		16.768.038.192	
em Baixa Tensão	138.353.976.736		135.319.236.631	
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	5.681.037.081	231.684.753.069	5.807.824.418	233.433.486.208
(a.2) Outras				
Materiais Diversos		129.579.066		159.386.192
(b) Prestações de Serviços				
de Electricidade	380.268.792		372.238.821	
de Outros	369.366.970	749.635.762	355.980.615	728.219.436
		232.563.967.897		234.321.091.836

45 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios	
	1999	1998
Juros Suportados	2.037.405.189	3.604.474.436
Perdas em Emp. do Grupo e Associadas		85.047
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	89.070	61.148
Outros Custos e Perdas Financeiras	1.619.682	1.340.581
Resultados financeiros	(656.502.134)	(1.065.968.588)
	1.382.611.807	2.539.992.624

Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1999	1998
Juros Obtidos	475.336.782	1.034.876.114
Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas		461.811.180
Rendimentos de Imóveis	2.421.287	2.525.796
Diferenças de Câmbio Favoráveis	667	5.106
Rendimentos de Part. Capital Emp. Grupo		
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	124.609.185	151.238.814
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	780.243.886	889.535.614
	1.382.611.807	2.539.992.624

a) A rubrica de Juros Suportados inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Juros de empréstimos	2.036.541.423	3.603.316.758

b) A rubrica de Juros Obtidos inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE. por atraso no pagamento de facturas	116.112.694	175.118.154
Juros de empréstimos concedidos	93.055.083	164.645.285
Juros de gestão de tesouraria	266.166.338	695.032.329

c) A rubrica Outros Proveitos e Ganhos Financeiros inclui o montante de 778 852 contos referentes a compensações debitadas a clientes de Baixa Tensão por motivo de atraso na liquidação de facturação.

46 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios	
	1999	1998
Donativos	2.213.500	1.993.000
Dívidas Incobráveis	1.978.021.594	512.765.787
Perdas em Existências	19.126.752	10.032.683
Perdas em Imobilizações	70.188.451	117.556.094
Multas e Penalidades	56.800	631.057
Correcções Relativas a Exerc. Ant.	101.032.880	648.581.577
Outros Custos e Perdas Extraordinários:		
Insuficiência Estim. p/Impostos	294.824.258	97.828.798
Prémios Extraord. p/Pensões		701.899.015
Indemnizações por Despedimento	342.225.351	454.103.000
Prov. p/ Reformas Antecipadas		1.442.040.000
Reg. Patrim. Reg. DL 344 - 8/82		
Prov. p/ Actos Médicos		868.455.210
Prov. p/ Rev. Contratação Colectiva		
Prov. p/ Racion. de Rec. Humanos		3.926.229.000
Cust. c/ Pessoal – Cx. Crist. Magalhães	476.857.517	567.607.090
Cust. c/Pes. - Cx. G. Aposentações	391.071.593	387.517.192
Outros	118.190.438	23.453.670
Resultados Extraordinários	7.999.212.611	9.868.290.346
	11.793.021.745	19.628.983.519

Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1999	1998
Recuperação de Dívidas	854.956	58.106
Ganhos em Existências	5.449.893	817.641
Ganhos em Imobilizações	53.592.804	53.541.243
Benefícios de Penalidades Contratuais	144.360	2.965.723
Reduções de Amortizações e Provisões	8.225.031.192	14.761.985.337
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	10.323.800	180.208.763
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários:		
Em Subsídios para Investimento	2.844.340.859	2.513.834.169
Compensação de Amortiz. DL 344-B/82	571.861.480	635.247.317
Correcção de Hidraulicidade-bonificação		1.376.151.001
Outros	81.422.401	104.174.219
	11.793.021.745	19.628.983.519

48 – Outras Informações

a) Clientes

O montante da rubrica Autarquias - Dívida Consolidada em 31/12/1988 é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para a EN (alínea d) desta mesma nota.

b) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço

	1999	1998
Acréscimos de proveitos		
Energia a fact., por cons. ocorridos até à data do balanço	6.586.141.991	6.887.594.467

	1999	1998
Custos diferidos		
Reparações e beneficiações do imobilizado		4.452.901
Levantamentos de Redes Eléctricas para o SGI	282.607.050	423.871.986
Outros encargos de concessão (C.M. Sto. Tirso)	658.823.524	705.882.352
Outros custos diferidos		929.860
	941.430.574	1.135.137.099

	1999	1998
Acréscimos de custos		
Férias e subsídios de férias	2.205.788.890	2.305.759.716
Compras e aquisições a Empresas do Grupo	175.726.398	700.089.145
Outros acréscimos de custos	67.724.580	836.755.959
	2.449.239.868	3.842.604.820

	1999	1998
Proveitos diferidos		
Subsídios para investimento	68.789.524.999	61.724.649.811

I) Reparações e beneficiações de imobilizado

Os movimentos na rubrica reparações e beneficiações de imobilizado foram os seguintes:

	1999	1998
Saldo inicial	4.452.901	8.899.741
Transferência para resultados	4.452.901	4.446.840
	0	**4.452.901**

II) Levantamento de redes eléctricas para SGI

Os movimentos na rubrica levantamento de redes eléctricas para SGI foram os seguintes:

	1999	1998
Saldo inicial	423.871.986	565.136.922
Transferência para resultados	141.264.936	141.264.936
	282.607.050	**423.871.986**

III) Outros encargos de concessão (nota 03.d)

Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	1999	1998
Saldo inicial	705.882.352	752.941.180
Transferência para resultados	47.058.828	47.058.828
	658.823.524	**705.882.352**

IV) Os subsídios para investimento recebidos no exercício ascendem a 9 909 216 contos, sendo 324 277 contos de fundos comunitários da UE, 5 119 485 contos de comparticipações financeiras de Clientes e o restante, de 4 465 454 contos, de comparticipações em espécie.

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

c) Outros devedores e credores – a curto prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	1999	1998
Outros Devedores		
Empresas do Grupo		
Devedores por fornec. de outros bens e prest. de serviços	28.981.767	18.259.297
Sistema Financeiro (Holding/DFN)		14.011.580.128
Devedores diversos (a)	17.786.485.404	9.291.838.835
	17.815.467.171	**23.321.678.260**

(a) Inclui 10.560.688.995 de pagamento por conta do IRC

	1999	1998
Terceiros		
Devedores por forn. de outros bens e prest. serviços	738.518.522	119.657.158
Devedores diversos	225.388.596	779.218.586
	963.907.118	**898.875.744**

	1999	1998
Total	**18.779.374.289**	**24.220.554.004**

	1999	1998
Outros Credores		
Empresas do Grupo		
Credores por fornec. de outros bens e prest. de serviços	1.029.025.026	382.547.571
Sistema Financeiro (Holding/DFN)	4.216.655.638	
Credores diversos	1.198.915.768	25.411.819
	6.444.596.432	**407.959.390**

	1999	1998
Terceiros		
Cauções recebidas de clientes BT	5.109.883.267	
RDP - Taxas de radiodifusão	1.087.258.661	737.900.925
Cauções e retenções recebidas de fornecedores	80.976.392	85.980.067
Rendas de concessão	287.214.631	297.611.815
Credores diversos	97.690.904	169.909.455
	6.663.023.855	**1.291.402.262**

	1999	1998
Total	**13.107.620.287**	**1.699.361.652**

O saldo na conta Sistema Financeiro (Holding/DFN) corresponde às disponibilidades, negativas, da Empresa na Holding, resultantes dos fluxos reais e escriturais entre a Empresa e a Holding em conformidade com o esquema de funcionamento da função financeira no Grupo EDP.

d) Imobilizados em integração compensados

Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração das dívidas até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do Decreto-Lei 344-B/82). A transferência destes valores para Imobilizações Corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolo de regularização das dívidas a celebrar entre a EN e as autarquias (nota 10 c-II).

e) Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração referem-se, na totalidade, a subsídios recebidos de terceiros para alteração de traçados na rede de distribuição em exploração.

f) Trabalhos para a própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na demonstração dos resultados

	1999	1998
Para Imobilizações em curso		
Consumo de materiais	5.426.941.005	6.149.260.931
Encargos directos internos	1.449.477.496	1.507.394.135
Encargos de estrutura (nota 03.l)	2.228.646.538	2.281.001.299
Encargos financeiros (nota 03.e)	160.418.306	424.047.304
Para produção interna de materiais		775.980
	9.265.483.345	**10.362.479.649**

g) Empresas do Grupo – Empréstimos

Movimento da dívida da EN à EDP (Holding), em contos

I) Dívida

	1999	1998
Débito no início do ano	62.448.248	74.937.898
Amortização do ano	12.489.650	12.489.650
Transferência da dívida da HDN para a EDP	2.282.743	0
Débito no final do ano	47.675.855	62.448.248

II) Encargos da dívida

	1999	1998
Juros de financiamento	2.036.541	3.603.317

h) Empresas do grupo – empréstimos

Movimento da dívida da HDN à EN (em contos)

I) Dívida

	1999	1998
Débito no início do ano	2.853.429	3.424.115
Amortização do ano	570.686	570.686
Transferência da dívida da HDN para a EDP	2.282.743	0
Débito no final do ano	0	2.853.429

II) Encargos da dívida

	1999	1998
Juros de financiamento	93.055	164.645

i) Estado e outras entidades públicas

Decomposição dos Saldos evidenciados no balanço

	1999	1998
Saldos Devedores		
Retenção na fonte a Terceiros	350.191	380.626
IVA a recuperar	235.678.446	77.363.223
	236.028.637	77.743.849

	1999	1998
Saldos Credores		
IRC - Imposto Estimado (a)	10.499.201.061	15.114.877.821
Retenção de Imp. s/Rendimentos	238.732.086	375.379.992
IVA a pagar	92.462.664	90.714.823
Imposto de Selo	1.218.988	
Segurança Social	352.995.554	366.912.344
DGE - Taxas de Exploração	93.491.478	119.930.568
Outras entidades Públicas	11.808	11.858
	11.278.113.639	16.067.827.406

(a) Os pagamentos por conta estão localizados em Outros Devedores – Empresas do Grupo (nota 48 c)

j) Na reestruturação em curso, foi decidido que se alienassem as participações financeiras da EN à Holding pelo valor contabilístico que era de 7 464 910 810.

Direcção Financeira
A Técnica Oficial de Contas
Maria Alice Jorge Pereira Almeida

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: milhares de escudos

Designação	Parciais	Totais
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	234.925.440	
Pagamentos a fornecedores	(151.218.037)	
Pagamentos ao pessoal	(23.321.098)	
Fluxos gerados pelas operações	60.386.305	
Pagamento / recebimento do IRC	(16.865.518)	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à activ. operacional	(13.691.565	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	29.829.222	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	92.745	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(1.431.650)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		28.490.317
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	7.109.566	
Imobilizações corpóreas	55.700	
Subsídios de investimento	5.443.762	
Dividendos	309.000	12.918.028
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	(15.799.052)	(15.799.052)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(2.881.024)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos concedidos	2.853.429	2.853.429
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(14.772.393)	
Juros e custos similares	(1.527.954)	
Dividendos	(29.000.000)	(45.300.347)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(42.446.918)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(16.837.625)
Sistema Financeiro (DFN) (5)		
Saldo no início do Período	14.011.580	
Saldo no fim do Período	(4.216.656)	(18.228.236)
Caixa e Bancos (6)		
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	(2.180.360)	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(789.749)	1.390.611
Variação das disponibilidades (7) = (5) +(6)		(16.837.625)

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa	1999	1998
Numerário	2.169	73.445
Depósitos bancários (saldos devedores)	412.855	340.528
Depósitos Bancários (saldos credores)	(1.204.773)	(2.594.333)
Caixa e seus equivalentes:	(789.749)	(2.180.360)
Outras disponibilidades		
Saldo sistema financeiro interno – DFN	(4.216.656)	14.011.580
Disponibilidades constantes do Balanço:	(5.006.405)	11.831.220

Direcção Financeira
A Técnica Oficial de Contas
Maria Alice Jorge Pereira Almeida

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

Unidade: milhares de escudos

Origem de fundos			Aplicação de fundos		
Internas:			**Distribuições:**		
Resultados líquidos	22.144.866		Por aplicação de resultados		31.547.210
Amortizações e reintegrações de exercício	21.607.676				
Variação das provisões	(23.803.434)	19.949.108			
Externas:					
Aumentos de capitais próprios					
Ajust. de partes de capital e result. transitados		19.557.932			
Diminuição de investimentos financeiros					
Partes de capital		7.464.911			
Movimentos financeiros a médio e longo prazo			**Movimentos financeiros a médio e longo prazo:**		
Diminuição de dívidas de terceiros:			Diminuição de dívidas a terceiros:		
Autarquias – dívida em 31/12/88	529.454		Accionistas	12.489.650	
Accionistas	570.686	1.100.140	Conta de regularização (DL 344-B/82)	571.862	
Diminuição de Imobilizações			Outros Credores	5.154.526	18.216.038
Imobilizações em curso		277.520			
			Aumentos de Dívidas de terceiros:		
Acréscimos e diferimentos			Cauções prestadas Serviços Médicos		11.453
Proveitos diferidos – Subsídios p/investimento		7.064.875			
			Aumentos de imobilizações:		
Diminuição dos fundos circulantes		13.723.403	Imobilizações corpóreas		19.363.188
Total		69.137.889	Total		69.137.889

Direcção Financeira
A Técnica Oficial de Contas
Maria Alice Jorge Pereira Almeida

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

Unidade: milhares de escudos

Activas			Passivas		
Aumento das existências			**Diminuição das existências**		
Produtos e trabalhos em curso		231	Materiais Diversos		299.127
Aumentos das dívidas de terceiros a curto prazo			**Diminuições das dívidas de terceiros a curto prazo**		
Autarquias – dívida em 31/12/88	53.881		Clientes c/gerais	2.070.097	
Estado e outros entes públicos	158.285	212.166	Clientes de cobrança duvidosa	1.597.440	
			Outros devedores	5.441.180	9.108.717
Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo			**Aumentos das dívidas a terceiros a curto prazo**		
Depósitos à ordem	1.389.560		Fornecedores c/gerais	529.866	
Fornecedores de imobilizado c/c	332.245		Fornecedores – fact. em recepção		
Estado e outros entes públicos	4.789.714	6.511.519	e conferência	607	
			Outros credores	11.408.258	11.938.731
Acréscimos e diferimentos			**Acréscimos e diferimentos**		
Acréscimos de custos		1.393.365	Acréscimos de proveitos	301.452	
			Outros custos diferidos	193.707	495.159
Aumento das disponibilidades			**Diminuição das disponibilidades**		
Depósitos à ordem		72.327	Caixa		71.277
Diminuição dos fundos circulantes		13.723.403			
Total		21.913.011	Total		21.913.011

Direcção Financeira
A Técnica Oficial de Contas
Maria Alice Jorge Pereira Almeida

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Valor Acrescentado Bruto

Unidade: milhares de contos

Descrição	Exercícios	
	1999	1998
Vendas e prestações de serviços	232.563.968	234.321.092
Trabalhos para a própria empresa	9.105.065	9.938.432
Produtos e trabalhos em curso	231	(526)
Outras receitas	524.313	495.926
(A) – Proveitos internos inerentes ao V.A.	242.193.577	244.754.924
Compras de electricidade	140.133.127	131.155.753
Materiais diversos	7.240.173	7.988.374
Fornecimentos e serviços externos	11.664.166	11.480.122
Impostos indirectos	82.544	80.173
(B) – Consumos corrigidos	159.120.010	150.704.422
VAB – Valor Acrescentado Bruto (A - B)	83.073.567	94.050.502
Despesas com pessoal	24.397.562	22.345.929
Despesas financeiras	2.039.114	3.605.961
– Receitas financeiras	(1.382.612)	(2.539.993)
– Imputação de despesas financeiras a TPE	(160.418)	(424.047)
Amortizações	22.417.028	21.990.552
Provisões	2.371.397	2.383.853
Outros encargos de exploração	8.933.674	8.529.213
– Outros proveitos	(187.032)	(212.023)
– Resultados extraordinários	(7.999.213)	(9.868.290)
Imposto sobre o Rendimento do exercício	10.499.201	15.114.878
Resultados líquidos do exercício	22.144.866	33.124.469
(C) = (A) -(B) = V A B	83.073.567	94.050.502
V A L – Valor acrescentado líquido (VAL=VAB - AMORT.)	60.656.539	72.059.950

Direcção Financeira
A Técnica Oficial de Contas
Maria Alice Jorge Pereira Almeida

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Documentos de Apreciação e Certificação da EN

84 Certificação Legal de Contas

86 Relatório e Parecer do Fiscal Único

88 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

89 Anexo Estatístico

Certificação Legal de Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da "EN – ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A.", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 367 099 416 contos e um total de capital próprio de 182 226 249 contos, incluindo um resultado líquido de 22 144 866 contos), a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "EN - ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A.", em 31 de Dezembro de 1999, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Porto, 06 de Março de 2000

António Magalhães & Carlos Santos
SROC, representada por
Carlos Alberto Freitas dos Santos
R.O.C. nº 177

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas:

De harmonia com a legislação aplicável, vimos apresentar para vossa apreciação o relatório da nossa actividade e o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas, elaborados pelo Conselho de Administração da "EN - ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A.", respeitantes ao exercício 1999.

A continuada adaptação às regras comunitárias, no que respeita à liberalização do mercado nacional de electricidade, as tarefas relacionadas com a preparação da transição do ano de 1999 para 2000, cuja responsabilidade por eventuais anomalias que surgissem era enorme, e as inúmeras acções de reorganização e reestruturação da área da Distribuição, tendente à concretização de Empresa única nesse sector, foram aspectos que caracterizaram o evoluir da gestão no exercício findo.

A política de diminuição de tarifas, imposta pela ERSE, influenciou decisivamente o volume dos resultados líquidos do exercício, que se cifraram em 22 144 866 contos, os quais, em 1998, tinham atingido o valor de 33 124 469 contos.

Desenvolvemos, ao longo do exercício de 1999, procedimentos de acompanhamento da gestão da Empresa e verificámos a regularidade das relevações contabilísticas e o cumprimento das normas legais e estatutárias. Evidenciamos as informações e a colaboração que recebemos do Conselho de Administração e dos Serviços da Empresa, cujo reconhecimento se impõe.

Analisámos os documentos de prestação de contas do exercício, que incluíam o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras exigidas, quer pelo Plano Oficial de Contabilidade, quer pelas Directrizes Contabilísticas.

A leitura atenta do Relatório de Gestão revelou um documento capazmente informativo da evolução da Empresa, no exercício findo, contendo ainda as menções impostas pelo Código das Sociedades Comerciais e pela legislação avulsa.

As Demonstrações Financeiras, cuja consistência entre si e com o Relatório de Gestão foi observada, cumprem com o formalismo legal e traduzem os valores registados nos livros e outros suportes contabilísticos.

Elaborámos a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Fiscalização, como nos competia, traduzindo a finalização do nosso trabalho de revisão de contas.

Em conclusão, somos do parecer que:

a) sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 1999.

b) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

c) se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Porto, 08 de Março de 2000

O Fiscal Único

António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada por
Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Realizada em 29 de Março de 2000

Acta nº 13

"(...)

Depois de proferir as habituais palavras de saudação ao representante do accionista único, o Senhor Presidente da Mesa declarou iniciada a discussão do número um da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração. No uso da palavra, o Engenheiro Jorge Guimarães fez uma exposição circunstanciada da actividade da sociedade, referindo designadamente a sua articulação e coordenação com o conjunto das empresas do Grupo EDP.

Seguidamente passou-se à votação do número um da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados, por unanimidade, o relatório de gestão e todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de mil novecentos e noventa e nove.

(...)"

Anexo Estatístico

Consumo de Electricidade Segundo os Destinos (Consumos Finais)	1998	1999	Variação 98/99 Valor	%
Número de Clientes	1.827.662	1.877.276	49.614	3%
Em Alta Tensão (*)	32	36	4	13%
Em Média Tensão	6.248	6.503	255	4%
Em Baixa Tensão	1.821.382	1.870.737	49.355	3%
Consumo de Electricidade (GWh) (**)	11.814,4	12.528,1	713,7	6%
Iluminação e outros usos	5.653,0	6.126,0	473,0	8%
Domésticos	3.466,8	3.718,6	251,8	7%
Não domésticos	2.186,2	2.407,4	221,2	10%
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc	381,3	439,5	58,2	15%
Cozinha e aquecimento	8,5	8,2	-0,3	-4%
Usos industriais	5.257,8	5.427,1	169,3	3%
Usos agrícolas	109,2	113,9	4,7	4%
Tracção	55,1	52,2	-2,9	-5%
Iluminação pública	349,5	361,2	11,7	3%

(*) Inclui clientes de Muito Alta Tensão
(**) Inclui consumos próprios

Resumo das instalações e equipamentos concluídos em 99/12/31

Subestações	
Nº de Subestações	101
Nº de Transformadores	192
Potência instalada (MVA)	4.929
Linhas (incluindo ramais em km)	
Aéreas	
AT (60/130kV)	1.995
MT (<6/10/15/30/40 KV)	14.233
Cabos Subterrâneos (km)	
AT (60/130kV)	60
MT (<6/10/15/30/40 kV)	2.170
Postos de Transformação	
Unidades	16.107
Potência instalada (MVA)	4.924
Redes BT (km)	
Aéreas	39.006
Subterrâneas	7.861
Contadores (unidades)	
AT + MT	10.109
BT + BTE	1.941.848

Resumo das instalações e equipamentos concluídos em 1999

Subestações	
Nº de Subestações	3
Nº de Transformadores	4
Potência instalada (MVA)	88
Linhas (incluindo ramais em km)	
Aéreas	
AT (60/130kV)	43
MT (<6/10/15/30/40 kV)	296
Cabos Subterrâneos	
AT (60/130kV)	0
MT (<6/10/15/30/40 kV	139
Postos de Transformação	
Unidades	468
Potência instalada (MVA)	157
Redes BT (km)	
Aéreas	670
Subterrâneas	257

Rua do Brasil, nº 1 . 3030-175 Coimbra
Tel. (351)239 40 08 00 . Fax (351)239 82 92 28

GRUPO EDP

CENEL

Electricidade do Centro, S.A.

CENEL

96 Enquadramento
98 Caracterização da Empresa
99 Macroestrutura da Empresa
100 Corpos Sociais e Quadros Dirigentes
102 Síntese
104 Movimentos de Energia
105 Actividade Empresarial
108 Rede Técnica
111 Recursos Humanos
114 Evolução Económica e Financeira
122 Considerações Finais
123 Nota Final
124 Anexo ao Relatório de Gestão

Enquadramento

A redução das tarifas estabelecida pela ERSE, para o ano de 1999, teve forte impacto negativo no valor das vendas de energia eléctrica, não obstante o crescimento significativo dos consumos verificado. Em consequência, o resultado líquido apresenta uma diminuição de 10%, menos 0,5 milhões de contos, passando de 4,8 em 1998 para 4,3 milhões de contos em 1999.

No âmbito da liberalização do mercado nacional de energia, no final de Janeiro de 1999 a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), de acordo com a Directiva 96/62/CE, que estabelece as regras comuns para o mercado interno de electricidade, e ao abrigo do Dec. Lei 182/95 de 27 de Julho, fixou em 9 GWh o valor do consumo mínimo que permite a atribuição do estatuto de cliente não vinculado no triénio 1999 – 2001.

O Cliente é o centro das preocupações da Empresa. Nesta perspectiva, as acções desenvolvidas foram pautadas no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado nas vertentes técnica e de atendimento, pretendendo obter ganhos de satisfação e a fidelização. Na prossecução deste objectivo, foram implementadas medidas no sentido da verticalização da estrutura comercial e da segmentação de clientes.

As acções desenvolvidas para a preparação e certificação da estrutura informática para o ano 2000 envolveram importantes recursos humanos e materiais, tendo sido concluídos dentro dos prazos estabelecidos. Não se registaram incidentes com a mudança do ano de 1999 para 2000. A implementação das alterações nos sistemas e processos para a adopção do EURO como opção de moeda decorreu com sucesso.

Implementaram-se alterações processuais e organizativas com o objectivo de um uso mais eficiente das potencialidades de cada Empresa de Distribuição, conjugadas com os trabalhos desenvolvidos para a criação da Empresa única de Distribuição no âmbito do Programa Distribuição 21.

Incrementaram-se as medidas de planeamento de redes, de análise económica e de controlo, conducentes a uma melhoria na eficiência do processo de investimento,

nomeadamente com a criação de um mecanismo de acompanhamento da concretização do Plano. Uniformizou-se o processo de orçamentação da conservação, no âmbito dos estudos em curso com o objectivo de racionalizar e sistematizar esta actividade da distribuição.

No domínio da condução da rede, continuou-se o programa de expansão e de melhoria da eficácia dos Sistemas de Comando e Controlo. Prestou-se particular atenção ao Programa de Telecomando da Rede de Média Tensão, com a continuação do estudo dos pontos da rede para colocação dos aparelhos e com o incremento do respectivo aprovisionamento e montagem.

Manteve-se sob rigoroso e sistemático controlo a verba de Fornecimentos e Serviços Externos de entidades externas, sem descurar a preocupação de garantir a melhoria dos níveis de qualidade de serviço prestado ao cliente.

A política ambiental da Distribuição, inserida na estratégia do Grupo EDP visou, em 1999, essencialmente, as preocupações no tipo de arquitectura das instalações técnicas, na integração paisagística das redes e na adopção de técnicas de projecto para protecção das espécies animais e vegetais.

Os objectivos propostos para o ano, na política de redução do quadro de pessoal, foram superados e, consequentemente, convergiu-se para os rácios de referência internacionais, mantendo a qualidade dos quadros técnicos e assegurando as condições que permitirão a melhoria do funcionamento da Empresa.

Caracterização da Empresa

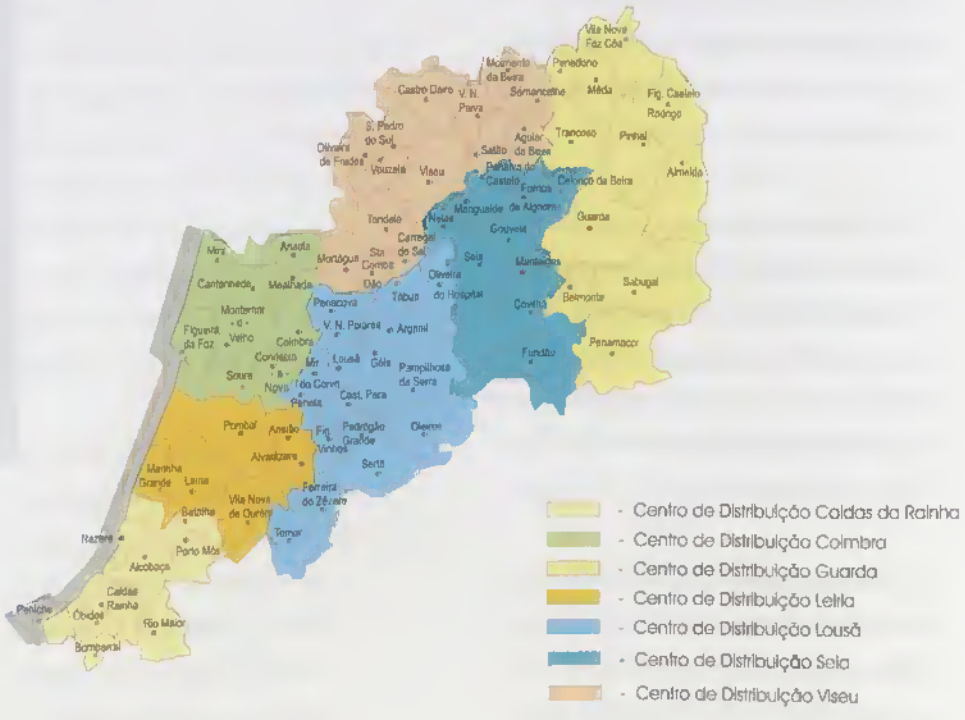
A CENEL desenvolve a sua actividade em 76 concelhos dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu.

Abastece de energia eléctrica cerca de 1,7 milhões de habitantes.

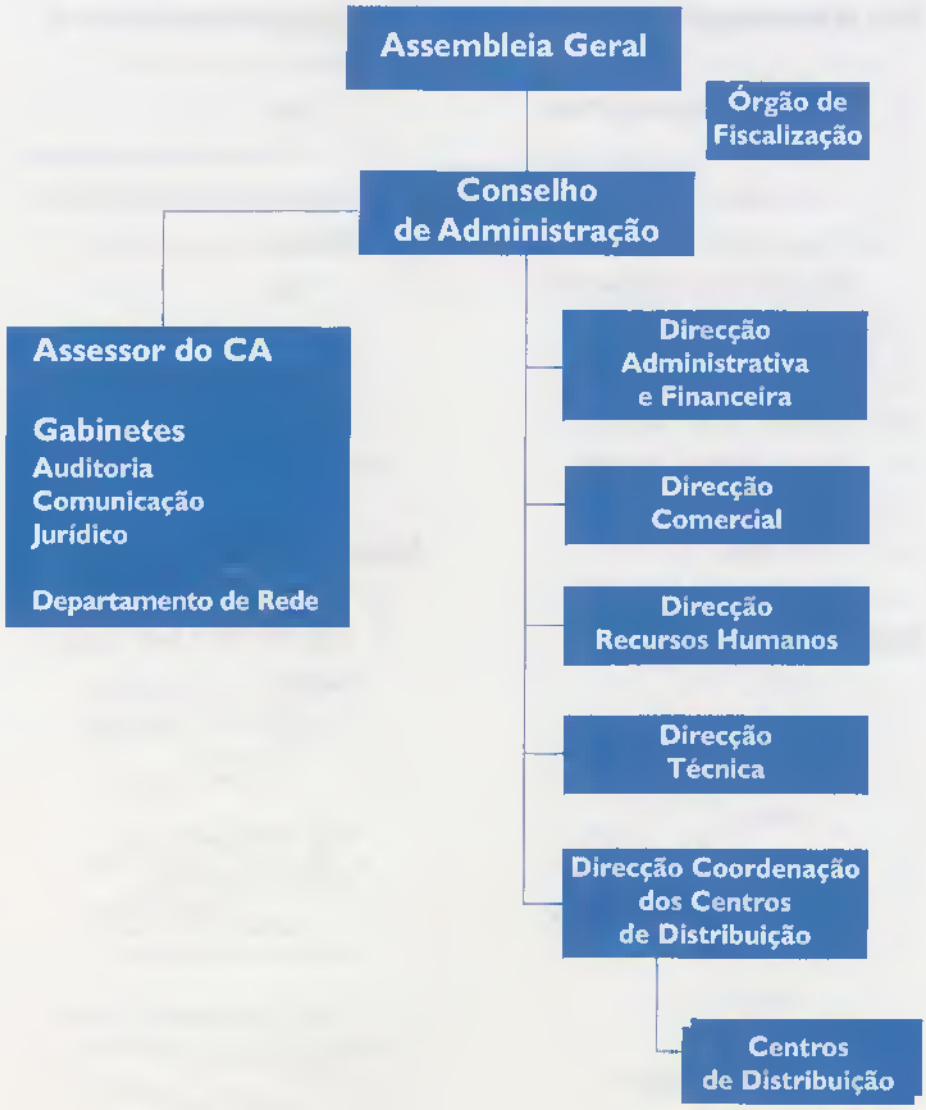
A energia vendida atingiu 5 305 GWh, a que corresponde um volume de vendas de 96 milhões de contos.

A Empresa realizou, no ano transacto, um investimento de cerca de 9 milhões de contos a custos técnicos e conta com a colaboração de 1 753 trabalhadores.

Para prestação do serviço de abastecimento de energia eléctrica ao seu milhão de clientes, a Empresa está estruturada em sete Centros de Distribuição – Caldas da Rainha, Coimbra, Guarda, Leiria, Lousã, Seia e Viseu.



Macroestrutura da Empresa



Corpos Sociais e Quadros Dirigentes

Mesa da Assembleia Geral

Eng. João Carlos de Campos Guimarães
Presidente

Eng. José António Moreira da Silva Neto
Vice-Presidente

Eng. Agostinho Gonçalves Barreira
Secretário

Órgão de Fiscalização

ROC:

Leal & Carreira – SROC
Efectivo

António Magalhães & Carlos Santos – SROC
Suplente

Conselho de Administração

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Presidente

Eng. João José Gomes de Aguiar
Vogal

Eng. José Alberto Marcos da Silva
Vogal

Bacharel José Celestino Oliveira Rocha
Vogal

Eng. António Eduardo da Silva Oliva
Vogal

Assessores

Eng. José Maria Neto Lucas Santos
Assessor do Conselho de Administração

Eng. Henrique Manuel Albuquerque Cruz
Assessor de Direcção

Eng. Carlos Alberto Martins Portugal Abreu
Director Adjunto

Gabinetes

Dr. Manuel Cerveira Dias
Director de Gabinete Auditoria Interna

Dr. João Paulo Amaral Gouveia
Resp. Comunicação

Departamento de Rede

Eng. Rui Fernando Loureiro Cruz
Assessor

Direcções

Eng. Carlos Manuel Monteiro Pina Ribeiro
Director Administrativo e Financeiro

Eng. Fernando Pinto de Carvalho
Director Comercial

Dr. Francisco José Costa do Espírito Santo
Director Recursos Humanos

Eng. Valdemar Geraldo Taborda
Director Técnico

Centros de Distribuição

Eng. João António Garcia Mendes
Director de Centro
Caldas da Rainha e Leiria

Eng. António José Geraldo Taborda
Director de Centro
Coimbra e Lousã

Eng. Manuel Henriques Pinto Mendes
Director de Centro Guarda e Seia

Eng. José Carlos Soares Bronze Ramos
Director de Centro Viseu

Síntese

1. Em 1999 prosseguiu-se o esforço de melhoria do serviço, sendo de registar a redução do Tempo de Interrupção Equivalente (TIE) e da Energia não Distribuída (END).

2. A CENEL continuou e aprofundou acções tendentes à implantação de uma cultura de Qualidade Total. Para além de se ter continuado a formação em Qualidade às Chefias e Quadros Superiores e Chefias de Secção, a estrutura organizativa constituiu um número apreciável de Equipas de Melhoria contínua, que produziram relatórios que permitiram implementar um conjunto de acções diversas, visando o aumento da eficiência e eficácia empresariais.

3. A política de Ambiente da CENEL constitui uma vertente essencial na cultura empresarial. A CENEL tem desenvolvido todos os esforços para conciliar as necessidades técnico-económicas da Empresa com a protecção do ambiente. Estão nesta linha as orientações de carácter arquitectónico na integração paisagística das redes.

4. No domínio das telecomunicações, continuou-se a implementação da rede de Alto Débito de telecomunicações, tendo-se efectuado a instalação de 107 km de cabos de fibras ópticas, estando em curso 90 km com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2000.

5. Registou-se um acréscimo de 7% na energia entrada para consumo, que se situou nos 5 785 GWh.

6. A facturação de energia eléctrica foi de 96 milhões de contos, tendo crescido 0,6% em relação a 1998.

7. As dívidas de Clientes de electricidade reduziram-se em 15%, tendo atingido um valor final de 8,6 milhões de contos.

8. Prosseguiu a estratégia de adequação dos recursos humanos às necessidades da sua actividade, tendo-se reforçado o peso dos Profissionais Altamente Qualificados. Realizaram-se 122 acções de formação profissional interna, com um total de 943 participações.

9. Os resultados líquidos, após impostos, atingiram os 4,3 milhões de contos, traduzindo um decréscimo de 0,5 milhões de contos.

10. Foi possível financiar com meios internos o investimento (9,2 milhões de contos a custos técnicos) e prosseguir a amortização da dívida à Holding de acordo com o programado.

11. A situação patrimonial da empresa revela-se consistente com o rácio da solvabilidade total, a situar-se em 2,48.

Movimentos de Energia

A energia entrada na rede da CENEL, em 1999, foi de 5 785 GWh, o que representa um acréscimo de 7,3% relativamente ao ano anterior. A taxa média de crescimento da energia entrada nos últimos cinco anos foi de 5,9%.

As compras à REN aumentaram 10,7%, representando 92,8% do total das aquisições. A energia adquirida à HIDROCENEL e aos Produtores em Regime Especial sofreu um decréscimo de 38,7% e 9,5%, respectivamente.

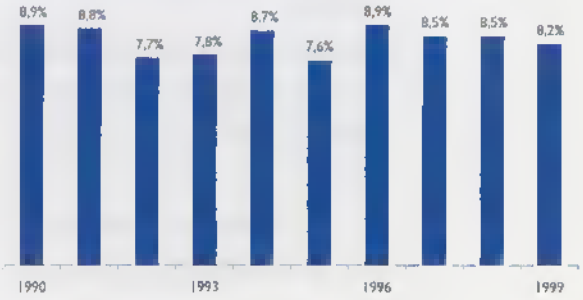
Registe-se o início de actividade, em 1999, da central de resíduos florestais de Mortágua, que, no período de Julho a Dezembro, forneceu à Cenel 2,7 GWh.

O total da energia saída foi, em 1999, de 5 310 GWh, ou seja, 7,6% superior ao verificado no ano anterior. Neste valor estão incluídos 5 GWh de consumos próprios.

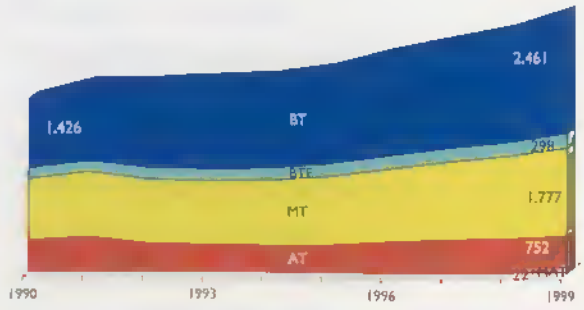
As perdas, calculadas a partir da comparação entre a energia entrada na rede e a energia saída, atingiram 8,2%, correspondendo a uma redução de 0,3% em relação ao ano anterior.

Em 1999, o significativo aumento do consumo de electricidade ficou sobretudo a dever-se aos fortes crescimentos registados na Alta Tensão (7,5%), Média Tensão (6,8%) e Baixa Tensão Normal (6,8%), como resultado da evolução favorável da conjuntura económica.

Evolução das perdas



Evolução dos consumos (GWh)



Na análise dos consumos finais de electricidade por sectores de actividade verifica-se que o crescimento global de 8% deveu-se, fundamentalmente, aos consumos para usos industriais e domésticos.

Actividade Empresarial

Política Comercial

Como objectivo estratégico e de acordo com a política de Qualidade definida, foram desenvolvidas acções que contribuíram para reforçar a orientação da empresa para o mercado e para a satisfação dos clientes, melhorar a eficiência dos processos e o serviço prestado, procurando exceder as expectativas dos diversos segmentos de clientes.

Foram realizados inquéritos, consultadorias de apoio de optimização tarifária e estudos energéticos, harmonizados procedimentos e divulgadas as melhores práticas comerciais, desenvolvida a promoção de electricidade, bem como novos canais de comunicação, visando a melhoria do relacionamento com os clientes e a sua fidelização.

A política de promoção das opções de pagamento por transferência bancária e nos Agentes de Cobrança prosseguiu em 1999, tendo-se conseguido um crescimento de 42% de clientes aderentes à modalidade conta-certa.

Número de Clientes

Em 31 de Dezembro de 1999 a CENEL ultrapassou o milhão de clientes (1 000 266). Deste conjunto de clientes, 3 são de MAT, 23 de AT, 3 780 de MT, 2 941 de BTE e 993 519 de BTN.

Compra e Venda de Energia

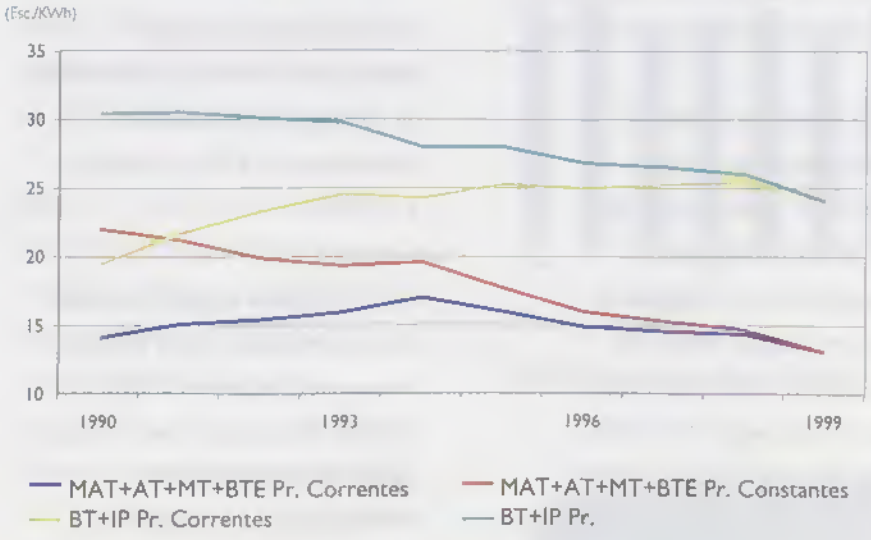
A compra total de energia eléctrica em 1999 foi de 58 milhões de contos, apresentando um crescimento de 8,7% em relação a 1998.

O valor total da venda de energia eléctrica, registado como proveito do exercício, ascendeu a 96,3 milhões de contos, o que corresponde a um crescimento de 0,6% relativamente ao ano anterior. A evolução observada resultou da conjugação do aumento dos consumos e de um decréscimo do preço médio de venda.

Vendas de energia eléctrica 1999

Nível de Tensão	Valor (milhares de contos)	Energia (MWh)	Preço Médio (Esc./kWh)
MAT	345	22.041	15,65
AT	6.378	752.100	8,48
MT	24.837	1.777.173	13,98
BTE	5.634	297.085	18,96
BT	55.826	2.253.939	24,77
IP	3.231	203.006	15,92
Total	**96.251**	**5.305.344**	**18,14**

Evolução dos preços médios de venda



Facturação e Cobrança

A facturação de energia eléctrica a clientes, incluindo IVA, atingiu em 1999 o montante global de 101 milhões de contos, correspondendo 33 milhões de contos a fornecimentos de energia em Média, Alta e Muito Alta Tensão e 68 milhões de contos a fornecimentos de Baixa Tensão.

A facturação aos clientes aumentou 0,6%, relativamente ao ano anterior. A análise da repartição acima referida permite concluir que os fornecimentos em BT representam 68% do total da facturação.

Tal como em anos anteriores, a aplicação da Adenda à Convenção Tarifária, relativa a grandes consumidores e à interruptibilidade, originou uma redução da facturação, em 1999, em cerca de 1 milhão de contos.

Foi prosseguida a política de rigor da cobrança da facturação corrente, promovendo-se o pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos, bem como a progressiva normalização do cumprimento das obrigações em atraso, conforme é visível pela observação da evolução do rácio cobrança/facturação, referente a fornecimentos de energia eléctrica.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Evolução do Rácio Cobrança/Facturação (%)	101,0	100,1	100,4	100,1	100,4	101,4

Dívidas de Clientes

Os créditos sobre clientes, excluída a dívida das autarquias consolidada em 1988.12.31, sofreram, no exercício, uma redução de 1,5 milhões de contos, reflexo da melhoria da eficácia da cobrança e da anulação de créditos já em situação de cobrança duvidosa. No final de 1999 esta dívida era de 8,6 milhões de contos.

Este valor corresponde a cerca de 8,3% da facturação de electricidade do ano, enquanto no ano anterior representava 9,8%.

Na análise por sectores evidencia-se a evolução das dívidas de Autarquias Locais e Sector Empresarial e Particulares, apresentando, em relação ao ano anterior, uma redução de 23,4% e 15%, respectivamente.

Dívidas de clientes de electricidade

(milhares de contos)

Tipo de Cliente	98/12/31		99/12/31		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Estado e Organismos Oficiais	652	6,4	643	7,5	-9	0,6
Autarquias Locais	973	9,6	746	8,7	-227	15,0
Sector Empresarial e Privados	8.487	83,9	7.210	83,8	-1.277	84,4
Total	10.112	100,0	8.599	100,0	-1.513	100,0

Rede Técnica

Desenvolvimento da Rede

Na priorização dos investimentos foram considerados os seguintes objectivos: estabelecimento de recurso de alimentação a instalações terminais; diminuição progressiva do número de interrupções de fornecimento de energia; melhoria dos perfis de tensão; satisfação do aumento dos consumos; estabelecimento de recurso de alimentação a instalações terminais.

Realizaram-se vários estudos relacionados com o desenvolvimento da rede de distribuição, entre os quais se destacam a elaboração dos processos relativos à construção da subestação 60/30-15 kV Santo Onofre (Caldas da Rainha), a inserção na rede do futuro Ponto de Entrega de Lavos e a reformulação dos circuitos alimentados pelo Ponto de Entrega da Batalha.

Em 1999 realizaram-se diversas obras de ampliação e renovação da rede, sendo de realçar as seguintes:

- Construção da subestação 60/15 kV Pinheiros (Leiria), que substituiu a de 30/15 kV existente.
- Construção de um painel de 60 kV na subestação de Seia.
- Conclusão dos postos de corte e seccionamento de 15 kV de Miranda do Corvo e Mira.
- Acréscimo do comprimento de linhas de alta tensão em serviço de 28 km, de que se destaca a conclusão do circuito a 60 kV Vila Nova de Foz Côa – Marvão.
- Construção de 316 km em linhas de média tensão e 47 km de circuitos em cabos subterrâneos.
- Construção de 450 postos de transformação, a que corresponde a potência instalada de 89 MVA.
- Realização de 722 km de redes de baixa tensão aéreas e de 152 km de redes subterrâneas.

Procedeu-se também ao início da realização das seguintes obras, cuja conclusão está prevista para o ano 2000:

- Instalação de uma subestação móvel em Marvão, que anteriormente esteve instalada em Vila Nova de Foz Côa, a qual irá funcionar associada a um módulo móvel de MT, entretanto adquirido.
- Remodelação do circuito a 60 kV Seia – Gouveia.
- Remodelação do circuito a 30 kV Ranha – Guia, a partir do qual irá ser fornecida energia aos estaleiros da TRANSGÁS.

Deu-se continuidade ao programa de automatização e telecomando da rede de MT, através da montagem de unidades remotas de rede acopladas a órgãos de corte (nomeadamente Interruptores Auto Religadores, IAR's), assim como em postos de corte e seccionamento. No final de 1999 estavam instaladas 94 unidades remotas não expansíveis e 18 unidades remotas expansíveis.

Também no âmbito do telecomando da rede de MT foram efectuadas as integrações nos postos de comando de MT de Leiria e Coimbra das unidades remotas situadas nas áreas de acção dos Centros de Distribuição Caldas da Rainha e Lousã, respectivamente.

No âmbito do projecto do ano 2000 efectuou-se o desenvolvimento de trabalhos no domínio de sistemas de controlo em tempo real, que permitiram a certificação de 100% das instalações da CENEL e da HIDROCENEL.
Nas telecomunicações, continuou-se a implementação da rede de Alto Débito, tendo-se efectuado a instalação de 107 km de cabos de fibras ópticas, o que permitiu ligar as cidades de Seia, Guarda, Viseu e Marinha Grande, estando em curso cerca de 90 km, cuja conclusão se prevê para o primeiro trimestre de 2000.

A fim de contribuir para a melhoria da qualidade de serviço foi desenvolvida tecnologia para efectuar Trabalhos em Tensão (TET) nos andares de 60 kV das subestações.

Foram efectuados vários trabalhos TET de 60 kV em redes e subestações da zona norte do país e em instalações da rede de transporte.

Indicadores de Utilização

Os indicadores de utilização das redes evoluíram positivamente durante o ano de 1999. Assim, a utilização da rede MT cresceu 6%, tendo atingido os 315 MWh/km, a rede BT registou 107 MWh/km, com um aumento de 5%, e os postos de transformação tiveram uma utilização de 1 487 MWh/MVA, o que representa um acréscimo de 5% relativamente a 1998.

Qualidade de Serviço

Na sequência do esforço continuado de investimento e de manutenção, feito ao longo destes últimos anos, em

1999 continuou a registar-se uma evolução positiva na Qualidade de Serviço prestada aos nossos clientes, tendo-se verificado reduções de 23% e 8%, no Tempo de Interrupção Equivalente (TIE) e na Energia não Distribuída (END), respectivamente.

Sistemas de Informação Técnica

Durante o ano de 1999 concluiu-se o processo de levantamento de campo e carregamento no SIT da rede AT/MT/BT e IP da área correspondente a 38 cartas, à escala 1:1000, da zona urbana da cidade de Leiria. O trabalho foi adjudicado em meados de 1998 a cinco fornecedores externos e, por se tratar de um trabalho pioneiro (levantamento de campo e representação no sistema Smallworld/SIT), a CENEL adjudicou a gestão do projecto e o controlo de qualidade à PROET.

Após a conclusão dos primeiros lotes, iniciou-se o processo de controlo de qualidade da informação nas componentes: representação, caracterização das entidades e topologia. No que diz respeito aos procedimentos a observar na representação das entidades, destaca-se a verificação das regras de desenho para o traçado da rede aérea e subterrânea, a execução de esquemas unifilares, a garantia de integridade da base de dados e a verificação da topologia/conectividade da rede.

Quanto à implementação do processo de manutenção da base de dados e disponibilização da informação aos utilizadores, distribuíram-se 4 postos de trabalho pelas diferentes áreas / departamentos da parte técnica, instituindo-se um modelo de actualização descentralizada.

Com vista ao carregamento da rede AT da zona de influencia da CENEL, procedeu-se à análise do modelo, sugeriram-se modificações e participou-se na elaboração das especificações e nos testes de aceitação da nova versão SIT 2.0.

No âmbito da aquisição de cartografia de base, recepcionaram-se e instalaram-se no sistema as cartas militares 1:25000 de toda a área de influencia da CENEL (rasterizadas a cor e geo-referenciadas), adquiridas à EDINFOR em consequência de um acordo estabelecido entre esta empresa e o IGEOE, e que passaram a constituir a base de representação da rede AT e MT para escalas pequenas.

Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

No âmbito da Gestão de Recursos Humanos, prosseguiu em 1999 a política de reajustamento do Quadro de Pessoal Permanente, tendo em atenção as alterações introduzidas pela modernização organizativa tecnológica e administrativa da Empresa.

Este reajustamento, qualitativo e quantitativo, que obedeceu a critérios de racionalidade ao nível de uma gestão eficaz, consubstanciou-se em acções de formação profissional, em reafectação profissional e na mobilidade de trabalhadores, tendo-se verificado uma redução de 118 efectivos, o que corresponde a 6,3% do Efectivo Permanente.

Em 31 de Dezembro de 1999 encontravam-se colocados na CENEL 1 762 trabalhadores, dos quais 9 contratados a termo certo, 1 requisitado pela Holding e 8 com a relação laboral suspensa por razões diversas.

Evolução de efectivos

	97.12.31	98.12.31	1999			99.12.31	99/98 %
			Entradas	Saídas	Saldo		
Quadro Permanente Activo	2.147	1.871	8	135	-127	1.744	-6,8
Contratados a Termo	–	–	9		9	9	
Total	2.147	1.871	17	135	-118	1.753	-6,3
Colocados e em exercício na Holding	2	1				1	
Colocados e em exercício noutras Emp. Grupo	–	–				–	
Quadro Suspenso	9	7	2	1	1	8	
Em exercício sem colocação (outras formas contratuais)	–	–				–	

Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

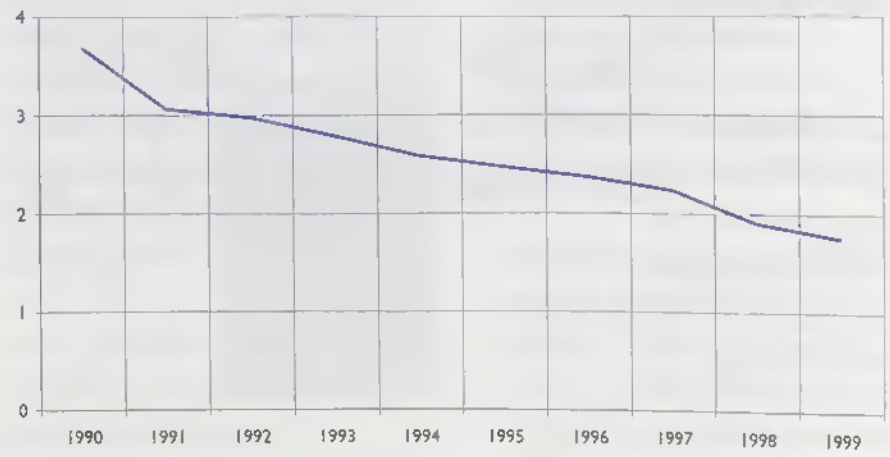
Em 31 de Dezembro de 1999, prestavam a sua actividade na Empresa 1 753 trabalhadores, sendo de realçar a maior concentração nas categorias de Profissionais Qualificados (39%) e Profissionais Semi-Qualificados (33%) e a existência de 9 Contratos de Trabalho a Termo Certo.

Número de trabalhadores por categoria profissional

Categoria Profissional	1997 Quant.	%	1998 Quant.	%	1999 Quant.	%
Directores/Chefias Superiores	99	4,6	92	4,9	86	4,9
Quadros Superiores	86	4,0	88	4,7	88	5,0
Quadros Médios	12	0,6	9	0,5	11	0,6
Chefias Intermédias	64	3,0	60	3,2	62	3,5
Profissionais Alt. Qualificados	239	11,1	205	11,0	213	12,2
Profissionais Qualificados	764	35,6	729	39,0	687	39,2
Profissionais Semi-Qualificados	844	39,3	664	35,5	578	33,0
Profissionais Não Qualificados	39	1,8	24	1,3	19	1,1
Contratos a Termo	–	–	–	–	9	0,5
Total	2.147	100,0	1.871	100,0	1.753	100,0

O indicador "Número de Trabalhadores por Mil Clientes", habitualmente utilizado na actividade da Distribuição para medir a produtividade, tem evoluído positivamente, conforme se infere do gráfico seguinte, e apresentava em 31 de Dezembro de 1999 o valor de 1,75 por mil.

Número de trabalhadores por 1000 clientes



Formação Profissional

Em 1999 realizaram-se 122 acções de formação, envolvendo 943 trabalhadores, num total de 1 183 participações, correspondendo a uma taxa de participação de 65%.

Dando seguimento a solicitações de estabelecimentos de ensino concederam-se 18 estágios de natureza curricular.

Prevenção e Segurança

A gestão da Segurança distinguiu-se pelo reforço da sensibilização e pela definição de limites máximos para os acidentes de trabalho com baixa (20), acidentes de origem eléctrica (1) e acidentes de viação, com responsabilidade para o condutor da Empresa (50).

Estes indicadores integraram a informação disponibilizada na campanha de sensibilização Apostar na Segurança, o Futuro com Confiança, que decorreu na segunda quinzena de Janeiro e que envolveu 860 participantes afectos às actividades mais expostas ao risco de acidente.

Outras acções de sensibilização desenvolvidas relacionaram-se com a utilização dos novos sistemas de protecção antiquedas, a utilização de ecrãs de visualização, com respeito pelos princípios da Ergonomia e a divulgação de acidentes graves e mortais, abrangendo um total de 685 participantes.

No âmbito da normalização de procedimentos e controlo de riscos, realizaram-se auditorias de segurança a trabalhos (280) e a instalações (142) e auditoria sistémica à actividade Prevenção e Segurança do Centro de Distribuição Caldas da Rainha, concluindo-se o processo iniciado em 1996.

Registaram-se 16 acidentes de trabalho com baixa, sem acidentes mortais pelo terceiro ano consecutivo. O número de acidentes foi significativamente inferior ao de 1998 (26) e também ficou aquém do limite máximo estabelecido (20).

O índice de frequência foi de 5,35 acidentes por milhão de horas trabalhadas, reduzindo significativamente em relação ao ano anterior (7,83).

O índice de gravidade foi de 1,12 dias perdidos por mil horas trabalhadas, apresentando agravamento relativamente a 1998 (0,37). Este foi particularmente afectado com o significativo número de dias perdidos resultantes de acidentes ocorridos em anos anteriores, designadamente, por baixa e por atribuição de duas incapacidades permanentes parciais.

Na sinistralidade dos prestadores de serviços há a lamentar a ocorrência de um acidente mortal.

Pela Medicina do Trabalho foram efectuados 1 442 exames periódicos e ocasionais, correspondentes a 79% da população da Empresa.

Evolução Económica e Financeira

O resultado líquido, atingindo os 4,3 milhões de contos, traduz-se num decréscimo de 9,9% relativamente ao exercício de 1998.

Durante o ano, foram alienadas as participações financeiras que a Cenel detinha em outras empresas do Grupo, tendo também a dívida à Holding sido abatida do valor da dívida da Hidrocenel à Cenel.

Financiamento

A dívida de Médio e Longo Prazo (MLP) à Holding foi reduzida em 4,9 milhões de contos, sendo 3,5 de amortização e 1,4 de transferência do crédito sobre a Hidrocenel.

No final do ano a dívida fixava-se em 12,6 milhões de contos. Destes, 28% vencem-se no ano 2000. A sua estrutura é indicada no quadro seguinte:

Evolução da dívida

(milhares de contos)

	Saldo Inicial		Saldo Final	
Médio e longo prazo	14.029	80,0%	9.093	72,2%
Curto prazo	3.507	20,0%	3.507	27,8%
Total	**17.536**	**100,0%**	**12.600**	**100,0%**

Face à continuada quebra das taxas de juro e à redução do próprio capital em dívida, os encargos financeiros suportados em 1999 ascenderam a 567,6 milhares de contos, enquanto no ano transacto foram de 1 004,8 milhares de contos, a que correspondeu uma taxa de juro anual efectiva líquida de 3,635%.

Por outro lado, as necessidades financeiras de curto prazo cobertas pela Holding fixavam-se no final do ano em 339 milhares de contos, quando em período homólogo do ano anterior atingiram 764 milhares de contos.

Não obstante o saldo negativo em final de ano, a conta-corrente de curto prazo com a Holding gerou um proveito de 32 milhares de contos, o que confere àquele saldo um carácter pontual. Englobando os descontos de pronto pagamento a

fornecedores, no valor de 70 milhares de contos, a gestão de tesouraria de curto prazo gerou um proveito financeiro de cerca de 102 milhares de contos.

Os fluxos de tesouraria (monetários e escriturais) resumem-se no quadro seguinte:

(milhares de contos)

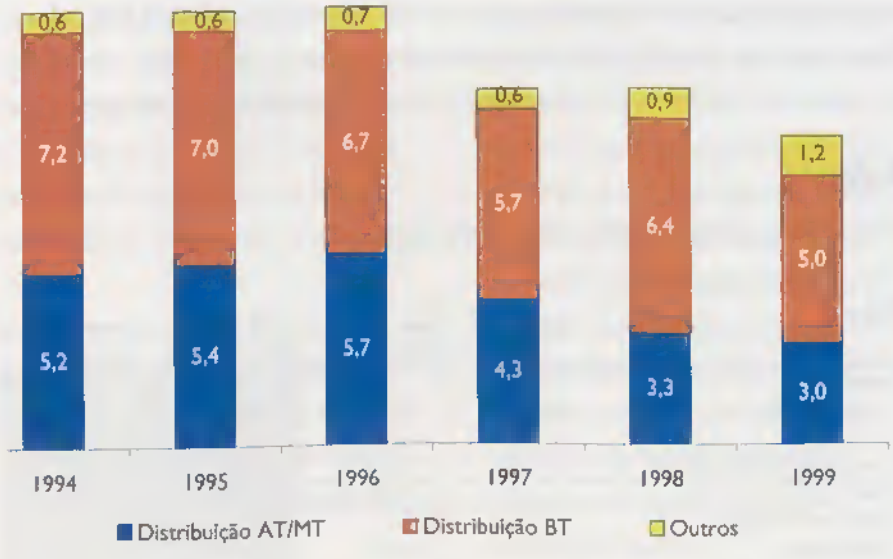
Saldo em 1/1/99	-1.750
Recebimentos	104.136
Pagamentos	102.673
Saldo em 31/12/99	**-287**

A Demonstração dos Fluxos de caixa evidencia a política de investimentos, distribuição de dividendos e evolução da tesouraria ao longo do ano de 1999.

Investimento

A evolução do investimento a custos técnicos pode ser observada no gráfico seguinte, tendo em 1999 atingido 9,2 milhões de contos.

Investimento a custos técnicos (milhões de contos)



A custos totais, o investimento realizado em 1999 foi de 9,3 milhões de contos, valor que inclui 2,1 milhões de contos de custos de estrutura e 0,1 milhões de contos de encargos financeiros.

Evolução Económica e Financeira

Investimento 1999

(milhares de contos)

	Custos Directos	Custos Estrutura	Encargos Financeiros	Total
Distribuição AT/MT	2.294	708	63	3.065
Distribuição BT	3.711	1.279	43	5.033
Outros	1.051	132	16	1.199
Total	**7.056**	**2.119**	**122**	**9.297**

O valor de 1999 foi inferior em 1,5 milhões de contos (cerca de 14%) ao de 1998.

A contenção do orçamento conduziu a uma contracção do investimento em todos os sectores de actividade, excepto nos equipamentos acessórios, onde se verificou uma preocupação cada vez mais selectiva para os investimentos estratégicos, com um valor a custos totais de 842 milhares de contos, contra os 369 do ano transacto, sendo de realçar o significativo valor em fibras ópticas, no montante de 679 milhares de contos.

As Linhas Aéreas de Média Tensão e Baixa Tensão, bem como as Equipas de contagem de BT, foram os sectores de actividade em que o investimento foi mais concentrado, representando 52% do total.

As comparticipações recebidas durante o exercício atingiram o valor de 3 148 milhares de contos, o que representa 34% do investimento a custos totais. Naqueles valores não se encontram incluídos 1 226 milhares de contos de comparticipações em espécie.

Balanço

A evolução da situação patrimonial foi a seguinte:

Balanço

(milhares de contos)

	1998 Valor	1999 Valor	Variação %
Activo			
Imobilizado líquido	174.928	158 847	-9,2
Circulante	13.779	25.098	82,1
Acréscimos e diferimentos	2.710	2.693	-0,6
Total	**191.417**	**186.638**	**-2,5**
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio	107.151	111.353	3,9
Passivo	84.266	75.285	-10,7
A médio e longo prazo	31.353	19.821	-36,8
A curto prazo	18.656	19.598	5,0
Acréscimos e diferimentos	34.257	35.866	4,7
Total	**191.417**	**186.638**	**-2,5**

O equilíbrio financeiro, definido pela relação entre o capital próprio e o passivo de médio e longo prazo, passou de 3,4 em 1998 para 5,6 em 1999, resultante da redução das provisões para riscos e encargos e da dívida à Holding, bem como da transferência das cauções de Baixa Tensão de médio e longo prazo para curto prazo.

O imobilizado líquido de amortizações representa 85% do total do activo líquido que ascendeu a 186,6 milhões de contos.

O imobilizado corpóreo diminuiu 1,2 milhões de contos, proveniente de 11,7 milhões de contos de amortizações, compensado com 10,5 milhões de contos de acréscimos.

As amortizações acumuladas totalizam no final do exercício 183,3 milhões de contos, o que corresponde a 54% do património imobilizado em exploração.

Durante o exercício verificou-se a alienação de todas as participações financeiras a favor da Holding, tendo ocorrido a correspondente redução de 14,9 milhões de contos na rubrica de investimentos financeiros.

O activo é 2,48 vezes superior ao passivo, quando em 1998 era apenas 2,27.

A dívida global de clientes ascendeu a 9,5 milhões de contos, tendo decrescido em relação a 1998 cerca de 1,5 milhões de contos, devido à recuperação de dívidas e à anulação de dívidas incobráveis no montante de 0,6 milhões de contos.

As provisões para cobrança duvidosa tiveram uma redução líquida de 0,4 milhões de contos, ascendendo no final de 1999 a 3,2 milhões de contos, cobrindo a totalidade dos clientes e outros devedores duvidosos.

As existências sofreram uma redução de cerca de 30% em relação ao ano anterior, fixando-se no final do exercício em 420 milhares de contos, representando uma taxa de cobertura de 1,27 meses, inferior em 9% a 1998.

O Activo circulante, representando cerca de 13,4% do total do activo, aumentou 82% relativamente ao exercício anterior, essencialmente resultante do reflexo da alienação das participações financeiras que ocorreu em Dezembro de 1999 com efeitos a Janeiro do mesmo ano, cuja dívida da Holding se encontra relevada em Empresas do Grupo – Devedores Diversos.

Em contrapartida, o Passivo de MLP diminuiu 37%, devido, no essencial, à

transferência da dívida da Hidrocenel para a Holding, à redução de provisões para riscos e encargos e ainda à transferência para Curto Prazo das cauções prestadas por clientes de BT a reembolsar em 2000.

O capital próprio da Empresa aumentou 4,2 milhões de contos, essencialmente como consequência da redução de provisões para riscos e encargos não reflectidas nos resultados operacionais.

O valor de 0,7 milhões de contos, referido como dívidas a instituições de crédito, evidencia a situação resultante das relações envolvendo a CENEL, a Banca e a Holding, face ao processo de reposição automática do saldo zero nas contas da Empresa, efectuado diariamente pela tesouraria da EDP.

Custos e Proveitos

A evolução dos custos e proveitos descreve-se, de um modo resumido, de seguida:

Custos e Proveitos (milhares de contos)

		1998	1999	
		Valor	Valor	Variação %
Vendas de electricidade		95.732	96.251	0,5
Outras vendas e prestações de serviços		398	545	36,9
Trabalhos para a própria empresa (a)		6.624	5.218	-21,2
Outras receitas correntes		261	273	4,6
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	(+)	103.015	102.287	-0,7
Compras de electricidade		53.343	58.008	8,7
Materiais diversos		5.178	3.968	-23,4
Fornecimentos e serviços externos		5.693	6.112	7,4
Impostos indirectos		60	60	0,0
Consumos	(-)	64.274	68.148	6,0
Valor Acrescentado Bruto	(=)	38.741	34.139	-11,9
Despesas com o pessoal	(-)	12.132	12.652	4,3
Outros encargos de exploração	(-)	4.934	5.134	4,1
Outros proveitos de exploração	(+)	5	20	300,0
Excedente Bruto de Exploração	(=)	21.680	16.373	-24,5
Despesas financeiras	(-)	1.064	574	-46,1
Receitas financeiras	(+)	1.631	468	-71,3
Imputação de despesas financeiras a TPE	(+)	198	122	-38,4
Resultados extraordinários (b)	(+)	984	1.034	5,1
Imposto sobre o rendimento	(-)	4.185	2.577	38,5
Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow) (*)	(=)	20.310	11.431	-43,7
Amortizações (líquidas)	(-)	11.420	11.688	2,3
Provisões (líquidas)	(-)	4.117	-4.559	-210,7
Resultado Líquido	(=)	**4.773**	**4.302**	**-9,9**

(a) Sem encargos financeiros
(b) Expurgados das provisões consideradas nos resultados extraordinários
(*) Em 1998 contém 1.066 milhões de contos de Provisões por contrapartida de Resultados Transitados. Em 1999 encontra-se deduzido de 3.419 milhões de contos de redução de Provisões movimentadas por contrapartida de Resultados Transitados.

O valor acrescentado bruto, como principal contributo na formação dos resultados da empresa, apresentou um valor de 34,1 milhões de contos, inferior em 4,6 milhões de contos a 1998, isto é cerca de 12%.

A principal razão desta redução resulta de uma clara diminuição das margens de comercialização no âmbito da compra e venda de energia eléctrica.

De facto, enquanto as vendas de electricidade cresceram apenas 0,5%, as compras aumentaram em 8,8%. A diferença entre o valor das vendas e das compras de electricidade foi, em 1999, de 38,2 milhões de contos, quando em 1998 havia sido de 42,4 milhões de contos.

Os resultados operacionais do exercício ascenderam a 3,9 milhões de contos, quando em 1998 haviam atingido 9,5 milhões. Tal redução evidencia a estreita correlação com a diminuição da margem bruta das vendas de electricidade.

Os trabalhos para a própria empresa, parcela relevante na formação dos proveitos, ascenderam no exercício a 5,3 milhões de contos, quando em 1998 haviam atingido 6,8.

Os fornecimentos e serviços externos, no actual contexto da empresa, aumentaram 7,4%, passando de 5,7 milhões de contos em 1998 para 6,1 milhões de contos no exercício, 35% dos quais foram prestados pelo Grupo EDP. Os trabalhos especializados e a conservação do imobilizado representam 75% do total dos fornecimentos e serviços externos.

Os custos com o pessoal, com 12,6 milhões de contos, foram superiores em 0,5 milhões de contos (4,3%) em relação a 1998, resultantes, no essencial, de dotação adicional para o Fundo de Pensões.

Os custos de amortizações, no montante de 11,7 milhões de contos, aumentaram cerca de 2,3%, como consequência da transferência para exploração de novos imobilizados entretanto concluídos, não tendo ocorrido durante o exercício quaisquer alterações nos critérios e nas taxas de reintegração dos imobilizados.

Evolução Económica e Financeira

As provisões líquidas sofreram uma redução de 4,6 milhões de contos, resultantes, no essencial, de anulações totais ou parciais de provisões para riscos e encargos.

As rendas de concessão devidas às Autarquias atingiram os 5,1 milhões de contos, representando 7,9 % do total das vendas de energia eléctrica em Baixa Tensão.

Os resultados financeiros, negativos de 0,1 milhões de contos, foram inferiores em cerca de 0,7 milhões de contos, relativamente a 1998, pelo facto de não ter havido rendimentos de participações financeiras, dado que as mesmas foram alienadas no início de 1999. Todavia, os juros suportados foram inferiores em cerca de 0,5 milhões de contos (46%).

Nos resultados extraordinários, positivos de 3,1 milhões de contos, realça-se o proveito de 2 milhões de contos de redução de provisões e a compensação de amortização de imobilizações comparticipadas, no valor de 1,5 milhões de contos, sendo de evidenciar do lado dos custos a anulação de dívidas incobráveis de cerca de 0,6 milhões de contos.

O cash-flow atingiu o valor de 11,4 milhões de contos, valor que se encontra deduzido de 3,4 milhões relativos a redução de provisões movimentadas por contrapartida de resultados transitados.

A capacidade de autofinanciamento, medida pela relação entre o cash-flow e o investimento a custos técnicos, ascendeu a 1,24.

Indicadores

A rendibilidade e a estrutura financeira da empresa podem ser observadas no quadro seguinte:

	1998	1999
Rendibilidade dos Capitais Próprios		
Resultados Líquidos/Capital Próprio (%)	4,45	3,86
Rendibilidade Económica		
Resultados Operacionais/Activo (%)	4,99	2,10
Rendibilidade das Vendas		
Resultados Líquidos/Vendas (%)	4,98	4,46
Rotação do Activo		
Vendas/Activo (%)	50,07	51,65
Autonomia Financeira		
Capital Próprio/Activo (%)	55,98	59,66
Liquidez Geral		
Capital Circulante (*)/Passivo Curto Prazo (%)	65,77	127,66
Estrutura Financeira		
Capital Próprio/Passivo M.L.P.	3,42	5,62
Capacidade de Autofinanciamento		
Cash Flow/Investimento Custos Técnicos	1,92	1,25
Cobertura do Imobilizado		
Capital Permanente/Activo Imobilizado (%)	79,18	82,58
Solvabilidade Total		
Activo/Passivo	2,27	2,48
Prazo Médio de Recebimentos (meses)		
Créditos Correntes Clientes/Vendas x12	0,93	0,77
Taxa de Cobertura de Materiais Diversos (meses)		
Existências/Consumos x12	1,39	1,27
V.A.B. Per Capita (milhares de contos)		
V.A.B./Número médio de Efectivos	19,27	18,82
Vendas Per Capita (milhares de contos)		
Vendas/Número médio de Efectivos	47,68	53,14

(*) Deduzido dos Créditos de MLP

Os indicadores revelam uma situação económica e financeira sólida, apesar da evolução desfavorável de alguns deles.

Considerações Finais

Perspectivas para 2000

As alterações na legislação do sector eléctrico e as novas regras de funcionamento do mercado obrigaram a repensar a estrutura organizacional das empresas de distribuição da EDP, tendo-se estabelecido como orientação estratégica a formação de uma empresa única, EDP Distribuição – Energia S.A., resultante da fusão das actuais 4 empresas, EN, CENEL, LTE e SLE. Neste sentido, foi celebrada escritura notarial da fusão das referidas 4 empresas em 2000.02.14.

Os objectivos estratégicos desta fusão visam aumentar quer a eficiência da gestão do negócio da Distribuição da EDP nas suas componentes de Redes e Comercial, quer a eficácia comercial da EDP, no contexto da liberalização do sector eléctrico e garantir a liderança, de forma rentável, na qualidade de serviço prestado ao Cliente.

Assim, a separação organizativa do negócio Comercial, em conformidade com os novos requisitos regulamentares, bem como a criação de duas Áreas de Negócio (Gestão da Rede e Serviços de Rede), com filosofias e objectivos de gestão distintos, acompanham as tendências internacionais.

Aliado aos resultados decorrentes desta reestruturação, torna-se indispensável que um bom nível de crescimento dos consumos e uma adequada política de investimentos e dos custos de manutenção da rede compensem a diminuição dos preços de venda da energia eléctrica.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Artº 25º dos Estatutos da CENEL, propõe que o resultado líquido do exercício de 1999, no valor de 4 302 274 220$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	215.115.000$
Para Dividendos	3.300.000.000$
Para Resultados Transitados	787.159.220$

Nota Final

Ao concluir a apresentação do Relatório do Exercício de 1999, o Conselho de Administração em exercício manifesta o seu reconhecimento a todos os que contribuíram para a concretização dos objectivos da Empresa.

Aos trabalhadores, pelo seu valoroso empenhamento e competência profissional.

Às entidades governamentais e da Administração Pública e Local em geral, pelo apoio e colaboração que nos prestaram sempre que necessário, contributo decisivo para o bom desempenho da Empresa.

Ao Conselho de Administração da EDP, pelo modo como nos apoiou e pela confiança que sempre nos manifestou.

Ao Revisor Oficial de Contas, pela sua disponibilidade e colaboração no exercício das suas atribuições.

Coimbra, 29 de Fevereiro de 2000

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
- Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Anexo ao Relatório de Gestão

1) Art.º 447.º n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP – Electricidade de Portugal, S.A., com a qual a CENEL – Electricidade do Centro, S.A., está em situação de Grupo:

			Acções		
Membros do CA	Data	Preço em escudos	Aquisição	Venda	Saldo em 31-Dez-99
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães	16 de Junho 1997	933.450	450		816
	Junho 1998		16		
	29 de Junho 1998	1.435.050	350		
Cônjuge: Emília M. Pimentel Morgado	16 de Junho 1997	383.625	175		254
	Junho 1998		4		
	29 de Junho 1998	316.050	75		
João José Gomes de Aguiar	26 de Junho 1998	1.435.018	350		855
	Junho 1999		14		
Cônjuge: Maria de Fátima B. M. de Aguiar	26 de Junho 1998	423.550	100		307
	Junho 1999		4		
José Marcos da Silva	16 de Junho 1997	930.150	450		802
	Junho 1998		15		
	30 de Junho 1998	1.327.300	325		
	Junho 1999		12		
Cônjuge: Maria Albertina N. M. Marcos da Silva	16 de Junho 1997	383.625	175		255
	Junho 1998		3		
	30 de Junho 1998	316.050	75		
	Junho1999		2		
Filho menor: José Filipe M. Marcos da Silva	30 de Junho 1998	423.550	100		102
	Junho 1999		2		
António Eduardo da Silva Oliva	30 de Junho 1998		225		234
	Junho 1999		9		
José Celestino Oliveira Rocha	30 de Junho 1998	1.327.300	325		337
	Junho 1999		12		
Cônjuge: Maria Cardoso Roldão	30 de Junho 1998	423.550	100		102
	Junho 1999		2		

2) Art.º 448.º n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 1999, eram titulares do Capital da CENEL – Electricidade do Centro, S.A.:

EDP – Electricidade de Portugal, S.A.,
com sede na Avenida José Malhoa, lote A 13, Lisboa ..... 100% do capital social

Não se verificou durante o exercício de 1999 qualquer mudança de titularidade das acções da sociedade por qualquer causa.

Coimbra, 29 de Fevereiro de 2000

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Documentos de Prestação de Contas da CENEL

128 Balanço em 31 de Dezembro de 1999

130 Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999

132 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

156 Demonstração dos Fluxos de Caixa

157 Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

158 Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

159 Valor Acrescentado Bruto

Balanço em 31 de Dezembro de 1999

Unidade: escudos

Activo		Exercícios 1999 Activo Bruto	Amortiz./Provis.	Activo Líquido	1998 Activo Líquido
Notas	**Imobilizado:**				
	Imobilizações corpóreas:				
03.a/10	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	5.388.590.476	4.399.993.582	988.596.894	1.159.076.209
	Terrenos e recursos naturais	781.036.554		781.036.554	566.903.529
	Edifícios e outras construções	5.881.038.303	2.707.703.245	3.173.335.058	3.245.295.473
	Equipamento básico	322.020.962.678	172.278.495.695	149.742.466.983	150.672.196.031
	Equipamento de transporte	2.281.744.912	1.759.538.087	522.206.825	546.544.360
	Ferramentas e utensílios	332.800.683	306.191.687	26.608.996	27.742.051
	Equipamento administrativo	2.034.505.129	1.605.883.527	428.621.602	487.755.804
	Diferenças de câmbio	215.979.178	50.916.384	165.062.794	172.252.938
	Outras imobilizações corpóreas	358.011.755	189.568.552	168.443.203	180.226.572
	Obras em curso	2.850.681.930		2.850.681.930	2.979.012.510
		342.145.351.598	183.298.290.759	158.847.060.839	160.037.005.477
03.b/10	**Investimentos financeiros:**				
	Partes de capital em empresas do grupo				14.517.884.352
	Títulos e outras aplicações financeiras				372.837.777
					14.890.722.129
	Circulante:				
03.c/22/41	Existências:				
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	419.846.287		419.846.287	601.252.565
		419.846.287		419.846.287	601.252.565
	Dívidas de terceiros – Médio e longo prazo:				
21/46.a	Autarquias – dívida de 31/12/88	1.218.101.288	1.218.101.288		
	Empresas do Grupo – Empréstimos				1.429.545.551
	Outros devedores	78.698.250		78.698.250	78.597.320
		1.296.799.538	1.218.101.288	78.698.250	1.508.142.871
	Dívidas de terceiros – Curto prazo:				
	Clientes c/c	6.213.968.905		6.213.968.905	7.388.914.157
23	Clientes de cobrança duvidosa	2.033.912.121	1.939.852.212	94.059.909	70.325.931
	Empresas do Grupo – Empréstimos				357.386.400
48.f	Estado e outros entes públicos	162.312.502	24.427.629	137.884.873	87.484.558
48.b	Outros devedores	17.376.210.888		17.376.210.888	3.363.402.309
		25.786.404.416	1.964.279.841	23.822.124.575	11.267.513.355
	Depósitos bancários e caixa:			699.120.236	388.780.774
	Depósitos bancários	699.120.236		78.061.034	13.006.341
	Caixa	78.061.034		777.181.270	401.787.115
		777.181.270			
48.a	**Acréscimos e diferimentos:**				
	Acréscimos de proveitos	2.550.642.760		2.550.642.760	2.438.267.138
	Custos diferidos	142.643.644		142.643.644	271.932.840
		2.693.286.404		2.693.286.404	2.710.199.978
	Total de amortizações		183.298.290.759		
	Total de provisões		3.182.381.129		
	Total do activo	**373.118.869.513**	**186.480.671.888**	**186.638.197.625**	**191.416.623.490**

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

Capital próprio e passivo

Unidade: escudos

Notas		Exercícios 1999	1998
	Capital Próprio:		
36/37/40	Capital	50.250.000.000	50.250.000.000
40.c	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	782.634.031	676.010.086
40	**Reservas:**		
	Reservas legais	1.459.068.904	1.220.418.904
	Outras reservas	50.230.859.893	50.230.859.893
40.d	Resultados transitados	4.327.953.522	248.543
	Subtotal	107.050.516.350	102.377.537.426
40.e	Resultado líquido do exercício	4.302.274.220	4.772.991.031
	Total do capital próprio	111.352.790.570	107.150.528.457
	Passivo:		
48.c	Provisões para riscos e encargos:		
	Provisões para reformas antecipadas		1.593.776.189
	Outras provisões para riscos e encargos	9.453.721.752	12.061.409.502
		9.453.721.752	13.655.185.691
29	**Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo:**		
	Empresas do grupo – Empréstimos	9.092.556.714	14.029.469.681
	Outros credores	285.997.132	2.509.821.756
10.c.11	Conta de regularização (Regime DL 344-B/82)	988.596.894	1.159.076.209
		10.367.150.740	17.698.367.646
	Dívidas a terceiros – Curto Prazo:		
48.e	Dívidas a instituições de crédito	724.711.882	1.387.122.507
	Empresas do grupo – Empréstimos	3.507.367.416	3.507.367.416
	Fornecedores, c/c	6.821.371.349	6.396.335.764
	Fornecedores – Facturas em recepção e conferência	5.819.259	14.156.329
	Fornecedores de imobilizado c/c	1.303.464.227	1.233.430.570
48.f	Estado e outros entes públicos	2.924.472.559	4.628.159.889
48.b	Outros credores	4.311.084.578	1.489.011.349
		19.598.291.270	18.655.583.824
48.a	**Acréscimos e diferimentos:**		
	Acréscimos de custos	1.171.092.112	2.421.546.461
	Proveitos diferidos	34.695.151.181	31.835.411.411
		35.866.243.293	34.256.957.872
	Total do passivo	75.285.407.055	84.266.095.033
	Total do Capital Próprio e do Passivo	**186.638.197.625**	**191.416.623.490**

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999

Unidade: escudos

Custos e perdas		Exercícios 1999		1998	
Notas					
41	Custo das existências vendidas e consumidas				
	Electricidade	58.007.905.737		53.342.802.963	
	Materiais diversos	3.967.565.399	61.975.471.136	5.177.975.665	58.520.778.628
	Fornecimentos e serviços externos		6.112.411.686		5.693.482.780
	Custos com pessoal:				
	Remunerações				
43	Remuneração dos órgãos sociais	18.723.398		17.388.650	
	Remuneração do pessoal	8.099.811.501		7.814.129.173	
	Encargos sociais:				
03.g	Complemento de pensões de reforma	8.333.497		8.190.914	
	Prémios para pensões	826.424.604		330.309.490	
	Encargos s/remunerações	1.818.983.039		1.873.964.512	
	Custos de acção social	1.086.285.379		1.049.300.235	
	Outros	793.846.559	12.652.407.977	1.039.146.749	12.132.429.723
10.b	Amortizações do exercício	11.687.516.762		11.420.160.052	
34	Provisões do exercício	883.419.323	12.570.936.085	909.242.911	12.329.402.963
	Impostos:				
	Impostos indirectos	60.373.776		59.630.626	
	Impostos directos	6.771.426		5.989.889	
03.a.II	Rendas de concessões	5.113.088.200		4.879.772.700	
	Outros custos e perdas operacionais	13.680.252	5.193.913.654	48.469.867	4.993.863.082
	A – Custos e perdas operacionais		98.505.140.538		93.669.957.176
45	Custos e perdas financeiras				
	Juros	573.431.545		1.061.368.228	
	Perdas em emp. do Grupo e associadas			85.047	
	Diferenças de câmbio desfavoráveis	18		1.682.791	
	Out. custos e perdas financ. e similares	943.799	574.375.362	1.265.287	1.064.401.353
	C – Custos e perdas correntes		99.079.515.900		94.734.358.529
46	Custos e perdas extraordinárias				
	Donativos	2.375.000		3.614.500	
	Dívidas incobráveis	581.041.302		98.001.368	
	Perdas em existências	2.832.337		1.687.794	
	Perdas em imobilizações	6.223.923		8.707.221	
	Correcções exercícios anteriores	4.098.146		320.085.508	
	Outros custos e perdas extraordinárias	188.136.075	784.706.783	4.909.780.175	5.341.876.566
	E – Custos e perdas do exercício		99.864.222.683		100.076.235.095
06	Imposto sobre o rendimento do exercício		2.572.327.533		4.184.952.039
	G – Custos totais		102.436.550.216		104.261.187.134
40.e	Resultado líquido do exercício		4.302.274.220		4.772.991.031
	Total		**106.738.824.436**		**109.034.178.165**

	Resultados Operacionais	(B)-(A)
	Resultados Financeiros	[(D)-(B)]-[(C)-(A)]
	Resultados Correntes	(D)-(C)
	Resultados Antes de Impostos	(F)-(E)
	Resultado Líquido do Exercício	(F)-(G)

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

Proveitos e ganhos

Unidade: escudos

Notas		Exercícios 1999		1998	
44	Vendas			95.731.928.840	
	De energia eléctrica	96.251.495.948		103.121.877	
	Outras	138.203.240	96.796.749.240	294.723.352	96.129.774.069
	Prestações de serviços	407.050.052			
48.d	Trabalhos para a própria empresa		5.340.453.797		6.822.131.038
	Proveitos suplementares		272.762.862		260.827.881
	Outros proveitos e ganhos operacionais		19.737.926		5.491.843
	B – Proveitos e ganhos operacionais		102.429.703.825		103.218.224.831
45	Proveitos e ganhos financeiros				
	Ganhos em emp. do Grupo e associadas			1.053.546.089	
	Rendim. de tit. negoc. e out. aplic. financeiras	6.980.039		3.063.252	
	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do Grupo	94.072.090		109.846.350	
	Outros	366.761.527	467.813.656	464.066.505	1.630.522.196
	D – Proveitos e ganhos correntes		102.897.517.481		104.848.747.027
46	Proveitos e ganhos extraordinários				
	Recuperação de dívidas	1.801.579		1.100.543	
	Ganhos em existências	4.906		248.278	
	Ganhos em imobilizações	37.514.516		38.457.632	
	Reduções de amortizações e de provisões	2.022.846.753		1.824.092.836	
	Correcções relativas a exercícios anteriores	5.069		77.107.816	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.779.134.132	3.841.306.955	2.244.424.033	4.185.431.138
	F – Proveitos totais		106.738.824.436		109.034.178.165
			3.924.563.287		9.548.267.655
			(106.561.706)		566.120.843
			3.818.001.581		10.114.388.498
			6.874.601.753		8.957.943.070
			4.302.274.220		4.772.991.031

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

00 – Nota Introdutória

a) Objecto e detentores do capital

A CENEL – Electricidade do Centro, S.A., resultou da cisão da EDP em harmonia com o disposto nos Decretos-Lei 7/91 e 131/94, aprovada em assembleia geral de accionistas de 18 de Agosto de 1994, e tem por objecto o estabelecimento e a exploração do serviço público de distribuição e venda de energia eléctrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada.

O capital social da CENEL é de 50 250 000 contos, é detido totalmente pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A., tendo sido integralmente realizado em espécie por bens activos e passivos.

b) Regime de preços de venda de energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) são fixados por convenção negociada entre o Grupo EDP e a Direcção Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei n.º 18-A/89, de 12 de Janeiro.

c) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As condições de aquisição de energia eléctrica à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. foram estabelecidas no documento "Sistema Tarifário Transporte-Distribuição 1995; Regras de Facturação e Preços", elaborado e posto em aplicação pela EDP, S.A..

As condições de aquisição de energia eléctrica a terceiros são reguladas pelos Decretos-Lei 189/88 de 27 de Maio, 186/95 de 27 de Julho e 313/95 de 24 de Novembro.

d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em Baixa Tensão está atribuído aos municípios. A Empresa no entanto, procede à distribuição de energia eléctrica neste nível de tensão, com base em contratos de concessão estabelecidos com os Municípios da sua área de exploração.

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão de

distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (notas 03.a.II e 10.c.II), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (nota 03.a.II).

e) Correcção de Hidraulicidade

A correcção de hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei n.º 338/91) de compensação dos custos variáveis de produção de energia eléctrica induzidos pela variabilidade hidrológica, sendo gerido globalmente para a totalidade do grupo EDP.

Neste mecanismo compete às Empresas de Distribuição o reconhecimento de uma parcela, bonificação (proveito) ou agravamento (custo), que corresponde ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo da Correcção de Hidraulicidade, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência (nota 46.e).

f) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas omitidas ou não são aplicáveis à empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das Demonstrações Financeiras.
Os valores indicados são expressos, salvo referência em contrário, em milhares de escudos.

01 – Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

02 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

A Empresa procedeu à contabilização dos encargos resultantes de benefícios sociais a trabalhadores de acordo com o disposto no "International Accounting Standard (IAS) nº 19", derrogando deste modo e nesta medida o disposto na "Directriz Contabilística (DC) nº 19", a qual corresponde à transposição para o normativo português da versão anterior daquele normativo internacional.

Tendo em consideração o entendimento corrente de que a responsabilidade construtiva por encargos com reestruturação dos recursos humanos é do Grupo EDP, e inerentemente da Empresa-Mãe, a transposição para o novo quadro de critérios e práticas contabilísticas de reconhecimento destas responsabilidades, implicou o registo em Resultados Transitados de um ganho de 1 665,3 milhares de contos.

03 – Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações corpóreas

I) Imobilizações de propriedade da CENEL

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores de custo que resultaram do processo de reestruturação da EDP, S.A. em referência a 1 de Janeiro de 1994 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura.

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos no valor das rendas são

registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº. 39º. do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79-02-01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79-03-28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações.
Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam. As diferenças de câmbio são amortizadas às taxas de 2% e 3,33% respectivamente, em edifícios e equipamentos básicos.

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 46.e), pela amortização das comparticipações (registadas em Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para o Investimento) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa. As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos, conforme alínea e) desta mesma nota e nota 48.a.I.

II) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em Imobilizações Corpóreas (nota 10.c.II), com

contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os municípios e a EDP e das diversas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 46.e), pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores – Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes. Os períodos de concessão vigoram, de um modo geral, por um prazo de vinte anos, renovável, podendo a concessão ser revogada mediante aviso prévio de dezoito meses.

b) Contabilização dos investimentos financeiros em partes de capital

Os investimentos financeiros, em partes de capital em associadas, são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística.

c) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio ponderado.

d) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se com fornecedores externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.
No final do ano, os saldos a pagar em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas

como indicado na alínea f) desta mesma nota.

e) Custos Diferidos

As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos – Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de seis anos (nota 48.a).

f) Encargos financeiros e diferenças de câmbio

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a imobilizações em curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (nota 11).

g) Encargos de estrutura

Os encargos indirectos e de gestão da Holding (nota 48 d) são repartidos entre o investimento e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente àquela actividade posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

h) Pensões e encargos associados

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto no International Accounting Standard nº 19, derrogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística nº 19 (nota 31).
A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito, o Grupo EDP constituiu um Fundo de Pensões autónomo, comum a todas as Empresas do Grupo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 99.12.31. A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.
Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em

determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

04 – Câmbios Utilizados

Os saldos constantes do Balanço referentes a dívidas a fornecedores estrangeiros referem-se a fornecimentos intra comunitários, cujas moedas fazem parte da zona Euro.

06 – Imposto Sobre o Rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início no exercício de 1994.

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos (dez para a Segurança Social).
Deste modo, as declarações fiscais da Empresa, dos anos 1994 a 1997, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1998.

A Empresa não tem por política reconhecer contabilisticamente o eventual efeito das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base fiscal e contabilística.

07 – Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 1 814, não existindo assalariados.

10 – Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações Corpóreas						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	5.388.590					5.388.590
Subtotal (1.1)	5.388.590					5.388.590
Imobilizações Próprias da CENEL						
Terrenos e Recursos Naturais	566.903		214.133			781.036
Edifícios e Outras Construções	5.804.358		76.680			5.881.038
Equipamento Básico	311.925.143		10.099.649	(3.030)	(799)	322.020.963
Equipamento Técnico Específico	311.663.554		10.099.649	(3.030)	(799)	321.759.374
Distribuição de Electricidade	311.663.554		10.099.649	(3.030)	(799)	321.759.374
Outro Equipamento Básico	261.589					261.589
Equipamento de Transporte	2.282.178		174.189	(162.447)	(12.174)	2.281.746
Ferramentas e Utensílios	320.240		10.665		1.896	332.801
Equipamento Administrativo	1.977.197		88.300	(397)	(30.595)	2.034.505
Diferenças de Câmbio	215.979					215.979
Outras Imobilizações Corpóreas	358.012					358.012
Subtotal (1.2)	323.450.010		10.663.616	(165.874)	(41.672)	333.906.080
Imobilizado em Curso	2.979.013	(17.742)	9.015.189		(9.125.778)	2.850.682
Aprov. Fins Múltiplos (parte não afecta)						
Adiantamentos p/c de Imobiliz em Curso						
Subtotal (1.3)	2.979.013	(17.742)	9.015.189		(9.125.778)	2.850.682
Total (1)	331.817.613	(17.742)	19.678.805	(165.874)	(9.167.450)	342.145.352
Investimentos Financeiros						
Partes de Capital	14.890.722	(54.451)		(14.836.271)		
Investimentos em imóveis						
Outras Aplicações Financeiras						
Total (2)	14.890.722	(54.451)		(14.836.271)		
Total Geral (1)+(2)	**346.708.335**	**(72.193)**	**19.678.805**	**(15.002.145)**	**(9.167.450)**	**342.145.352**

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

b) Amortizações

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo final
Imobilizações Corpóreas					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	4.229.514		170.479		4.399.993
Subtotal (1.1)	4.229.514		170.479		4.399.993
Imobilizações Próprias CENEL					
Terrenos e Recursos Naturais					
Edifícios e Outras Construções	2.559.062		120.993	27.648	2.707.703
Equipamento Básico	161.252.948		11.029.379	(3.830)	172.278.497
Equipamento Técnico Específico	161.013.994		11.023.975	(3.830)	172.034.139
Distribuição de Electricidade	161.013.994		11.023.975	(3.830)	172.034.139
Outro Equipamento Básico	238.954		5.404		244.358
Equipamento de Transporte	1.735.633		188.697	(164.792)	1.759.538
Ferramentas e Utensílios	292.498		13.088	606	306.192
Equipamento Administrativo	1.489.442		145.994	(29.553)	1.605.883
Diferenças de Câmbio	43.726		7.190		50.916
Outras Imobilizações Corpóreas	177.785		11.783		189.568
Subtotal (1.2)	167.551.094		11.517.124	(169.921)	178.898.297
Total (1)	171.780.608		11.687.603	(169.921)	183.298.290
Investimentos Financeiros					
Partes de Capital					
Investimentos em imóveis					
Total (2)					
Total Geral (1)+(2)	171.780.608		11.687.603	(169.921)	183.298.290

c) Observações

I) Nas imobilizações próprias, o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a distribuição de energia eléctrica conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

II) As imobilizações corpóreas do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das autarquias locais em regime de concessão.

Estes patrimónios, embora explorados pela CENEL, continuam propriedade das autarquias, totalizando em 31 de Dezembro de 1999:

Imobilizado	5.388.590
Amortizações	4.399.994
Valor Líquido	988.596

11 – Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na nota 03.f, foram capitalizados no exercício em Imobilizações em curso juros de financiamento nos seguintes montantes:

Rubricas	Juros de Financiamento	
	1999	1998
Imobilizações em Curso		
Edifícios e Outras Construções	6.263	10.558
Equipamento Básico	114.537	186.636
Equipamento Técnico Específico	114.537	186.636
Distribuição de Electricidade	114.537	186.636
Estudos e Projectos	1.298	1.101
Sistemas informáticos	1.298	1.101
Total	122.098	198.295

12 – Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP, ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 399-G/84	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 264/92

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

14 – Outras informações relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

	1999	1998
Afectas à Distribuição de Electricidade	149.725.235	150.649.561
Não específicas	5.119.069	5.075.488
Implantadas em propriedade alheia	163.479	173.868
Reversíveis (*)	988.597	1.159.076

(*) As imobilizações reversíveis correspondem aos patrimónios afectos à Distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão em regime de concessão, transferidos das Autarquias Locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

	1999	1998
Juros de financiamento	122.098	198.295

15 – Bens utilizados em Regime de Locação Financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira são exclusivamente Equipamento de Transporte:

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento de Transporte	17.515	5.802	11.713

23 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

	1999	1998
Autarquias – Dívida até 88-12-31	1.218.101	1.218.101
Autarquias – Dívida posterior a 88-12-31	157.828	91.861
Clientes de cobrança duvidosa	1.876.084	2.280.375
Outros Devedores	26.296	23.709

25 – Dívidas do Pessoal

	1999	1998
A receber do Pessoal	7.238	5.239

29 – Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro de 1999:

	1999		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Outros credores		285.997	285.997
Cauções recebidas de clientes		285.997	285.997
Empresas do Grupo (Empréstimos)	9.092.557		9.092.557
Conta de regularização (DL 344-B/82)	852.395	136.202	988.597
	9.944.952	422.199	10.367.151

31 – Compromissos Financeiros que não constam no Balanço

a) Os compromissos financeiros dizem respeito a encomendas não satisfeitas à data do Balanço, e repartem-se do seguinte modo:

Para aquisição de imobilizado	354.801
Para conservação do imobilizado técnico	88.700
Para aquisição de existências	413.520
	857.021

b) Pensões e encargos associados

A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 1999, de 31 450 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas e de 12 677 milhares de contos no que respeita a Actos Médicos.

Em 31 de Dezembro de 1999 a cobertura destas responsabilidades atinge cerca de 83% no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas, e cerca de 75% no que respeita a Actos Médicos.

A cobertura do restante destas responsabilidades será reconhecida nas contas da Empresa gradualmente, tal como foi definido nas normas internacionais, na base do período esperado de serviço dos beneficiários no activo.

No exercício foram reconhecidos os seguintes custos operacionais: com Pensões 499,5 milhares de contos, e com Actos Médicos 828 milhares de contos.

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 1999:

– Taxa anual de desconto	6,50%
– Taxa anual de rendimento	8,00%
– Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada	40,00%
– Taxa anual de crescimento dos salários	3,50%
– Taxa anual de crescimento do total das pensões	2,50%
– Taxa anual de crescimento das pensões da segurança social	2,25%
– Taxa de inflação	2,00%
– Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999	6,00%
– Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 2000 e anos seguintes	5,00%

32 – Responsabilidades Contingentes

a) Garantias prestadas a terceiros

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 9 796 contos. Estas garantias são constituídas na globalidade por garantias bancárias e foram prestadas a tribunais e a outros organismos do Estado.
Não existem garantias reais.

b) Garantias solidárias

Atendendo a que na reestruturação da EDP, S.A. e consequente cisão realizada no exercício de 1994 o endividamento financeiro continuou a ser detido pela EDP, S.A., embora os activos que juridicamente o suportavam tivessem sido transferidos para as Empresas Nucleares então constituídas, tornou-se necessária a emissão por estas de garantias solidárias a favor de entidades credoras de parte da dívida financeira externa.

O valor destas garantias ascende, no final do exercício de 1999, a 40 465 milhares de contos.

34 – Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para dívidas de clientes	3.520.012	50.462	412.520	3.157.954
Para outras dívidas de terceiros	19.471	4.957		24.428
Para riscos e encargos	13.655.186	828.000	5.029.464	9.453.722
Reformas Antecipadas	1.593.776		1.593.776	
Actos Médicos	10.536.000	828.000	1.927.278	9.436.722
Revisão Contratação Colectiva	17.000			17.000
Racionalização de Recursos Humanos	1.508.410		1.508.410	
Total	17.194.669	883.419	5.441.984	12.636.104

36 – Capital – Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 50 250 000 acções escriturais nominativas de 1 000 escudos cada, encontrando-se totalmente realizado.

37 – Capital – Detentores

O capital é detido em 100% pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A.

40 – Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	50.250.000			50.250.000
Ajustamentos de partes de Capital	676.010	106.624		782.634
Reservas	51.451.279	238.650		51.689.929
Reserva Legal	1.220.419	238.650		1.459.069
Reservas Livres	50.230.860			50.230.860
Resultados Transitados	249	8.192.135	3.864.430	4.327.954
Resultado Líquido do Exercício	4.772.991	4.302.274	4.772.991	4.302.274
Total	107.150.529	12.839.683	8.637.421	111.352.791

a) Em conformidade com os estatutos da CENEL, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com uma percentagem dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

b) A Reserva livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido, transferido para a CENEL no acto da reestruturação da EDP, S.A., não coberto por capital social. Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um "Prémio de Emissão".

c) A rubrica Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas contém os seguintes movimentos do exercício:

I) 70 329 contos relativos a lucros não atribuídos pela HIDROCENEL do exercício de 1998;

II) 36 295 contos relativos a lucros não atribuídos, do exercício de 1998, pelas Outras Empresas onde a CENEL participa.

d) O movimento do exercício dos resultados transitados foi o seguinte:

Saldo inicial		249
Transferência do Resultado do exercício anterior		4.772.991
Por aplicação em:		
Reserva Legal	238.650	
Dividendos	3.000.000	
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	4.800	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	476.530	(3.719.980)
Regularizações Diversas		3.274.694
Saldo final		4.327.954

O valor de 3 274 694 contos de Regularizações Diversas evidencia os lucros distribuídos aos corpos gerentes e trabalhadores nas empresas participadas (37 826), os lucros retidos (reservas e resultados transitados) nas mesmas Empresas (106 624), 6 contos de lucros não atribuídos e 3 419 138 relativos à redução de provisões não reflectidas no resultado

– Fundo de Pensões	294.433
– Actos médicos	1.697.796
– Racionalização de recursos humanos	1.426.909

41 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais		601.253	601.253
Compras e Produções Internas	58.007.906	3.788.985	61.796.891
Regularização de Existências		(2.827)	(2.827)
Existências Finais		419.846	419.846
Custo do Exercício	58.007.906	3.967.565	61.975.471

43 – Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

	1999	1998
Conselho de Administração	18.488	16.919
Mesa da Assembleia Geral	235	470
Total	18.723	17.389

44 – Vendas e Prestações de Serviços

	Exercícios			
	1999		1998	
(a) Vendas				
(a.1) de energia eléctrica				
em Alta Tensão	7.780.562		8.052.502	
em Média Tensão	24.860.762		25.728.605	
em Baixa Tensão (>39,6 kva)	5.634.165		5.548.312	
em Baixa Tensão	55.826.420		54.282.575	
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	3.231.215		3.187.122	
Descontos e abatimentos em vendas	(1.081.628)	96.251.496	(1.067.187)	95.731.929
(a.2) Outras				
Materiais Diversos		138.203		103.122
(b) Prestações de Serviços				
de Electricidade	125.175		124.778	
de Outros	281.875	407.050	169.945	294.723
		96.796.749		96.129.774

1) A Empresa restringe a sua actividade de vendas apenas ao mercado interno.

45 – Demonstração de Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios	
	1999	1998
Juros Suportados	573.432	1.061.368
Perdas em Emp. do Grupo e Associadas		85
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		1.683
Outros Custos e Perdas Financeiras	944	1.265
Resultados Financeiros	(106.563)	566.121
	467.813	1.630.522

Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1999	1998
Juros Obtidos	120.234	182.304
Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas		1.053.546
Rendimentos de Imóveis	6.980	3.063
Diferenças de Câmbio Favoráveis		
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	75.642	87.602
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	264.957	304.007
	467.813	1.630.522

a) A rubrica de juros suportados inclui entre outros os seguintes montantes:

	1999	1998
Juros de empréstimos	567.633	1.004.779
Juros de gestão de tesouraria	5.164	56.117
	572.797	1.060.896

b) A rubrica outros custos e perdas financeiras inclui o valor de:

	1999	1998
Serviços Bancários	944	1.263

c) A rubrica juros obtidos inclui os seguintes valores:

	1999	1998
Juros de empréstimos concedidos à Hidrocenel	56.828	102.387
Juros de gestão de tesouraria	37.244	7.459
Juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE	26.150	71.965
Juros de depósitos bancários	12	493
	120.234	182.304

d) A rubrica ganhos em Empresa do Grupo e Associadas reflecte a participação nos resultados líquidos do exercício de 1999 das respectivas empresas:

	1999	1998
HIDROCENEL – Energia do Centro, S.A.		886.859
HIDRORUMO – Projecto e Gestão, S.A.		6.713
PROET – Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.		1.064
SÃVIDA – Medicina Apoiada, S.A.		7.112
EDINFOR – Sistemas Informáticos, S.A.		141.215
LABELEC – Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.		10.583
	0	1.053.546

e) A rubrica outros proveitos e ganhos financeiros inclui:

	1999	1998
Compensações debitadas a clientes BT/MP por atraso de pagamento	261.893	301.938
Compensação por cheques devolvidos de clientes	1.279	136
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.785	1.933
	264.957	304.007

46 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios	
	1999	1998
Donativos	2.375	3.615
Dívidas incobráveis	581.041	98.001
Perdas em existências	2.832	1.688
Perdas em imobilizações	6.224	8.707
Multas e penalidades	48	89
Aumentos de amortizações e provisões	0	0
Correcções relativas a exercícios anteriores	4.098	320.086
Outros custos e perdas extraordinárias	188.088	4.909.691
Resultados extraordinários	3.056.602	(1.156.446)
	3.841.308	4.185.431

Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1999	1998
Restituição de impostos	0	7
Recuperação de dívidas	1.802	1.100
Ganhos em existências	5	248
Ganhos em imobilizações	37.515	38.458
Benefícios de penalidades contratuais	180	0
Reduções de amortizações e provisões	2.022.847	1.824.093
Correcções relativas a exercícios anteriores	5	77.108
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.778.954	2.244.417
	3.841.308	4.185.431

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

a) A rubrica dívidas incobráveis respeita a:

	1999	1998
Energia	560.320	97.272
Outros Serviços	20.721	729
	581.041	98.001

b) A rubrica correcções relativas a exercícios anteriores – custos inclui as seguintes rubricas:

	1999	1998
Custos das Existências Vendidas e Consumidas		192.379
Custos com o pessoal	3.929	127.653
Custos e perdas financeiras	169	54
	4.098	320.086

c) A rubrica outros custos e perdas extraordinárias inclui os seguintes valores:

	1999	1998
Insuficiência estimativa p/impostos	104.509	
Dotação adicional para o Fundo de Pensões		898.224
Provisão para reformas antecipadas		1.684.472
Provisão para actos médicos		1.431.942
Provisão para racionalização de recursos humanos		849.660
Indemnizações por despedimento	81.500	45.000
Outros custos e perdas extraordinárias não especificadas	2.079	393
	188.088	4.909.691

d) A rubrica redução de amortizações e provisões respeita a:

	1999	1998
Redução de amortizações		18
Redução de provisões para Clientes	412.521	78.013
Redução de provisões para Outros Devedores		
Redução de provisões para reformás antecipadas	1.299.343	1.301.226
Redução de provisões para Actos Médicos	229.483	210.586
Redução de provisões para racionalização de recursos humanos	81.500	234.250
	2.022.847	1.824.093

e) A rubrica correcções relativas a exercícios anteriores – proveitos inclui as seguintes rubricas:

	1999	1998
Fornecimentos e serviços externos		
Impostos		
Custos com o pessoal	5	924
Vendas		
Proveitos e ganhos financeiros		76.184
	5	77.108

f) A rubrica outros proveitos e ganhos extraordinárias inclui os seguintes valores

	1999	1998
Excesso de estimativa p/ impostos sobre lucros		117.460
Compensação de amortizações de imobilizações comparticipadas	1.514.175	1.368.331
Compensação de amort. de imobil. corpóreas em regime de concessão	170.479	171.044
Correcção de Hidraulicidade – Bonificação		542.325
Outros não especificados	94.300	45.257
	1.778.954	2.244.417

48 – Outras Informações

a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	1999	1998
Acréscimos de proveitos		
Energia a fact., por cons. ocorridos até à data do balanço	2.515.128	2.436.782
Vendas e prestação de serviços a empresas do Grupo		1.485
Outros acréscimos de proveitos	35.514	
	2.550.642	2.438.267

	1999	1998
Custos diferidos		
Reparações e beneficiações do imobilizado	49.298	122.150
Encargos de Natureza Plurianual	84.983	145.217
Outros custos diferidos	8.363	4.566
	142.644	271.933

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

	1999	1998
Acréscimos de custos		
Férias e subsídio de férias	1.118.541	1.233.050
Correcção da tarifa TD		265.500
Compras e aquisição de serviços a Empresas do Grupo	35.749	
Outros acréscimos de custos	16.802	922.996
	1.171.092	**2.421.546**

	1999	1998
Proveitos diferidos		
Subsídios para investimento	34.695.151	31.835.411

I) Os movimentos na rubrica reparações e beneficiações de imobilizado foram os seguintes:

	1999	1998
Saldo inicial	122.150	187.697
Acréscimos do exercício	540	7.240
Transferência para resultados	(73.392)	(72.787)
Saldo final	**49.298**	**122.150**

II) Os movimentos na rubrica encargos de natureza plurianual foram os seguintes:

	1999	1998
Saldo inicial – Transferência de outros custos e proveitos	145.217	205.296
Acréscimos do exercício		127
Transferência para resultados	(60.234)	(60.206)
Saldo final	**84.983**	**145.217**

III) O valor da rubrica outros acréscimos de custos respeita no essencial à regularização de facturação de venda de electricidade.

IV) Os subsídios recebidos no exercício ascendem a 4 373 916 contos, neles se incluindo 374 695 contos de fundos comunitários.

b) Outros devedores e outros credores

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	1999	1998
Outros devedores		
Devedores por fornec. de outros bens e prest. de serviços	311.263	605.936
Devedores diversos	43.714	12.180
Empresas do Grupo		
Devedores diversos	17.021.234	2.764.757
	17.376.211	3.382.873

	1999	1998
Outros Credores		
RDP - Taxas de radiodifusão	500.208	345.173
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e out. credores	2.206.408	14.508
Rendas de concessão	96.022	82.658
Credores diversos	39.782	54.096
Empresas do Grupo		
Sistema financeiro	338.988	763.965
Credores por fornec. de outros bens e prest. de serviços	603.973	214.071
Outros	525.704	14.540
	4.311.085	1.489.011

A rubrica outros devedores (devedores diversos), em Empresas do Grupo, releva, em 1999, o pagamento por conta do IRC em 2 974 994 contos e a alienação das participações financeiras em 13 943 896 contos.

A rubrica outros credores (Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores) evidencia a responsabilidade da Empresa na devolução de cauções prestadas por clientes em Baixa Tensão Normal, conforme artº 129 do Regulamento das Relações Comerciais.

c) Provisão para riscos e encargos

	1999	1998
Reformas antecipadas		1.593.776
Actos médicos	9.436.722	10.536.000
Contratação colectiva de trabalho	17.000	17.000
Racionalização de recursos humanos		1.508.410
	9.453.722	13.655.186

d) Trabalhos para a própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na demonstração dos resultados:

	1999	1998
Consumo de materiais	4.035.126	4.278.541
Encargos de estrutura	1.177.722	2.336.991
Encargos financeiros	122.099	198.295
Outros trabalhos para a própria Empresa	5.507	8.304
	5.340.454	6.822.131

A rubrica Outros trabalhos para a própria Empresa inclui, entre outros, os seguintes valores:

	1999	1998
Compensação em custos diferidos	0	7.367

e) A rubrica do balanço "Dívidas a instituições de crédito" reflecte os saldos credores de bancos resultantes de cheques em trânsito.

f) Detalhe da conta Estado e Outros Entes Públicos

	1999	1998
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento	9	102
Imposto sobre o valor acrescentado	162.304	87.382
	162.313	**87.484**

	1999	1998
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento	2.572.328	4.184.952
Retenção de imposto sobre o rendimento	106.722	187.506
Imposto sobre o valor acrescentado	10.213	
Restantes impostos	2.946	
Contribuição para a segurança social	184.536	194.392
Outras tributações	47.728	61.310
	2.924.473	**4.628.160**

Os pagamentos por conta do IRC estão registados em Outros Devedores – Empresas do Grupo.

Direcção Administrativa e Financeira

O Técnico Oficial de Contas

Jorge Correia Lopes Barbosa

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente

João José Gomes de Aguiar

José Alberto Marcos da Silva

José Celestino de Oliveira Rocha

António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: milhares de escudos

Designação	Parciais	Totais
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	96.143.840	
Pagamentos a fornecedores	(62.847.266)	
Pagamentos ao pessoal	(12.162.066)	
Fluxos gerados pelas operações	**21.134.508**	
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(1.717.142)	
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	2.855.902	
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(5.093.338)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	17.179.930	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	96.287	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(90.100)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		17.186.117
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	6.980	
Imobilizações corpóreas	41.271	
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de investimento	3.147.701	
Juros e proveitos similares	56.828	
Dividendos		3.252.780
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	(10.158.327)	
Imobilizações incorpóreas		(10.158.327)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(6.905.547)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Empréstimos concedidos	1.786.932	1.786.932
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(7.160.738)	
Juros e custos similares	(443.982)	
Dividendos	(3.000.000)	(10.604.720)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(8.817.788)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1.462.782
Caixa e seus equivalentes no início do período		(1.749.301)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(286.519)

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa	1999	1998
Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	78.061	13.006
Depósitos bancários (Saldos devedores)	699.120	388.781
Depósitos bancários (Saldo credores)	(724.712)	(1.387.123)
Caixa e seus equivalentes:	52.469	(985.336)
Outras disponibilidades		
Saldo sistema financeiro interno – DFN	(338.988)	(763.965)
Disponibilidades constantes do Balanço	(286.519)	(1.749.301)

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marços da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

Unidade: milhares de escudos

Origem dos fundos			Aplicação de fundos		
Internas:			**Distribuições:**		
Resultado líquido do exercício	4.302.274		Por aplicação de resultados		3.481.330
Amortizações	11.687.517				
Variação das provisões	(4.558.565)	11.431.226			
Externas:			**Diminuição dos capitais próprios:**		
Aumentos dos capitais próprios:			Resultados transitados		144.450
Ajustamentos	106.624				
Resultados transitados	3.419.144	3.525.768			
Movimentos financeiros a médio e longo prazo			**Movimentos financeiros a médio e longo prazo**		
Diminuição de investmentos financeiros	14.890.722		Diminuição das dívidas a terceiros		
			Empresas do Grupo	4.936.913	
Diminuição das dívidas de terceiros			Conta de regularização (DL 344-B/82)	170.479	
Accionistas (Sócios)	1.429.546	16.320.268	Outros credores	2.223.825	
			Aumento das dívidas de terceiros	101	7.331.318
Diminuição das Imobilizações			**Aumentos das Imobilizações**		
Cessão de imobilizações	207.548		Aquisição de imobilizações		10.833.451
Imobilizações em curso	128.330	335.878			
Acréscimos e diferimentos			**Aumento dos Fundos Circulantes**		12.811.620
Proveitos diferidos - Subsídios p/investimento	2.859.740				
Custos diferidos	129.289	2.989.029			
Total		34.602.169	Total		34.602.169

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

Unidade: milhares de escudos

Activas			Passivas		
Aumentos das dívidas de terceiros a curto prazo			**Diminuição das existências:**		
			Matériais diversos		181.406
Clientes de cobrança duvidosa					
Estado e outros entes públicos	74.828				
Outros devedores	13.993.338	14.068.166			
Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo			**Diminuições das dívidas de terceiros a curto prazo:**		
Dívidas a instituições de créditos	662.411		Clientes c/c	1.174.945	
Fornecedores fact. recepção e conferência	8.337		Clientes cobrança duvidosa	338.325	
			Empresas do Grupo		
Estado e outros entes públicos	1.703.687	2.374.435	- empréstimos	357.386	1.870.656
Aumento das disponibilidades		375.394	**Aumentos das dívidas a terceiros a curto prazo:**		
			Fornecedores c/c	425.036	
			Fornecedores de imobilizado c/c	70.034	
			Outros credores	2.822.073	3.317.143
Acréscimos e diferimentos			**Aumento dos fundos circulantes**		12.811.620
Acréscimos de proveitos	112.376				
Acréscimos de custos	1.250.454	1.362.830			
Total		18.180.825	Total		18.180.825

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da silva Oliva

Valor Acrescentado Bruto

Unidade: milhares de contos

Descrição	Exercício	
	1999	1998
Vendas e Prestações de serviços	96.796.749	96.129.774
Trabalhos para a própria empresa	5.218.355	6.623.836
Outras receitas	272.763	260.828
(A) – Proveitos internos inerentes ao V.A.	102.287.867	103.014.438
Compras de electricidade	58.007.906	53.342.803
Materiais diversos	3.967.565	5.177.976
Fornecimentos e serviços externos	6.112.412	5.693.482
Impostos indirectos	60.374	59.631
(B) – Consumos corrigidos	68.148.257	64.273.892
VAB – Valor Acrescentado Bruto (A - B)	34.139.610	38.740.546
Despesas com pessoal	12.652.408	12.132.430
Despesas financeiras	574.375	1.064.401
- Receitas financeiras	(467.814)	(1.630.522)
– Imputação de despesas financeiras a TPE	(122.099)	(198.295)
Amortizações	11.687.517	11.420.160
Provisões	(1.139.428)	(914.849)
Outros encargos de exploração	5.133.539	4.934.233
- Outros proveitos	(19.738)	(5.492)
- Resultados extraordinários	(1.033.752)	2.980.537
Imposto sobre o Rendimento do exercício	2.572.328	4.184.952
Resultados líquidos do exercício	4.302.274	4.772.991
(C) = (A) -(B) = V A B	34.139.610	38.740.546
V A L – Valor acrescentado líquido (VAL=VAB - AMORT.)	22.452.093	27.320.386

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

CORTE NORMAL
DA REDE
DESPACHO

Documentos de Apreciação e Certificação da CENEL

162 Certificação Legal de Contas

164 Relatório e Parecer do Fiscal Único

165 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

166 Anexo Estatístico

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas da CENEL – Electricidade do Centro, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1999, que evidencia um total de balanço de 186 638 198 contos e um total de capital próprio de 111 352 791 contos, incluindo um resultado líquido de 4 302 274 contos, a Demonstração dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CENEL – Electricidade do Centro, S. A., em 31 de Dezembro de 1999 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Coimbra, 15 de Março de 2000

Leal e Carreira – SROC, nº 65
representada por
José Maria de Jesus Carreira
– ROC n.º 614

Relatório e Parecer do Fiscal Único

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos ao accionista o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas da CENEL – Electricidade do Centro, S.A., referentes ao exercício de 1999.

2. Procedemos à revisão legal da empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, tendo emitido o relatório e a certificação legal das contas com data de 15 de Março de 2000, cujo conteúdo damos aqui como integralmente reproduzido.

3. Os trabalhos desenvolvidos ao longo do exercício e a análise efectuada ao relatório de gestão e às demonstrações financeiras de 1999 permitem-nos concluir que os referidos documentos satisfazem os requisitos legais e os princípios contabilísticos aplicáveis, estando em condições de serem aprovados em assembleia geral.

4. Concluímos com a manifestação dos nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e aos seus colaboradores com quem mais directamente contactámos pelos apoios recebidos e pela disponibilidade manifestada na prestação das informações por nós solicitadas.

O nosso parecer é no sentido de que o accionista:

a) Aprove o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1999;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Coimbra, 15 de Março de 2000

O Fiscal Único

Leal e Carreira – SROC nº 65,
representada por
José Maria de Jesus Carreira,
– ROC nº 614

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Realizada em 29 de Março de 2000

Acta nº 12

«(...)
Depois de proferir algumas palavras de saudação ao representante da accionista única, o presidente da mesa declarou iniciada a discussão do número um da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao presidente do conselho de administração.

No uso da palavra, o Engenheiro Jorge Ferreira Guimarães fez uma exposição circunstanciada da actividade da sociedade e dos bons resultados obtidos, tendo salientado que o exercício em apreciação foi marcado por uma forte dinâmica de reorganização da área da Distribuição, tendo em vista aumentar a competitividade e melhorar a qualidade de serviço técnica e comercial. Referiu que já durante o ano dois mil se concretizou o processo de fusão das empresas de Distribuição do Grupo EDP com a constituição de uma nova empresa, a EDP Distribuição – Energia, S.A., que passará a assegurar toda a actividade de distribuição de electricidade. Concluiu com optimismo quanto ao futuro, no novo contexto do Sector eléctrico e dos desafios a enfrentar, tanto ao nível organizativo e de gestão dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros, como quanto ao sucesso da inserção da actividade de distribuição de electricidade no papel relevante do Grupo EDP no mercado liberalizado e globalizado da electricidade e na economia nacional em geral.

Concluída a apresentação e apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, foram submetidos a votação e aprovados o relatório de gestão e todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de mil novecentos e noventa e nove.
(...)»

Anexo Estatístico

Consumo de Electricidade Segundo os Destinos (Consumos Finais)	1998	1999	Variação 99/98 Valor	%
Número de Clientes	980.344	1.000.266	19.922	2%
Em Alta Tensão (*)	25	26	1	4%
Em Média Tensão	3.535	3.780	245	7%
Em Baixa Tensão	976.784	996.460	19.676	2%
Consumo de Electricidade (GWh) (**)	4.908,5	5.304,4	395,9	8%
Iluminação e outros usos	2.146,7	2.298,1	151,4	7%
Domésticos	1.305,8	1.422,5	116,7	9%
Não domésticos	840,9	875,6	34,7	4%
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	190,7	219,5	28,8	15%
Cozinha e aquecimento	0,0	0,0	0,0	
Usos industriais	2.241,0	2.394,3	153,3	7%
Usos agrícolas	111,6	121,4	9,8	9%
Tracção	26,0	68,0	42,0	162%
Iluminação pública	192,5	203,1	10,6	6%

(*) Inclui clientes de Muito Alta Tensão
(**) Inclui consumos próprios

Resumo das Instalações e equipamentos em serviço em 99/12/31	
Subestações	
Nº de Subestações	70
Nº de Transformadores	112
Potência instalada (MVA)	2.179
Linhas (incluindo ramais em km)	
Aéreas	
AT (60/130KV)	1.594
MT (<6/10/15/30/40 KV)	13.573
Cabos Subterrâneos (km)	
AT (60/130KV)	0
MT (<6/10/15/30/40 KV)	833
Postos de Transformação	
Unidades	10.972
Potência instalada (MVA)	1.855
Redes BT (km)	
Aéreas	24.311
Subterrâneas	1.590
Contadores (unidades)	
AT + MT	3.767
BT + BTE	996.658

Resumo das instalações e equipamentos concluídos em 1999

Subestações	
Nº de Subestações	1
Nº de Transformadores	1
Potência instalada (MVA)	20
Linhas (incluindo ramais em km)	
Aéreas	
AT (60/130KV)	107
MT (<6/10/15/30/40 KV)	315
Cabos Subterrâneos (Km)	
AT (60/130KV)	0
MT (<6/10/15/30/40 KV	47
Postos de Transformação	
Unidades	450
Potência instalada (MVA)	89
Redes BT (km)	
Aéreas	722
Subterrâneas	152

Rua Camilo Castelo Branco, nº 43 . 1050-044 Lisboa
Tel. (351)21 317 14 00 . Fax (351)21 21 317 16 35

GRUPO EDP

LTE

Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

LTE

172 Enquadramento
174 Caracterização da Empresa
175 Macroestrutura da Empresa
176 Corpos Sociais e Quadros Dirigentes
178 Síntese
179 Movimentos de Energia
180 Actividade Empresarial
185 Rede Técnica
188 Recursos Humanos
191 Evolução Económica e Financeira
197 Considerações Finais
199 Anexo ao Relatório de Gestão

Enquadramento

A redução das tarifas estabelecida pela ERSE para o ano de 1999 teve forte impacto negativo no valor das vendas de energia eléctrica e nas margens de resultados do exercício, não obstante o crescimento significativo dos consumos verificado. Em consequência, os resultados correntes apresentam uma diminuição de 30%, menos 8 666 milhares de contos, passando de 29 346 registados em 1998 para 20 680 milhares de contos em 1999. No que se refere ao resultado líquido, verificou-se um aumento de 16,3%, mais 2 735 milhares de contos, relativamente a 1998, devido aos resultados extraordinários obtidos no exercício.

No âmbito da liberalização do mercado nacional de energia, no final de Janeiro de 1999 a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), de acordo com a Directiva 96/62/CE, que estabelece as regras comuns para o mercado interno de electricidade, e ao abrigo do Dec-Lei 182/95 de 27 de Julho, fixou em 9 GWh o valor do consumo mínimo que permite a atribuição do estatuto de cliente não vinculado no triénio 1999 – 2001.

O Cliente é o centro das preocupações da Empresa. Nesta perspectiva, as acções desenvolvidas foram pautadas no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado nas vertentes técnica e de atendimento, pretendendo obter ganhos de satisfação e de fidelização. Na prossecução deste objectivo, foram implementadas medidas no sentido da verticalização da estrutura comercial e da segmentação de clientes.

As acções desenvolvidas para a preparação e certificação da estrutura informática para o ano 2000 envolveram importantes recursos humanos e materiais, tendo sido concluídas dentro dos prazos estabelecidos. Não se registaram incidentes com a mudança do ano de 1999 para 2000. A implementação das alterações nos sistemas e processos para a adopção do EURO como opção de moeda decorreu com sucesso.

Implementaram-se alterações processuais e organizativas com o objectivo de um uso mais eficiente das potencialidades de cada Empresa de Distribuição, conjugadas com os

trabalhos desenvolvidos para a criação da Empresa única de Distribuição no âmbito do Programa Distribuição 21.

Incrementaram-se as medidas de planeamento de redes, de análise económica e de controlo, conducentes a uma melhoria na eficiência do processo de investimento que se cifrou em 12 819,9 milhares de contos a custos técnicos, nomeadamente com a criação de um mecanismo de acompanhamento da concretização do Plano. Uniformizou-se o processo de orçamentação da conservação, no âmbito dos estudos em curso, com o objectivo de racionalizar e sistematizar esta actividade da distribuição.

No domínio da condução da rede, continuou-se o programa de expansão e de melhoria da eficácia dos Sistemas de Comando e Controlo. Prestou-se particular atenção ao Programa de Telecomando da Rede de Média Tensão, com a continuação do estudo dos pontos da rede para colocação dos aparelhos e com o incremento do respectivo aprovisionamento e montagem.

Manteve-se sob rigoroso e sistemático controlo a verba de Fornecimentos e Serviços Externos de entidades externas, sem descurar a preocupação de garantir a melhoria dos níveis de qualidade de serviço prestado ao Cliente.

A política ambiental da Distribuição, inserida na estratégia do Grupo EDP, visou em 1999 as preocupações no tipo de arquitectura das instalações técnicas, na integração paisagística das redes e na adopção de técnicas de projecto para protecção das espécies animais e vegetais.

Os objectivos propostos para o ano na política de redução do quadro de pessoal foram superados e, consequentemente, convergiu-se para os rácios de referência internacionais, mantendo a qualidade dos quadros técnicos e assegurando as condições que permitirão a melhoria do funcionamento da Empresa.

Caracterização da Empresa

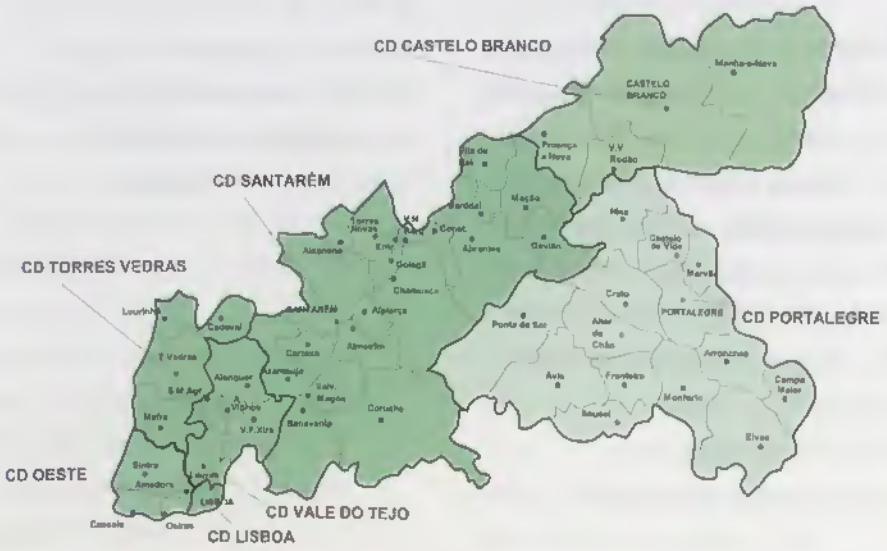
A LTE desenvolveu a sua actividade nos 53 concelhos dos distritos de Lisboa, Santarém, Portalegre e Castelo Branco.

Nesta área, abastece de energia eléctrica um pouco mais de 2,7 milhões de habitantes, correspondentes a cerca de 30% da população de Portugal Continental.

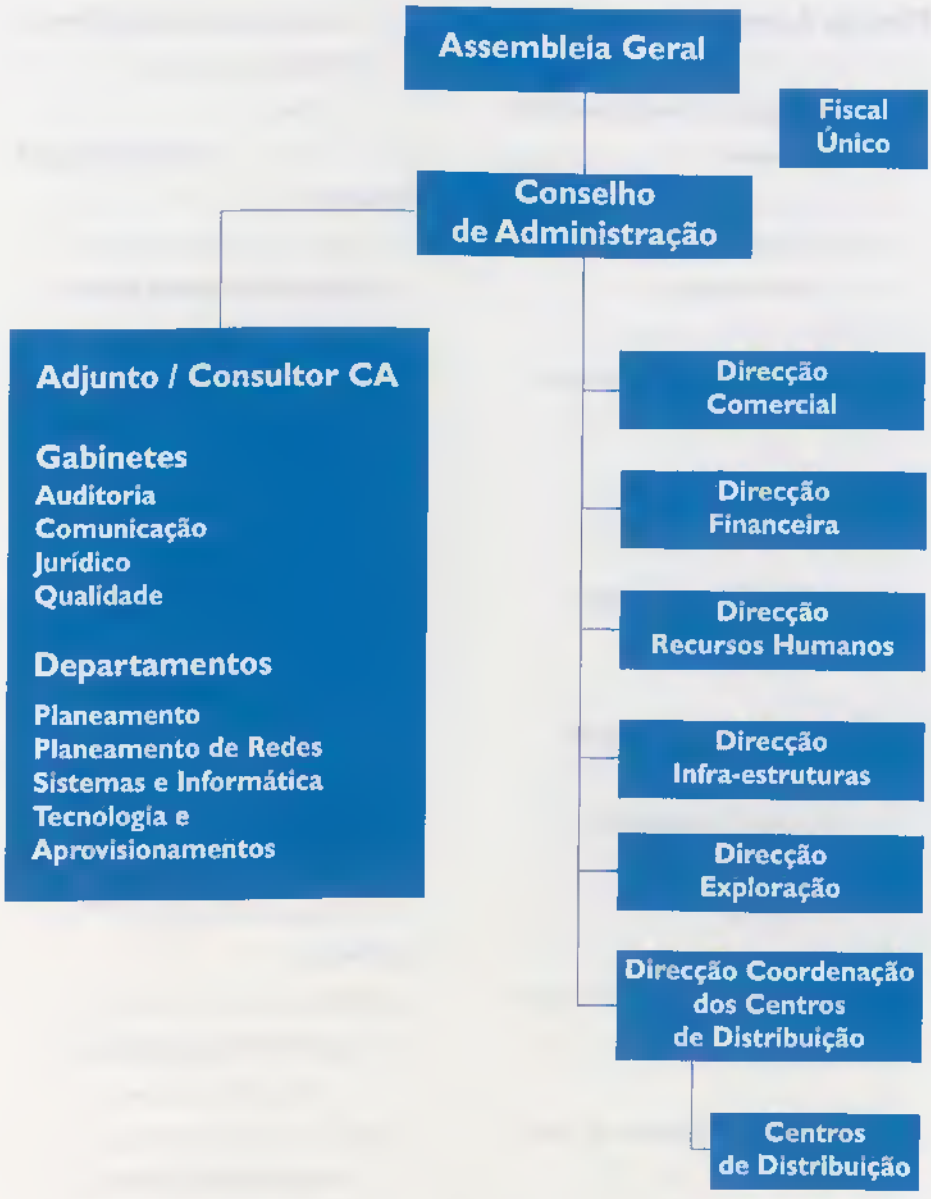
A energia vendida atingiu 9 103 GWh, a que corresponde um volume de vendas próximo de 169 milhões de contos.

A Empresa investiu cerca de 12,8 milhões de contos, em 1999, representando um decréscimo de 15.09% a preços constantes, em relação ao ano anterior, e contava com a colaboração de 2 149 trabalhadores no final do ano.

Para prestação do serviço de abastecimento de energia eléctrica aos seus 1 480 mil Clientes, a Empresa está estruturada em sete Centros de Distribuição – Lisboa, Oeste, Vale do Tejo, Santarém, Torres Vedras, Portalegre e Castelo Branco.



Macroestrutura da Empresa



Corpos Sociais e Quadros Dirigentes

Mesa da Assembleia Geral

Eng. Augusto Manuel Valente Vaz
Presidente

Dr. Manuel Lopes Agostinho
Vice-Presidente

Dr. Mário de Almeida e Brito
Secretário

Órgão de Fiscalização

M. Rodrigues, B. Assunção e Associado, SROC

Conselho de Administração

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Presidente

Eng. João José Gomes de Aguiar
Vogal

Eng. António Eduardo da Silva Oliva
Vogal

Eng. José Alberto Marcos da Silva
Vogal

Bach. José Celestino de Oliveira Rocha
Vogal

Direcções

Eng. Carlos Ferreira Botelho
Director Comercial

Dr. José Chorão
Director Financeiro

Dr. Guilherme Pires
Director de Recursos Humanos

Eng. José Alberto Teixeira
Coord. das Infra-estruturas

Eng. Ângelo Manuel Sarmento
Director da Exploração

Gabinetes

Dr. José Madeira Marques
Dir. Gabinete Auditoria

Drª Mª Antónia Fonseca
Resp. Gabinete Comunicação

Dr. José Nifrário Pires

Dir. Gabinete Jurídico

Departamentos

Eng. Francisco Lima Caria

Subdir. Tecn. e Aprovisionamentos

Eng. Manuel Pinheiro

Subdir. Sistemas e Informática

Centros de Distribuição

Eng. Manuel Pinto Mendes

Director do CD Castelo Branco

Eng. Manuel São Miguel Oliveira

Director do CD Lisboa

Eng. Manuel São Miguel Oliveira

Director do CD Oeste

Eng. António Oliveira Chaleira

Director do CD Portalegre

Eng. António Oliveira Chaleira

Director do CD Santarém

Eng. Rui Oliveira Santos

Director do CD Torres Vedras

Eng. Rui Oliveira Santos

Director do CD Vale do Tejo

Síntese

1. De acordo com as prioridades definidas no Plano Estratégico para a Distribuição, desenvolveram-se acções no sentido da melhoria da qualidade de serviço comercial, reforçando a orientação para o Cliente, concentraram-se esforços na recuperação da dívida e melhoraram-se os sistemas de contagem de forma a reduzir as perdas comerciais.

2. A energia entrada para consumo teve, em 1999, um crescimento de 6,2%, situando-se nos 9,9 TWh.

3. O valor total das vendas de energia eléctrica, registado como proveito do exercício, ascendeu a 169 milhões de contos, o que corresponde, relativamente a 1998, a um acréscimo de 0,3%.

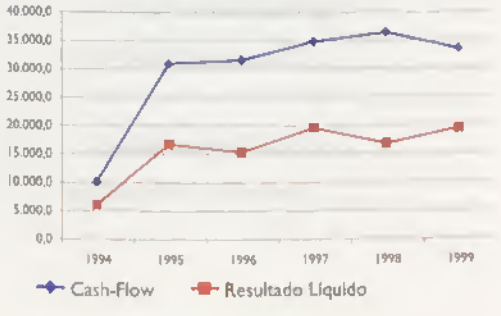
4. No final do ano, a dívida de clientes situava-se em 26,7 milhões de contos.

5. Prosseguiu o desenvolvimento do novo sistema de comando e controlo das redes MT e AT, estando prevista a respectiva entrada em produção no ano 2000. Simultaneamente, continuou o desenvolvimento das redes de segurança de telecomunicações fixa e móvel, com a finalidade de suportar diversos serviços de apoio à actividade de Distribuição.

6. No âmbito do processo de reorganização das Empresas de Distribuição, continuou a ser dada grande atenção à adequação da equipa de pessoal às necessidades da nova estrutura, acompanhando o processo de modernização técnica e administrativa, assim como o rejuvenescimento do pessoal.

7. Foi possível financiar com meios internos o investimento (12,8 milhões de contos a custos técnicos) e reduzir a dívida da LTE perante a Holding, em cerca de 8 555 milhares de contos.

8. Os resultados líquidos depois de impostos ascenderam a 19,5 milhões de contos, valor superior ao do ano anterior em 16,3%, e o Cash-Flow atingiu o montante de cerca de 33,5 milhões de contos, inferior em 7,9% relativamente ao verificado no ano anterior. É a seguinte a evolução destas duas rubricas nos últimos 5 anos:



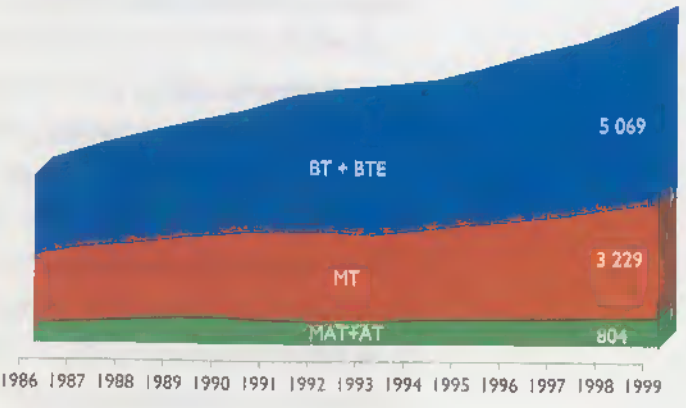
Movimento de Energia

O consumo de energia eléctrica, na área geográfica que presentemente corresponde à LTE, evoluiu, nos últimos cinco anos, à taxa média de 4,6%.

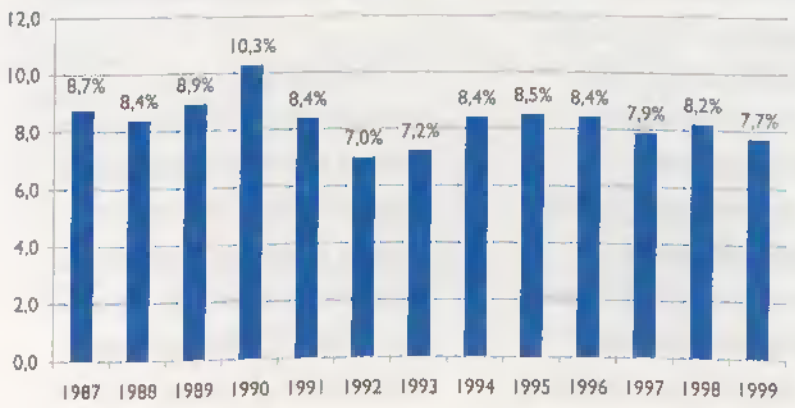
O consumo global com perdas (isto é, a energia entrada para a rede) foi de 9 874 GWh, o que representa um acréscimo de 6,2%, em relação ao ano anterior. Deste quantitativo, 99% foram fornecidos pela REN (a energia injectada pelos Produtores Independentes e pela CSE – Compañia Sevillana de Eletricidad – é comprada pela REN e facturada por esta à LTE) e 1% pela empresa de Produção Embebida HIDROTEJO. As pequenas entregas feitas pelas Empresas Distribuidoras CENEL – Electricidade do Centro, S.A. e SLE – Electricidade do Sul, S.A., em zonas de fronteira, atingiram valores pouco significativos (inferiores a 0,2%).

Os consumos em alta tensão tiveram, em 1999, um crescimento de 2,5%. Os consumos em média tensão tiveram um crescimento de 4,3%, o que representa um decréscimo em relação à evolução verificada em 1998. Os consumos em baixa tensão especial (acima de 39,6 kVA) continuam a apresentar forte crescimento, 11,5% em 1999, justificado, em parte, por se continuar a verificar transferências de Clientes da baixa tensão normal para aquele segmento.

Evolução consumos (GWh)



Evolução das perdas



Política Comercial

À imagem do ano transacto, a evolução da Política Comercial da Empresa continuou a sustentar-se nas prioridades definidas no Plano Estratégico para a Distribuição, mas, visando uma mais fácil assimilação de novos métodos e novos processos, começou também a orientar-se para as novas políticas e soluções preconizadas pelo projecto de reorganização da distribuição, designado por Distribuição 21 (D21).

Assim, foi factor de saliência a progressiva verticalização da estrutura comercial, integrada com a da SLE, que ao longo do ano foi tendo lugar, e que se completou em Novembro, bem como a nova segmentação de clientes que, embora ainda não considerada na sua plenitude em face da limitação imposta pelos sistemas informáticos corporativos e por dificuldades logísticas, foi permitindo alguma adequação das estruturas no terreno à nova organização comercial, que perspectivou a separação das actividades de compra de energia, gestão de clientes empresariais (incluindo grandes clientes) e gestão de clientes residenciais.
As diversas fases da implementação da D21, que foram tendo lugar ao longo do ano, intercruzaram-se com as políticas já anteriormente postas em prática no que respeita a programas de concentração de funções comerciais, e com a própria organização da Direcção Comercial também já estruturada no sentido definido por aquele projecto, pelo que o processo conseguiu ser dinâmico e decorrer praticamente sem perturbações.

De igual modo, foi executada a transferência das actividades laboratoriais (incluindo auditorias e contagens especiais) para a empresa do Grupo para isso especialmente vocacionada, a Labelec - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, SA, esperando-se os consequentes ganhos de produtividade e eficiência, possíveis em face da disponibilidade de uma gestão mais orientada para essa actividade.

Em simultaneidade com a implementação das transformações referidas, continuou a ser posta em prática a utilização eficiente dos recursos disponíveis, mormente na melhoria dos sistemas de contagem, pelo recurso a auditorias a estes sistemas, com as quais se procurou

garantir uma maior eficiência e transparência dos processos, em associação com a percepção por parte do cliente, de uma continuada melhoria da qualidade do serviço prestado.

A aplicação do novo regime de cauções, imposto por legislação entretanto publicada, não favorecendo a adesão dos clientes à transferência bancária, cerceou também o progressivo incremento dos clientes aderentes à modalidade da Conta Certa.

Número de Clientes

O número de clientes em 31 de Dezembro totalizava 1 479 728. Deste total, a repartição pelos segmentos actualmente existentes representa 1 em MAT, 17 em AT, 5 125 em MT, 8 616 em BTE, 1 461 108 em BT e 4 861 em IP.

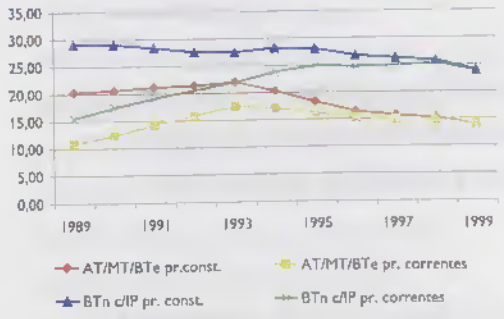
Compra e Venda de Energia (s/IVA)

A compra total de energia eléctrica em 1999 ascendeu a cerca de 100 milhões de contos, representando um acréscimo de aproximadamente 7,25% relativamente ao ano anterior. Verifica-se ainda que o aumento das compras de energia eléctrica, em kWh, relativamente ao ano transacto, se cifrou em 6,23%, pelo que a variação no preço médio do kWh traduziu um aumento de cerca de 1%. O montante global das vendas de energia eléctrica, escrituradas como proveito do exercício, ascende a 169 milhões de contos, o que, apesar da forte descida do preço e dos descontos proporcionados aos clientes, traduz, relativamente ao ano anterior, um aumento de 0,4 milhões de contos, em resultado do crescimento dos consumos.

Facturação de energia eléctrica durante 1999

Nível de Tensão	Valor (milhares de contos)	Energia (MWh)	Preço médio (esc/kWh)
MAT	82.3	4.572	18.00
AT	7.881.6	804.004	9.80
MT	44.136.4	3.232.064	13.66
BTE	16.155.6	861.284	18.76
BT	97.099.5	3.975.921	24.42
IP	3.757.4	237.317	15.83
TOTAL	**169.112.6**	**9.115.161**	

Evolução dos preços médios de venda



Facturação e Cobrança (c/IVA)

A facturação de energia eléctrica, incluindo IVA, durante o ano de 1999 totalizou 177,5 milhões de contos.

A decomposição do valor acima citado, pelas diferentes tensões, em milhões de contos, é a seguinte:
0,1 de fornecimentos em MAT,
8,3 de fornecimentos em AT,
46,3 de fornecimentos em MT,
17,0 em fornecimentos de BTE,
102,0 de fornecimentos de BT e
3,9 de fornecimentos em IP.

Os montantes facturados no exercício evidenciam um acréscimo de cerca de 0,5 milhões de contos, relativamente ao ano anterior, acréscimo este que resulta dos fornecimentos em MAT, BTE, BT e IP, os quais cresceram no seu conjunto 4,5 milhões de contos. Contudo, o acréscimo foi, praticamente, absorvido pelo decréscimo de 4 milhões de contos na AT e MT, justificado nomeadamente pelos descontos relativos à aplicação da Adenda à Convenção Tarifária e à interruptibilidade e ao abaixamento tarifário.

Refira-se que no 2º semestre, e no seguimento de proposta apresentada pelas empresas de distribuição vinculadas à ERSE e por esta aceite, foram proporcionados aos clientes de MAT e AT, e aos aderentes à interruptibilidade, respectivamente, uma opção tarifária de super-vazio e um aumento do desconto associado, o que fez crescer significativamente o número de clientes aderentes a esta última modalidade.

Facturação de energia eléctrica

(milhares de contos)

	1998	1999
MAT	64.3	86.4
AT	9.240.0	8.275.6
MT	49.440.7	46.343.2
BTE	16.113.3	16.963.4
BT	98.677.1	101.954.4
IP	3.570.7	3.945.2
TOTAL	177.106.2	177.568.3

iva incluído

Pela análise da repartição acima relevada conclui-se que os fornecimentos em BT, com 57,42% do

total facturado, representam uma parcela cada vez maior da facturação de energia eléctrica.

Note-se que, apesar de a liberalização relativa a instalações com consumo superior a 9 GWh /ano ter sido introduzida em Fevereiro, só no final do ano se verificou a solicitação de alguns clientes para adesão ao SENV, não tendo sido nenhuma delas concretizadas no decurso do ano.

À semelhança de anos anteriores, a aplicação da Adenda à Convenção Tarifária relativa a grandes clientes e à interruptibilidade provocou uma redução da facturação de cerca de 1,4 milhões de contos.

Já no que concerne à cobrança, a continuação da aplicação das acções oportunamente desencadeadas, visando a recuperação de créditos, continuou a produzir resultados, cada vez mais significativos.

Evolução do rácio cobrança/facturação

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Estado e Org. Ofic.	103,6%	100,1%	101,0%	104,0%	100,1%	99,8%
Autarquias	98,7%	101,1%	101,4%	95,2%	104,5%	96,9%
Empresa e Partic.	99,7%	100,4%	100,7%	99,0%	99,6%	100,9%
Total	**99,9%**	**100,4%**	**100,8%**	**99,1%**	**99,8%**	**100,6%**

Verifica-se assim que, relativamente ao nível do rácio cobrança/facturação, o índice global da cobrança das facturas relativas a fornecimentos de energia eléctrica atingiu os 100,6%, o que evidencia a sua evolução positiva.

Dívida de Clientes

Resultante das políticas de rigor implementadas na Empresa nos últimos anos, a dívida total de clientes continuou a evidenciar uma evolução favorável.

Com efeito, no final de 1999 a dívida de clientes, com 26,7 milhões de contos, evidenciou, comparativamente a 1998, uma redução de aproximadamente 1,1 milhões de contos.

Dívida de clientes de electricidade

Sector de actividade	1998 milhares contos	%	1999 milhares contos	%	Variação %
Estado e Organismos Oficiais	2.404	8,7%	2.317	8,7%	-3,6%
Autarquias	3.621	13,0%	3.996	15,0%	10,4%
Sector Empresarial Particulares	21.729	78,3%	20.365	76,3%	-6,3%
Total	27.754	100,0%	26.678	100,0%	-3,9%

Apesar da diminuição da dívida total de clientes, representada pela sua variação negativa de – 3,9%, o Sector Autarquias denota um agravamento da dívida, na variação positiva de +10,4% .
Contrariamente, os restantes Sectores demonstram uma significativa redução percentual da dívida, nomeadamente o Sector Empresarial e Particulares com uma diminuição de 6,3% e o Sector Estado com uma diminuição de 3,6%.

Rede Técnica

Desenvolvimento da Rede

Durante o ano entraram em serviço a nova subestação provisória de Sabugo 1x20 MVA, 60/10 kV, a SE Telheiro 1x20 MVA, 60/10 kV, a SE Amiais de Baixo 1x3 MVA, 30/15 kV e a SE Valada 1x1,5 MVA, 30/15 kV, tendo-se verificado um aumento de 105 MVA na potência instalada em transformadores de subestações.

Instalaram-se cerca de 80 km de novas linhas aéreas e subterrâneas a 60 kV e ligaram-se baterias de condensadores nas subestações de Entroncamento, Cruz do Campo e Vale do Tejo, no total de 18 Mvar.

Concluíram-se novas linhas e ramais de MT, com a extensão total de 456 km, 40% dos quais em cabo subterrâneo; 341 postos de transformação públicos com um total de 166 MVA instalados; linhas de BT com a extensão de 929 km, dos quais 497 km em cabo subterrâneo.

No âmbito do plano de reestruturação/remodelação dos SCC (Sistemas de Comando e Controlo) foram substituídos alguns Sistemas de Lisboa e de Loures. Também foram substituídas algumas Unidades Remotas em Subestações AT/MT de Lisboa, preparando-as para o "problema do ANO 2000" e permitindo a implementação de funções de automatismo.

Tendo em vista a modernização e optimização da actividade da condução, prosseguiu o desenvolvimento do novo Sistema de Comando e Controlo (SCC) das redes MT e AT (GENESys), estando já instalado em Lisboa um sistema piloto para testes. A conclusão do projecto e a sua entrada em produção está prevista para o ano 2000.

Prosseguiu o desenvolvimento das redes de segurança de telecomunicações fixa e móvel, com vista a suportar com qualidade e segurança diversos serviços de apoio à actividade da distribuição, nomeadamente o telecomando das redes AT e MT, comunicações via rádio com as unidades móveis e outras aplicações de voz e dados.

O esforço de investimento realizado permitiu a instalação de 138 km de infra-estrutura óptica e a execução dos primeiros sistemas de transmissão de alto débito – SDH (transporte a 155 Mbit/segundo).

Indicadores de Utilização

Traduzindo o esforço de optimização dos activos existentes, os indicadores de utilização das redes mais frequentemente usados tiveram uma evolução favorável durante o ano de 1999.

Assim, a utilização da rede MT situou-se nos 558 MWh/km, tendo aumentado 3,5% em relação a 1998; a utilização da rede BT aumentou ligeiramente, tendo atingido os 226 MWh/km; e os postos de transformação chegaram a uma utilização de 1 567 MWh/MVA.

Qualidade de Serviço

O esforço continuado de investimento e manutenção, feito nos últimos anos, permitiu que a Qualidade de Serviço, medida pelos indicadores habituais, fosse na LTE superior à conseguida no ano anterior, atingindo o TIE (Tempo de Interrupção Equivalente) os valores de 375,1 e 456,6 minutos para a rede MT e BT respectivamente, e a ENF (Energia Não Fornecida) o valor de 6 165 MWh (dados referentes a interrupções devidas a incidentes).

O Programa Empresarial de Melhoria da Qualidade de Serviço, criado ao nível da Distribuição para corrigir as situações consideradas mais desfavoráveis, iniciou-se em 1999. Terá continuidade nos próximos anos com um reforço dos recursos financeiros que lhe serão alocados.

Iniciou-se também a instalação de órgãos de corte de rede para o telecomando da rede MT, no âmbito do respectivo Programa Empresarial, o que permitirá uma maior rapidez na reposição do serviço com reflexo significativo na Qualidade de Serviço.

Sistemas de Informação

No decurso do exercício consolidou-se a recolha e tratamento da informação das redes BT e MT carregada no Sistema de Gestão de Incidentes.

Procedeu-se à expansão do Sistema de Informação Técnica, de forma generalizada para a Rede AT e mais localizada para a Rede MT, nomeadamente:

- foi carregada a informação referente à Rede AT;
- foi carregada a quase totalidade de informação da Rede MT do Centro de Distribuição Oeste;

– foi feita a manutenção da informação da Rede MT do Centro de Distribuição Lisboa.

Para o ano 2000, no que se refere à informação do Sistema de Informação Técnica, pretende-se sustentar os processos já concluídos e proceder a uma generalização de carregamento de informação para as Rede MT, bem como alguns avanços significativos no levantamento das Rede BT.

Recursos Humanos

Introdução

Um dos aspectos marcantes da actividade desenvolvida em 1999 caracterizou-se pelo estabelecimento de uma gestão unificada das Direcções de Recursos Humanos da LTE e SLE.

Em consequência, houve necessidade de proceder a um levantamento e estudo dos procedimentos, até então vigentes em ambas as Empresas, tendentes à sua uniformização e harmonização.

No âmbito do plano de racionalização de efectivos o quadro de pessoal activo da Empresa foi reduzido em 193 elementos (-8,2%), ultrapassando-se, assim, os objectivos previamente determinados.

No âmbito da actividade formativa, com o apoio de um consultor externo, foi concebido e lançado um programa de formação e informação, sob o lema Mudar para Ganhar o Futuro, dirigido à totalidade dos trabalhadores da Empresa.

O plano de formação previsto para 1999 foi significativamente condicionado pela necessidade de priorizar a implementação e conclusão daqueles dois projectos.

Quadro de Pessoal

Em 31 de Dezembro de 1999 encontravam-se colocados na LTE 2 338 trabalhadores. Este número é constituído pelo Quadro Permanente (2 329) e pelos Contratados a Termo Certo (9).

O Quadro Permanente inclui o Quadro Permanente Activo (2 132), os trabalhadores requisitados pela Holding (150), os trabalhadores em exercício noutras empresas do Grupo (25) e o Quadro Suspenso (22).

Existem ainda 162 trabalhadores com vínculo contratual à LTE que prestam serviço noutras empresas do Grupo, dos quais 28 estão afectos à Hidrotejo.

Evolução de efectivos

	1997	1998	1999				99-98
			Entradas	Saídas	Saldo	99-12-31	%
Q. Permanente Activo	2.710	2.325	34	227	-193	2.132	-8,30
Q. Perm. Outras Emp. Grupo	9	14	1	7	-6	8	-42,86
Contratados a Termo	23	3	22	16	6	9	200,00
Total	2.742	2.342	57	250	-400	2.149	-8,24
Colocados e em exercício na Holding	129	130				150	
Colocados e em exercício noutras Emp. do Grupo	13	13				25	
Quadro Suspenso	30	2.930				22	

Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

O número de trabalhadores que desenvolveu a sua actividade na LTE, no final do ano de 1999, foi de 2 149, sendo 2 132 do Quadro Permanente Activo desta empresa, 8 do Quadro Permanente de outras empresas do Grupo e 9 com Contrato a Termo Certo.

Foi dada grande atenção à necessidade de adequar os recursos humanos à realidade da Empresa, prosseguindo os objectivos de redução de efectivos sem afectar a estabilidade social existente.

Número de trabalhadores por categoria profissional

	1997		1998		1999	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores / Chefias Superiores	81	3,0	78	3,3	63	2,9
Quadros Superiores	174	6,3	167	7,1	155	7,2
Quadros Médios	25	0,9	16	0,7	11	0,5
Chefias Intermédias	69	2,5	56	2,4	50	2,3
Profissionais Altamente Qualificados	532	19,4	499	21,3	502	23,4
Profissionais Qualificados	1.411	51,5	1.244	53,1	1.145	53,3
Profissionais Semi-Qualificados	384	14,0	258	11,0	198	9,2
Profissionais Não Qualificados	43	1,6	21	0,9	16	0,7
Contratados a Termo	23	0,8	3	0,1	9	0,4
Total	2.742	100,0	2.342	100,0	2.149	100,0

Os indicadores "Número de trabalhadores por mil clientes" e "Número de clientes por trabalhador", habitualmente utilizados na actividade da Distribuição para medir a produtividade, apresentavam em 31 de Dezembro de 1999 um valor de 1,45 e 689 respectivamente.

N° trab. por mil clientes / n° clientes por trab. (LTE)

Formação Profissional

Durante o ano foram realizadas 134 acções de formação com custos directos na ordem dos 71 milhares de contos, envolvendo 885 formandos, correspondendo a cerca de 38,1% da população da Empresa. Complementarmente, no âmbito do plano de mobilização Mudar para Ganhar o Futuro foram realizadas 828 acções, com a duração de um dia, envolvendo 2 171 participantes.

Prevenção e Segurança

A prevenção e segurança continuou a merecer particular atenção durante o ano, sendo de realçar, no âmbito da segurança no trabalho e segurança rodoviária, a realização de um concurso e de uma acção de formação de condução defensiva, com o envolvimento de 82 participantes, e as acções realizadas no sentido de alargar o conhecimento e a aplicação dos procedimentos constantes do Regulamento de Consignações.

Realça-se, igualmente, a actividade de elaboração de Planos de Segurança e de Saúde para estaleiros temporários ou móveis, ferramenta que contribui para a redução dos acidentes de trabalho e das situações perigosas, tendo sido realizadas várias acções de sensibilização dirigidas a técnicos da Direcção Técnica e CD's.

Registaram-se, durante o ano, 48 acidentes de trabalho, dos quais 34 provocaram baixa ao serviço.

Evolução Económica e Financeira

Introdução

As contas da LTE apresentam um resultado líquido de 19 499,2 milhares de contos, verificando-se um aumento de 2 735,3 milhares de contos em relação a 1998, ou seja, um acréscimo de 16,3%. Contudo, os resultados correntes apresentam uma diminuição de 8 665,8 milhares de contos, sendo, portanto, os resultados extraordinários os responsáveis pela melhoria verificada no resultado final.

O valor resultante dos investimentos financeiros no capital em empresas em que a LTE tem participação, correspondente aos resultados líquidos do exercício, foi de cerca de 157,3 milhares de contos, dos quais 120,9 da sua subsidiária ex-HIDROTEJO, SA, actual EDP – Energia, S.A. A rendibilidade dos capitais próprios é de 16,2%, superior ao verificado no ano transacto, cujo indicador se cifrou em 15,8%. No entanto, a rendibilidade económica (resultado operacional activo total) diminuiu neste exercício, tendo passado de 10,8 para 7,8%.

Financiamento

A centralização do serviço da dívida melhorou o desempenho da função financeira, cabendo à Holding proceder, junto de cada empresa nuclear do Grupo, à cobrança das correspondentes amortizações e dos encargos financeiros associados.

A evolução da dívida da LTE, integralmente constituída pelos débitos à Holding, é mostrada no quadro seguinte.

(milhares de contos)

Dívida	Saldo inicial		Saldo final	
Médio e longo prazo	34.218	80,0%	23.399	73,2%
Curto prazo	8.555	20,0%	8.555	26,8%
Total	42.773	100,0%	31.954	100,0%

Durante 1999, o cumprimento do plano de amortização previsto determinou uma redução da dívida de cerca de 8 555 milhares de contos, enquanto a transferência da responsabilidade da dívida da EDP – Energia, S.A. permitiu, igualmente, uma redução de 2 265 milhares de contos.

Os juros pagos ascenderam a 1 384 milhares de contos, que com a transferência da dívida da EDP – Energia, S.A. de 2 265 milhares de contos conduziu a um desembolso total de serviço da dívida de 12 204 milhares de contos.

Os fluxos de tesouraria em 1999 (fluxos monetários e fluxos escriturais) resumem-se no quadro seguinte.

(milhares de contos)

Saldo em 1.1.99	-18.424,9
Recebimentos	199.433,3
Pagamentos	201.445,5
Saldo em 31.12.99	-20.437,1

Investimento

O esforço de investimento foi integralmente suportado por meios financeiros internos, já que, para além de não se ter recorrido a novos financiamentos, foi ainda possível reduzir substancialmente a dívida de financiamento da LTE à Holding.

Conforme se apresenta no quadro seguinte, durante o exercício de 1999 o investimento atingiu, a custos totais, 13 067,5 milhares de contos, incluindo 1 526,3 milhares de contos de custos de estrutura imputados e 248,5 milhares de contos de encargos financeiros intercalares.

O investimento a custos técnicos, no valor de 12 818,9 milhares de contos, foi inferior ao realizado no ano anterior em 13,1% a custos correntes. A preços constantes de 1999, esta evolução cifrou-se numa redução de 15,1%.

(milhares de contos)

Actividades	Custos Directos	Custos Estrutura	Encargos Financeiros	Total
Distribuição AT/MT	3.006,2	518,2	133,2	3.657,6
Distribuição BT/IP	6.118,5	860,3	77,1	7.055,9
Outros	2.167,9	147,8	38,2	2.353,9
Total	11.292,6	1.526,3	248,5	13.067,5

O investimento foi comparticipado, quer por clientes quer por Fundos Comunitários, no montante de 4 735,9 milhares de contos, o que representa 40,2% do investimento específico a custos técnicos e 36,2% do investimento total, também a custos técnicos.

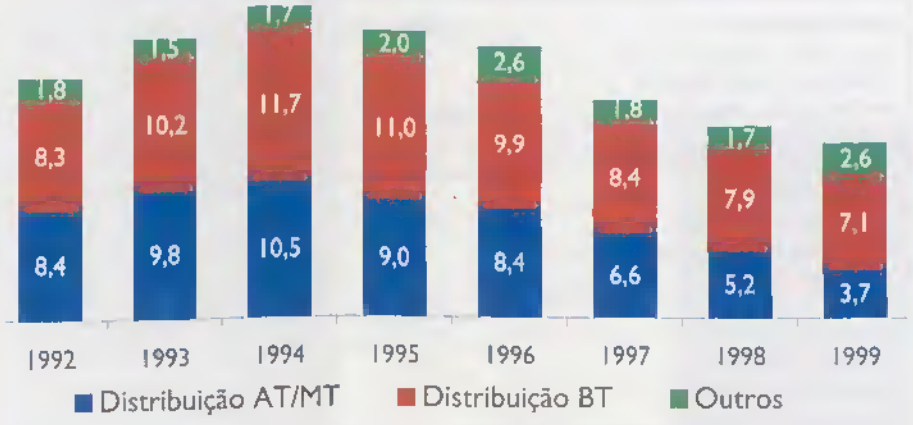
Haverá ainda a considerar cerca de 3 623,6 milhares de contos de imobilizado comparticipado recebido directamente de clientes, urbanizadores e autarquias.

O investimento efectuado mantém a estrutura e as características tradicionais, respeitando essencialmente a trabalhos de ligação de novos clientes, de construção e

ampliação de instalações para satisfazer o natural aumento dos consumos e, ainda, de melhoria de qualidade de serviço.

Os meios libertos líquidos, gerados em 1999, atingiram o valor de 33 533 milhares de contos. A capacidade de autofinanciamento, avaliada pela relação Meios Libertos / Investimento Realizado, é de 2,6 sem contar com os meios ao dispor da Empresa com origem em subsídios ao investimento.

Investimento a custos técnicos (preços constantes de 1999) milhões de contos



Balanço

No quadro seguinte apresenta-se o balanço resumido da LTE, com valores reportados a 31 de Dezembro de 1998 e 1999, respectivamente, assim como as variações ocorridas.

(milhares de contos)

Balanço	1998 Valor	1999 Valor	Variação %
Activo			
Imobilizado Líquido	241.822,5	225.773,6	-6,6
Circulante	32.560,5	47.019,7	+44,4
Acréscimos e Diferimentos	4.987,8	5.132,2	+2,9
Total	279.370,8	277.925,5	+0,3
Capital próprio e Passivo			
Capital Próprio	106.323,1	120.212,7	+13,1
Passivo	173.047,7	157.712,8	-8,9
A médio e longo prazo	64.837,4	39.038,2	-39,8
A curto prazo	55.113,9	60.538,7	+9,8
Acréscimos e Diferimentos	53.096,4	58.135,9	+9,5
Total	279.370,8	277.925,5	+0,5

Evolução Económica e Financeira

A Empresa apresenta uma adequada solidez financeira, avaliada pelo rácio de solvabilidade total, o qual, em Dezembro de 1998 e 1999, ascende a 1,61 e 1,76 respectivamente.

Custos e Proveitos

Foi a seguinte a evolução verificada no Resultado Líquido da Empresa e das respectivas rubricas de custo e proveito:

(milhares de contos)

		1998 Valor	1999 Valor	Acrésc. %
Vendas de electricidade		167.401,7	167.683,2	+0,2
Outras vendas e prestações de serviços		1.650,8	1.664,2	+0,8
Trabalhos para a própria empresa (a)		7.512,1	7.365,1	-2,0
Produtos e trabalhos em curso		0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes		421,6	-2,8	-2,8
Proveitos inerentes ao Valor Acrecentado	(+)	176.986,2	177.122,2	+0,1
Consumo de electricidade		93.210,3	99.800,0	+7,1
Consumo de materiais diversos		5.127,6	4.915,2	-4,1
Fornecimentos e serviços externos		9.202,8	9.748	+5,9
Impostos Indirectos		59,8	61,1	+2,2
Consumos	(-)	107.600,5	114.524,4	+6,4
Valor Acrescentado Bruto	(=)	69.385,7	62.597,8	-9,8
Despesas com o pessoal	(-)	16.459,2	17.668,6	+7,3
Outros encargos de exploração	(-)	6.022,0	6.341,7	+5,3
Outros proveitos de exploração	(+)	976,4	1.198,7	+22,8
Excedente Bruto de Exploração	(=)	47.880,9	39.786,2	-16,9
Despesas financeiras	(-)	3.165,1	1.883,5	-40,5
Receitas financeiras	(+)	2.054,6	944,5	-54,0
Imputação de despesas financeiras a TPE	(+)	381,0	0,0	-100,0
Resultados extraordinários (b)	(+)	790,7	3.810,1	+381,9
Estimativa de IRC	(-)	11.524,3	9.124,5	-20,8
Meios Libertos Líquidos (*Cash-Flow*)	(=)	36.417,8	33.532,8	-7,9
Amortizações (líquidas)	(-)	15.457,2	15.763,7	+2,0
Provisões (líquidas)	(-)	4.196,8	-1.730,1	+141,2
Resultado Líquido	(=)	16.763,8	19.499,2	+16,3

(a) Sem encargos financeiros imputados a investimento (1998)
(b) Expurgados das regularizações de amortizações e provisões, não consideradas nos resultados operacionais

Como se pode observar na demonstração de resultados resumida que se apresenta, os Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado apresentam uma variação não significativa, enquanto que os consumos cresceram 6,4%, evolução esta explicada pelas perdas alcançadas na margem bruta e pelo aumento dos gastos em fornecimentos e serviços externos.

No seu conjunto, as variáveis pessoal, fornecimentos e serviços externos,

amortizações e função financeira representaram, em 1999, cerca de 26,1% do valor global das vendas e prestações de serviços, contra 25,0% em 1998, não permitindo assim, compensar, nos resultados correntes, o já referido acréscimo significativo dos consumos.

Em termos de meios libertos líquidos, o *Cash-Flow* atingiu no exercício o montante de cerca de 33 533 milhares de contos, menos 7,9% do que o alcançado em 1998.

Indicadores

Para análise, quer da rendibilidade, quer da estrutura financeira da LTE, utilizou-se o conjunto de indicadores do quadro seguinte.

Indicadores	1998	1999
Rendibilidade dos Capitais Próprios		
Resultado Líquido / Capital Próprio (%)	15,77	16,22
Rendibilidade Económica		
Resultado Operacional / Activo Total (%)	10,90	7,78
Rendibilidade das Vendas		
Resultado Líquido / Vendas em (%)	9,92	11,51
Rotação do Activo Total		
Vendas / Activo em (%)	60,51	60,93
Autonomia Financeira		
Capital Próprio / Activo Total (%)	38,06	43,25
Liquidez Geral		
Activo Circulante (*) / Passivo de Curto Prazo (%)	56,65	77,33
Estrutura Financeira		
Capital Próprio / Passivo de Médio e Longo Prazo	1,17	1,46
Capacidade de Autofinanciamento		
Cash-Flow / Investimento a Custos Técnicos	2,47	2,62
Cobertura do Imobilizado		
Capitais Permanentes / Activo Imobilizado (%)	81,54	89,69
Solvabilidade Total		
Activo / Passivo	1,61	1,76
Prazo Médio de Recebimentos (meses)	1,10	0,98
Taxa de Cobertura das Existências		
Existências / Consumos x12	2,13	1,94
VAB per capita (milhares de contos)		
VAB / Efectivos Médios	24,77	25,59
Vendas per capita (milhares de contos)		
Vendas / Efectivos Médios	60,35	69,23

(*) Deduzidos dos Créditos de MLP

Evolução Económica e Financeira

Ao nível da rendibilidade verificam-se comportamentos diferenciados consoante se trate de relacionar o resultado operacional ou o resultado líquido. Assim, a rendibilidade económica passa de 10,90% para 7,78%, enquanto as rendibilidades dos capitais próprios e das vendas evoluem favoravelmente, de 15,77% para 16,22% e de 9,92% para 11,51%, respectivamente, pelo efeito que os resultados extraordinários exercem sobre o resultado líquido.

A rotação do activo total apresenta uma ligeira melhoria, passando de 60,51% para 60,93%, enquanto que a capacidade de autofinanciamento regista uma melhoria ao passar de 2,47 para 2,62 de 1998 para 1999.

No que respeita à estrutura financeira, em 1999 verifica-se uma melhoria nas performances alcançadas em 1999, de que se destacam a autonomia financeira com 43,25% em 1999, contra 38,06% em 1998, e a estrutura financeira, que, de 1,17 em 1998 atinge 1,46 em 1999, o que traduz uma boa situação da LTE, para o que muito contribuiu o efeito dos atrás referidos resultados extraordinários.

Igualmente a cobertura do imobilizado e a liquidez geral reflectem, no exercício de 1999, melhorias significativas, passando de 81,54 % para 89,69 % e de 56,65 % para 77,33 %, respectivamente.

Os indicadores de produtividade do factor trabalho apresentam, por seu lado, evoluções favoráveis; as vendas *per capita* a atingirem os 69,23 milhares de contos, contra 60,35 em 1998, enquanto que o VAB *per capita* passa de 24,77 para 25,59 milhares de contos.

Considerações Finais

Perspectivas para 2000

As alterações na legislação do sector eléctrico e as novas regras de funcionamento do mercado obrigaram a repensar a estrutura organizacional das empresas de distribuição da EDP, tendo-se estabelecido como orientação estratégica a formação de uma empresa única, EDP Distribuição – Energia, S.A., resultante da fusão das actuais 4 empresas, EN, CENEL, LTE e SLE. Neste sentido foi celebrada escritura notarial da fusão das referidas 4 empresas em 2000/02/14 .

Os objectivos estratégicos desta fusão visam aumentar quer a eficiência da gestão do negócio da Distribuição da EDP nas suas componentes de Redes e Comercial, quer a eficácia comercial da EDP, no contexto da liberalização do sector eléctrico e garantir a liderança, de forma rentável, na qualidade de serviço prestado ao Cliente.

Assim, a separação organizativa do negócio Comercial em conformidade com os novos requisitos regulamentares, bem como a criação de duas Áreas de Negócio (Gestão da Rede e Serviços de Rede), com filosofias e objectivos de gestão distintos, acompanham as tendências internacionais.

Aliado aos resultados decorrentes desta reestruturação, torna-se indispensável que um bom nível de crescimento dos consumos e uma adequada política de investimentos e dos custos de manutenção da rede, compensem a diminuição dos preços de venda da energia eléctrica.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 25º dos Estatutos da LTE, propõe que o resultado líquido do exercício de 1999, no valor de 19 499 169 782$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	974.960.000$00
Para Dividendos	17.500.000.000$00
Para Dividendos Transitados	1.024.209.782$00
	19.499.169.782$00

Nota Final

O Conselho de Administração em exercício manifesta o seu apreço pelo empenho de todos os trabalhadores da Empresa que desenvolveram a sua actividade com elevada consciência profissional, manifestando um claro envolvimento no cumprimento dos objectivos perseguidos.

Considerações Finais

O Conselho agradece o apoio recebido das Entidades da Administração Pública com quem a Empresa mais se relaciona.

O Conselho agradece a colaboração e permanente apoio sempre recebidos do Conselho de Administração da Holding do Grupo EDP.

O Conselho de Administração manifesta o seu especial reconhecimento ao Revisor Oficial de Contas pela elevada disponibilidade e prestimosa colaboração prestada.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2000

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Anexo ao Relatório de Gestão

1) Artº 447º, Nº 5, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP – Electricidade de Portugal, S. A., Holding do Grupo no qual se integra a LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.:

	Acções				
	Data	Preço em escudos	Aquisição	Venda	Saldo em 31-12-99
Membros do CA					
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães	16-jun-97	933.450	450		816
	jun-98		16		
	29-jun-98	1.435.050	350		
Cônjuge: Emília M. Pimentel Morgado	16-jun-97	383.625	175		254
	jun-98		4		
	29-jun-98	316.050	75		
João José Gomes de Aguiar	26-jun-98	1.435.018	350		855
	jun-99		14		
Cônjuge: Maria de Fátima B. M. de Aguiar	26-jun-98	423.550	100		307
	jun-99		4		
José Marcos da Silva	16-jun-97	930.150	450		802
	jun-98		15		
	30-jun-98	1.327.300	325		
	jun-99		12		
Cônjuge: Maria Albertina N. M. Marcos da Silva	16-jun-97	383.625	175		255
	jun-98		3		
	30-jun-98	316.050	75		
	jun-99		2		
Filho menor: José Filipe M. Marcos da Silva	30-jun-98	423.550	100		102
	jun-99		2		
António Eduardo da Silva Oliva	30-jun-98		225		234
	jun-99		9		
José Celestino Oliveira Rocha	30-jun-98	1.327.300	325		337
	jun-99		12		
Cônjuge: Maria Cardoso Roldão	30-jun-98	423.550	100		102
	jun-99		2		

2) Artº 448º, Nº 4, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 1999, eram titulares do capital da LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.:
EDP – Electricidade de Portugal, S.A., com sede na Avenida José Malhoa, lote A13, Lisboa: 100% do capital social.

Não se verificou durante o exercício de 1999 qualquer mudança de titularidade das acções da sociedade por qualquer causa.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2000

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino Oliveira Rocha

Documentos de Prestação de Contas da LTE

204 Balanço em 31 de Dezembro de 1999

206 Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999

207 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

227 Demonstração dos Fluxos de Caixa

228 Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

229 Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

230 Valor Acrescentado Bruto

Balanço em 31 de Dezembro de 1999

Unidade: escudo

Activo		Exercícios 1999 Activo Bruto	Amortiz./Provis.	Activo Líquido	1998 Activo Líquido
Notas					
	Imobilizado:				
03.a/10	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	12.879.004.956	11.103.057.620	1.775.947.336	2.101.978.302
	Terrenos e recursos naturais	624.259.588		624.259.588	1.213.803.419
	Edifícios e outras construções	11.316.070.778	3.354.707.852	7.961.362.926	10.594.798.268
	Equipamento básico	452.311.030.156	242.361.643.789	209.949.386.367	203.477.379.113
	Equipamento de transporte	2.263.156.041	1.553.462.920	709.693.121	470.192.732
	Ferramentas e utensílios	453.103.173	427.442.482	25.660.691	26.739.421
	Equipamento administrativo	3.957.962.375	2.648.597.051	1.309.365.324	1.000.908.765
	Diferenças de câmbio	895.142.867	203.547.935	691.594.932	721.122.660
	Imobilizações em curso	2.726.349.806	0	2.726.349.806	8.214.894.441
	Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	0	0	0	0
		487.426.079.740	261.652.459.649	225.773.620.091	227.821.817.121
03.b/10	Investimentos financeiros:				
48.g	Partes de capital em empresas do grupo	0		0	14.000.658.698
	Circulante:				
	Existências:				
03.c/41	Matérias-primas, subsid. e de consumo	727.277.563		727.277.563	910.091.779
	Dívidas de terceiros – Médio e longo prazo:				
	Autarquias – Dívida de 31/12/89	99.359.267		99.359.267	66.859.416
	Empresas do Grupo – Empréstimos	0		0	2.264.781.296
	Outros devedores	106.236.630		106.236.630	0
		205.595.897		205.595.897	2.331.640.712
	Dívidas de terceiros – Curto prazo:				
23	Clientes, c/c	17.028.660.264		17.028.660.264	18.106.373.752
23	Clientes de cobrança duvidosa	9.549.855.134	8.912.122.327	637.732.807	775.307.076
	Empresa do Grupo – Empréstimos	0		0	566.195.326
48.f	Estado e outros entes públicos	159.228.970		159.228.970	60.952.552
48.b	Outros devedores	28.925.159.073	348.278.094	28.576.880.979	9.680.953.140
		55.662.903.441	9.260.400.421	46.402.503.020	29.189.781.846
	Depósitos bancários e caixa:				
	Depósitos bancários	0		0	60.086.840
	Caixa	2.678.222		2.678.222	68.886.411
		2.678.222		2.678.222	128.973.251
48.a	**Acréscimos e Diferimentos:**				
	Acréscimos de proveitos	5.071.381.420		5.071.381.420	4.897.626.755
03.e	Custos diferidos	60.832.296		60.832.296	90.190.895
		5.132.213.716		5.132.213.716	4.987.817.650
	Total de amortizações		261.652.459.649		
	Total de provisões		9.260.400.421		
	Total do Activo	549.156.748.579	270.912.860.070	278.243.888.509	279.370.781.057

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

Unidade: escudo

Capital Próprio e Passivo

Notas		Exercícios 1999	1998
	Capital Próprio:		
36/37/40	Capital	42.900.000.000	42.900.000.000
03.b/40.a	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	592.431.165	435.194.715
	Reservas:		
40.b	Reservas Legais	4.020.813.023	3.182.613.023
40.c	Reservas Livres	42.934.254.805	42.934.254.805
40.d	Resultados transitados	10.266.007.909	107.168.843
	Subtotal	100.713.506.902	89.559.231.386
	Resultado líquido do exercício	19.499.169.782	16.763.831.585
	Total do capital próprio	120.212.676.684	106.323.062.971
	Passivo:		
34	Provisões para riscos e encargos:		
	Provisões para pensões	0	5.508.384.133
	Outras provisões para riscos e encargos	13.172.105.269	18.683.841.617
		13.172.105.269	24.192.225.750
29	Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo:		
	Empresas do grupo – Empréstimos	23.398.882.767	34.218.218.733
	Outros credores	691.307.837	4.325.034.979
03.a.iii	Conta regularização (Regime DL 344-B/82)	1.775.947.336	2.101.978.302
		25.866.137.940	40.645.232.014
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
	Dívidas a instituições de crédito	502.961.217	1.251.000.820
48.c	Fornecedores, c/c	11.274.376.728	10.779.949.523
48.c	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	8.942.098	20.621.339
	Empresas do grupo – Empréstimos	8.554.554.678	8.554.554.678
48.c	Fornecedores de imobilizado, c/c	2.071.895.730	1.982.027.208
48.f	Estado e outros entes públicos	9.769.577.512	12.395.753.600
48.b	Outros credores	28.674.789.503	20.129.964.775
		60.857.097.466	55.113.871.943
48.a	Acréscimos e diferimentos:		
	Acréscimos de custos	1.723.015.341	2.877.438.114
	Proveitos diferidos	56.412.855.809	50.218.950.265
		58.135.871.150	53.096.388.379
	Total do Passivo	158.031.211.825	173.047.718.086
	Total do Capital Próprio e Passivo	**278.243.888.509**	**279.370.781.057**

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Demonstrações dos Resultados do Exercício de 1999

Unidade: escudo

Custos e Perdas		Exercícios 1999			1998
Notas					
41	Custo das existências vendidas e consumidas:				
	Electricidade	99.800.004.701		93.210.259.780	
	Materiais diversos	4.915.201.318	104.715.206.019	5.127.596.365	98.337.856.145
	Fornecimentos e serviços externos		9.748.056.563		9.202.838.384
	Custos com o pessoal:				
43	Remunerações	11.143.609.214		10.856.522.055	
	Encargos sociais:				
	Pensões	1.621.578.394		376.475.720	
	Outros	4.903.460.063	17.668.647.671	5.226.171.540	16.459.169.315
10.b	Amortizações do imobilizado corpóreo	15.764.479.959		15.457.589.722	
34	Provisões	2.402.765.763	18.167.245.722	2.348.143.940	17.805.733.662
	Impostos	71.294.373		70.397.218	
48.d	Outros custos e perdas operacionais	6.331.504.057	6.402.798.430	6.011.436.313	6.081.833.531
	(A)		158.701.954.405		147.887.431.037
45	Juros e custos similares:				
	Relativos a empresas do grupo	1.879.738.983		3.163.110.483	
	Outros	3.799.535	1.883.538.518	1.955.179	3.165.065.662
	(C)		156.585.492.923		151.052.496.699
46	Custos e perdas extraordinários		1.541.141.576		7.604.705.235
	(E)		160.126.634.499		158.657.201.934
	Imposto sobre o rendimento do exercício		9.124.535.508		11.524.363.569
	(G)		169.251.170.007		170.181.565.503
	Resultado líquido do Exercício		19.499.169.782		16.763.831.585
			188.750.339.789		186.945.397.088

Proveitos e Ganhos					
Notas					
44	Vendas:				
	De energia eléctrica	167.683.214.151		167.401.688.605	
	Outras	308.007.855		161.970.770	
44	Prestações de serviços	1.356.206.471	169.347.428.477	1.488.792.942	169.052.452.317
48.e	Trabalhos para a própria empresa		7.365.098.163		7.893.182.243
	Proveitos suplementares	409.711.974		421.630.785	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.198.739.508	1.608.451.482	976.379.969	1.398.010.754
	(B)		178.320.978.122		178.343.645.314
45	Ganhos em empresas do grupo e associadas		0	897.358.594	
45	Rendimentos títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
	Outros	3.815.422		2.950.189	
45	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo	96.026.659		159.849.812	
	Outros	844.608.415	944.450.496	994.473.352	2.054.631.947
	(D)		179.265.428.618		180.398.277.261
46	Proveitos e ganhos extraordinários		9.484.911.171		6.547.119.827
	(F)		188.750.339.789		186.945.397.088
	Resultados Operacionais (B)-(A)		21.619.023.717		30.456.214.277
	Resultados Financeiros [(D)-(B)]-[(C)-(A)]		(939.088.022)		(1.110.433.715)
	Resultados Correntes (D)-(C)		20.679.935.695		29.345.780.562
	Resultados Antes de Impostos (F)-(E)		28.623.705.290		28.288.195.154
	Resultado Líquido do Exercício (F)-(G)		19.499.169.782		16.763.831.585

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

00 – Introdução

a) Objecto e detentores do capital

A LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., tem por objecto a distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontra legalmente autorizada, sendo o seu Capital Social totalmente detido pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A.

b) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As condições de aquisição de energia eléctrica à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., estão estabelecidas de acordo com o Regulamento Tarifário publicado no Diário da República nº. 213/98 (II Série - Suplemento) de 15 de Setembro de 1998 e do despacho nº. 21717A/98 da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, publicado no Diário da República nº. 288/98 de 15 de Dezembro de 1998.

As tarifas aplicáveis às compras à EDP Energia, S.A., foram objecto de acordo tarifário celebrado entre as duas empresas, válido por um período de 5 anos contados a partir de 1 de Janeiro de 1995, nas seguintes condições:

- Centrais da Ribeira de Nisa
  Tarifas de compra à REN.
- Central de Belver
  Tarifa baseada numa taxa de remuneração do activo desta Central.

As condições de aquisição de energia eléctrica a terceiros são reguladas pelos Decretos-Lei nºs 189/88 de 27 de Maio, 186/95 de 27 de Julho e 313/95 de 24 de Novembro.

c) Regime de preços de venda da energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) foram fixados por despacho nº. 21717A/98 da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, publicado no Diário da República nº. 288/98, de 15 de Setembro de 1998.

d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios. A Empresa, no entanto, procede à distribuição de energia eléctrica neste nível de tensão, com base em contratos de concessão estabelecidos com os municípios da sua área de exploração.

Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 48.d).

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (Notas 03.a.iii e 10.a), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 03.a.iii).

e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade.

As notas omitidas ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 – Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

A Empresa procedeu à contabilização dos encargos resultantes de benefícios sociais a trabalhadores de acordo com o disposto no IAS nº 19, derrogando deste modo e nesta medida, o disposto na DC nº 19 a qual corresponde à transposição para o normativo português da versão anterior daquele normativo internacional.

Tendo em consideração o entendimento corrente de que a

responsabilidade construtiva por encargos com reestruturação dos Recursos Humanos é do Grupo EDP e inerentemente da Empresa-Mãe, a transposição para o novo quadro de critérios e práticas contabilísticas de reconhecimento destas responsabilidades, implicou o registo em Resultados Transitados de um ganho de 5 040,9 milhões de escudos.

03 – Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações corpóreas

i) Imobilizações de propriedade da Empresa

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de reestruturação da EDP em referência a 94-01-01 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura, como indicado nas alíneas e) e f) desta mesma nota.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº 39º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79-02-01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79-03-28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizados que afectam.

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela amortização das comparticipações (registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios para Investimento), efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do exercício no ano em que ocorrem. As despesas

relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para custos do exercício num período máximo de 6 anos, conforme alínea d) desta mesma nota e da nota 48.a).

ii) Imobilizações em regime de locação financeira

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no Balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos nos valores das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

iii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea d) da Nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em Imobilizações corpóreas (Nota 10.a), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os municípios e a EDP e das diversas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais.

Os imobilizados afectos às concessões são amortizados na mesma base e às mesmas taxas a que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela redução, em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores – Conta de regularização – Regime DL 344-B/82).

b) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio ponderado.

c) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se com fornecedores

externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor nas datas das operações.

d) Custos diferidos

As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos – Custos Diferidos e transferidas para resultados num período máximo de 6 anos (Nota 48.a).

e) Encargos financeiros

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar as imobilizações em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso (Nota 11), sendo os outros contabilizados em Resultados do Exercício.

A partir do exercício de 1995, inclusive, a taxa de juro média referida resulta apenas dos empréstimos contraídos no mercado interno, deixando a Empresa de assumir riscos cambiais.

f) Encargos de estrutura

Os encargos dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos internos – Nota 48.e) são imputados aos diversos empreendimentos em curso.
Os encargos gerais de estrutura da Empresa (incluindo os custos de gestão da Holding) são repartidos entre o investimento Nota 48.e) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos projectos em curso.

g) Pensões e encargos associados

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto no International Accounting Standard, derrogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística nº 19 (Nota 31).

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito, foi constituído no Grupo EDP um Fundo de Pensões

autónomo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 97-12-31. A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa, ao passarem à situação de reforma, mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

h) Correcção de hidraulicidade

A Correcção de hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) de compensação dos custos variáveis de produção de energia eléctrica induzidos pela variabilidade hidrológica, sendo gerido globalmente para a totalidade do Grupo EDP.

Neste mecanismo compete às Empresas de Distribuição o reconhecimento de uma parcela, bonificação (proveito) ou agravamento (custo), que corresponde ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo da Correcção de hidraulicidade, a prazo de dez anos, igual a um adequado nível de referência.

06 – Imposto sobre o Rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos (dez para a Segurança Social). Não é previsível a ocorrência de qualquer responsabilidade adicional relativamente aos exercícios de 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999 que tenha um efeito significativo para as demonstrações financeiras.

07 – Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 2 422 empregados (2 776 em 1998), não existindo assalariados.

10 – Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	12.879.005				12.879.005
Subtotal (1.1)	12.879.005				12.879.005
Imobilizações Próprias:					
Terrenos e Recursos Naturais	1.213.803		(589.544)		624.260
Edifícios e Outras Construções	16.452.113		(5.170.496)	34.455	11.316.071
Equipamento Básico	431.311.163	3.771.044	(97.796)	17.326.619	452.311.030
Equipamento Técnico Específico	**431.014.185**	**3.759.072**		**17.326.619**	**452.099.876**
Outro Equipamento Básico	**296.978**	**11.972**	**(97.796)**		**211.154**
Equipamento de Transporte	2.120.663	440.139	(289.017)	(8.629)	2.263.156
Ferramentas e Utensílios	441.758	11.345			453.103
Equipamento Administrativo	3.356.751	537.326	(1.134)	65.019	3.957.962
Diferenças de Câmbio	895.143				895.143
Subtotal (1.2)	455.791.394	4.759.854	(6.147.987)	17.417.464	471.820.725
Imobilizações em Curso	8.214.894	11.937.703		(17.426.247)	2.726.350
Subtotal (1.3)	8.214.894	11.937.703		(17.426.247)	2.726.350
Total (1)	476.885.293	16.697.557	(6.146.853)	(9.917)	487.726.080
Investimentos Financeiros					
Partes de Capital	14.000659	530.014	(14.530.673)		0
Total (2)	14.000.659	530.014	(14.530.673)		0
Total Geral (1) + (2)	490.885.952	17.227.571	(20.677.526)	(9.917)	487.426.080

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

b) Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas				
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	10.777.027	326.031		11.103.058
Subtotal (1)	10.777.027	326.031		11.103.058
Imobilizações Próprias:				
Edifícios e Outras Construções	5.857.314	293.028	(2.795.634)	3.354.708
Equipamento Básico	227.833.783	14.616.235	(88.374)	242.361.644
Equipamento Técnico Específico	**227.631.960**	**14.600.408**		**242.232.369**
Outro Equipamento Básico	**201.823**	**15.827**	(88.374)	**129.275**
Equipamento de Transporte	1.650.471	194.136	(291.144)	1.553.463
Ferramentas e Utensílios	415.019	12.424		427.443
Equipamento Administrativo	2.355.842	293.888	(1.132)	2.648.597
Diferenças de Câmbio	174.020	29.528		203.548
Subtotal (2)	238.286.449	15.439.238	(3.176.284)	250.549.403
Total (1) + (2)	**249.063.476**	**15.765.269**	**(3.176.284)**	**261.652.461**

c) Observações

i) O equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

ii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios que, embora explorados pela LTE, continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 1999:

Imobilizado	12 879 005
Amortizações	11 103 058
Valor líquido	1 775 947

iii) Os investimentos financeiros foram alienados à EDP – Electricidade de Portugal, S.A., no exercício de 1999.

11 – Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.e), foram capitalizados no exercício em Imobilizações em Curso juros de financiamento no montante de 248 547 (Nota 14.b).

	1999	1998
Edifícios e outras construções	1.411	7.840
Equipamento técnico específico	247.136	373.194
	248.547	381.034

12 – Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 399-G/84	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 264/92

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das amortizações do exercício.

14 – Outras Informações Relativas às imobilizações

a) Todas as imobilizações estão afectas à actividade de distribuição de energia eléctrica 225 773 620 (valores líquidos).

Deste montante, 1 775 947 dizem respeito a imobilizações reversíveis, em regime de concessão, transferidas das autarquias locais.

b) Os custos financeiros nelas capitalizados foram os seguintes (Nota 11):

	1999	1998
Juros de financiamento	248.547	381.034

15 – Imobilizados em Regime de Locação Financeira

Tal como está indicado na Nota 03.a), as Imobilizações Corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e incluídas no Balanço são:

Rubricas	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Equipamento de Transporte	26.923	8.362	18.561

É a seguinte a previsão dos pagamentos futuros:

Amortizações do capital em dívida	12.563
Encargos financeiros	485
IVA	2.218
	15.266

23 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Clientes	1999	1998
Clientes de cobrança duvidosa	9.549.855	9.580.612

Outros devedores e credores	1999	1998
Devedores e credores diversos – devedores (valor da provisão)	348.278	252.751

25 – Dívidas de e ao Pessoal

	1999	1998
Valores a receber	10.147	9.031
Valores a pagar	0	115.493

29 – Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	1999		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empresas do Grupo			
Empréstimos obtidos da *Holding*	23.398.883	0	23.398.883
Outros credores			
Cauções recebidas de clientes	0	686.461	686.461
Outras cauções recebidas		4.847	4.847
Conta de regularização (DL 344-B/82)	1.775.947	0	1.775.947
	25.174.830	**691.308**	**25.866.138**

	1998		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empresas do Grupo			
Empréstimos obtidos da *Holding*	34.218.219	0	34.218.219
Outros credores			
Cauções recebidas de clientes	0	4.323.174	4.323.174
Outras cauções recebidas	1.861	0	1.861
Conta de regularização (DL 344-B/82)	1.724.136	377.842	2.101.978
	35.944.216	**4.701.016**	**40.645.232**

Salienta-se que, durante o exercício de 1999, as cauções recebidas de Clientes BTN foram reclassificadas de Médio para Curto prazo, por força do processo em curso da sua devolução aos clientes.

31 – Compromissos Financeiros

a) Compromissos contratuais

No final do exercício encontravam-se por satisfazer encomendas de materiais no montante de 550 268 contos e encomendas de serviços no montante de 2 743 436 contos.

b) Compromissos financeiros

A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 1999, de 42 055 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas e de 17 365 milhares de contos no que respeita a Actos Médicos.

Em 31 de Dezembro de 1999 a cobertura destas responsabilidades atinge cerca de 83% no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas, e cerca de 75% no que respeita a Actos Médicos.

A cobertura do restante destas responsabilidades será reconhecida nas contas da Empresa gradualmente, tal como definido nas normas internacionais, na base do período esperado de serviço dos beneficiários no activo.

No exercício foram reconhecidos os seguintes custos operacionais: com pensões 597,8 milhares de contos, e com Actos Médicos 1 136 milhares de contos.

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 1999:

- Taxa anual de desconto	6,50%
- Taxa anual de rendimento do Fundo de Pensões	8,00%
- Percentagem expectável de activos elegíveis para a reforma antecipada	40,00%
- Taxa anual de crescimento dos salários	3,50%
- Taxa anual de crescimento total das pensões	2,50%
- Taxa anual de crescimento das pensões da segurança social	2,25%
- Taxa de inflação	2,00%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999	6,00%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 2000 e anos seguintes	5,00%

34 – Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Reclassificações	Saldo Final
Para cobranças duvidosas:	9.058.055	1.266.766	1.064.421	0	9.260.400
Dívidas de clientes	8.805.305	1.166.830	1.060.013	0	8.912.122
Outros devedores	252.750	99.936	4.408	0	348.278
Para riscos e encargos:	24.192.226	1.136.000	12.156.121	0	13.172.105
Pensões – reformas antecipadas	5.508.384	0	5.508.384	0	0
Actos médicos	14.847.000	1.136.000	2.834.895	0	13.148.105
Revisão da contratação colectiva de trabalho	24.000	0		0	24.000
Racionalização de recursos humanos	3.812.842		3.812.842		
Total	33.250.282	2.402.766	13.220.542	0	22.432.505

36 – Capital – Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 42 900 000 acções escriturais nominativas de 1.000$00 cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

37 – Capital – Detentores

O capital é detido a 100% pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A..

40 – Movimentos dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	42.900.000		0	42.900.000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	435.195	157.236	0	592.431
Reservas:	46.116.868	838.200		46.955.068
Reserva legal	3.182.613	838.200	0	4.020.813
Reservas livres	42.934.255	0	0	42.934.255
Resultados transitados	107.169	25.851.522	15.692.683	10.266.008
Resultado líquido do exercício	16.763.832	19.499.170	16.763.831	19.499.170
Total	106.323.063	46.346.128	32.456.514	120.212.677

a) De acordo com a legislação em vigor, para Reserva legal é obrigatória a dotação com um mínimo de 5% dos lucros. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento de capital.

c) A Reserva livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o

património líquido, transferido no acto da reestruturação da EDP, não coberto pelo capital social. Na constituição da Empresa, a parte do património líquido não coberta pelo capital social ficou a constituir uma reserva considerada, apenas para este efeito, como equivalente a um "prémio de emissão".

d) O movimento no exercício da conta de Resultados transitados foi o seguinte:

Saldo inicial		107.169
Transferência do Resultado do exercício de 1998		16.763.832
Por aplicação em:		
Reserva legal	(838.200)	
Dividendos	(14.000.000)	
Distribuição de Resultados aos trabalhadores	(666.220)	(15.504.420)
Regularização do efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial	(188.263)	
Outras regularizações	9.087.690	8.899.427
Saldo final		10.266.008

41 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Movimentos	Electricidade	Materiais diversos	Total
Existências iniciais		910.092	910.092
Compras e produções internas	99.800.005	4.729.164	104.529.169
Regularização de existências		3.223	3.223
Existências finais		727.278	727.278
Custo do exercício	**99.800.005**	**4.915.201**	**104.715.206**

43 – Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais foram as seguintes:

	1999	1998
Mesa da Assembleia Geral	235	246
Conselho de Administração	30.160	28.422
	30.395	28.668

44 – Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

		1999	1998
Vendas			
De energia eléctrica – mercado interno			
em Alta Tensão		6.439.633	7.688.008
em Média Tensão		44.000.495	46.670.225
em Baixa Tensão (>39,6 kVA)		16.171.570	15.366.513
em Baixa Tensão		97.294.774	94.276.299
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)		3.776.742	3.400.644
		167.683.214	167.401.689
Outras – mercado interno			
Materiais diversos		308.008	161.970
	(1)	167.991.222	167.563.659
Prestações de serviços – mercado interno			
De electricidade		420.002	590.832
De outros		936.204	897.961
	(2)	1.356.206	1.488.793
	(1)+(2)	169.347.428	169.052.452

45 – Demonstração dos Resultados Financeiros

	Exercícios			Exercícios	
Custos e perdas	1999	1998	Proveitos e ganhos	1999	1998
Juros suportados	1.880.347	3.163.514	Juros obtidos	179.667	298.279
Perdas em empresas do Grupo e associadas	0	85	Ganhos em empresas do Grupo e associadas	0	897.359
Diferenças de câmbio desfavoráveis	18	128	Rendimentos de imóveis	3.815	2.950
Outros custos financeiros	3.173	1.338	Diferenças de câmbio favoráveis	9	59
Resultados financeiros	(939.088)	(1.110.433)	Descontos de pronto pagamento obtidos	82.702	80.021
			Outros proveitos e ganhos financeiros	678.257	775.964
	944.450	2.054.632		944.450	2.054.632

a) A rubrica de Juros suportados inclui, entre outros, 1 384 471 de juros do financiamento obtido da Holding (2 450 681 em 1998) e 495 268 de juros de gestão de tesouraria da Holding (712 430 em 1998).

b) A rubrica de Outros custos e perdas financeiros inclui, entre outros, 3 121 de serviços bancários (1 311 em 1998).

c) A rubrica de Juros obtidos inclui, entre outros:

	1999	1998
Juros do empréstimo concedido à EDP Energia	91.633	159.850
Juros debitados a clientes AT/MT/BTE por atrasos de pagamento de facturação	83.636	138.373

d) A rubrica de Outros proveitos e ganhos financeiros refere-se a compensação por atrasos de pagamento de facturas BT, no montante de 678 257 contos (769 780 em 1998).

46 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e perdas	Exercícios 1999	1998	Proveitos e ganhos	Exercícios 1999	1998
Donativos	2.398	5.337	Restituição de impostos	0	1.452
Dívidas incobráveis	548.497	308.750	Recuperação de dívidas	7.047	3.524
Perdas em existências	2.933	6.967	Ganhos em existências	3.688	4.444
Perdas em imobilizações	2.910	20.654	Ganhos em imobilizações	2.763.307	7.897
Multas e penalidades	189	493	Benefícios de penalidades contratuais	1.071	615
Correcções relativas a exercícios anteriores	44.511	424.371	Reduções de amortizações e provisões	4.133.641	2.857.289
Outros custos e perdas – Extraordinários	939.704	6.838.133	Correcções relativas a exercícios anteriores	8.417	304 452
Resultados extraordinários	7.943.769	(1.057.585)	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.567.740	3.367.447
	9.484.911	6.547.120		9.484.911	6.547.120

a) A rubrica de Dívidas Incobráveis refere-se a Clientes.

b) A rubrica de Outros custos e perdas extraordinários inclui, entre outros, os seguintes valores:

	1999	1998
Insuficiência de estimativa para impostos	140.815	237.909
Indemnização por despedimento	789.875	1.195.411
Dotação adicional para o Fundo de Pensões	0	695.616
Provisão para racionalização de recursos humanos e reformas antecipadas	0	4.568.977
Provisão para actos médicos	0	136.602

c) A rubrica de Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Compensação de amortizações de imobilizações comparticipadas (Nota 03.a.i)	2.163.434	1.845.296
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão (Nota 03.a.ii)	326.031	344.827
Correcção de hidraulicidade – bonificação do exercício (Nota 03.h)	0	1.130.012

48 – Outras Informações

a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Acréscimos de proveitos	1999	1998
Energia em contadores (estimativa)	4.977.909	4.882.537
Outros acréscimos de proveitos	93.472	15.090
	5.071.381	4.897.627

Custos diferidos	1999	1998
Reparações e beneficiações do imobilizado (Nota 03.d)	60.282	61.316
Outros custos diferidos	550	28.875
	60.832	90.191

Os movimentos na rubrica Reparações e beneficiações do imobilizado foram os seguintes:

	1999	1998
Saldo inicial	61.316	83.680
Aumentos	25.603	0
Transferências para resultados	(26.637)	(22.364)
Saldo final	**60.282**	61.316

Acréscimos de custos	1999	1998
Férias e subsídios de férias	1.499.038	1.649.949
Compras e aquisições de serviços a Empresas do Grupo	170.459	479.600
Outros acréscimos de custos	53.518	747.889
	1.723.015	2.877.438

Proveitos diferidos	1999	1998
Subsídios para investimento (Nota 03.a.i)	56.412.856	50.216.781

A rubrica Subsídios para investimento apresenta os valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

Os subsídios recebidos no exercício ascenderam a 8 359 509 contos (9 132 000 em 1998).

b) Outros Devedores e Outros Credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Outros devedores	1999	1998
Adiantamentos ao pessoal e Órgão Sociais	2.225	3.874
Outras operações com o pessoal	7.922	5.156
Consultores, assessores e intermediários	0	419
Operações diversas com empresas do Grupo	27.377.030	8.782.814
Operações diversas com terceiros	1.537.982	1.141.441
	28.925.159	9.933.704
O valor indicado em Operações diversas com empresas do Grupo inclui, entre outros, os pagamentos por conta de IRC, efectuados pela *Holding*.	7.994.462	8.321.249

Outros credores	1999	1998
Remunerações a pagar	0	115.493
Sindicatos	4.311	4.444
Operações diversas com empresas do Grupo	22.056.802	17.617.036
Operações diversas com terceiros	8.685.571	2.392.992
	30.746.684	20.129.965
O valor indicado em Operações diversas com empresas do Grupo inclui, entre outros, o saldo da c/c da ligação financeira com a *Holding*	19.936.151	17.302.919

c) Fornecedores

Decomposição dos valores indicados no Balanço em 31 de Dezembro:

	1999	1998
Fornecedores, c/c		
Empresas do Grupo	9.616.438	9.238.971
Outros	1.657.939	1.540.978
	11.274.377	10.779.949
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		
Outros	8.942	20.621
	8.942	20.621
Fornecedores de imobilizado, c/c		
Empresas do Grupo	36.586	24.380
Outros	2.035.310	1.957.647
	2.071.896	1.982.027

d) Outros Custos e Perdas Operacionais

Esta rubrica inclui, entre outros, os seguintes valores:

	1999	1998
Rendas e outros encargos de concessões (Nota 00.d)	6.236.851	5.897.711

e) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	1999	1998
Imobilizações em curso		
Consumo de materiais	3.862.550	4.293.843
Encargos directos internos (Nota 03.f)	1.701.708	1.685.228
Encargos de estrutura (Nota 03.f)	1.526.333	1.532.574
Encargos financeiros e diferenças de câmbio (Nota 03.e)	248.547	381.034
Outros	357	503
	7.339.495	7.893.182
Reparações e beneficiações do imobilizado	25.603	0
	7.365.098	**7.893.182**

f) Estado e outros entes públicos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Saldos devedores	1999	1998
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	159.229	60.953

Saldos credores	1999	1998
Imposto sobre o rendimento	9.124.049	11.523.873
Retenção de impostos sobre rendimentos	197.339	490.568
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	118.610	0
Restantes impostos	7.128	0
Contribuições para a Segurança Social	249.246	287.555
Outras tributações	73.205	93.758
	9.769.577	**12.395.754**

Os pagamentos do IRC por conta estão registados em Outros devedores – Empresas do Grupo (alínea b) desta mesma nota.

Não existem dívidas em mora à Segurança Social.

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
António Eduardo da Silva Oliva
José Celestino de Oliveira Rocha

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: milhar de escudos

	1999	1998
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	168.966.635	
Pagamentos a fornecedores	-108.510.675	
Pagamentos ao pessoal	-16.765.825	
Fluxos gerados pelas operações	43.690.134	
Pagamento do imposto s/rendimento	-11.678.599	
Outros recebimentos relativos à activ. operacional	2.155.890	
Outros pagamentos relativos à activ. operacional	-7.137.941	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	26.729.485	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	94.809	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-801.474	
Fluxos das actividades operacionais (1)		26.022.820
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	3.815	
Imobilizações corpóreas	5.727.241	
Imobilizações incorpóreas	1.846	
Juros e proveitos similares	96.027	
Dividendos	709.000	6.537.929
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas		-11.826.402
Fluxos das actividades de investimento (2)		-5.288.473
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios de investimento		4.609.929
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-10.819.336	
Juros e custos similares	-2.536.427	
Dividendos	-14.000.000	-27.355.764
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-22.745.835
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-2.011.488
Caixa e seus equivalentes no início do período		-18.424.946
Caixa e seus equivalentes no fim do período		-20.436.434

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa	1999	1998
Numerário	2.678	68.886
Dep. bancários	-502.961	-1.190.914
Descobertos bancários	-502.961	-1.190.914
Outras disponibilidades		
Ligação financeira com a Holding (Nota 48.b)	-19.936.151	-17.302.918
Disponibilidades constantes do Balanço	-20.436.434	-18.424.946

O Técnico Oficial de Contas
Rua Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Demonstração da Origem e Aplicação dos Fundos

Unidade: milhar de escudos

Origem de fundos			Aplicação de fundos		
Internas:			**Distribuições:**		
Resultado líquido do exercício	19.499.170		Por distribuição de Dividendos		14.697.246
Amortizações	15.763.691				
Variação de provisões	-10.817.776	24.445.085	**Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:**		
Externas:			Diminuição de dívidas a terceiros:		
Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo			Empresa do Grupo – Empréstimos	8.554.555	
Diminuição de dívidas de terceiros:			Conta Regulariz. (Regime DL 344-B/82)	326.031	
Empresa do Grupo – Empréstimos	566.195		Aumentos de Dívidas de Terceiros:		
Aumentos de dívidas a terceiros:			Autarquias – Dívida de 31/12/89	32.500	
Outros credores	675.571	1.241.766	Outros Devedores	106.237	9.019.323
Diminuições de Imobilizações:					
Imobilizações corpóreas			**Aumentos de Imobilizações:**		
Terrenos e recursos naturais	589.544		Imobilizações corpóreas		
Edifícios e outras construções	2.374.862		Edifícios e outras construções	34.455	
Equipamento básico	12.254		Equipamento básico	14.011.226	
Equipamento de transporte	6.501		Equipamento de transporte	440.139	
Equipamento administrativo	155		Ferramentas e utensílios	11.345	
Imobilizações em curso	5.488.545	8.471.861	Equipamento administrativo	602.500	15.099.665
Investimentos Financeiros	14.000.659	14.000.659			
Acréscimos e Diferimentos					
Diminuição de custos diferidos	29.359				
Aumento de proveitos diferidos	6.193.906	6.223.265			
			Aumento dos Fundos Circulantes		15.566.402
		54.382.636			**54.382.636**

Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

Unidade: milhar de escudos

Diminuições das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo:			**Diminuição das Existências:**		
Dívidas a instituições de crédito	748.040		Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo		182.814
Fornecedores - Fac. em recep. e conferência	11.679		**Diminuições das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo:**		
Estado e outros entes públicos	2.626.176	3.385.895	Estado e outros entes públicos	1.077.713	
				30.758	1.108.471
Aumentos das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo:					
Estado e outros entes públicos	98.277		**Aumentos das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo:**		
Outros devedores	16.868.383	16.966.660	Estado e outros entes públicos	494.427	
			Fornecedores de imobilizado, c/c	83.385	
Aumento de acréscimos de proveitos	173.754		Outros credores	4.118.939	4.696.751
Diminuição de acréscimos de custos	1.154.423	1.328.177	**Diminuições das Disponibilidades**		
			Caixa	66.208	
			Dívidas a instituições de crédito	60.087	126.295
			Aumento dos Fundos Circulantes		15.566.401
		21.680.732			21.680.732

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Valor Acrescentado Bruto

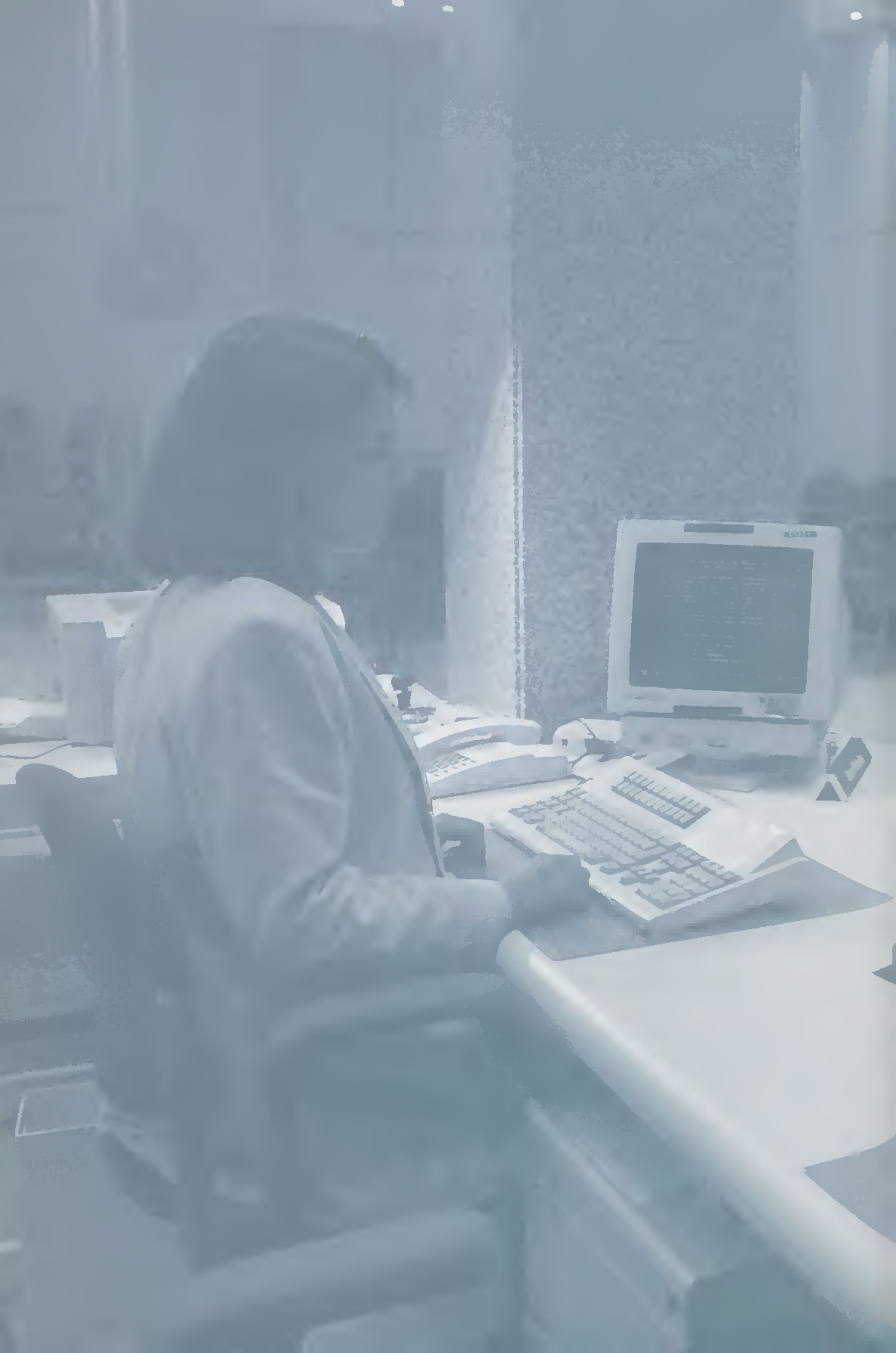
Unidade: milhar de escudos

	1999	1998
Vendas e Prestações de Serviços	169.347.428	169.052.452
Trabalhos para a própria empresa	7.116.551	7.512.148
Outras receitas	409.712	421.631
(A) – Proveitos internos inerentes ao V.A.	**176.873.691**	**176.986.231**
Compras de electricidade	99.800.005	93.210.260
Materiais diversos	4.915.201	5.127.596
Fornecimentos e serviços externos	9.748.057	9.202.838
Impostos indirectos	61.112	59.797
(B) – Consumos	**114.524.375**	**107.600.491**
VAB – Valor Acrescentado Bruto (A - B)	**62.349.316**	**69.385.740**
Despesas com pessoal	17.668.648	16.459.169
Despesas financeiras	1.883.539	3.165.066
– Receitas financeiras	944.450	2.054.632
– Imputação de despesas financeiras a TPE	248.547	381.034
Amortizações	15.764.480	15.457.590
Provisões	2.402.766	2.348.144
Outros encargos de exploração	6.341.683	6.022.036
– Outros proveitos	1.198.740	976.380
- Resultados extraordinários	7.943.769	-1.057.585
Imposto sobre o Rendimento	9.124.536	11.524.364
Resultado líquido	19.499.170	16.763.832
(C) = (A) -(B) = V A B	**62.349.316**	**69.385.740**
V A L – Valor acrescentado líquido	**46.584.836**	**53.928.150**

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha



Documentos de Apreciação e Certificação da LTE

234 Certificação Legal de Contas

236 Relatório e Parecer do Fiscal Único

239 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

240 Anexo Estatístico

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 278 243 889 contos e um total de capital próprio de 120 212 677 contos, incluindo um resultado líquido positivo de 19 499 170 contos), a Demonstração dos Resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

b) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adaptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

d) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião,as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes,a posição financeira da LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., em 31 de Dezembro de 1999, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites,

Lisboa, 9 de Março de 2000

António de Moura Rodrigues,
em representação de M.Rodrigues,
B. Assunção e Associado, SROC

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas:

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e no Decreto - Lei n.º 26-A/96, de 27 de Março, apresentamos a V.Ex.as, no desempenho das funções de Fiscal Único da LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, SA, o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

1. No desempenho das nossas funções, acompanhámos de forma regular a actividade da sociedade e a sua gestão e efectuámos verificações dos livros, registos contabilísticos, documentos base, existências e procedimentos de controlo interno. No final do ano, examinámos atentamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração, documentos que estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas legais e estatutárias e com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

2. O Relatório de Gestão do Conselho de Administração complementa os esclarecimentos dos documentos contabilísticos finais, descreve adequadamente a actividade da sociedade no exercício de 1999 e perspectiva a sua evolução, merecendo destaque:

- o resultado líquido (19.5 milhões de contos), que mostra um aumento de 16.3% (2.7 milhões de contos), relativamente ao exercício de 1998, devido ao valor dos resultados extraordinários;

- o decréscimo de 30% (-8.7 milhões de contos) dos resultados correntes, fundamentalmente por efeito da importante redução tarifária estabelecido pela ERSE, atenuada pelo crescimento do consumo de energia eléctrica;

- o cash-flow gerado em 1999: 33.5 milhões de contos (-7.9% que em 1998), que permitiu financiar todo o investimento e reduzir a dívida à Holding em 10.8 milhões de contos;

- o investimento a custos técnicos (12.8 milhões de contos), que decresceu 15.1%, em relação a 1998;

- a continuação das alterações processuais e organizativas, tendentes a aproveitar as sinergias das Empresas de Distribuição, que, conjugados com trabalhos desenvolvidos para a criação da Empresa única de Distribuição, permitiram reduzir o quadro do pessoal de 193 trabalhadores (8.2%);

- o prosseguimento da tomada de decisões orientadas para a crescente melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Clientes;

- a concretização em 2000, com arranque no início do ano, do processo de fusão, numa única empresa, das quatro actuais empresas de distribuição, o que, com o, ajustamento da sua estrutura às novas condições de mercado, permitirá melhorar a eficiência da gestão;

Aliado à economia de custos esperada da referida reestruturação, considera-se indispensável que, no ano 2000, um bom nível de crescimento do consumo de energia eléctrica e uma adequada política de investimentos e de conservação da rede permitam compensar os efeitos da redução das tarifas de energia eléctrica.

3. Emitimos a Certificação Legal das Contas, com data de 09 de Março de 2000, e o Relatório anual de Fiscalização.

4. Não detectámos, nem tomámos conhecimento de situações que estivessem em discordância com o contrato da sociedade ou com os preceitos legais ou regulamentares aplicáveis.

5. Apreciámos a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que satisfaz o disposto na lei e no pacto social.

6. Desejamos agradecer a referência com que o Conselho de Administração nos distingue no seu Relatório e os esclarecimentos e informações prontamente prestados por este Conselho e pelos responsáveis pelos órgãos e pessoal contactados. Agradecemos também a colaboração prestada pelos Auditores Externos.

7. Face ao que precede e à Certificação Legal das Contas, somos de PARECER que:

7.1. Aproveis o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos

Resultados e respectivo Anexo, relativos a 1999.

7.2. Aproveis a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 10 de Março de 2000

O Fiscal Único

António de Moura Rodrigues,
em representação de M. Rodrigues,
B.Assunção e Associado, SROC

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Realizada em 29 de Março de 2000

Acta nº 2/2000

«(...)

Depois de proferir as algumas palavras de saudação ao representante da accionista única, o presidente da mesa declarou iniciada a discussão do número um da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao presidente do conselho de administração.

No uso da palavra, o Engenheiro Jorge Ferreira Guimarães fez uma exposição circunstanciada da actividade da sociedade e dos bons resultados obtidos, tendo salientado que o exercício em apreciação foi marcado por uma forte dinâmica de reorganização da área da Distribuição, tendo em vista aumentar a competitividade e melhorar a qualidade de serviço técnica e comercial. Referiu que já durante o ano dois mil se concretizou o processo de fusão das empresas de Distribuição do Grupo EDP com a constituição de uma nova empresa, a EDP Distribuição - Energia, S.A., que passará a assegurar toda a actividade de distribuição de electricidade. Concluiu com optimismo quanto ao futuro, no novo contexto do Sector eléctrico e dos desafios a enfrentar, tanto ao nível organizativo e de gestão dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros, como quanto ao sucesso da inserção da actividade de distribuição de electricidade no papel relevante do Grupo EDP no mercado liberalizado e globalizado da electricidade e na economia nacional em geral.

Concluída a apresentação e apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, foram submetidos a votação e aprovados o relatório de gestão e todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de mil novecentos e noventa e nove.

(...)»

Anexo Estatístico

Consumo de Electricidade Segundo os Destinos (Consumos Finais)	1998	1999	Variação 99/98 Valor	%
Número de Clientes	1.446.268	1.479.743	33.475	2%
Em alta tensão (*)	19	19	0	0%
Em média tensão	5.059	5.139	80	2%
Em baixa tensão	1.441.190	1.474.585	33.395	2%
Consumo de Electricidade (GWh) (**)	8.505	9.109		7%
Iluminação e outros usos	4.926	5.416		10%
Domésticos	2.179	2.347		8%
Não domésticos	2.747	3.069		12%
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc	513	570		11%
Cozinha e aquecimento	0	0		0%
Usos industriais	2.433	2.421		0%
Usos agrícolas	192	220		15%
Tracção	235	244		4%
Iluminação pública	205	237		16%

(*) Inclui clientes de Muito Alta Tensão

(**) Inclui consumos próprios

Rede de Distribuição

Resumo das instalações e equipamentos em serviço em 99/12/31

Subestações	
Nº de Subestações	110
Nº de Transformadores	201
Potência instalada (MVA)	3.208
Linhas (incluindo ramais em km)	
Aéreas	
AT (60/130kV)	1.615
MT (<6/10/15/30/40 kV)	10.295
Cabos Subterrâneos	
AT (60/130kV)	245
MT (<6/10/15/30/40 kV	4.574
Postos de Transformação	
Unidades	10.092
Potência instalada (MVA)	3.234
Redes BT (km)	
Aéreas	12.972
Subterrâneas	8.360
Contadores (unidades)	
AT + MT	5.158
BT + BTE	1.474.585

Resumo das instalações e equipamentos concluídos em 99/12/31

Subestações	
Nº de Subestações	4
Nº de Transformadores	5
Potência instalada (MVA)	65
Linhas (incluindo ramais em km)	
Aéreas	
AT (60/130kV)	75
MT (<6/10/15/30/40 kV)	273
Cabos Subterrâneos	
AT (60/130kV)	5
MT (<6/10/15/30/40 kV)	183
Postos de Transformação	
Unidades	341
Potência instalada (MVA)	166
Redes BT (km)	
Aéreas	432
Subterrâneas	497
Contadores (unidades)	
AT + MT	80
BT + BTE	33.395

Rua D. Francisco Manuel de Melo, nº 23-A 1070 Lisboa
Tel. (351) 21 350 00 00 . Fax (351) 21 350 00 95

GRUPO EDP

SLE

Electricidade do Sul, S.A.

SLE

248 Enquadramento
250 Caracterização da Empresa
251 Macroestrutura da Empresa
252 Corpos Sociais e Quadros Dirigentes
254 Síntese
256 Movimentos de Energia
258 Actividade Empresarial
262 Rede Técnica
264 Recursos Humanos
268 Evolução Económica e Financeira
274 Considerações Finais
276 Anexo ao Relatório de Gestão

Enquadramento

A redução das tarifas estabelecida pela ERSE para o ano de 1999 teve forte impacto negativo no valor das vendas de energia eléctrica e nas margens e resultados do exercício, não obstante o crescimento significativo dos consumos verificado. Em consequência, o resultado líquido apresenta uma diminuição de 22%, menos 1 780 milhares de contos, passando de 8 172 registados em 1998 para 6 392 milhares de contos

No âmbito da liberalização do mercado nacional de energia, no final de Janeiro de 1999 a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), de acordo com a Directiva 96/62/CE, que estabelece as regras comuns para o mercado interno de electricidade, e ao abrigo de Dec.-Lei 182/95 de 27 de Julho, fixou em 9 GWh o valor do consumo mínimo que permite a atribuição do estatuto de cliente não vinculado no triénio 1999 – 2001.

O Cliente é o centro das preocupações da Empresa. Nesta perspectiva, as acções desenvolvidas foram pautadas no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado nas vertentes técnica e de atendimento, pretendendo obter ganhos de satisfação e de fidelização. Na prossecução deste objectivo, foram implementadas medidas no sentido da verticalização da estrutura comercial e da segmentação de Clientes.

As acções desenvolvidas para a preparação e certificação da estrutura informática para o ano 2000 envolveram importantes recursos humanos e materiais, tendo sido concluídas dentro dos prazos estabelecidos. Não se registaram incidentes com a mudança do ano de 1999 para 2000. A implementação das alterações nos sistemas e processos para a adopção do EURO como opção de moeda decorreu com sucesso.

Implementaram-se alterações processuais e organizativas com o objectivo de um uso mais eficiente das potencialidades de cada Empresa de Distribuição, conjugadas com os trabalhos desenvolvidos para a criação da Empresa única de Distribuição no âmbito do Programa Distribuição 21.

Incrementaram-se as medidas de planeamento de redes, de análise económica e de controlo, conducentes a uma melhoria na eficiência do processo de investimento que se

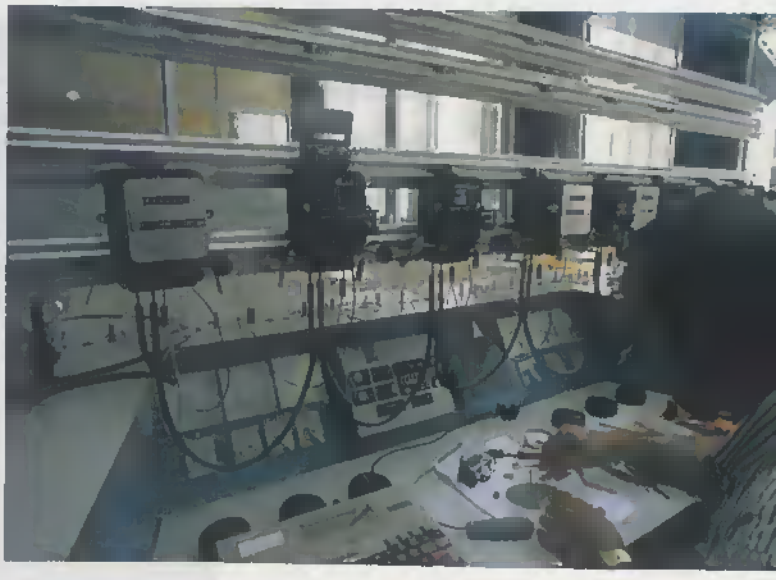
cifrou em 9 055,2 milhares de contos a custos técnicos, nomeadamente com a criação de um mecanismo de acompanhamento da concretização do Plano. Uniformizou-se o processo de orçamentação da conservação, no âmbito dos estudos em curso com o objectivo de racionalizar e sistematizar esta actividade da distribuição.

No domínio da condução da rede, continuou-se o programa de expansão e de melhoria da eficácia dos Sistemas de Comando e Controlo. Prestou-se particular atenção ao Programa de Telecomando da Rede de Média Tensão, com a continuação do estudo dos pontos da rede para colocação dos aparelhos e com o incremento do respectivo aprovisionamento e montagem.

Manteve-se sob rigoroso e sistemático controlo a verba de Fornecimentos e Serviços Externos de entidades externas, sem descurar a preocupação de garantir a melhoria dos níveis de qualidade de serviço prestado ao cliente.

A política ambiental da Distribuição inserida na estratégia do Grupo EDP visou em 1999 as preocupações no tipo de arquitectura das instalações técnicas, na integração paisagística das redes e na adopção de técnicas de projecto para protecção das espécies animais e vegetais.

Os objectivos propostos para o ano na política de redução do quadro de pessoal, foram superados e, consequentemente, convergiu-se para os rácios de referência internacionais, mantendo a qualidade dos quadros técnicos e assegurando as condições que permitirão a melhoria do funcionamento da Empresa.



Caracterização da Empresa

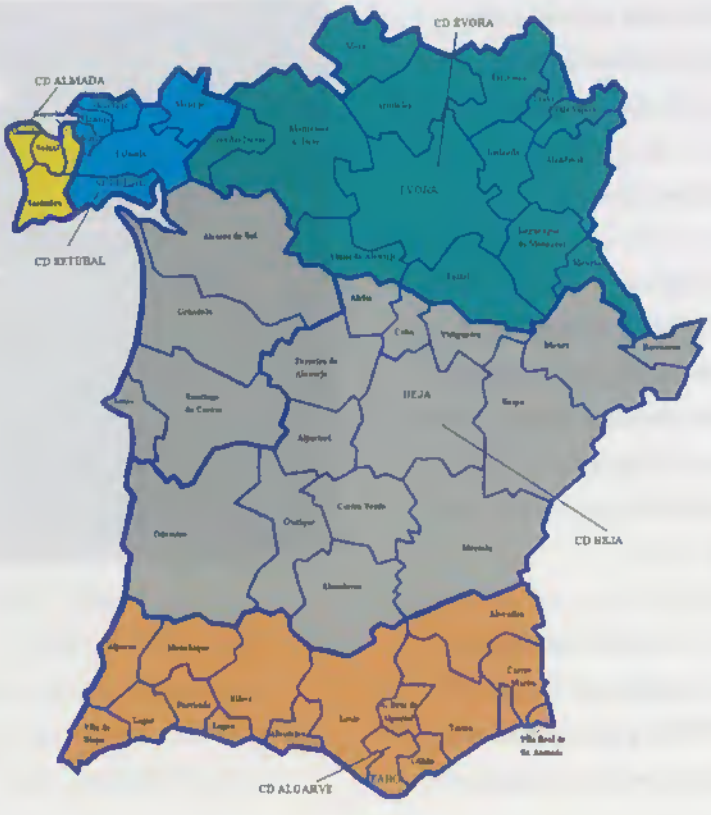
A SLE desenvolve a sua actividade em 57 concelhos dos distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro.

Nesta área, abastece de energia eléctrica um pouco mais de 1,4 milhões de habitantes, correspondentes a cerca de 15% da população de Portugal Continental.

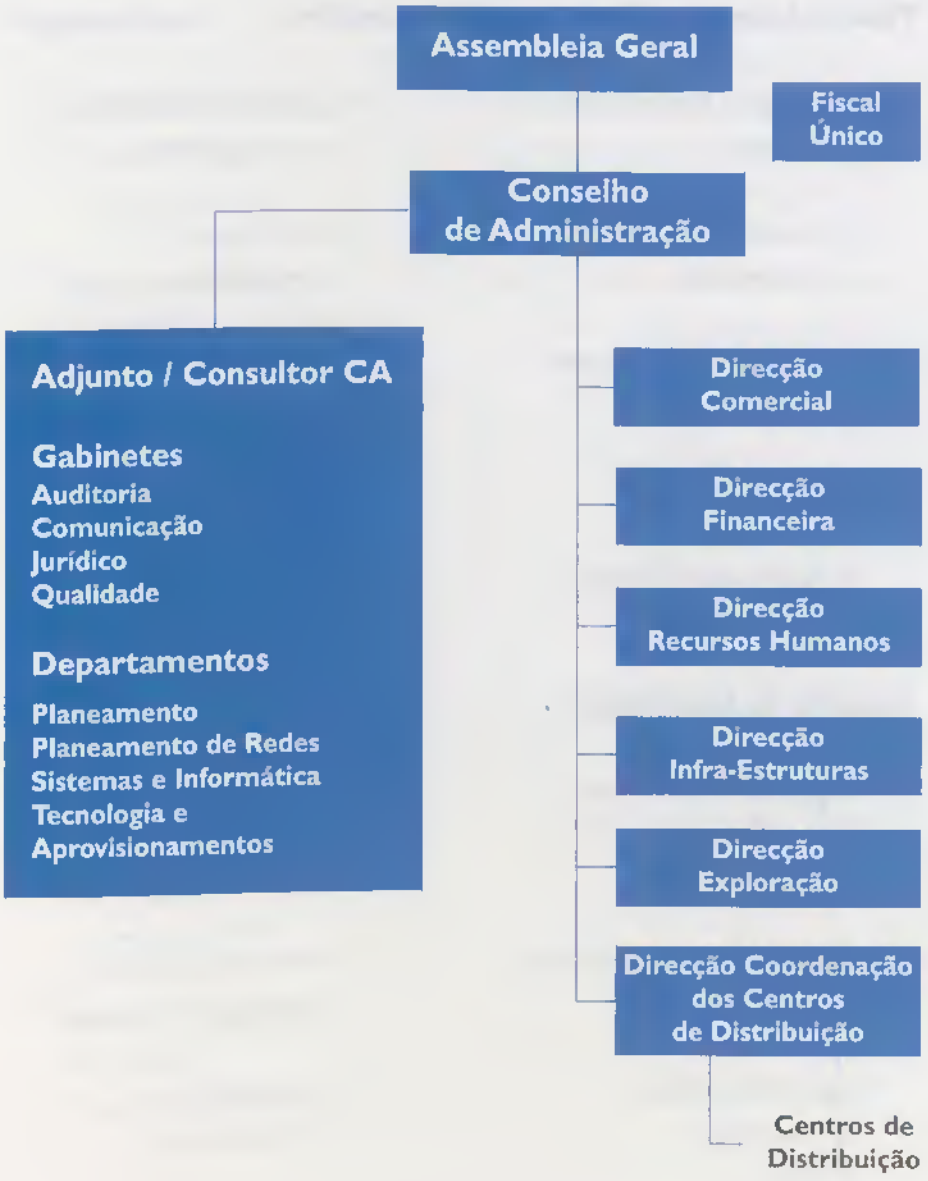
A energia vendida atingiu os 5 253 GWh, a que corresponde um volume de vendas próximo de 96 milhões de contos.

A Empresa investiu cerca de 6,9 milhões de contos em 1999, e contava com a colaboração de 1 583 trabalhadores no final do ano.

Para prestação do serviço de abastecimento de energia eléctrica aos seus 934,4 mil Clientes, a Empresa está estruturada em cinco Centros de Distribuição – Almada, Setúbal, Évora, Beja e Algarve.



Macroestrutura da Empresa



Corpos Sociais e Quadros Dirigentes

Mesa da Assembleia Geral

Eng. Augusto Manuel Valente Vaz
Presidente

Dr. Manuel Lopes Agostinho
Vice-Presidente

Dr. Mário de Almeida e Brito
Secretário

Órgão de Fiscalização

M. Rodrigues, B. Assunção
e Associado, SROC

Conselho de Administração

Eng. Jorge Fernando Alves
Ferreira Guimarães
Presidente

Eng. João José Gomes de Aguiar
Vogal

Eng. António Eduardo
da Silva Oliva
Vogal

Eng. José Alberto Marcos da Silva
Vogal

Bach. José Celestino de Oliveira
Rocha
Vogal

Direcções

Eng. Carlos Ferreira Botelho
Director Comercial

Dr. José Chorão
Director Financeiro

Dr. Guilherme Pires
Director de Recursos Humanos

Eng. José Alberto Teixeira
Coord. das Infra-Estruturas

Eng. Ângelo Manuel Sarmento
Director da Exploração

Gabinetes

Dr. José Madeira Marques
Dir. Gabinete Auditoria

Drª Mª Antónia Fonseca
Resp. Gabinete Comunicação

Dr. José Nifrário Pires
Dir. Gabinete Jurídico

Departamentos

Eng. Francisco Lima Caria
Subdir. Tecnologia
e Aprovisionamentos

Eng. Manuel Pinheiro
Subdir. Sistemas e Informática

Centros de Distribuição

Eng. Damião Parente
Director do CD Algarve

Eng. Técnico Jorge Ventura
Director do CD Almada

Eng. Rui Oliveira Santos
Director do CD Beja

Eng. Rubens A. M. Seixas
Director do CD Évora

Eng. João C. Nogueira
dos Santos
Director do CD Setúbal

Síntese

1. De acordo com as prioridades definidas no Plano Estratégico para a Distribuição, desenvolveram-se acções no sentido da melhoria da qualidade de serviço comercial, reforçando a orientação para o Cliente, concentraram-se esforços na recuperação da dívida e melhoraram-se os sistemas de contagem de forma a reduzir as perdas comerciais.

2. A energia entrada para consumo teve, em 1999, um crescimento de 3,3%, situando-se nos 5,7 TWh.

3. O valor total das vendas de energia eléctrica, registada como proveito do exercício, ascendeu a 96 milhões de contos, o que corresponde, relativamente a 1998, a um decréscimo de 1,5%.

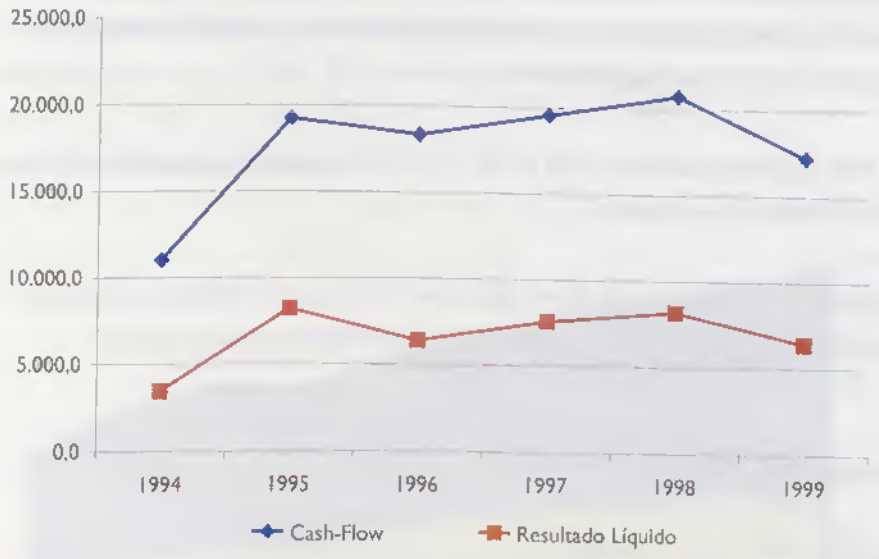
4. No final do ano, a dívida de clientes situava-se em 7,4 milhões de contos.

5. Prosseguiu o desenvolvimento do novo sistema de comando e controlo das redes MT e AT, estando prevista a respectiva entrada em produção no ano 2000. Simultaneamente, continuou o desenvolvimento das redes de segurança de telecomunicações fixa e móvel, com a finalidade de suportar diversos serviços de apoio à actividade de Distribuição.

6. No âmbito do processo de reorganização das Empresas de Distribuição, continuou a ser dada grande atenção à adequação da equipa de pessoal às necessidades da nova estrutura, acompanhando o processo de modernização técnica e administrativa, assim como o rejuvenescimento do pessoal.

7. Foi possível financiar com meios internos o investimento (9,1 milhões de contos a custos técnicos) e reduzir a dívida da SLE perante a Holding, em cerca de 3 337 milhares de contos.

8. Os resultados líquidos depois de impostos ascenderam a 6,4 milhões de contos, valor inferior ao do ano anterior em 21,8%, e o *Cash-Flow* atingiu o montante de cerca de 17,2 milhões de contos, inferior em 17% relativamente ao verificado no



Movimento de Energia

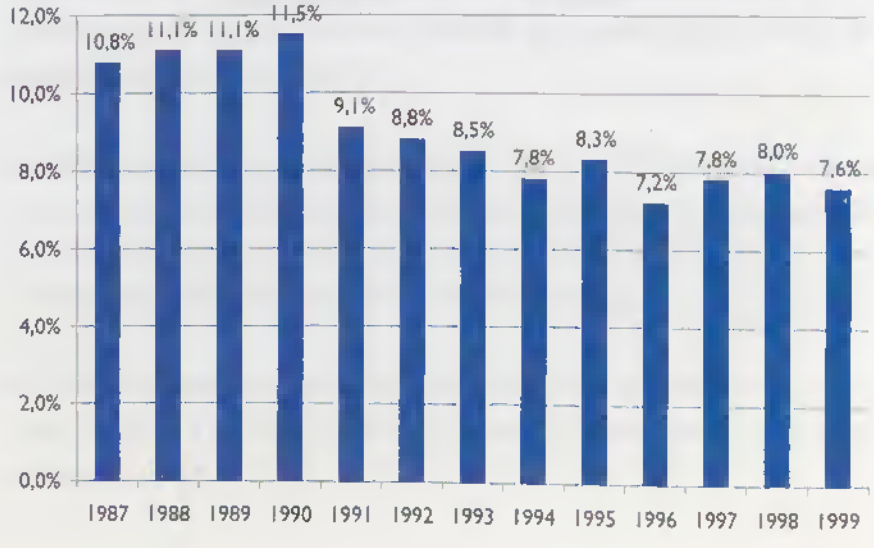
O consumo de energia eléctrica, na área geográfica da SLE, evoluiu, nos últimos cinco anos, à taxa média de 5,7.

O consumo global com perdas (isto é, a energia entrada para a rede), foi 5 716 GWh, o que representa um acréscimo de 3,3%, em relação ao ano anterior. Este quantitativo foi fornecido por empresas do Grupo EDP. As entregas feitas pela LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., em zonas de fronteira, atingiram valores pouco significativos.

O total da energia saída em 1999 foi de 5 282,4 GWh, superior em 4,3% relativamente ao ano anterior.

As perdas, calculadas a partir da relação entre a energia total entrada e a energia saída, atingiram 7,6%, cerca de 0,8% inferiores às verificadas no ano anterior.

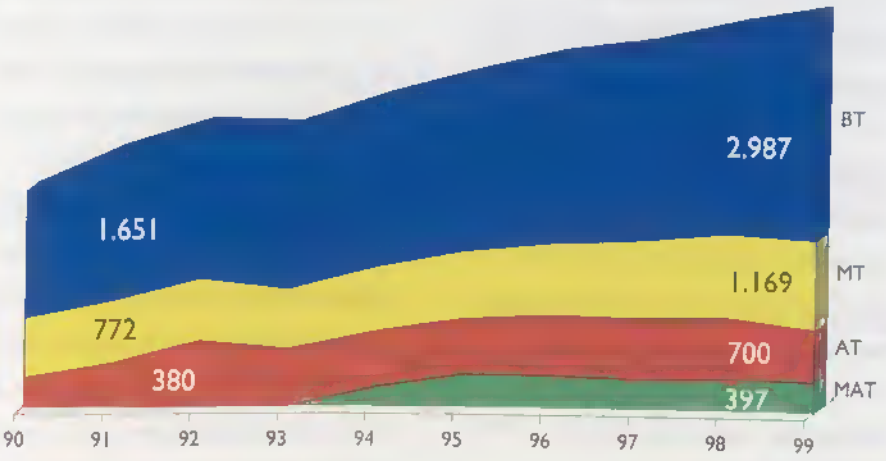
Evolução das perdas



Em 1999 verificou-se um aumento do consumo de energia eléctrica de 5,7%, significativamente influenciado pela evolução do consumo relativo aos clientes BT (+9,8%). Embora com um peso pequeno no consumo global, verificou-se uma evolução significativa (+12,9%) no sector dos clientes com tarifa de Baixa Tensão Especial.

A estrutura dos consumos mantém-se praticamente inalterada nos últimos cinco anos, sendo de realçar o peso de aproximadamente 57% relativo à BT.

Evolução dos consumos (GWh)



Política Comercial

À imagem do ano transacto, a evolução da Política Comercial da Empresa continuou a sustentar-se nas prioridades definidas no Plano Estratégico para a Distribuição, mas, visando uma mais fácil assimilação de novos métodos e novos processos, começou também a orientar-se para as novas políticas e soluções preconizadas pelo projecto de reorganização da distribuição, designado por Distribuição 21 (D21).

Assim, foi factor de saliência a progressiva verticalização da estrutura comercial, integrada com a da LTE, que ao longo do ano foi tendo lugar, e que se completou em Novembro, bem como a nova segmentação de clientes que, embora ainda não considerada na sua plenitude em face da limitação imposta pelos sistemas informáticos corporativos e por dificuldades logísticas, foi permitindo alguma adequação das estruturas no terreno à nova organização comercial, que perspectivou a separação das actividades de compra de energia, gestão de clientes empresariais (incluindo grandes clientes) e gestão de clientes residenciais.
As diversas fases da implementação da D21, que foram tendo lugar ao longo do ano, intercruzaram-se com as políticas já anteriormente postas em prática no que respeita a programas de concentração de funções comerciais, e com a própria organização da Direcção Comercial, também já estruturada no sentido definido por aquele projecto, pelo que o processo conseguiu ser dinâmico e decorrer praticamente sem perturbações.

De igual modo, foi executada a transferência das actividades laboratoriais (incluindo auditorias e contagens especiais) para a empresa do Grupo para isso especialmente vocacionada, a Labelec – Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, SA, esperando-se os consequentes ganhos de produtividade e eficiência, possíveis em face da disponibilidade de uma gestão mais orientada para essa actividade.

Em simultaneidade com a implementação das transformações referidas, continuou a ser posta em prática a utilização eficiente dos recursos disponíveis, mormente na melhoria dos sistemas de contagem, pelo recurso a auditorias a estes sistemas, com as quais se procurou

garantir uma maior eficiência e transparência dos processos, em associação com a percepção por parte do cliente, de uma continuada melhoria da qualidade do serviço prestado.

A aplicação do novo regime de cauções, imposto por legislação entretanto publicada, não favorecendo a adesão dos clientes à transferência bancária, cerceou também o progressivo incremento dos clientes aderentes à modalidade da Conta Certa.

Número de Clientes

Com um crescimento de aproximadamente 3% relativamente a 1998, o número de clientes em 31 de Dezembro totalizava 934 351. Deste total, a repartição pelos segmentos actualmente existentes representa 6 em MAT, 17 em AT, 2 718 em MT, 4 196 em BTE, 920 280 em BT e 7 134 em IP.

Compra e Venda de Energia (s/IVA)

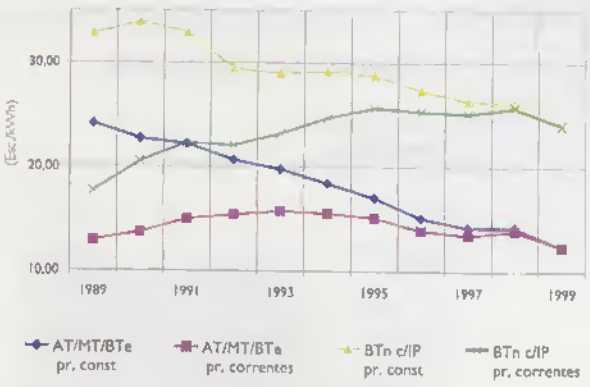
A compra total de energia eléctrica cifrou-se em aproximadamente 55,6 milhões de contos, representando um acréscimo de 4,9% relativamente ao ano anterior.

O montante global das vendas de energia eléctrica, escrituradas como proveito do exercício, ascende a 96,9 milhões de contos, evidenciando, relativamente ao ano anterior, um decréscimo de 0,8 milhões de contos, o qual é explicado pela forte descida do preço e dos descontos proporcionados aos clientes.

Facturação de energia eléctrica durante 1999

Nível de Tensão	Valor (milhares de contos)	Energia (MWh)	Preço Médio (Esc/kWh)
MAT	3.657.7	398.692	9.17
AT	7.076.8	700.007	10.11
MT	16.492.9	1.198.036	13.77
BTE	7.689.4	426.288	18.04
BT	59.722.9	2.416.874	24.71
IP	2.306.6	145.477	15.86
Total	**96.946.3**	**5.285.374**	

Evolução dos preços médios de venda



Facturação e Cobrança (c/IVA)

A facturação de energia eléctrica, incluindo IVA, durante o ano de 1999, totalizou 101,8 milhões de contos.

A decomposição do valor acima citado, pelas diferentes tensões, em milhões de contos, é a seguinte: 3,8 de fornecimentos em MAT, 7,4 de fornecimentos em AT, 17,3 de fornecimentos em MT, 8,1 em fornecimentos de BTE, 62,7 de fornecimentos de BT e 2,4 de fornecimentos em IP.

Os valores facturados, neste exercício, evidenciam uma redução de facturação de aproximadamente 0,9 milhões de contos, relativamente ao ano anterior.

Apesar dos fornecimentos em BTE, BT e IP terem no seu conjunto crescido 2,8 milhões de contos, não conseguiram absorver, na totalidade, a redução de 3,7 milhões de contos verificada nos fornecimentos em MAT, AT e MT, consequência, nomeadamente, dos descontos proporcionados aos clientes nestes segmentos de tensão, explicados pela aplicação da Adenda à Convenção Tarifária e à interruptibilidade e ao abaixamento tarifário.

Refira-se que no 2º semestre, e no seguimento de proposta apresentada pelas empresas de distribuição vinculadas à ERSE e por esta aceite, foram proporcionados aos clientes de MAT e AT, e aos aderentes à interruptibilidade, respectivamente, uma opção tarifária de super vazio e um aumento do desconto associado, o que fez crescer significativamente o número de clientes aderentes a esta última modalidade.

Facturação de energia eléctrica

(milhares de contos)

Nível de Tensão	1998	1999
MAT	4.447	3.841
AT	9.580	7.431
MT	18.226	17.318
BTE	7.644	8.074
BT	60.361	62.709
IP	2.378	2.422
Total	102.636	101.794

(IVA incluído)

Através da análise da reartição acima relevada conclui-se que os fornecimentos em BT, com 61,6% do total facturado, representam uma parcela cada vez maior da facturação de energia eléctrica.

À semelhança de anos anteriores, a aplicação da Adenda à Convenção Tarifária relativa a grandes clientes e à interruptibilidade provocou uma redução da facturação de cerca de 1,7 milhões de contos.

No que respeita à cobrança, a continuação da aplicação das acções oportunamente desencadeadas, visando a recuperação de créditos, continuou a produzir resultados, cada vez mais significativos.

Evolução do rácio cobrança/facturação

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100.6%	102.7%	98.5%	98.1%	102.8%

Assim, verifica-se que ao nível do rácio cobrança/facturação, o índice global da cobrança das facturas relativas a fornecimentos de energia eléctrica atingiu os 102,8%, o que evidencia a sua evolução positiva.

Dívida de Clientes

Resultante das políticas de rigor implementadas na Empresa nos últimos anos, a dívida total de clientes continuou a evidenciar uma evolução favorável.

Com efeito, no final de 1999 a dívida de clientes, com 7,4 milhões de contos, evidenciou, comparativamente a 1998, uma redução de aproximadamente 0,8 milhões de contos.

Dívida de clientes de electricidade

	1998		1999		
Sector de Actividade	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%	Variação %
Estado Organismos Oficiais	601	7.3%	567	7.6%	-5.7%
Autarquias	485	5.9%	433	5.8%	-10.7%
Sector Empresarial Particulares	7.142	86.8%	6.427	86.5%	-10.0%
Total	8.228	100.0%	7.426	100.0%	-9.7%

Para esta redução contribuiram todos os sectores, embora as Autarquias, com um decréscimo de 10,7%, e o Sector Empresarial e Particulares, com a diminuição de 10,0% , tenham tido uma maior influência que o Sector Estado com uma redução de 5,7%.

Rede Técnica

Desenvolvimento da Rede

Durante o ano instalaram-se cerca de 27 km de novas linhas aéreas de 60 kV. Concluíram-se novas linhas e ramais de MT, com a extensão total de 508 km, 20% dos quais em cabo subterrâneo; 379 postos de transformação públicos, com um total de 131 MVA instalados, e linhas de BT com a extensão de 669 km, dos quais 261 km em cabo subterrâneo.

Tendo em vista a modernização e optimização da actividade da condução, prosseguiu o desenvolvimento do novo Sistema de Comando e Controlo (SCC) das redes MT e AT (GENESYS), estando já instalado em Lisboa um sistema piloto para testes. A conclusão do projecto e a sua entrada em produção está prevista para o ano 2000.

Prosseguiu o desenvolvimento das redes de segurança de telecomunicações fixa e móvel, com vista a suportar com qualidade e segurança diversos serviços de apoio à actividade da distribuição, nomeadamente o telecomando das redes AT e MT, comunicações via rádio com as unidades móveis e outras aplicações de voz e dados.

O esforço de investimento realizado permitiu a instalação de 124 km de infra-estrutura óptica e a execução dos primeiros sistemas de transmissão de alto débito – SDH (transporte a 155 Mbit/segundo).

Indicadores de Utilização

Traduzindo o esforço de optimização dos activos existentes, os indicadores de utilização das redes mais frequentemente usados tiveram uma evolução favorável durante o ano de 1999.

Assim, a utilização da rede MT situou-se nos 305 MWh/km, tendo aumentado 5,6% em relação a 1998; a utilização da rede BT aumentou ligeiramente, tendo atingido os 137 MWh/km; e os postos de transformação chegaram a uma utilização de 1 385 MWh/MVA.

Qualidade de Serviço

Devido às más condições atmosféricas com que se iniciou o ano, o TIE (MT) piorou ligeiramente, passando de 499,5 minutos, em 1998, para 539,6 minutos registados em 1999. A ENF (Energia Não Fornecida) atingiu o valor de 3 535 MWh (dados referentes a interrupções devidas a incidentes).

O Programa Empresarial de Melhoria da Qualidade de Serviço, criado ao nível da Distribuição para corrigir as situações consideradas mais desfavoráveis, iniciou-se em 1999. Terá continuidade nos próximos anos com um reforço dos recursos financeiros que lhe serão alocados.

Iniciou-se também a instalação de órgãos de corte de rede para o telecomando da rede MT, no âmbito do respectivo Programa Empresarial, o que permitirá uma maior rapidez na reposição do serviço com reflexo significativo na Qualidade de Serviço.

Sistemas de Informação

No decurso do exercício consolidou-se a recolha e tratamento da informação das redes BT e MT carregada no Sistema de Gestão de Incidentes.

Procedeu-se à expansão do Sistema de Informação Técnica, de forma generalizada para a Rede AT e mais localizada para a Rede MT, nomeadamente:

- foi carregada a informação referente à Rede AT;
- foi carregada a quase totalidade de informação da Rede MT do Centro de Distribuição Almada;

Para o ano 2000, no que se refere à informação do Sistema de Informação Técnica, pretende-se sustentar os processos já concluídos e proceder a uma generalização de carregamento de informação para a Rede MT, bem como alguns avanços significativos no levantamento da Rede BT.

Recursos Humanos

Introdução

Um dos aspectos marcantes da actividade desenvolvida em 1999 caracterizou-se pelo estabelecimento de uma gestão unificada das Direcções de Recursos Humanos da LTE e SLE.

Em consequência, houve necessidade de proceder a um levantamento e estudo dos procedimentos, até então vigentes em ambas as Empresas, tendentes à sua uniformização e harmonização.

No âmbito do plano de racionalização de efectivos, o quadro de pessoal activo da Empresa foi reduzido em 132 elementos (-7,7%), ultrapassando-se, assim, os objectivos previamente determinados;

No âmbito da actividade formativa, com o apoio de um consultor externo, foi concebido e lançado um programa de formação e informação, sob o lema **Mudar para Ganhar o Futuro**, dirigido à totalidade dos trabalhadores da Empresa.

Quadro de Pessoal

Em 31 de Dezembro de 1999 encontravam-se colocados na SLE 1 661 trabalhadores. Este número é constituído pelo Quadro Permanente (1 651) e pelos Contratados a Termo Certo (10).

O Quadro Permanente inclui o Quadro Permanente Activo (1 569), os trabalhadores requisitados pela Holding (45), os trabalhadores em exercício noutras empresas do Grupo (18) e o Quadro Suspenso (19).

Evolução de efectivos

	1997	1998	1999			99.12.31	99-98 %
			Entradas	Saídas	Saldo		
Quadro Permanente Activo	1.937	1.711	35	177	-142	1.569	-8,30
Q. Perm. de outras Emp. Grupo em exercício na SLE	3	3	1		1	4	33,33
Contratados a Termo	9	1	30	21	9	10	900,00
Total	1.949	1.715	66	198	-132	1.583	-7,70
Colocados em exercício na Holding		43				45	
Colocados em exercício noutras Emp. Grupo		19				18	
Quadro Suspenso		19				19	

Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

O número de trabalhadores que desenvolveu a sua actividade na SLE, no final do ano de 1999, foi de 1 583, sendo 1 569 do Quadro Permanente Activo desta empresa, 4 do Quadro Permanente de outras empresas do Grupo e 10 com Contrato a Termo Certo.

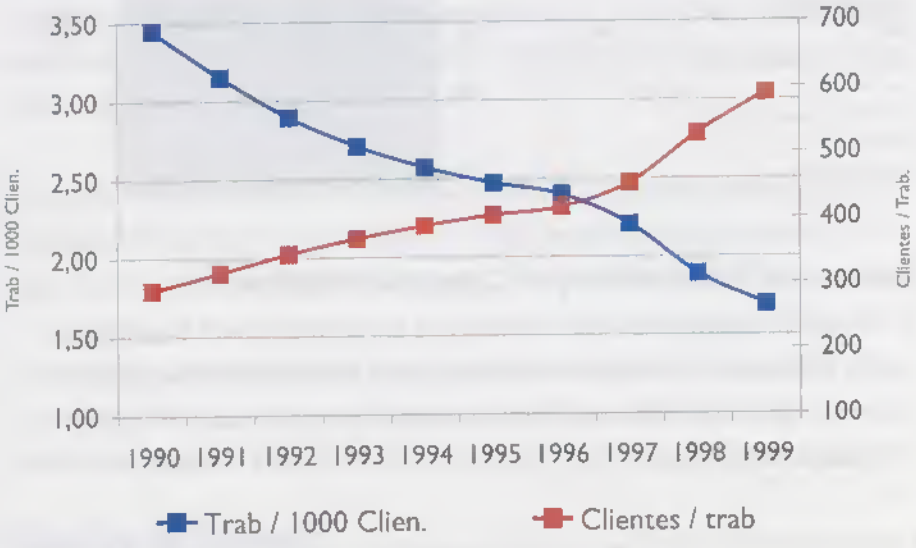
Foi dada grande atenção à necessidade de adequar os recursos humanos à realidade da Empresa, prosseguindo os objectivos de redução de efectivos sem afectar a estabilidade social existente.

Número de trabalhadores por categoria profissional

Categoria Profissional	1997		1998		1999	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores/Chefias Sup.	81	4,2	75	4,4	66	4,2
Quadros Superiores	113	5,8	107	6,2	100	6,3
Quadros Médios	9	0,5	8	0,5	9	0,6
Chefias Intermédias	55	2,8	52	3,0	52	3,3
Profissionais Altamente Qualificados	250	12,8	246	14,3	240	15,2
Profissionais Qualificados	950	48,7	873	50,9	841	53,1
Profissionais Semi-Qualificados	446	22,9	331	19,3	245	15,5
Profissionais não Qualificados	36	1,8	22	1,3	20	1,3
Contratados a Termo	9	0,5	1	0,1	10	0,6
Total	1.949	100,0	1.715	100,0	1.583	100,0

Os indicadores "Número de trabalhadores por mil clientes" e "Número de clientes por trabalhador", habitualmente utilizados na actividade da Distribuição para medir a produtividade, apresentavam, em 31 de Dezembro de 1999, um valor de 1,69 e 590 respectivamente.

N° trab. por mil clientes/n°. clientes por trab.



Formação Profissional

Durante o ano foram realizadas 134 acções de formação com custos directos na ordem dos 55 milhares de contos, envolvendo 1 028 formandos, correspondendo a cerca de 54,6% da população da Empresa. Complementarmente, no âmbito do plano de mobilização **Mudar para Ganhar o Futuro** foram realizadas 684 acções, com a duração de um dia, envolvendo 1 584 participantes.

Prevenção e Segurança

A prevenção e segurança continuou a merecer particular atenção durante o ano, sendo de realçar, no âmbito da Segurança no Trabalho e Segurança Rodoviária, a realização de um concurso e de uma acção de formação de condução defensiva, com a participação de 300 trabalhadores, e as acções realizadas no sentido de alargar o conhecimento e a aplicação dos procedimentos constantes do Regulamento de Consignações.

Realça-se, igualmente, a actividade de elaboração de Planos de Segurança e de Saúde para estaleiros temporários ou móveis, ferramenta que contribui para a redução dos acidentes de trabalho e das situações perigosas, tendo sido realizadas várias acções de sensibilização dirigidas a técnicos da Direcção Técnica e CD's.

Registaram-se, durante o ano, 26 acidentes de trabalho, dos quais 15 provocaram baixa ao serviço.

Evolução Económica e Financeira

Introdução

As contas da SLE apresentam um resultado líquido de 6 391,4 milhares de contos, verificando-se uma diminuição de 1 780,3 milhares de contos em relação a 1998, ou seja, um decréscimo de 21,8%.

O valor resultante dos investimentos financeiros no capital em empresas em que a SLE tem participação, correspondente aos resultados líquidos do exercício, foi de cerca de 166,6 milhares de contos. A rendibilidade dos capitais próprios é de 6,4%, inferior ao verificado no ano transacto, cujo indicador se cifrou em 8,4%.
A rendibilidade económica (resultado operacional/activo total) teve uma diminuição significativa, tendo passado de 6,5 para 3,4%.

Financiamento

A centralização do serviço da dívida melhorou o desempenho da função financeira, cabendo à Holding proceder, junto de cada empresa nuclear do Grupo, à cobrança das correspondentes amortizações e dos encargos financeiros associados.

A evolução da dívida da SLE, integralmente constituída pelos débitos à Holding, é mostrada no quadro seguinte.

Evolução da dívida

(milhares de contos)

Dívida	Saldo Inicial		Saldo Final	
Médio e longo prazo	13.346	80,0%	10.009	75,0%
Curto prazo	3.336	20,0%	3.336	25,0%
Total	16.682	100,0%	13.345	100,0%

Durante 1999 verificou-se uma redução da dívida global de cerca de 3 336 milhares de contos, cumprindo-se, assim, o plano de amortizações previsto.

Os juros pagos ascenderam a 544 milhares de contos, tendo conduzido a um desembolso total de serviço da dívida de 3 880 milhares de contos.

Os fluxos de tesouraria, em 1999 (fluxos monetários e fluxos escriturais), resumem-se no quadro seguinte.

(milhares de contos)

Saldo em 1/1/98	9.838,8
Recebimentos	106.974,3
Pagamentos	108.084,8
Saldo em 31/12/99	8.728,3

Investimento

O esforço de investimento foi integralmente suportado por meios financeiros internos, já que, para além de não se ter recorrido a novos financiamentos, foi ainda possível reduzir substancialmente a dívida da SLE à Holding.

Conforme se apresenta no quadro seguinte, durante o exercício de 1999 o investimento atingiu, a custos totais, 9 129,7 milhares de contos, incluindo 1 453 milhares de contos de custos de estrutura imputados e 74,5 milhares de contos de encargos financeiros intercalares.

O investimento a custos técnicos, no valor de 9 055,2 milhares de contos, foi inferior ao realizado no ano anterior em 2,07% a custos correntes. A preços constantes de 1999, esta evolução cifrou-se numa redução de 4,27%.

Investimento 1999

(milhares de contos)

Actividades	Custos Directos	Custos Estrutura	Encargos Financeiros	Total
Distribuição AT/MT	2.345,1	385,2	37,0	2.767,3
Distribuição BT/IP	3.848,4	954,9	27,8	4.831,1
Outros	1.408,7	112,9	9,7	1.531,3
Total	7.602,2	1.453,0	74,5	9.129,7

O investimento foi comparticipado, quer por clientes quer por Fundos Comunitários, no montante de 3 111,3 milhares de contos, o que representa 36,7% do investimento específico a custos técnicos e 34,4% do investimento total, também a custos técnicos.

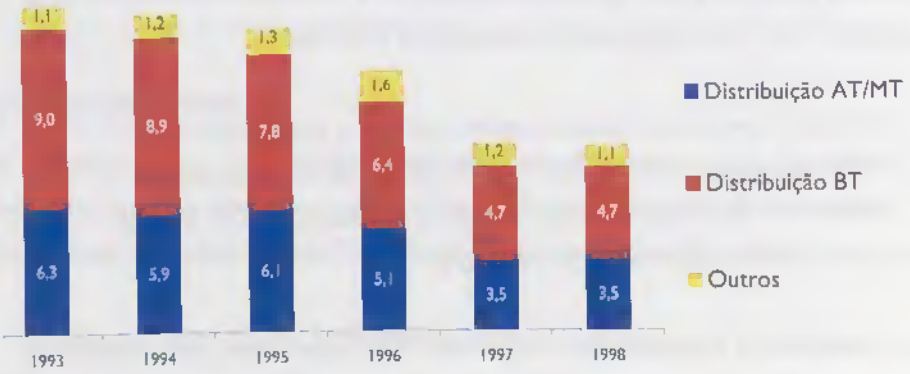
Haverá ainda a considerar cerca de 2 139,4 milhares de contos de imobilizado comparticipado recebido directamente de clientes, urbanizadores e autarquias.

Evolução Económica e Financeira

O investimento efectuado mantém a estrutura e as características tradicionais, respeitando essencialmente a trabalhos de ligação de novos clientes, de construção e ampliação de instalações para satisfazer o natural aumento dos consumos e, ainda, de melhoria de qualidade de serviço.

Os meios libertos líquidos, gerados em 1999, atingiram o valor de 17 200,4 milhares de contos. A capacidade de autofinanciamento, avaliada pela relação Meios Libertos/Investimento Realizado, é de 1,9 sem contar com os meios ao dispor da Empresa com origem em subsídios ao investimento.

Investimento a custos técnicos (preços constantes de 1998) – milhões de contos



Balanço

No quadro seguinte apresenta-se o balanço resumido da SLE, com valores reportados a 31 de Dezembro de 1998 e 1999, respectivamente, assim como as variações ocorridas.

(milhares de contos)

Balanço	1998 Valor	1999 Valor	Variação %
Activo			
Imobilizado Líquido	163.974,8	162.915,4	-0,6
Circulante	23.324,8	21.257,4	-8,9
Acréscimos e Diferimentos	3.208,2	2.563,4	-20,1
Total	**190.507,8**	**186.736,2**	**-2,0**
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio	97.503,2	100.326,8	+2,9
Passivo	93.004,6	86.409,4	-7,1
A médio e longo prazo	27.971,6	17.703,9	-36,7
A curto prazo	18.022,0	19.835,7	+10,1
Acréscimos e Diferimentos	47.011,0	48.869,8	+4,0
Total	**190.507,8**	**186.736,2**	**-2,0**

A Empresa apresenta uma adequada solidez financeira, avaliada pelo rácio de solvabilidade total, o qual, em Dezembro de 1998 e 1999, ascende a 2,05, e 2,16, respectivamente.

Custos e Proveitos

Foi a seguinte a evolução verificada no Resultado Líquido da Empresa e das respectivas rubricas de custo e proveito:

Custos e proveitos

(milhares de contos)

		1998	1999	
		Valor	Valor	Acrésc. %
Vendas de electricidade		96.120,3	94.299,9	-1,9
Outras vendas e prestações de serviços		502,9	586,1	+16,5
Trabalhos para a própria empresa (a)		5.274,2	5.348,3	+1,4
Produtos e trabalhos em curso		0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes		247,2	259,8	+19,6
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	(+)	102.114,6	100.494,1	-1,6
Consumo de electricidade		53.072,6	55.400,3	+4,4
Consumo de materiais diversos		3.898,4	3.716,2	-4,7
Fornecimentos e serviços externos		5.054,4	5.528,1	+9,4
Impostos indirectos		52,2	59,6	+14,2
Consumos	(-)	62.077,6	64.704,2	+4,2
Valor Acrescentado Bruto	(=)	40.037,0	35.789,9	-10,6
Despesas com o pessoal	(-)	11.142,4	12.180,6	+9,3
Outros encargos de exploração	(-)	4.613,7	5.043,7	+9,3
Outros proveitos de exploração	(+)	330,3	424,8	+28,6
Excedente Bruto de Exploração	(=)	24.611,2	18.990,4	-22,8
Despesas financeiras (c)	(-)	964,6	546,4	-43,4
Receitas financeiras	(+)	1.180,5	897,9	-23,9
Imputação de despesas financeiras a TPE	(+)	101,5	0,0	-100,0
Resultados extraordinários (b)	(+)	1.298,6	1.452,4	+11,8
Estimativa de IRC	(-)	5.497,6	3.593,9	-34,6
Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow)	(=)	20.729,6	17.200,4	-17,0
Amortizações (líquidas)	(-)	11.582,4	11.830,9	+2,1
Provisões (líquidas)	(-)	975,5	-1.021,9	-204,8
Resultado Líquido	(=)	8.171,7	6.391,4	-21,8

(a) Sem encargos financeiros imputados a investimento (1998).

(b) Expurgados das regularizações de amortizações e provisões, não considerados nos resultados operacionais.

(c) Expurgados das amortiz. Inv. Financ., não considerados nos resultados operacionais.

Como se pode observar na demonstração de resultados resumida que se apresenta, os proveitos inerentes ao valor acrescentado diminuiram 1,6% enquanto os consumos cresceram 4,2%, evolução esta explicada pelas perdas verificadas na margem bruta e pelo acréscimo dos gastos em fornecimentos e serviços externos.

Evolução Económica e Financeira

No seu conjunto, as variáveis pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações e função financeira representaram, em 1999, cerca de 30,8% do valor global das vendas e prestações de serviços, contra 28,4% em 1998, contribuindo para reduzir o nível do resultado corrente.

Em termos de meios libertos líquidos, o Cash-Flow atingiu no exercício o montante de cerca de 17 200 milhares de contos, menos 17,0% do que o alcançado em 1998.

Indicadores

Para análise, quer da rendibilidade, quer da estrutura financeira da SLE, utilizou-se o conjunto de indicadores do quadro seguinte.

Indicadores	1998	1999
Rendibilidade dos Capitais Próprios		
Resultado Líquido/Capital Próprio (%)	8,38	6,37
Rendibilidade Económica		
Resultado Operacional/Activo Total (%)	6,50	3,37
Rendibilidade das Vendas		
Resultado Líquido/Vendas em (%)	8,46	6,74
Rotação do Activo Total		
Vendas/Activo em (%)	50,72	50,81
Autonomia Financeira		
Capital Próprio/Activo Total (%)	51,18	53,73
Liquidez Geral		
Activo Circulante (*)/Passivo de Curto Prazo (%)	146,88	106,85
Estrutura Financeira		
Capital Próprio/Passivo de Médio e Longo Prazo	1,60	1,73
Capacidade de Autofinanciamento		
Cash Flow/Investimento a Custos Técnicos	2,24	1,90
Cobertura do Imobilizado		
Capitais Permanentes/Activo Imobilizado (%)	96,71	97,15
Solvabilidade Total		
Activo/Passivo	2,05	2,16
Prazo Médio de Recebimentos (meses)	0,86	0,75
Taxa de Cobertura das Existências		
Existências/Consumos x12	1,54	1,39
VAB per-capita (milhares de contos)		
VAB/Efectivos Médios	20,62	20,64
Vendas per-capita (milhares de contos)		
Vendas/Efectivos Médios	49,75	54,72

(*) Deduzidos dos Créditos de MLP

Ao nível da rendibilidade, a evolução dos indicadores, de 1998 a 1999, evidencia uma quebra significativa, verificando-se que, na sua maioria, apresentam valores inferiores aos alcançados no ano transacto.

Assim, a rendibilidade dos capitais próprios atinge os 6,37% contra os 8,38% em 1998, enquanto que a rendibilidade das vendas se situou nos 6,74%, contra 8,46% em 1998. A rendibilidade do capital investido, avaliada pela relação entre o resultado operacional e o total do activo, é de 3,37 contra 6,50% em 1998.

A rotação do activo total apresenta uma melhoria ligeira, passando de 50,7% para 50,8%, enquanto a capacidade de autofinanciamento regista, de 1998 para 1999, uma quebra, passando de 2,24 para 1,90.

No que respeita à estrutura financeira, em 1999 verifica-se manutenção das perfomances alcançadas em 1998, de que se destacam a autonomia financeira, com 53,73% em 1999 contra 51,18% em 1998, e a estrutura financeira, que passa de 1,60 para 1,73 em 1998 e 1999, respectivamente, resultante de correcções positivas no capital próprio.

A cobertura do imobilizado mostra uma ligeira melhoria no exercício de 1999, ao atingir 97,15% contra 96,71% em 1998, enquanto a liquidez geral regista uma quebra ao atingir 106,85% em 1999 contra os 146,88% em 1998.

Os indicadores de produtividade do factor trabalho apresentam, também, evoluções favoráveis; as vendas *per capita* a atingirem os 54,72 milhares de contos, contra 49,75 em 1998, enquanto o VAB *per capita* passa de 20,62 para 20,64 milhares de contos em 1999.

Considerações Finais

Perspectivas para 2000

As alterações na legislação do sector eléctrico e as novas regras de funcionamento do mercado obrigaram a repensar a estrutura organizacional das empresas de distribuição da EDP, tendo-se estabelecido como orientação estratégica a formação de uma empresa única, EDP Distribuição – Energia, S.A., resultante da fusão das actuais 4 empresas, EN, CENEL, LTE e SLE. Neste sentido, foi celebrada escritura notarial da fusão das referidas 4 empresas em 2000/02/14 .

Os objectivos estratégicos desta fusão visam aumentar quer a eficiência da gestão do negócio da Distribuição da EDP nas suas componentes de Redes e Comercial, quer a eficácia comercial da EDP, no contexto da liberalização do sector eléctrico e garantir a liderança, de forma rentável, na qualidade de serviço prestado ao Cliente.

Assim, a separação organizativa do negócio Comercial, em conformidade com os novos requisitos regulamentares, bem como a criação de duas Áreas de Negócio (Gestão da Rede e Serviços de Rede), com filosofias e objectivos de gestão distintos, acompanham as tendências internacionais.

Aliado aos resultados decorrentes desta reestruturação, toma-se indispensável que um bom nível de crescimento dos consumos e uma adequada política de investimentos e dos custos de manutenção da rede compensem a diminuição dos preços de venda da energia eléctrica.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 25º dos Estatutos da SLE, propõe que o resultado líquido do exercício de 1999, no valor de 6 391 414 129$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	319 571 000$00
Para Dividendos	5 300 000 000$00
Para Resultados Transitados	771 843 129$00
	6 391 414 129$00

Nota Final

O Conselho de Administração em exercício manifesta o seu apreço pelo empenho de todos os trabalhadores da Empresa que desenvolveram a sua actividade com elevada consciência profissional, manifestando um claro envolvimento no cumprimento dos objectivos perseguidos.

O Conselho agradece o apoio recebido das Entidades da Administração Pública com quem a Empresa mais se relaciona.

O Conselho agradece a colaboração e permanente apoio sempre recebidos do Conselho de Administração da Holding do Grupo EDP.

O Conselho de Administração manifesta o seu especial reconhecimento ao Revisor Oficial de Contas pela elevada disponibilidade e prestimosa colaboração prestada.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2000

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Anexo ao Relatório de Gestão

1) Artº 447º, Nº5, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP – Electricidade de Portugal, S. A., Holding do Grupo no qual se integra a SLE – Electricidade do Sul, S.A.:

			Acções		
Membros do CA	Data	Preço em escudos	Aquisição	Venda	Saldo em 31/12/99
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães	16 de Junho 1997	933.450	450		816
	Junho 1998		16		
	29 de Junho 1998	1.435.050	350		
Cônjuge: Emília M. Pimentel Morgado	16 de Junho 1997	383.625	175		254
	Junho 1998		4		
	29 de Junho 1998	316.050	75		
João José Gomes de Aguiar	26 de Junho 1998	1.435.018	350		855
	Junho 1999		14		
Cônjuge: Maria de Fátima B. M. de Aguiar	26 de Junho 1998	423.550	100		307
	Junho 1999		4		
José Marcos da Silva	16 de Junho 1997	930.150	450		802
	Junho 1998		15		
	30 de Junho 1998	1.327.300	325		
	Junho 1999		12		
Cônjuge: Maria Albertina N. M. Marcos da Silva	16 de Junho 1997	383.625	175		255
	Junho 1998		3		
	30 de Junho 1998	316.050	75		
	Junho1999		2		
Filho menor: José Filipe M. Marcos da Silva	30 de Junho 1998	423.550	100		102
	Junho 1999		2		
António Eduardo da Silva Oliva	30 de Junho 1998		225		234
	Junho 1999		9		
José Celestino Oliveira Rocha	30 de Junho 1998	1.327.300	325		337
	Junho 1999		12		
Cônjuge: Maria Cardoso Roldão	30 de Junho 1998	423.550	100		102
	Junho 1999		2		

2) Artº 448º, Nº4, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 1999, eram titulares do capital da SLE – Electricidade do Sul, S.A.: EDP – Electricidade de Portugal, S.A., com sede na Avenida José Malhoa, lote A13, Lisboa, 100% do capital social.

Não se verificou durante o exercício de 1999 qualquer mudança de titularidade das acções da sociedade por qualquer causa.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2000

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino Oliveira Rocha

Documentos de Prestação de Contas da SLE

282 Balanço em 31 de Dezembro de 1999

284 Demonstração dos Resultados do Exercício de 1999

286 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

307 Demonstração dos Fluxos de Caixa

308 Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

309 Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

310 Valor Acrescentado Bruto

Balanço em 31 de Dezembro de 1999

Unidade: Escudo

Activo		Exercícios 1999 Activo Bruto	Amortiz. Provis.	Activo Líquido	1998 Activo Líquido
Notas	**Imobilizado:**				
03.a/10	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	1.845.882	1.845.882	0	369.165
03.b/10	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	3.520.156.839	3.366.157.237	153.999.602	218.300.486
	Terrenos e recursos naturais	771.858.648	0	771.858.648	768.976.258
	Edifícios e outras construções	7.777.703.879	3.210.779.021	4.566.924.858	4.811.803.294
	Equipamento básico	318.381.540.291	165.180.934.632	153.200.605.659	154.145.673.154
	Equipamento de transporte	1.408.110.887	1.024.248.779	383.862.108	385.299.168
	Ferramentas e utensílios	440.798.053	378.385.414	62.412.639	66.170.873
	Equipamento administrativo	3.458.616.024	2.488.414.203	970.201.821	1.071.127.261
	Diferenças de câmbio	399.602.748	86.643.525	312.959.223	326.268.314
	Outras imobilizações corpóreas	9.340.381	9.290.504	49.877	1.811.475
	Imobilizações em curso	2.449.685.565	0	2.449.685.565	1.734.058.726
	Adiantamento p/conta imob. corpóreas	1.879.184	0	1.879.184	26.852.120
		338.619.292.499	175.744.853.315	162.874.439.184	163.556.341.129
	Investimentos financeiros:				
03.c/16	Partes de capital em empresas do grupo	107.361.080	66.351.854	41.009.226	418.150.267
	Circulante:				
	Existências:				
03.d	Matérias-primas, subsid. e de consumo	417.726.729		417.726.729	425.881.737
	Dívidas de terceiros – Médio e longo prazo:				
	Outros devedores	62.878.500		62.878.500	61.736.840
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
23	Clientes, c/c	6.601.446.988		6.601.446.988	7.531.775.918
23	Clientes de cobrança duvidosa	824.783.052	817.672.306	7.110.746	7.548.610
48.f	Estado e outros entes públicos	176.196.629		176.196.629	77.461.444
48.b	Outros devedores	14.078.400.552	67.497.513	14.010.903.039	15.127.024.603
		21.680.827.221	885.169.819	20.795.657.402	22.743.810.575
	Depósitos bancários e caixa:				
	Depósitos bancários	0		0	0
	Caixa	875.363		875.363	93.375.939
		875.363		875.363	93.375.939
48.a	**Acréscimos e Diferimentos:**				
	Acréscimos de proveitos	2.524.347.494		2.524.347.494	3.119.321.763
03.e	Custos diferidos	39.018.558		39.018.558	88.850.128
		2.563.052		2.563.366.052	3.208.171.891
	Total de amortizações		175.813.051.051		
	Total de provisões		885.169.819		
	Total do activo	363.454.173.326	176.698.220.870	186.755.952.456	190.507.837.543

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

Unidade: Escudo

Capital próprio e passivo

Notas		Exercícios 1999	1998
	Capital Próprio:		
36/37/40	Capital	43.800.000.000	43.800.000.000
03.b/40.a	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	-150.610.601	-186.905.623
	Reservas:		
40.b	Reservas legais	1.860.037.807	1.451.437.807
40.b	Reservas livres	43.803.047.380	43.803.047.380
40.c	Resultados transitados	4.622.913.128	463.976.650
	Subtotal	93.935.387.714	89.331.556.214
	Resultado líquido do exercício	6.391.414.129	8.171.669.364
	Total do capital próprio	100.326.801.843	97.503.225.578
	Passivo:		
34	Provisões para riscos e encargos:		
	Provisões para pensões	0	1.686.966.381
	Outras provisões para riscos e encargos	7.468.803.345	9.747.084.829
		7.468.803.345	11.434.051.210
29	Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo:		
	Empresas do grupo – Empréstimos	10.008.828.903	13.345.105.239
	Outros credores	545.382.226	2.974.088.837
03.a.ii	Conta regularização (Regime DL 344-B/82)	153.999.602	218.300.486
		10.708.210.731	16.537.494.562
	Dívidas a terceiros – Curto prazo:		
	Dívidas a instituições de crédito	452.696.137	1.089.795.758
48.c	Fornecedores, c/c	6.099.326.400	5.771.169.773
48.c	Fornecedores – Facturas em recepção e conferência	1.802.758	6.038.546
	Empresas do grupo – Empréstimos	3.336.276.336	3.336.276.336
48.c	Fornecedores de imobilizado, c/c	1.161.884.767	1.114.813.260
48.f	Estado e outros entes públicos	3.993.051.129	5.960.398.856
48.b	Outros credores	4.337.328.171	743.537.450
		19.382.365.698	18.022.029.979
48.a	Acréscimos e diferimentos:		
	Acréscimos de custos	1.156.274.300	2.467.752.869
	Proveitos diferidos	47.713.496.539	44.543.283.345
		48.869.770.839	47.011.036.214
	Total do Passivo	86.429.150.613	93.004.611.965
	Total do Capital Próprio e do Passivo	**186.755.952.456**	**190.507.837.543**

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Demonstrações dos Resultados do Exercício de 1999

Unidade: Escudo

Custos e perdas		Exercícios 1999		1998	
Notas					
41	Custo das existências vendidas e consumidas				
	Electricidade	55.400.276.399		53.072.593.844	
	Materiais diversos	3.716.258.718	59.116.535.117	3.898.457.370	56.971.051.214
	Fornecimentos e serviços externos		5.528.072.346		5.054.371.948
	Custos com o pessoal:				
43	Remunerações	7.824.776.633		7.484.823.806	
	Encargos sociais:				
	Pensões	1.057.078.451		256.258.761	
	Outros	3.298.749.994	12.180.605.078	3.401.326.750	11.142.409.317
10.b	Amortizações do imobilizado corpóreo	11.828.902.483		11.589.721.983	
34	Provisões	860.672.686	12.689.575.169	748.373.153	12.338.095.136
	Impostos	78.547.778		70.100.695	
48.d	Outros custos e perdas operacionais	5.024.684.901	5.103.232.679	4.595.853.188	4.665.953.883
	(A)		94.618.020.389		90.171.881.498
45	Juros e custos similares:				
	Relativos a empresas do grupo	544.007.643		963.277.832	
	Outros	4.554.661	548.562.304	3.455.712	966.733.544
	(C)		95.166.582.693		91.138.615.042
46	Custos e perdas extraordinários		971.131.355		3.547.001.792
	(E)		96.137.714.048		94.685.616.834
	Imposto sobre o rendimento do exercício		3.593.963.192		5.497.600.539
	(G)		99.731.677.240		100.183.217.373
	Resultado líquido do exercício		6.391.414.129		8.171.669.364
	Total		106.123.091.369		108.354.886.737

Proveitos e ganhos

Unidade: Escudo

Notas		Exercícios 1999		1998	
44	Vendas:				
	De energia eléctrica	94.299.862.849		96.120.331.682	
	Outras	179.280.880		129.974.902	
44	Prestações de serviços	406.804.369	94.885.948.098	372.961.997	96.623.268.581
48 e	Trabalhos para a própria empresa		5.348.334.215		5.375.725.150
	Proveitos suplementares	259.813.556		217.240.115	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	424.825.762	684.639.318	330.326.615	547.566.730
	(B)		100.918.921.631		102.546.560.461
45	Ganhos em empresas do grupo e associadas	0		166.687.166	
45	Rendimentos de participações de capital	0			
45	Rendim. de tit. negoc. e out. aplic. financ.:				
	Outros	3.714.129		3.675.846	
45	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo	344.776.860		348.247.803	
	Outros	549.361.243	897.852.232	661.853.836	1.180.464.651
	(D)		101.816.773.863		103.727.025.112
46	Proveitos e ganhos extraordinários		4.306.317.506		4.627.861.625
	(F)		106.123.091.369		108.354.886.737

Resultados Operacionais	(B)-(A)	6.300.901.242	12.374.678.963
Resultados Financeiros	[(D)-(B)]-[(C)-(A)]	349.289.928	213.731.107
Resultados Correntes	(D)-(C)	6.650.191.170	12.588.410.070
Resultados Antes de Impostos	(F)-(E)	9.985.377.321	13.669.269.903
Resultado Líquido do Exercício	(F)-(G)	6.391.414.129	8.171.669.364

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

00 – Introdução

a) Objecto e detentores de capital

A SLE – Electricidade do Sul, S.A., tem por objecto a distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontra legalmente autorizada, sendo o seu Capital Social totalmente detido pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A..

b) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As condições de aquisição de energia eléctrica à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., estão estabelecidas de acordo com o Regulamento Tarifário publicado no Diário da República nº. 213/98 (II Série – Suplemento) de 15 de Setembro de 1998 e do despacho nº. 21717A/98 da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, publicado no Diário da República nº. 288/98 de 15 de Dezembro de 1998.

As condições de aquisição de energia eléctrica a terceiros são reguladas pelos Decretos-Lei nºs 189/88 de 27 de Maio, 186/95 de 27 de Julho e 313/95 de 24 de Novembro.

c) Regime de preços de venda da energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) foram fixados por despacho nº. 21717A/98 da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, publicado no Diário da República nº. 288/98, de 15 de Setembro de 1998.

d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Dec.-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios. A Empresa, no entanto, procede à distribuição de energia eléctrica neste nível de tensão, com base em contratos de concessão estabelecidos com os Municípios da sua área de exploração.

Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 48.d).

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos

municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (Notas 03.biii e 10-a), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 03.biii).

e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade.

As notas omitidas ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

Os valores indicados estão expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 – Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

A Empresa procedeu à contabilização dos encargos resultantes de benefícios sociais a trabalhadores sociais a trabalhadores de acordo com o disposto no IAS nº 19, derrogando deste modo e nesta medida, o disposto na DC nº 19 a qual corresponde à transposição para o normativo português da versão anterior daquele normativo internacional.

Tendo em consideração o entendimento corrente de que a responsabilidade construtiva por encargos com reestruturação dos Recursos Humanos é do Grupo EDP e inerentemente da Empresa-Mãe, a transposição para o novo quadro de critérios e práticas contabilísticas de reconhecimento destas responsabilidades, implicou o registo em Resultados Transitados

de um ganho de 1 271,6 milhões de escudos.

03 – Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição ou produção, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

b) Imobilizações corpóreas

i) Imobilizações de propriedade da Empresa

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de Reestruturação da EDP em referência a 94-01-01 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura, conforme indicado nas alíneas g) e h) desta mesma nota.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Art. 39º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado de Energia e Indústrias de Base de 79-02-01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79-03-28, de forma a reintegrarem os activos durante uma vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46), e a amortização das comparticipações (registada em Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para o Investimento) (Nota 48.a) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como

custos diferidos, e transferidos para custos do exercício num período máximo de 6 anos, conforme alínea f) desta mesma nota.

ii) Imobilizações em regime de locação financeira

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos no valor das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

iii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Dec.-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas (Nota 10.a), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os municípios e a EDP e das diversas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46), pela redução de igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores – Conta de Regularização-Regime DL 344-B/82).

c) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio ponderado.

d) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se com fornecedores

externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor nas datas das operações.

e) Investimentos Financeiros

Os investimentos em imóveis estão mostrados pelo valor resultante das reavaliações efectuadas, conforme os diplomas mencionados no ponto 12 destas notas.

f) Custos Diferidos

As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos – Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos (Nota 48.a).

g) Encargos Financeiros

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar as imobilizações em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso e os restantes a resultados do exercício (nota 11).

A partir do exercício de 1995, inclusive, a taxa de juro média referida resulta apenas dos empréstimos contraídos no mercado interno, deixando a Empresa de assumir riscos cambiais.

h) Encargos de Estrutura

Os encargos dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (encargos directos internos – Nota 48.e) são imputados aos diversos empreendimentos em curso.
Os encargos gerais de estrutura da Empresa (incluindo os custos de gestão da Holding) são repartidos entre o investimento (nota 48.e) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

i) Pensões e Encargos Associados

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto no International Accounting Standard, derrogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística nº. 19 (Nota 31).

A empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito, o Grupo EDP constituiu um Fundo de Pensões autónomo comum a todas as Empresas do Grupo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 99-12-31.
A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantém o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

j) Correcção de hidraulicidade

A Correcção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) de compensação dos custos variáveis de produção de energia eléctrica induzidos pela variabilidade hidrológica, sendo gerido globalmente para a totalidade do Grupo EDP.

Neste mecanismo compete às Empresas de Distribuição o reconhecimento de uma parcela, bonificação (proveito) ou agravamento (custo), que corresponde ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo da Correcção de hidraulicidade, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência.

06 – Imposto sobre o rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos (dez para a Segurança Social). Não é previsível a ocorrência de qualquer responsabilidade adicional

relativamente aos exercícios de 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999 que tenha um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

07 – Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício foi de 1.735 empregados (1.919 em 1998), não existindo assalariados.

08 – Despesas da Instalação

Esta rubrica inclui essencialmente despesas inerentes à constituição da empresa.

10 – Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos e Ajustamentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de instalação	1.846				1.846
Subtotal (1)	1.846				1.846
Imobilizações Corpóreas					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	3.520.157				3.520.157
Subtotal (2.1)	3.520.157				3.520.157
Imobilizações Próprias					
Terrenos e Recursos Naturais	768.976	2.882			771.858
Edifícios e Outras Construções	7.889.703	(3.406)	(132.686)	24.093	7.777.704
Equipamento Básico	308.359.949	2.274.127	(109.180)	7.856.644	318.381.540
Equipamento Técnico Específico	307.940.889	2.559.487	(25.580)	7.860.749	318.035.545
Outro equipamento básico	419.060	14.640	(83.600)	(4.105)	345.995
Equipamento de Transporte	1.392.310	161.140	(127.617)	(17.722)	1.408.111
Ferramentas e Utensílios	425.462	17.418		(2.082)	440.798
Equipamento Administrativo	1.381.584	14.160	(522)	(2.143)	1.393.079
Equipamento de Informática	1.855.510	212.716	(1.844)	(845)	2.065.537
Diferenças de Câmbio	399.603				399.603
Outras imobilizações corpóreas	20.623	(1.250)	(1.387)	(8.646)	9.340
Subtotal (2.2)	322.493.720	2.677.787	(373.236)	7.849.299	332.647.570
Imobilizado em Curso	1.734.059	8.600.469		(7.884.842)	2.449.686
Adiantamentos p/ Imobiliz. em Curso	26.852	133.706		(158.679)	1.879
Subtotal (2.3)	1.760.911	8.734.175		(8.043.521)	2.451.585
Total (2)	327.774.788	11.411.962	(373.236)	(194.222)	338.619.292
Investimentos Financeiros					
Partes de Capital	514.994	(130.296)	(384.698)		0
Investimentos em Imóveis	107.361				107.361
Total (3)	622.355	(130.296)	(384.698)		107.361
Total Geral (1)+(2)+(3)	**328.398.989**	**11.281.666**	**(757.934)**	**(194.222)**	**338.728.499**

b) Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de instalação	1.476	369		1.845
Total (1)	1.476	369		1.845
Imobilizações Corpóreas				
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	3.301.856	64.301		3.366.157
Subtotal(2.1)	3.301.856	64.301		3.366.157
Imobilizações Próprias				
Edifícios e Outras Construções	3.077.900	175.848	(42.969)	3.210.779
Equipamento Básico	154.214.276	11.079.351	(112.693)	165.180.934
Distribuição	153.937.265	11.055.164	(25.607)	164.966.822
Outro Equipamento Básico	277.011	24.187	(87.086)	214.112
Equipamento de Transporte	1.007.011	149.635	(132.397)	1.024.249
Ferramentas e Utensílios	359.291	21.124	(2.030)	378.385
Equipamento Administrativo	1.042.336	67.203	(1.593)	1.107.946
Equipamento de Informática	1.123.631	258.320	(1.483)	1.380.468
Diferenças de Câmbio	73.334	13.310		86.644
Outras Imobilizações Corpóreas	18.812	211	(9.732)	9.291
Subtotal (2.2)	160.916.591	11.765.002	(302.897)	172.378.696
Total (2)	164.218.447	11.829.303	(302.897)	175.744.853
Investimentos Financeiros				
Investimentos em Imóveis	64.205	2.148		66.353
Total (3)	64.205	2.148		66.353
Total Geral (1)+(2)+(3)	**164.284.128**	**11.831.820**	**(302.897)**	**175.813.051**

c) Observações

i) O equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

ii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, que embora explorados pela SLE continuam propriedade das Autarquias, totalizam, em 31 de Dezembro de 1999:

Imobilizado	3.520.157
Amortizações	3.366.157
Valor liquido	154.000

iii) Os investimentos financeiros em Partes de Capital foram alienados à EDP – Electricidade de Portugal, S.A., no exercício de 1999.

11 – Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.g) foram capitalizados no exercício, em imobilizações em curso, juros de financiamento no montante de 74 502 (Nota 14.b).

	1999	1998
Edifícios e outras construções	2.068	868
Equipamento técnico específico	72.434	100.661
	74.502	101.529

12 – Reavaliação das Imobilizações Corpóreas e dos Investimentos Financeiros

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliados pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 399-G/84	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 264/92

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das amortizações do exercício.

14 – Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) Todas as imobilizações estão afectas à actividade de distribuição de energia eléctrica 162 874 439 (valores líquidos).

Deste montante, 154 000 dizem respeito a imobilizações reversíveis, em regime de concessão, transferidas das autarquias locais.

b) Os custos financeiros nelas capitalizados foram os seguintes (Nota 11):

	1999	1998
Juros de financiamento	74.502	101.529

15 – Imobilizado em Regime de Locação Financeira

Tal como está indicado na nota 03.b.ii), as Imobilizações Corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e incluídas no Balanço são:

Rubricas	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Equipamento de Transporte	28.595	8.654	19.941

É a seguinte a previsão dos pagamentos futuros:

Amortizações do capital em dívida	14.649
Encargos financeiros	577
IVA	2.575
	17.801

23 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Clientes

	1999	1998
Clientes de cobrança duvidosa	824.783	688.475

Outros devedores e credores

	1999	1998
Devedores e credores diversos - devedores (valor da provisão)	67.498	35.889

25 – Dívidas de e ao Pessoal

	1999	1998
Valores a receber	10.878	11.366
Valores a pagar	0	574

29 – Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	1999		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empresas do grupo			
Empréstimos obtidos da Holding	10.008.829	0	10.008.829
Outros credores			
Cauções recebidas de clientes	0	543.947	543.947
Outras cauções recebidas		1.435	1.435
Conta de regularização (DL 344-B/82)	154.000	0	154.000
	10.162.829	545.382	10.708.211

	1998		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empresas do grupo			
Empréstimos obtidos da Holding	13.345.105	0	13.345.105
Outros credores			
Cauções recebidas de clientes	0	2.937.507	2.937.507
Outras cauções recebidas	582	0	582
Conta de regularização (DL 344-B/82)	0	218.300	218.300
	13.345.687	3.155.807	16.501.494

Salienta-se que durante o exercício de 1999 as cauções recebidas de Clientes BTN foram reclassificadas de Médio para Curto prazo, por força do processo em curso da sua devolução aos clientes.

31 – Compromissos Financeiros

a) Compromissos contratuais

No final do exercício encontravam-se por satisfazer encomendas de materiais no montante de 512 949 contos e encomendas de serviços no montante de 1 441 009 contos.

b) Pensões e Encargos Associados

A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 1999, de 22 356 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas, e de 9 619 milhares de contos no que respeita a Actos Médicos.

Em 31 de Dezembro de 1999 a cobertura destas responsabilidades atinge cerca de 83% no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas, e cerca de 75% no que respeita a Actos Médicos.

A cobertura do restante destas responsabilidades será reconhecida nas contas da Empresa gradualmente, tal como definido nas normas internacionais, na base do período esperado de serviço dos beneficiários no activo.

No exercício foram reconhecidos os seguintes custos operacionais: com Pensões 382 milhares de contos, e com Actos Médicos 658 milhares de contos.

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 1999:

– Taxa anual de desconto	6,50%
– Taxa anual de rendimento do Fundo de Pensões	8,00%
– Percentagem expectável de activos elegíveis para a reforma antecipada	40,00%
– Taxa anual de crescimento dos salários	3,50%
– Taxa anual de crescimento total das pensões	2,50%
– Taxa anual de crescimento das pensões da segurança social	2,25%
– Taxa de inflação	2,00%
– Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999	6,00%
– Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 2000 e anos seguintes	5,00%

34 – Movimentos das Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Reclassificações	Saldo final
Para cobranças duvidosas:	724.364	202.673	41.867		885.170
Dívidas de clientes	688.475	168.261	39.064		817.672
Outros devedores	35.889	34.412	2.803		67.498
Para riscos e encargos:	11.434.051	658.000	4.623.248	0	7.468.803
Pensões - reformas antecipadas (1)	3.434.868	0	3.434.868		0
Processos judiciais em curso	212.000				212.000
Actos médicos	7.322.483	658.000	174.680		7.205.803
Revisão da contratação colectiva de trabalho	51.000	0			51.000
Racionalização de efectivos	413.700		413.700		0
Para investimentos financeiros	140.000		140.000		0
Total	12.298.415	860.673	4.805.115	0	8.353.973

(1) O saldo inicial inclui 1 747 902 contos correspondentes a regularizações efectuadas em Janeiro de 1999 nas provisões para Actos Médicos (641 517) e Complemento do Fundo de Pensões (1 106 385)

36 – Capital – Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 43 800 000 acções escriturais nominativas de 1.000$00 cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

37 – Capital – Detentores

O capital é detido a 100% pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A.,

40 – Movimentos dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	43.800.000		0	43.800.000
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	(186.906)	0	(36.295)	(150.611)
Reservas:	45.254.485	408.600		45.663.085
Reserva legal	1.451.438	408.600	0	1.860.038
Reservas livres	43.803.047	0	0	43.803.047
Resultados transitados	463.977	11.094.177	6.935.241	4.622.913
Resultado líquido do exercício	8.171.669	6.391.414	8.171.669	6.391.414
Total	97.503.225	17.894.191	15.070.615	100.326.801

a) De acordo com a legislação em vigor, para Reserva legal é obrigatória a dotação com um mínimo de 5% dos lucros. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento de capital.

b) A Reserva livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido, transferido no acto da reestruturação da EDP, não coberto pelo capital social. Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo capital social ficou a constituir uma reserva considerada, apenas para este efeito, como equivalente a um "prémio de emissão".

c) O movimento no exercício da conta de Resultados transitados foi o seguinte:

Saldo inicial		463.977
Transferência do Resultado do exercício de 1998		8.171.669
Por aplicação em:		
Reserva legal	(408.600)	
Dividendos	(6.000.000)	
Distribuição de resultados aos Trabalhadores	(469.050)	(6.877.650)
Regularizações do efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial		(57.591)
Outras Regularizações (Anulação de Resultados extraordinários)		2.922.508
Saldo final		4.622.913

41 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Movimentos	Electricidade	Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais		425.882	425.882
Compras e Produções Internas	55.400.276	3.706.742	59.107.018
Regularização de Existências		1.361	1.361
Existências Finais		417.727	417.727
Custo do exercício	**55.400.276**	**3.716.258**	**59.116.534**

43 – Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais foram as seguintes:

	1999	1998
Mesa da Assembleia Geral	235	246
Conselho de Administração	27.775	30.515
	28.010	30.761

44 – Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	1999	1998
Vendas		
De energia eléctrica - mercado interno		
em Alta Tensão	8.786.509	11.542.561
em Média Tensão	16.501.894	17.311.888
em Baixa Tensão (>39,6 kVA)	7.714.098	7.249.017
em Baixa Tensão	59.080.161	57.695.452
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	2.217.201	2.276.414
	94.299.863	96.120.332
Outras – mercado interno		
Materiais diversos	179.281	129.975
(1)	94.479.144	96.250.307
Prestações de serviços – mercado interno		
De electricidade	213.658	192.122
De Outros	193.146	180.840
(2)	406.804	372.962
(1)+(2)	94.885.948	96.623.269

45 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1999	1998		1999	1998
Juros suportados	545.342	963.278	Juros obtidos	365.990	415.424
Perdas em empresas do Grupo	0	85	Ganhos em empresas do Grupo	0	166.687
Amortiz. Investim. Imóveis	2.146	2.147	Rendimentos de imóveis	3.714	3.676
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0	11	Diferenças de câmbio favoráveis	0	8
Outros custos financeiros	1.073	2.212	Descontos de p. pagamento obtidos	68.547	66.100
Resultados financeiros	349.290	212.732	Outros proveitos financeiros	459.600	528.570
	897.852	1.180.465		897.852	1.180.465

a) A rubrica de Juros suportados inclui, entre outros, 544 008 de juros do financiamento obtido da Holding (962 530 em 1998).

b) A rubrica de Outros custos e perdas financeiros inclui, entre outros, 1 047 de serviços bancários (919 em 1998).

c) A rubrica de Juros obtidos inclui, entre outros:

	1999	1998
Juros de gestão de tesouraria da Holding	344.777	389.830
Juros debitados a clientes AT/MT/BTE por atrasos de pagamento de facturação	21.101	25.571

d) A rubrica de Outros proveitos e ganhos financeiros refere-se a compensação por atrasos de pagamento de facturas BT, no montante de 459 600 contos (528 570 em 1998).

46 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1999	1998		1999	1998
Donativos	0	1.990	Restituição de impostos	0	0
Dívidas incobráveis	189.813	186.597	Recuperação de dívidas	5.508	5.143
Perdas em existências	2.155	12.453	Ganhos em existências	3.515	16.578
Perdas em imobilizações	3.126	15.903	Ganhos em imobilizações	92.311	30.490
Multas e penalidades	229	20.189	Benefícios de penalidades contratuais	0	0
Correcções relativas a exercícios anteriores	78.582	225.611	Reduções de amortizações e provisões	1.882.772	1.756.834
Outros custos e perdas Extraordinários	697.226	3.084.258	Correcções relativas a exercícios anteriores	19.219	8.621
Resultados extraordinários	3.335.187	1.080.859	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.302.992	2.810.194
	4.306.318	4.627.860		4.306.318	4.627.860

a) A rubrica de Dívidas Incobráveis refere-se a Clientes.

b) A rubrica de Outros custos e perdas extraordinários inclui, entre outros, os seguintes valores:

	1999	1998
Insuficiência de estimativa para impostos	155.396	101.202
Indemnização por despedimento	539.419	245.300
Dotação adicional para o Fundo de Pensões	0	641.517
Prémios extraordinários para pensões	0	762.034
Provisão para actos médicos	0	226.626
Provisão para racionalização de recursos humanos	0	1.106.385

c) A rubrica de Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Compensação de amortizações de imobilizações comparticipadas (Nota 03.a.i)	2.080.496	1.913.392
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão (Nota 03.a.ii)	64.301	76.655
Correcção de hidraulicidade – bonificação do exercício (Nota 03.j)	0	678.390

48 – Outras Informações

a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Acréscimos de proveitos

	1999	1998
Energia em contadores (estimativa)	2.524.347	3.119.322

Custos diferidos

	1999	1998
Reparações e beneficiações do imobilizado (Nota 03.f)	36.355	78.598
Outros custos diferidos	2.664	10.252
	39.019	88.850

Os movimentos na rubrica Reparações e beneficiações do imobilizado foram os seguintes:

	1999	1998
Saldo inicial	78.598	83.680
Transferências para resultados	(42.243)	(22.364)
Saldo final	36.355	61.316

Acréscimos de custos

	1999	1998
Férias e subsídios de férias	1.103.190	1.173.970
Compras e aquisições de serviços a Empresas do Grupo	35.747	495.119
Outros acréscimos de custos	17.337	798.664
	1.156.274	2.467.753

Proveitos diferidos

	1999	1998
Subsídios para investimento (Nota 03.b.i)	47.713.497	44.543.283

A rubrica Subsídios para investimento apresenta os valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

Os subsídios recebidos no exercício ascenderam a 5 250 709 contos (5 006 869 em 1998).

b) Outros Devedores e Outros Credores – Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Outros devedores

	1999	1998
Adiantamentos ao pessoal e Órgãos Sociais	10.878	0
Operações diversas com empresas do Grupo	13.557.875	14.573.308
Operações diversas com terceiros	509.648	460.694
	14.078.401	15.034.002
O valor indicado em Operações diversas com empresas do Grupo inclui, entre outros:		
– os pagamentos por conta de IRC, efectuados pela Holding	3.874.153	8.321.249
– o saldo da c/c da ligação financeira com a Holding	9.180.127	10.835.211

Outros credores

	1999	1998
Sindicatos	3.211	0
Operações diversas com empresas do Grupo	1.365.493	209.271
Operações diversas com terceiros	4.130.509	176.477
	5.499.213	**385.748**

c) Fornecedores

Decomposição dos valores indicados no Balanço em 31 de Dezembro:

	1999	1998
Fornecedores, c/c		
Empresas do Grupo	5.019.765	4.698.055
Outros	1.079.561	1.073.115
	6.009.326	5.771.170
Fornecedores – Facturas em recepção e conferência		
Outros	1.803	6.038
	6.101.129	5.777.208
Fornecedores de imobilizado, c/c		
Empresas do Grupo	1.161.885	37.046
Outros	0	1.077.767
	1.161.885	**1.114.813**

d) Outros Custos e Perdas Operacionais

Esta rubrica inclui, entre outros, os seguintes valores:

	1999	1998
Rendas e outros encargos de concessões (Nota 00.d)	4.846.719	4.534.947

e) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	1999	1998
Imobilizações em curso		
Consumo de materiais	2.912.943	3.385.208
Encargos directos internos (Nota 03.g)	907.901	765.776
Encargos de estrutura (Nota 03.g)	1.452.988	1.123.212
Encargos financeiros e diferenças de câmbio (Nota 03.g)	74.502	101.529
	5.348.334	**5.375.725**

f) Estado e outros entes públicos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Saldos devedores

	1999	1998
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	176.197	77.461

Saldos credores

	1999	1998
Imposto sobre o rendimento	3.593.912	5.497.589
Retenção de impostos sobre rendimentos	134.451	193.359
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	38.656	25.431
Restantes impostos	4.058	59.493
Contribuições para a Segurança Social	176.598	184.527
Outras tributações	45.376	0
	3.993.051	5.960.399

Os pagamentos do IRC por conta estão registados em Outros devedores – Empresas do Grupo (alínea b) desta mesma nota.

Não existem dívidas em mora à Segurança Social.

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: milhar de escudos

	1999	1998
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	96.427.329	
Pagamentos a fornecedores	61.242.186	
Pagamentos ao pessoal	-10.544.242	
Fluxos gerados pelas operações	24.640.901	
Pagamento do imposto s/rendimento	-5.653.048	
Outros recebimentos relativos à activ. operacional	4.797.603	
Outros pagamentos relativos à activ. operacional	-6.047.753	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	17.737.703	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	182.967	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-685.493	
Fluxos das actividades operacionais (1)		17.235.178
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	3.714	
Imobilizações corpóreas	180.440	
Juros e proveitos similares	344.777	
Dividendos	108.904	637.835
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas		-9.175.340
Fluxos das actividades de investimento (2)		-8.537.505
Actividades de financiamento:		
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	3.336.276	
Juros e custos similares	471.882	
Dividendos	6.000.000	9.808.158
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-9.808.158
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-1.110.485
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.838.791
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8.728.306

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa	1999	1998
Numerário	875	93.376
Dep. bancários	-452.696	-1.089.796
Descobertos bancários	-452.696	-1.089.796
Outras disponibilidades		
Ligação financeira com a Holding (Nota 48.b)	9.180.127	10.835.211
Disponibilidades constantes do Balanço	8.728.306	9.838.791

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Demonstração da Origem e Aplicação dos Fundos

Unidade: milhar de escudos

Origem de fundos			Aplicação de fundos		
Internas:			**Distribuições:**		
Resultado líquido do exercício	6.391.414		Por distribuição de Dividendos		6.490.346
Amortizações	11.830.884				
Variação de provisões	-3.944.442	14.277.856	**Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:**		
Externas:			Diminuição de dívidas		
Diminuições de Imobilizações:			a terceiros:		
Imobilizações corpóreas			Empresa do Grupo -		
Edifícios e outras construções	93.282		Empréstimos	3.336.276	
Equipamento básico	7.824		Outros credores	12.870	
Equipamento de transporte	13.005		Conta Regulariz. (Regime DL 344-B/82)	64.301	
Ferramentas e utensílios	52		Aumentos de Dívidas de Terceiros:		
Equipamento administrativo	2.601		Outros Devedores	1.142	3.414.589
Adiant. por c/ de imob. corpóreas	24.973				
Outras imobilizações corpóreas	2.186	143.923	**Aumentos de Imobilizações:**		
Investimentos Financeiros	514.994	514.994	Imobilizações corpóreas		
			Terrenos e recursos naturais	2.882	
Acréscimos e Diferimentos			Edifícios e outras construções	24.093	
Diminuição de custos diferidos	49.832		Equipamento básico	7.219.599	
Aumento de proveitos diferidos	3.170.213	3.220.045	Equipamento de transporte	161.139	
			Ferramentas e utensílios	17.418	
Diminuição dos Fundos Circulantes		115.947	Equipamento administrativo	227.072	
			Imobilizações em curso	715.627	8.367.830
		18.272.765			18.272.765

Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

Unidade: milhar de escudos

Diminuições das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo:			**Diminuição das Existências:**		
Dívidas a instituições de crédito	637.100		Matérias-Primas Subsidiárias e de Consumo		8.155
Estado e outros entes públicos	1.967.348	2.604.448			
			Diminuições das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo:		
Aumentos das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo:			Clientes c/c	930.329	
Clientes de cobrança duvidosa	128.760		Outros devedores	1.104.249	2.034.578
Estado e outros entes públicos	98.786	227.546			
			Aumentos das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo:		
Acréscimos e Diferimentos			Fornecedores c/c	292.291	
Diminuição de acréscimos de custos		1.311.478	Fornec. – Fact. em recep. e conferência	11.894	
			Fornecedores de imobilizado c/c	47.072	
			Outros credores	1.177.954	1.529.211
			Diminuições das Disponibilidades		
			Caixa		92.501
			Acréscimos e Diferimentos:		
			Diminuição de acréscimos de proveitos		594.974
Diminuição dos Fundos Circulantes		115.947			
		4.259.419			**4.259.419**

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Valor Acrescentado Bruto

Unidade: milhar de escudos

	1999	1998
Vendas e Prestações de Serviços	94.885.948	96.623.269
Trabalhos para a própria empresa	5.273.832	5.274.196
Outras receitas	259.814	217.240
(A) – Proveitos internos inerentes ao V.A.	**100.419.594**	**102.114.705**
Compras de electricidade	55.400.276	53.072.594
Materiais diversos	3.716.259	3.898.457
Fornecimentos e serviços externos	5.528.072	5.054.372
Impostos indirectos	59.551	52.236
(B) – Consumos	**64.704.158**	**62.077.659**
VAB – Valor Acrescentado Bruto (A - B)	**35.715.436**	**40.037.046**
Despesas com pessoal	12.180.605	11.142.409
Despesas financeiras	548.562	966.734
– Receitas financeiras	897.852	1.180.465
– Imputação de despesas financeiras a TPE	74.502	101.529
Amortizações	11.828.902	11.589.722
Provisões	860.673	748.373
Outros encargos de exploração	5.043.682	4.595.853
– Outros proveitos	424.826	330.327
- Resultados extraordinários	3.335.185	1.080.860
Imposto sobre o Rendimento	3.593.963	5.497.601
Resultado líquido	6.391.414	8.171.669
(C) = (A) -(B) = V A B	**35.715.436**	**40.037.046**
V A L – Valor acrescentado líquido	**23.886.534**	**28.447.324**

O Técnico Oficial de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

Documentos de Apreciação e Certificação da SLE

312 Certificação Legal de Contas

314 Relatório e Parecer do Fiscal Único

317 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

318 Anexo Estatístico

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da SLE - Electricidade do Sul, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 186 755 952 contos e um total de capital próprio 100 326 802 de contos, incluindo um resultado líquido positivo de 6 391 414 contos), a Demonstração dos Resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilistíscos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

b) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adaptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

d) a apreciação sobre se é adequada,

em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SLE - Electricidade do Sul, S.A., em 31 de Dezembro de 1999, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 9 de Março de 2000

António de Moura Rodrigues,
em representação de M. Rodrigues,
B. Assunção e Associado, SROC

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas:

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e no Decreto – Lei n.º 26-A/96, de 27 de Março, apresentamos a V.Ex.as, no desempenho das funções de Fiscal Único da SLE - Electricidade do Sul, SA, o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

1. No desempenho das nossas funções, acompanhámos de forma regular a actividade da sociedade e a sua gestão e efectuámos verificações dos livros, registos contabilísticos, documentos base , existências e procedimentos de controlo interno. No final do ano, examinámos atentamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração, documentos que estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas legais e estatutárias e com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

2. O Relatório de Gestão do Conselho de Administração complementa os esclarecimentos dos documentos contabilísticos finais, descreve adequadamente a actividade da sociedade no exercício de 1999 e perspectiva a sua evolução, merecendo destaque :

- o resultado líquido alcançado (6.4 milhões de contos), que evidencia uma redução de 21.8% (1.8 milhões de contos), relativamente ao exercício de 1998, derivada do acentuado decréscimo dos resultados operacionais, atenuada pela diminuição do imposto sobre o rendimento e do aumento dos resultados extraordinários;
- o decréscimo de 47% (5.9 milhões de contos) dos resultados correntes fundamentalmente por efeito da importante redução tarifária estabelecida pela ERSE, compensada em parte pelo crescimento do consumo de energia eléctrica.
- o cash-flow gerado em 1999: 17,2 milhões de contos (-17 % que em 1998), que permitiu financiar todo o investimento e reduzir a dívida à Holding em 3.3 milhões de contos;
- o investimento a custos técnicos

(9,1 milhões de contos) que decresceu 2.1%, em relação a 1998;

- a continuação das alterações processuais e organizativas, tendentes a aproveitar as sinergias das Empresas de Distribuição, que, conjugados com trabalhos desenvolvidos para criação da Empresa única de Distribuição, permitiram reduzir o quadro do pessoal de 132 trabalhadores (7.7%);
- o prosseguimento da tomada de decisões orientadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes;
- a concretizarão em 2000, com arranque no início do ano, do processo da fusão, numa única empresa, das quatro actuais empresas de distribuição, o que, com o ajustamento da sua estrutura às novas condições de mercado, permitirá melhorar a eficiência da gestão do negócio;

Aliado à economia de custos esperada desta reestruturação, consideras-se indispensável que, no ano 2000, um bom nível de crescimento do consumo de energia eléctrica e uma adequada política de investimento e de conservação da rede permitam compensar os efeitos da redução das tarifas de energia eléctrica.

3. Emitimos a Certificação Legal de Contas, com data de 09 de Março de 2000, e o Relatório anual de Fiscalização.

4. Não detectámos, nem tomámos conhecimento de situações que estivessem em discordância com o contrato da sociedade ou com os preceitos legais ou regulamentares aplicáveis.

5. Apreciámos a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que satisfaz o disposto na lei e no pacto social.

6. Desejamos agradecer a referência com que o Conselho de Administração nos distingue no seu Relatório e os esclarecimentos e informações prontamente prestados por este Conselho e pelos responsáveis pelos órgãos e pessoal contactados. Agradecemos também a colaboração prestada pelos Auditores Externos.

7. Face ao que precede e à

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Certificação Legal de Contas, somos de PARECER que:

7.1. Aproveis o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e respectivo Anexo, relativos a 1999.

7.2. Aproveis a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 10 de Março de 2000

O Fiscal Único

António de Moura Rodrigues, em representação de M. Rodrigues, B. Assunção e Associado SROC

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Realizada em 29 de Março de 2000

Acta nº 2/2000

«(...)
Depois de proferir as algumas palavras de saudação ao representante da accionista única, o presidente da mesa declarou iniciada a discussão do número um da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao presidente do conselho de administração.

No uso da palavra, o Engenheiro Jorge Ferreira Guimarães fez uma exposição circunstanciada da actividade da sociedade e dos bons resultados obtidos, tendo salientado que o exercício em apreciação foi marcado por uma forte dinâmica de reorganização da área da Distribuição, tendo em vista aumentar a competitividade e melhorar a qualidade de serviço técnica e comercial. Referiu que já durante o ano dois mil se concretizou o processo de fusão das empresas de Distribuição do Grupo EDP com a constituição de uma nova empresa, a EDP Distribuição - Energia, S.A., que passará a assegurar toda a actividade de distribuição de electricidade. Concluiu com optimismo quanto ao futuro, no novo contexto do Sector eléctrico e dos desafios a enfrentar, tanto ao nível organizativo e de gestão dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros, como quanto ao sucesso da inserção da actividade de distribuição de electricidade no papel relevante do Grupo EDP no mercado liberalizado e globalizado da electricidade e na economia nacional em geral.

Concluída a apresentação e apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, foram submetidos a votação e aprovados o relatório de gestão e todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de mil novecentos e noventa e nove.
(...)»

Anexo Estatístico

Consumo de electricidade segundo os destinos (consumos finais)

	1998	1999	Variação 99/98 Valor	%
Número de clientes	907.392	934.354	26.962	3%
Em alta tensão (*)	20	23	3	15%
Em média tensão	2.608	2.721	113	4%
Em baixa tensão	904.764	931.610	26.846	3%
Consumo de Electricidade (GWh) (**)	5.067	5.267		4%
Iluminação e outros usos	2.493	2.645		6%
Domésticos	1.365	1.499		10%
Não domésticos	1.128	1.146		2%
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	281	300		7%
Cozinha e aquecimento	0	0		0%
Usos industriais	1.962	1.965		0%
Usos agrícolas	194	212		9%
Tracção				
Iluminação pública	137	145		6%

(*) Inclui clientes de Muito Alta Tensão

(**) Inclui consumos próprios

Rede de distribuição

Resumo das instalações e equipamentos em serviço em 99/12/31

Subestações	
Nº de Subestações	84
Nº de Transformadores	140
Potência instalada (MVA)	2.437
Linhas (incluindo ramais em km)	
Aéreas	
AT (60/130 kV)	1.569
MT (<6/10/15/30/40 kV)	11.415
Cabos Subterrâneos	
AT (60/130 kV)	52
MT (<6/10/15/30/40 kV)	2.202
Postos de Transformação	
Unidades	8.963
Potência instalada (MVA)	2.156
Redes BT (km)	
Aéreas	15.731
Subterrâneas	5.082
Contadores (unidades)	
AT+MT	2.744
BT+BTE	931.610

Resumo das instalações e equipamentos concluídos em 99/12/31

Subestações	
Nº de Subestações	
Nº de Transformadores	5
Potência instalada (MVA)	123
Linhas (incluindo ramais em km)	
Aéreas	
AT (60/130 kV)	57
MT (<6/10/15/30/40 kV)	310
Cabos Subterrâneos	
AT (60/130 kV)	0
MT (<6/10/15/30/40 kV)	97
Postos de Transformação	
Unidades	293
Potência instalada (MVA)	66
Redes BT (km)	
Aéreas	404
Subterrâneas	219
Contadores (unidades)	
AT+MT	116
BT+BTE	26.846

Edição Distribuição • Rua Camilo Castelo Branco, 43
1102 Lisboa Codex
Produção Gráfica • PLINFO Informação, Lda.
Avenida 5 de Outubro, 194, 1° Esq°
1050-064 Lisboa
Tel. 21 793 62 65 Fax 21 794 20 74
E-mail plinfo@mail.telepac.pt
Fotografia • Adelino Oliveira
Tiragem • 1 000 Exemplares
Depósito Legal n° • 91692/95
Outubro 2000